

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**PRODUÇÃO FLEXÍVEL E DEGRADAÇÃO DA FORÇA DE
TRABALHO NO BRASIL**

Autor: **Carlos Antonio Gomes**

2006

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Título: "Produção flexível e degradação da força de trabalho no Brasil"

Autor: Carlos Antonio Gomes

Orientadora: Profa. Dra. Marcia de Paula Leite

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Carlos Antonio Gomes e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data:

Assinatura:

Profa. Dra. Marcia de Paula Leite

Orientadora

COMISSÃO JULGADORA:

Prof. Dr. Marcio Rochmann

Prof. Dra. Liliana Rolfsen Petrilli Segnini

2006.

© by Carlos Antonio Gomes, 2006.

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	
V	EX
TOMBO BC/	68637
PROC.	16-123-06
C	☐
PREÇO	1100
DATA	05/06/06

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

G585p Gomes, Carlos Antonio
Produção flexível e degradação da força de trabalho no Brasil / Carlos Antonio Gomes. — Campinas, SP: [s.n.], 2006.

Orientador : Márcia de Paula Leite.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Ensino profissional. 2. Mercado de trabalho. 3. Qualificações profissionais. 4. Produtividade do trabalho. 5. Trabalho – Aspectos sociais. I. Leite, Márcia de Paula. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

06-031-BFE

Keywords: Professional education ; Labor supply; Vocational qualifications; Labor productivity; Labor – Social aspects

Área de concentração: Educação, Sociedade, Política e Cultura

Titulação: Mestre em Educação

Banca examinadora: Profa. Dra. Márcia de Paula Leite

Prof. Dr. Márcio Pochmann

Profa. Dra. Liliana Rolfsen Petrilli Segnini

Data da defesa: 21/02/2006

*À Mônica, Bruna e Juliana.
dedico este trabalho, cuja
realização privou-nos de
inúmeros momentos em comunhão.*

À Marcia de Paula Leite,
agradeço imensamente pela
orientação abnegada, sábia e
voluntariosa na realização deste
trabalho. Mais do que a sua
conhecida sapiência, a
convivência destes anos revelou-
me o carisma por trás do
intelecto.

"Resistir à visão ideológica dominante seria um gesto quixotesco, que serviria apenas para suscitar o riso da platéia, quando não o desprezo do seu silêncio. Mas, como desconhecer que há situações históricas tão imprevistas que requerem a pureza da alma de um Dom Quixote para enfrentá-las com alguma lucidez? E como a história ainda não terminou, ninguém pode estar seguro de quem será o último a rir ou a chorar." ¹

¹ FURTADO, C. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992: 9.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRH	Associação Brasileira de Recursos Humanos
BACEN	Banco Central
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CCQs	Círculos de Controle de Qualidade
CCT	Contrato Coletivo de Trabalho
CEP	Controle da Qualidade na Produção
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
CEPAL	Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CLPs	Controladores Lógicos Programáveis
CIESP	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CIUO	Classificação Internacional Uniforme de Ocupações
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNTC	Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio
CNTI	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
ENC	Exame Nacional de Cursos (provão)
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAT	Fundo de Amparo do Trabalhador
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas (da USP)
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
GATT	General Agreement on Tariffs and Trade
FMI	Fundo Monetário Internacional
G7	Grupo dos sete países mais ricos

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMVP	International Motor Vehicle Program
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
IQEF	Índice de Qualidade de Emprego Formal
IPEN	Instituto de Pesquisa Energéticas e Nucleares
IRPJ	Imposto de Renda da Pessoa Jurídica
ISO	International Organization Standardization
JIT	Just In Time
LDB	Lei de Diretrizes de Base da Educação
MEC	Ministério da Educação e da Cultura
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MFNs	Máquinas-Ferramenta a Controle Numérico
MIT	Massachusetts Institute of Technology
MP	Medida Provisória
MTE	Ministério do Trabalho e do Emprego
NAFTA	North American Free Area
NICs	Newly Industrialized Countries
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OCDE	Organização p/ a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAEG	Programa de Ação Econômica de Governo
PBQP	Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade
PEA	População Economicamente Ativa
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PIA	População em Idade Ativa
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PLR	Participação dos Lucros e Resultados
PME	Pesquisa Mensal do Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios
PNB	Produto Nacional Bruto
PNBE	Pensamento Nacional das Bases Empresariais
PND, II	Plano Nacional de Desenvolvimento.
PNQ	Plano Nacional de Qualificação
PIB	Produto Interno Bruto
PRÓ-ÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool Combustível
PRÓGER	Programa e Geração de Emprego
PRÓUNI	Programa Universidade para Todos
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RAIS	Relação Anual das Informações Sociais
SEADE	Sistema de Análise de Dados
SEFOR	Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional
SEMTEC	Secretaria de Educação Média e Tecnológica

SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SINFAVEA	Sindicato Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
TCU	Tribunal de Contas da União
UE	União Européia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNE	União Nacional dos Estudantes
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - O desemprego mundial em 1993, 1998 e 2000-2003.....	74
Tabela 2 - Taxas de desemprego mundial, segundo a região e o sexo de 2001 a 2003.....	75
Tabela 3 - Principais medidas flexibilizadoras do trabalho no Governo Cardoso.....	120
Tabela 4 - Pesquisa de Emprego e Desemprego nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Distrito Federal e Porto Alegre.....	136
Tabela 5 - Pesquisa de Emprego e Desemprego nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador e São Paulo.....	136
Tabela 6 - Níveis de escolarização concluídos – Pessoas com mais de 25 anos.....	195

RESUMO

O presente trabalho analisa como os movimentos de precarização das relações de trabalho e de uso desgastante da força de trabalho – implementados a partir da reestruturação produtiva e da adoção da agenda de políticas econômicas restritivas – também se manifestam através da inflexão da qualidade geral da força de trabalho brasileira. Em princípio e a título do estabelecimento de comparações entre modelos de relações de trabalho, é feita uma revisita histórica à formação do padrão norte-americano de desenvolvimento - caracterizado pela comunhão entre a organização taylor-fordista do trabalho e a relação salarial fordista - edificado a partir de Bretton Woods. Na seqüência, analisa os sistemas produtivos dos países de capitalismo avançado, reestruturados a partir da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica e dos novos métodos de *produção flexível*, comparando-os com o sistema brasileiro. Conclui que a tentativa de implementação do *modelo japonês* no Brasil tem esbarrado no conservadorismo empresarial, ao mesmo tempo em que produzido um modelo industrial particular, idiossincrático e, acima de tudo, predatório e desagregador das relações de trabalho. Sem se prender aos aspectos produtivistas, a análise envereda pelos aspectos políticos e sociais, chamando atenção para a degradação do mercado brasileiro de trabalho, que vem ocorrendo em função da adoção das políticas de adequação da produção à demanda, cujos principais sintomas são a brutal elevação do desemprego e o uso crescente das modalidades não-capitalistas de contratação de mão-de-obra. Conclui estabelecendo um indicativo de que as tais políticas estariam impactando negativamente na qualificação profissional dos trabalhadores, inflexionando a capacidade produtiva da força de trabalho no que diz respeito ao manuseio de sistemas avançados de agregação de valor, ao passo em que contribuindo ainda mais para o desvio da economia brasileira dos trilhos do desenvolvimento sustentado.

ABSTRACT

The present work analyzes as the movements of precarization of the work relations and of absorbing use of the work force of implemented from the productive reorganization and of the adoption of the agenda of restrictive economics politics also they are disclosed through the precarization of the general quality of the Brazilian force of work. In principle and the heading of the establishment of comparisons between models of work relations, is made one revisits historical to the formation of the North American standard of development - characterized for the communion it enters the taylor-fordista organization of the work and the fordista wage relation - built from Bretton Woods. In the sequence, it analyzes the productive systems of the countries of advanced capitalism, reorganized from the third industrial and technological revolution and of the new methods of flexible production, comparing them with the Brazilian system. It concludes that the attempt of implementation of the models Japanese in Brazil has collide in the conservative empresariabile and produced particular a model industrial, idiosyncratic and above of everything, predatory and desaggregator of the work relations. Without if arresting to the aspects produtivists, the analysis guide for social the politics aspects and, calling for the degradation the Brazilian market of work, that comes occurring in function of the adoption of the politics of adequacy of the production to the demand, whose main symptoms are the brutal rise of unemployment and the increasing use of the modalities not-capitalists of man power act of contract. It concludes establishing an indicative of that to such politics they would be shocking negative in the professional qualification of the workers, inflectioning the productive capacity of the force of work in whom it says respect to the manuscript of advanced systems of value aggregation, to the step where contributing still more for the shunting line of the Brazilian economy of the tracks of the supported development.

SUMARIO

Dedicatória.....	v
Agradecimentos.....	vii
Epígrafe.....	ix
Lista de siglas e abreviaturas.....	xi
Lista de tabelas.....	xiii
Resumo.....	xv
Abstract.....	xvii

INTRODUÇÃO.....	01
-----------------	----

CAPÍTULO 1. A SEGUNDA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E TECNOLÓGICA, A ESTRUTURAÇÃO DA SOCIEDADE SALARIAL E A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA.....09

1.1. A Segunda Revolução Industrial e Tecnológica.....	11
1.1.1. A base tecnológica e organizativa do capital.....	11
1.1.2. O taylorismo e a divisão manufatureira do trabalho.....	13
1.1.3. A crise de mudança de paradigma.....	16
1.1.4. A expansão do padrão norte-americano.....	20
1.2. A conformação da sociedade salarial.....	22
1.2.1. Brettom Woods e o compromisso keynesiano.....	22
1.2.2. O papel da luta de classes.....	24
1.3. Difusão capitalista na periferia e a industrialização brasileira.....	28
1.3.1. A industrialização restringida.....	28
1.3.2. A industrialização pesada.....	30
1.3.3. O salto frustrado para a industrialização completa.....	32
1.3.4. A crise dos anos oitenta.....	33
1.3.5. Os limites do taylor-fordismo no Brasil.....	35
1.3.6. Uma definição da industrialização brasileira.....	37

CPÍTULO 2. A TERCEIRA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E TECNOLÓGICA, A OFENSIVA CONSERVADORA E A DESESTRUTURAÇÃO DA SOCIEDADE SALARIAL.....41

2.1. A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica.....	42
2.1.1. Precusores da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica.....	42
2.1.2. Um paradigma incompleto.....	43
2.1.3. Precusores da transformação produtiva.....	48
2.1.4. Características do <i>modelo japonês</i>	48
2.1.5. A expansão do <i>modelo japonês</i>	57
2.2. A ofensiva conservadora do capital.....	68
2.2.1. Os primeiros sinais.....	68

2.2.2. A ofensiva.....	68
2.2.3. Globalização e internacionalização.....	83
2.3. A desestruturação da sociedade salarial.....	87
CAPÍTULO 3. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E DESAJUSTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL.....	91
3.1. A reestruturação produtiva da indústria brasileira.....	92
3.1.1. A difusão dos CCQs.....	94
3.1.2. A <i>reestruturação defensiva</i> com a difusão da microeletrônica.....	95
3.1.3. A <i>‘epidemia’ da competitividade</i>	104
3.1.4. A busca pela <i>modernização sistêmica</i>	113
3.1.5. Do <i>modelo japonês</i> ao <i>jeitinho brasileiro</i> : um balanço da reestruturação.....	121
3.1.6. O mito do <i>custo Brasil</i>	122
3.1.7. A permanência das velhas personagens em cena.....	124
3.2. A desestruturação do mercado de trabalho.....	127
3.2.1. Desnacionalização e desindustrialização na América Latina.....	127
3.2.2. Os sintomas da desestruturação do mercado de trabalho.....	130
3.2.3. O retorno a um novo <i>putting out</i>	132
3.2.4. Desemprego: o maior sintoma da desestruturação do mercado de trabalho.....	133
3.3. Um novo balanço à luz da teoria cepalina.....	139
CAPÍTULO 4. DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E QUALIFICAÇÃO: A DEGRADAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO CAPITALISMO BRASILEIRO INTERNACIONALIZADO.....	143
4.1 – Desenvolvimento, trabalho e qualificação.....	145
4.1.1. Da parcelização à reintegração das tarefas: um debate teórico sobre o fim da divisão do trabalho.....	145
4.1.2. Qualificação e <i>competências</i> : uma breve apresentação dos conceitos.....	150
4.1.3. Da transformação do regime fabril à nova politécnica.....	152
4.2. A degradação da força de trabalho no capitalismo brasileiro internacionalizado.....	163
4.2.1. Política educacional: focalização, privatização e polarização curricular.....	163
4.2.2. Política de formação profissional: uma <i>lógica do peixe no anzol</i>	170
4.2.3. As novas ocupações e a reestruturação da CBO.....	182
4.2.4. A inflexão da qualificação e a degradação da força de trabalho.....	185
CONCLUSÃO. UM FAROL AO LONGE PARA UMA NAU À DERIVA.....	197
REFERÊNCIAS.....	203

INTRODUÇÃO

Falar das transformações que se abateram sobre os mercados de trabalho ao final do século passado é correr o risco de ser repetitivo ou simplesmente dizer incoerências. Digo isso porque a profundidade das mudanças é tamanha a ponto de já ter insuflado os espíritos mais inquietos a um debate rico, intenso e construtivo, que tem dado conta de explicar a quase-totalidade dos problemas. E mais: a solidez argumentativa por parte dos defensores da preservação de relações virtuosas para o mundo do trabalho tem produzido o recuo das posições retrógradadas, pelo menos momentaneamente e no campo intelectual.

Entretanto, se há intelectos ardilosos e espíritos obstinados a ponto de estabelecer a contra-ofensiva muito acima da capacidade dos seus antagonistas, os problemas reais do mundo do trabalho também são ciclóticos; e, considerando que o desenvolvimento do processo histórico é dinâmico a ponto de a cada momento apresentar uma nova contradição, creio que sempre haverá espaço para um novo tributo no campo das idéias. Levado por esta crença, me predisponho aqui a contribuir para o debate sobre um ponto ainda relativamente obscuro dentre tantas contradições do capitalismo brasileiro.

Considero que algumas questões não foram suficientemente respondidas a ponto de satisfazer a uma miríade de ansiedades, em especial, as minhas. E, no centro desta inquietação está o processo de desqualificação da força de trabalho brasileira, que ocorre no contexto da internacionalização da economia e da reestruturação produtiva da indústria, instrumentalizada com as ferramentas de base microeletrônica da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica e com os métodos flexíveis de produção.

Desde meados dos anos noventa, com o aprofundamento da readequação do sistema industrial aos novos fundamentos, instalou-se uma crescente preocupação por parte dos pesquisadores em relação à dispensa generalizada e aparentemente indiscriminada de mão-de-obra qualificada com base no paradigma taylor-fordista e sua substituição por trabalhadores versáteis e polivalentes. No discurso empresarial, implicitamente aparece a tese darwinista da *seleção natural das espécies*, em que a sabedoria do mercado, como na natureza, estaria em processo de escolha dos mais aptos. No outro extremo, acuado em suas dificuldades, o movimento sindical tenta contrapor-se com as armas que tem - embora não disponha de muitas - para impedir ou minimizar o processo de *queima* de força de trabalho qualificada.

Neste trabalho, procuro respostas para as seguintes questões? *Quais as razões fundamentais da ‘queima’ de mão-de-obra qualificada que ocorre na indústria brasileira? Existem mecanismos para impedir a desqualificação da força e trabalho? Este comportamento é fruto, tão-somente do conservadorismo empresarial ou também decorrente da ação ou inação de outros atores? Quais as consequências da desqualificação da mão-de-obra para a perspectiva do desenvolvimento?*

Perseguindo as respostas para estas interrogações, analiso o mercado de trabalho e a própria economia brasileira a partir das transformações econômicas, políticas e sociais que consubstanciam a metamorfose do capitalismo mundial ao final do Século XX, explorando os aspectos da *ofensiva conservadora do capital*, que se manifesta em escala planetária. Nela, o instrumento da regulação, o *Estado do Bem-Estar* e os estatutos do trabalho perdem a centralidade em favor do mercado livre, do Estado mínimo e da flexibilização das relações de trabalho.

No Capítulo Um, apresento o desenvolvimento do capitalismo mundial, enfatizando a eclosão da Segunda Revolução Industrial e Tecnológica, a crise de transição paradigmática do entre-guerras e a afirmação da sociedade salarial. Logo após, revisito o processo brasileiro de industrialização, passando pela industrialização restringida, a pesada, adentrando até o ajuste exportador dos anos oitenta. Com esta regressão pretendo: (i) reunir elementos comparativos entre o arranjo do segundo pós-guerra e as transformações recentes, no afã de sustentar que a emergência do terceiro paradigma, sem um novo contrato social, pode provocar o retorno a uma situação tão dramática quanto a do entre-guerras; (ii) trazer ao centro do debate os equívocos cometidos nas tentativas brasileiras de desenvolvimento, chamando a atenção para o fato de que muitos erros parecem repetir-se no processo recente de internacionalização desregrada e renovação do sistema fabril.

No Capítulo Dois, faço uma análise das características econômicas, políticas e sociais da transformação recente do capitalismo. Primeiro, estabeleço um debate sobre a Terceira Revolução Industrial e Tecnológica, apresentando argumentos que indicam seu caráter limitado e incompleto; logo após, apresento os limites da difusão mundial do *modelo japonês*, em razão da sua incompatibilidade com sistemas desenvolvidos de relações de trabalho; a seguir, apresento a ofensiva do capital sobre o mundo do trabalho, enfatizando a maneira pela qual o discurso da competitividade é empregado para a dissolução das redes de proteção social

e desregulamentação dos sistemas de relações de trabalho. O objetivo central deste capítulo é apontar os riscos que as políticas conservadoras trazem para a estabilidade mundial e a preservação do tecido social, em razão da ruptura para com os fundamentos do bem-estar e da regulação.

No terceiro capítulo analiso a reestruturação da indústria brasileira, constatando que a tentativa de copiar o *modelo japonês* tem esbarrado no conservadorismo empresarial, dificultando a implantação de um regime democrático de relações de trabalho e, com efeito, produzido um sistema industrial muito particular; diagnostico também que a indústria nacional ainda é atrasada e incompleta, não dominando a produção de bens mais sofisticados, especialmente os bens de capital.

Posteriormente, analiso o comportamento do mercado de trabalho diante da aplicação dos novos fundamentos produtivos e da ofensiva empresarial para a flexibilização das condições de trabalho; concluo que o movimento de reorganização do capital tem produzido a desestruturação do mercado e trabalho, com o aprofundamento da sua característica dual e a inflexão do emprego, renda e demais indicadores. Ao final, emprego a teoria cepalina com o objetivo de fazer um balanço da economia brasileira, concluindo que a aplicação da receita neoliberal tem aprofundado o seu caráter dependente e periférico, sendo que o atual rumo constitui um descaminho ao desenvolvimento.

No quarto capítulo, investigo como a desestruturação do mercado de trabalho brasileiro também se manifesta através da desqualificação da força de trabalho. Na primeira parte, estabeleço um debate sobre as necessidades educacionais e capacitacionais do novo paradigma, a fim subsidiar a argumentação central. Na segunda, comparo as novas demandas por mão-de-obra com as políticas públicas de educação e capacitação; constato o conservadorismo da política educacional em razão das tendências de privatização das funções públicas do Estado, recuo do princípio da universalização, polarização entre educação geral e profissional e ingerência dos organismos internacionais.

Ainda neste capítulo, investigo os antigos programas de formação profissional - entre eles o *Sistema S* e o PLANFOR, constatando a sua ineficiência mediante as demandas; e, no estudo sobre as políticas de implantação recente, discorro sobre o Programa Nacional de Qualificação – PNQ, concluindo sobre o seu confinamento entre as políticas restritivas, ao mesmo tempo em que detecto a tendência do Programa Universidade para Todos – PRÓUNI

em se afirmar enquanto um programa de formação profissional. Finalizando a segunda parte, utilizo-me dos dados do Censo Demográfico de 2000 para demonstrar como a desescolarização da população adulta sinaliza para a desqualificação da força de trabalho.

Encerro o quarto capítulo concluindo que as políticas públicas de educação e de formação profissional não têm cumprido os seus objetivos, em razão da timidez mediante as demandas e que a desestruturação do mercado brasileiro de trabalho, também se manifesta através da inflexão da capacidade da força de trabalho operar um sistema avançado de agregação de valor, sendo que este comportamento constitui mais um elemento sinalizador do descaminho da economia brasileira em relação ao desenvolvimento econômico e social.

A conclusão geral deste trabalho é que (i) a *queima* de mão-de-obra é, pelo menos momentaneamente, inexorável, e os trabalhadores qualificados no paradigma taylor-fordista continuarão com muita dificuldade em se reinserir noutro emprego, com a mesma qualidade que anterior; (ii) as políticas de formação profissional estão sendo edificadas sobre a areia movediça, em razão da falta de uma política educacional capaz de fornecer uma sólida formação de base; (iii) a desqualificação da força de trabalho afeta até mesmo as possibilidades de desenvolvimento; (iv) o Estado brasileiro é co-responsável pela *queima* de mão-de-obra, isso em decorrência da sua timidez na implementação de uma política educacional vultosa e conseqüente.

Além da tese central aqui defendida, resgato um argumento há muito em desuso pelo movimento sindical e pela esquerda, quando correlaciono a possibilidade de estabelecimento de relações virtuosas no mercado de trabalho, também, à adoção de uma agenda para o desenvolvimento econômico e social e não somente ao fortalecimento da organização do trabalho frente ao capital. Por outro lado, creio que inovo a crítica quando: (i) adentro um pouco mais nas limitações da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica, evidenciando que a crise do capitalismo é mais profunda do que se alardeia, pois, não há horizontes para a transposição da atual crise energética; (ii) atrelo o conservadorismo sindical enquanto parte constitutiva da crise do mercado de trabalho e (iii) aponto o Programa Universidade para Todos – PRÓUNI como, possivelmente, o principal programa de formação profissional do Governo Federal.

O desenvolvimento em perspectiva.

Boa parte das análises do movimento sindical e das esquerdas sobre a crise do mercado de trabalho põe a ênfase no conflito de classes, realçando o caráter conservador do empresariado brasileiro, incapaz de fomentar a mínima modernização das relações de trabalho, o que implicou na estrutura antidemocrática, dual, pouco distributiva e concentradora das oportunidades. Em verdade, qualquer estudo que desprezasse este aspecto, estaria morto antes mesmo de começar, pois, nele reside a causa fundamental das perversidades das relações entre o capital e o trabalho no Brasil.

Entretanto, apesar da concordância neste aspecto, creio que tais análises contêm alguma debilidade quando deixam de levar em conta - ou levam de forma muito limitada - a ausência de um projeto de desenvolvimento enquanto um dos elementos causadores das graves disfunções do mercado brasileiro de trabalho. Como se poderá observar ao longo dos quatro capítulos, a todo tempo este trabalho se preocupa com a necessidade de um projeto de desenvolvimento, concomitantemente com a democratização das relações de produção.

As limitações da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica.

Há uma miríade de análises econômicas e sociológicas sobre as transformações do capitalismo, colocando ênfase na Terceira Revolução Industrial e Tecnológica como evento fornecedor do instrumental para que o capital promovesse a ofensiva sobre o trabalho. Entretanto, tais análises se contentam em apresentar o desenvolvimento das forças produtivas ou, no limite, como o faz Maria da Conceição Tavares, argumentar sobre o caráter incompleto do paradigma, em razão da não-transposição das antigas fontes energéticas e das bases dos transportes.

Porém, a questão de como o capitalismo resolverá a crise energética para dar seqüência à acumulação ainda permanece em aberto e, municiado desta preocupação, procurei explorar um pouco mais este aspecto, pesquisando campos alienígenas para Ciências Sociais, como o da física e a engenharia de altas energias.

Apesar de as limitações da minha formação para tal, creio ter avançado um pouco mais, explorando o debate em torno das questões energética e dos transportes, concluindo que todas as possibilidades nestes campos ainda são embrionárias e experimentais, concluindo que o capitalismo mundial ainda não possui uma alternativa eficiente para este aspecto da crise.

O conservadorismo sindical.

Outro aspecto que, ao meu modo de ver, invariavelmente causa intriga nas análises econômicas e sociológicas sobre o mercado de trabalho brasileiro, é a pouca atenção dispensada ao viés corporativista do movimento sindical. Creio que a maior parte dos trabalhos leva em conta a matriz conservadora consolidada a partir da *Revolução de Trinta*, porém, supõe que ela tenha se dispersado em grande parte, com a emergência do *Novo Sindicalismo*, a partir de 1978.

Procurei demonstrar que aquele comportamento inovador do *Novo Sindicalismo* se extinguiu ou foi drasticamente reduzido no início dos anos noventa, com a abertura econômica e com a reestruturação industrial, sendo que o movimento passou à defensiva, mas mantendo a estrutura característica do sindicalismo oficial. Ciente do *vespeiro* que este assunto representa, optei por seguir a minha crença de que, ainda que fira muitas susceptibilidades, o debate é sempre bem-vindo, desde que objetive o aprofundamento dos espaços da democracia e progresso do conhecimento.

O PRÓUNI enquanto programa de qualificação profissional.

Esta última inovação deriva mais da minha constatação empírica em oito anos como docente em instituições privadas de ensino superior e do debate presenciado na imprensa, em que os Conselhos Regionais das profissões têm denunciado a má qualidade de ensino.

O descaso do Ministério da Educação e da Cultura – MEC em estabelecer uma fiscalização rígida sobre as instituições privadas de ensino superior, juntamente com a fragilidade dos atuais mecanismos de controle, têm feito a qualidade ruir despencar a níveis assustadores, a ponto de sinalizar para a descaracterização daquela modalidade enquanto ensino de terceiro grau. Quando se soma este fato ao brutal investimento que o MEC vem fazendo nestas instituições, através do PRÓUNI, fica difícil não supor que este constitui maior o programa de formação profissional do Governo federal, ainda que ele não o admita.

Classifico esta pesquisa no campo da sociologia do trabalho, muito embora a sua tendência à interdisciplinaridade fique evidente quando adentro os campos da economia do trabalho, da educação e da administração, entre outros. O problema dos trabalhos multidisciplinares é o risco de não se aprofundar em coisa alguma ou dizer absurdos e, ciente da possibilidade, procurei tomar os devidos cuidados quando me intrometi nas áreas de pouco domínio. Certamente que as críticas e os apontamentos aparecerão em relação a um ou outro

aspecto de importância subalterna e serão bem-vindos. No conjunto, creio que as questões exteriores ao terreno das Ciências Sociais foram devidamente formuladas.

Finalizando, quero dizer que tenho a clareza que cada um dos assuntos aqui tratados encerra uma série de outros subcampos para a pesquisa, que poderiam ser mais explorados com o acréscimo de outras visões divergentes. Entretanto, a delimitação temporal deste Programa de Mestrado me fez concentrar no objeto, abrindo mão de perseguir outras variáveis. Às visões divergentes que aqui me escaparam, fica o meu compromisso de retomá-las noutra pesquisa, a realizar-se oportunamente.

CAPÍTULO 1.

A SEGUNDA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E TECNOLÓGICA, A ESTRUTURAÇÃO DA SOCIEDADE SALARIAL E A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA.

O liberalismo econômico interpretou mal a história da Revolução Industrial porque insistiu em julgar os acontecimentos sociais a partir de um ponto de vista econômico.

Karl Polanyi

A Primeira Revolução Industrial e Tecnológica completou-se ao final do século XVIII e foi possível em razão do desenvolvimento do artesanato, da acumulação primitiva de capitais e da proletarianização de camponeses e artesãos. Com a indústria, quatro elementos-chave reuniram-se para consolidar o *capitalismo originário*²: a propriedade privada dos meios de produção, a economia baseada na produção industrial, o trabalho assalariado e a existência de duas classes antagônicas, a burguesia e o proletariado.

Da perspectiva dos antagonismos de classes, significou a vitória do capital sobre o trabalho pelos seguintes motivos: (i) ao reunir os trabalhadores num único espaço (a fábrica) com o trabalho planejado, dirigido e controlado pelos capitalistas, forçou a destruição da autonomia e do conhecimento técnico e produtivo do artesanato; (ii) ao separar os trabalhadores dos meios de produção, provocou sua alienação; (iii) destruiu as formas pretéritas de produção, produzindo a subordinação da força de trabalho ao capital e (iv) transformou a força de trabalho em mercadoria a ser comprada e consumida no processo produtivo (BARBOSA DE OLIVEIRA, 1985).

Do ponto de vista técnico e científico, o capital não produziu um novo conhecimento, apropriando-se do conhecimento desenvolvido pelos artesãos. Em um momento em que as ciências ainda tateavam os segredos da matéria, o capitalismo percorreu mais de um século sem inovar sua base produtiva. Assim, o padrão industrial que perpassou o interregno de

² A expressão *capitalismo originário* refere-se ao capitalismo inglês em seus primórdios. O termo *capitalismo atrasado* expressa a onda de difusão do capitalismo do final do Século XIX, caracterizada pela industrialização dos Estados Unidos, França e Alemanha no período 1840-70 e da Rússia e Japão no período 1870-90 (ver BARBOSA DE OLIVEIRA, 1985).

meados do final do século XVIII até a penúltima década do XIX foi caracterizado por: (i) base tecnológica rudimentar apoiada na máquina a vapor; (ii) base energética primitiva apoiada no uso intenso do carvão mineral e (iii) preponderância da produção de bens de consumo não-duráveis (idem).

No universo microeconômico e organizacional preponderou a pequena empresa familiar, de baixo volume de capital e de administração direta pelo capitalista, sendo que tal organização - num ambiente macroeconômico caracterizado por um grande número de pequenas empresas disputando os espaços do mercado - conformou o *capitalismo concorrencial* (idem).

Pioneira da Revolução Industrial e do *capitalismo originário*, em 1830 a Inglaterra já era a *oficina do mundo*, e o aperfeiçoamento da máquina a vapor, aliado à expansão da mineração produziram a primeira grande revolução dos transportes. Com o ciclo ferroviário, o eixo da acumulação deslocou-se da produção de bens de uso corrente para a produção de bens de capital, esboçando traços mais nítidos do capitalismo industrial (idem).

A doutrina liberal presidiu o ordenamento das relações sociais e a Lei Say³ sacralizou e reverenciou o mercado, rebaixando o trabalho humano ao mesmo nível das mercadorias. A transformação da força de trabalho em mercadoria, sem a contrapartida de mecanismos sociais atenuantes de seus efeitos devastadores, triturou as bases morais da sociedade nas engrenagens do modo de produção capitalista, ameaçando a continuidade do processo civilizatório (POLANYI, 2000).

Este ordenamento primitivo das relações sociais de produção insistiu em prevalecer no Século XX, mesmo depois da transformação da base produtiva e a consubstanciação do segundo paradigma, provocando a maior crise de toda a história da civilização.

No presente capítulo, apresento a evolução do capitalismo internacional⁴ na fase de amadurecimento da Segunda Revolução Industrial, a crise de mudança de paradigma do entre-

³ De Jean-Baptiste Say, economista liberal que acreditava que *toda oferta gera sua própria demanda*. Por este raciocínio, bastaria produzir (promover uma oferta de bens ao mercado), que o emprego e a renda (portanto a demanda) se conformariam automaticamente (ver ARAUJO, 1995). A Grande Depressão dos anos trinta atestaria os equívocos da Lei Say.

⁴ Ao longo deste trabalho evitarei as expressões *capitalismo global e globalização*, em razão de concordar com a argumentação de Hirst e Thompson (1998), para os quais não há nenhum elemento

guerras e a consolidação da sociedade salarial. Na sequência, apresento o processo brasileiro de industrialização, passando pela industrialização restringida, a pesada, o esgotamento do II PND até o ajuste exportador dos anos oitenta, com a introdução de novos fundamentos da competitividade. Finalizo-o com o diagnóstico de que a industrialização brasileira é atrasada, dependente e incompleta, com um padrão conservador de relações de trabalho que reproduz, tanto o espírito conservador das elites internas, quanto sua inserção subordinada nas relações internacionais de trocas.

Ao revisitar a história do capitalismo do Século XX, pretendo resgatar elementos para comparação entre o arranjo do segundo pós-guerra com as transformações recentes, chamando a atenção, no Capítulo Dois, para o fato de que a emergência do terceiro paradigma, sem um novo contrato de regulação das bases de apropriação do produto social, pode consubstanciar-se na regressão a um quadro histórico parecido com a trágica situação do entre-guerras. Por outro, ao revisitar a industrialização brasileira, pretendo trazer ao centro do debate a *armadilha histórica*⁵ que permeia o processo brasileiro de desenvolvimento, alertando, no Capítulo Três, para o fato de que tal armadilha repete-se no processo recente de reestruturação produtiva e, muito possivelmente, não sinalizando para o desenvolvimento sustentado.

1.1. A Segunda Revolução Industrial e Tecnológica.

1.1.1. A base tecnológica e organizativa do capital.

O interregno entre a penúltima década do Século XIX e a primeira do Século XX foi marcado pelo grande número de descobertas científicas: a invenção do motor a combustão interna transbordou para a criação do automóvel e do aeroplano, ao passo que a captura da técnica de refino do petróleo possibilitou o emprego em escala destas duas invenções, provocando uma segunda revolução nos transportes. Por outro lado, o domínio sobre os

mais sólido que indique que a economia internacional é realmente globalizada. Retomarei o assunto no final do Capítulo Dois.

⁵ A expressão *armadilha histórica* é de Celso Furtado referindo-se aos erros cometidos no processo brasileiro de industrialização (ver FURTADO, 1992). Retomarei o assunto ao final deste capítulo.

segredos da composição molecular possibilitou o desenvolvimento da química fina e o emprego de novos materiais, especialmente o plástico, ao mesmo tempo em que permitiu o aperfeiçoamento das técnicas siderúrgicas e a produção dos aços especiais.

Mas, o grande impacto residiu na descoberta da maneira de produzir e controlar o deslocamento de elétrons através dos metais condutores, o que desdobrou na captura do processo de geração, transmissão e emprego da eletricidade, mudando radicalmente o estilo de vida capitalista; em especial, a invenção e a difusão do motor elétrico de corrente alternada trifásica expulsaram definitivamente a máquina a vapor do ambiente fabril, gerando um formidável salto da produtividade industrial.

Paralelamente às inovações tecnológicas, a conjunção entre a administração científica do trabalho de Taylor e a linha de montagem de Ford transbordou para o mais eficiente arranjo industrial até então, com um grande impacto no tamanho das companhias, das plantas industriais, do volume de emprego e da escala de produção.

A necessidade de grandes volumes de capital a fim de estruturar unidades produtivas em sintonia com o novo paradigma forçou a fusão de companhias e quebras de outras, decretando o fim da pequena empresa familiar de administração direta pelo capitalista e conformou a grande empresa multidivisional, de propriedade por cotas de ações e administrada pela gerência profissional. Em decorrência, no plano macroeconômico consolidou-se um processo de internacionalização das empresas, concentração de capitais com a conformação de grandes monopólios, fazendo com que o capitalismo internacional abandonasse o caráter concorrencial e assumisse traços monopolistas.

A Inglaterra atravessara todo o século XIX como a única economia industrializada do mundo, mas no período 1840/70, Estados Unidos, França e Alemanha industrializaram-se na primeira onda de industrialização atrasada, enquanto que Rússia e Japão o fizeram no período 1870/90, na segunda onda (BARBOSA DE OLIVEIRA, 1985). A industrialização de várias outras nações a partir da nova base tecnológica provocou uma acirrada disputa pelos mercados, controle das colônias e pela hegemonia, adicionando um novo elemento às características do capitalismo internacional: além de monopolista, o capitalismo adquiriu um pronunciado caráter imperialista e a eclosão da Primeira Guerra Mundial foi consequência da disputa imperial entre as potências industriais.

1.1.2. O taylorismo e a divisão manufactureira do trabalho.

Através da divisão produtiva por ofícios, o artesanato aperfeiçoou a divisão social do trabalho, permitindo a produção de bens sem a ruptura com a totalidade do conhecimento. Ao preservar a não-divisão das tarefas, os ofícios permitiram a comunhão entre concepção e execução, entre o saber e o fazer, viabilizando a continuidade da comunhão do homem com o objeto do trabalho social. *Assim, a divisão social do trabalho é aparentemente, inerente característica do trabalho humano tão logo ele se converte em trabalho social, isto é, trabalho executado na sociedade e através dela* (BRAVERMAN, 1975: 72). E a partir de tal comunhão, os ofícios foram os experimentadores científicos, sendo que em seus primórdios, a ciência foi experimentada por homens práticos.

Apesar de o incremento da produtividade pela parcelização das tarefas já ter sido debatido anteriormente por vários pensadores, entre eles Smith e Babbage e contemporaneamente a Taylor por Fayol, teve implementação prática com Frederick Winstow Taylor no final do Século XIX, no bojo da revolução técnico-científica. Em verdade, Taylor nunca foi cientista e sim um homem prático, perspicaz e sistemático, sendo que a última característica lhe foi amplificada pela sua cultura *quaker*⁶. Assim, seu maior feito foi reunir os conceitos já existentes sobre a parcelização, acrescentando o controle de tempo de cada tarefa.

Para Braverman (idem: 103), três grandes princípios norteiam toda a fundamentação de Taylor: (i) *A dissolução dos processos de trabalho das especialidades*, com o processo independentemente do ofício e da tradição e passando a depender, apenas, da gerência; (ii) *a separação entre concepção e execução* em que todo o trabalho de concepção deve ser banido da cabeça do trabalhador e capturado pela gerência e (iii) *a utilização do monopólio do conhecimento* para controle de cada fase do processo de trabalho e seu modo de execução. Aprofundando o raciocínio, Braverman explica que a *lógica* capitalista contida na parcelização reside na diminuição do valor do trabalho, pois, este se torna mais barato quando comprado separadamente do conhecimento.

⁶ Talvez Taylor constitua um dos exemplos mais proeminentes de como a ética religiosa alavanca a acumulação capitalista, fenômeno este apontado por Max Weber em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. (ver WEBER, 1967; COSTA, 1997).

(...) em termos de mercado, isso significa que a força de trabalho capaz de executar um processo pode ser comprada mais barato como elementos dissociados do que com a capacidade integrada num só trabalhador (...). O modo capitalista de produção destrói sistematicamente todas as perícias à sua volta, e dá nascimento às qualificações e ocupações que correspondem às suas necessidades. As capacidades técnicas são daí por diante distribuídas com base estritamente na ‘qualificação’ (leia-se especialização). A distribuição generalizada do conhecimento do processo produtivo entre todos os participantes torna-se, desse ponto em diante, não meramente ‘desnecessária’, mas uma barreira concreta ao funcionamento do modo capitalista de produção (idem: 79).

A ênfase colocada neste ponto tem a pretensão de realçar o quanto este aspecto microeconômico e organizacional influenciou o segundo paradigma, colaborando para esculpir as feições do capitalismo no Século XX. A parcelização impôs a ruptura entre as mãos e o cérebro, tornando-os antagônicos e hostis entre si, de forma que *os instrumentos humanos são adaptados à maquinaria de produção de acordo com as especificações que se assemelham nada mais [com as] especificações das propriedades da máquina* (idem: 157). Por outro lado, a parcelização⁷ provocou a ruptura da divisão social do trabalho, acarretando as mais ruinosas consequências da história do trabalho.

Para Braverman,

A divisão social do trabalho divide a sociedade em ocupações, cada qual apropriada a certo ramo de produção; a divisão pormenorizada destrói as ocupações consideradas neste sentido, e torna o trabalhador inapto para

⁷ A compreensão do significado que a parcelização das tarefas tem no empobrecimento do trabalho e no aprofundamento da alienação é de importância vital para a reflexão sobre as possibilidades que se apresentam no terceiro paradigma, através da reintrodução da polivalência produtiva. Conforme discorrerei no Capítulo Quatro, há um debate instalado em que muitos autores acreditam que o advento da *produção flexível* redescobre a verdadeira dimensão do trabalho, sinalizando para a descontinuidade da desqualificação da força de trabalho conferida pela parcelização. Nesta linha de raciocínio, os processos de trabalho do novo paradigma estariam promovendo o reencontro entre concepção e execução, entre o saber e o fazer, possibilitando a alimentação de novas utopias de um mundo do trabalho mais rico e criativo.

acompanhar qualquer processo completo de produção (...) Enquanto a divisão social do trabalho subdivide a sociedade, a divisão parcelada do trabalho subdivide o homem, e enquanto a subdivisão da sociedade pode fortalecer o indivíduo e a espécie, a subdivisão do indivíduo quando efetuada com menosprezo das capacidades e necessidades humanas, é um crime contra a pessoa e contra a humanidade (idem: 72).

Com a afirmação da divisão manufatureira, levada ao limite pelo taylorismo, rompeu-se a ligação dos trabalhadores com a experimentação científica e estes se divorciaram definitivamente da ciência. Com efeito, ao contrário da Primeira Revolução Industrial em que o capital simplesmente apoderou-se do conhecimento alheio, na Segunda ele brotou de base científica mais definida, elaborado e controlado pelo capital e alheio aos trabalhadores.

Estabelecidos os princípios da *administração científica do trabalho*⁸, a intercambialidade das peças e a linha de montagem de Ford complementaram o elo da organização do trabalho industrial. Mas, segundo Chandler (1962), os frigoríficos norte-americanos já haviam inventado a *linha de desmontagem* do boi, sendo que Ford, apenas, inverteu o sentido do processo, implementando-o na indústria automotiva. Mas, para Womack *et al* (1992), mais importante do que a linha de montagem, a intercambialidade de peças - tornada possível através da padronização das medidas - constituiu a principal contribuição de Ford. A ênfase aqui colocada nas inovações de Taylor, reservando um papel coadjuvante às de Ford deve-se ao fato de a bibliografia analisada assim o sinalizar; Braverman (1995) - principal fonte de pesquisa para este assunto - sugere que toda a arquitetura da organização do trabalho no capitalismo monopolista deriva da sistematização taylorista; mesmo assim, a expressão *taylor-fordismo* é citada no decorrer deste trabalho, exprimindo a comunhão entre os fundamentos de Taylor e Ford, que delineou a organização do trabalho industrial ao longo do Século XX.

No entanto, a despeito das conseqüências sociais negativamente impactantes que o taylor-fordismo conferiu, sua disseminação trouxe aspectos importantes para a organização do trabalho. Sua arquitetura organizacional é uma *esponja* de absorção de trabalho em razão da porosidade do tempo morto do processo de trabalho, o que induziu ao recrutamento de hordas

de camponeses para o trabalho industrial. E o recrutamento das massas possibilitou o surgimento do sindicato de massas, que marcou a história da luta de classes no Século XX. *O acúmulo de trabalhadores em fábricas de larga escala sempre trazia, no entanto, a ameaça de uma organização trabalhista mais forte e do aumento do poder da classe trabalhadora* (HARVEY, 1998: 129).

Portanto, se por um lado a emergência do paradigma taylor-fordista levou a extração de mais-valia ao extremo, por outro, contraditoriamente, reproduziu os elementos que possibilitaram a organização do trabalho contra seus efeitos, sendo que neste ponto reside uma diferença fundamental em relação às transformações recentes. Ao contrário, a emergência do terceiro paradigma, ao reduzir drasticamente as bases do emprego e do assalariamento, diminui, fragmenta e dificulta a organização dos trabalhadores, sinalizando para uma conjuntura, talvez, tão ou mais ameaçadora, instável e perigosa quanto aquela do começo do Século XX.

1.1.3. A crise de mudança de paradigma.

Nos Estados Unidos da América do primeiro pós-guerra e dos grandes dias de expansão do taylor-fordismo, o fantástico consumo ocorria em razão da massificação do crédito e não em razão da formação de demanda agregada pelo crescimento da remuneração dos assalariados. Pois, ainda não tendo desenvolvido uma nova relação salarial em concordância com o novo paradigma produtivo - ainda que o emprego estivesse sendo estendido às massas - não havia um novo ordenamento distributivo que possibilitasse um novo padrão de consumo.

Portanto, mudanças significativas ocorriam na acumulação de capital, enquanto que a mentalidade capitalista ainda permanecia no século XIX, com as mesmas relações sociais, a mesma relação salarial e com o mesmo padrão de consumo da Primeira Revolução Industrial e do *capitalismo concorrencial*. Mudara a base produtiva capitalista, enquanto que as relações sociais ainda permaneciam atrasadas.

⁸ O conjunto de técnicas aprimoradas ou desenvolvidas por Taylor.

A insistência em apresentar este aspecto da história reside no fato de que, ao meu modo de ver, as mesmas condições dadas na crise de mudança para o segundo paradigma repetem-se no presente momento de mudança para o terceiro. Assim como ocorreu no passado, há uma determinada evolução das forças produtivas, presidida pela transformação das formas de organização do trabalho, que provoca grandes desarranjos, sem a conformação de novas relações sociais.

Do descompasso entre o padrão de produção e o padrão de consumo eclodiu a crise de 1929. Naquele ano, algum especulador da bolsa de Nova Iorque - não necessariamente muito visionário - descobriu o óbvio: o sistema de crédito que vinha financiando o consumo não resistiria ao volume de inadimplência, pois, o nível de endividamento dos assalariados havia chegado ao limite em razão da escassez de renda, sendo que não haveria condições de se honrar os empréstimos contraídos. Como uma explosão, a primeira ação vendida abaixo dos preços inflacionados detonou o comportamento irracional e as ações das companhias se desvalorizaram da noite para o dia.

Com todo o resto do mundo atado ao seu destino, os Estados Unidos, ao quebrarem, arrastaram toda a economia internacional e a Grande Depressão generalizou-se em escala planetária, sendo que dos centros dinâmicos à periferia capitalista, instalaram-se a queda da produção, das exportações, da renda pessoal dos assalariados, da renda familiar e generalizou-se o desemprego. Exceção à regra, a União Soviética não foi atingida, pois, isolara-se do mercado mundial, adotara o sistema de planejamento e marchava na montagem da indústria bélica e de bens de capital⁹.

Para Hobsbawm,

A Grande Depressão confirmou a crença de intelectuais, ativistas e cidadãos comuns de que havia alguma coisa fundamentalmente errada no mundo em que viviam. Quem sabia o que se podia fazer a respeito? Certamente poucos dos que ocupavam cargos de autoridade em seus países e com certeza não aqueles que tentavam traçar um curso com os instrumentos de navegação tradicionais do liberalismo secular ou da fé tradicional, e com as cartas dos

⁹ Em relação à economia e à política soviéticas no período, ver CARR, 1979; em relação ao planejamento econômico ver MIGLIORI, 1982.

mares do século XIX, nas quais era claro que não se devia mais confiar
(HOBSBAWM, 1996:106).

Através do *New Deal*, os Estados Unidos implementaram um pacote de investimentos estatais em infra-estrutura, alavancando o emprego e a renda. Por outro lado, já sob o controle nazista, a Alemanha também iniciou um programa de recuperação sob o controle estatal, com grande volume de investimento na indústria bélica. Portanto, da trágica experiência da crise de mudança de paradigma nasceu a consciência de que o capitalismo monopolista não poderia mais navegar *com as cartas dos mares do século XIX* e introduziu-se a gestão macroeconômica com estreito controle do Estado. Mas, enquanto os Estados Unidos o fizeram pela via de um mínimo consenso, a Alemanha nazista o fez pela via do terror; e como a história é um processo dinâmico, enquanto os demais países não se prepararam para um novo ordenamento das relações sociais, os tambores de guerra rufaram e a eclosão da Segunda Guerra Mundial tornou-se inexorável para aquela instável conjuntura, pois, não havia uma regulamentação internacional capaz de arbitrar o conflito entre os novos impérios industriais.

Sem demora neste ponto, é interessante observar como a nova forma de organização do trabalho e o novo paradigma industrial e tecnológico produziram impactos na Segunda Guerra Mundial, ao mesmo tempo em que influenciaram em seu desfecho¹⁰. Vale ressaltar que os grandes vencedores - os Estados Unidos da América - foram justamente os pioneiros do

¹⁰ Em pleno século XX, a Primeira Guerra fora travada, em grande parte, com as tecnologias do século XIX e da Primeira Revolução Industrial; as tecnologias da segunda era industrial ainda não haviam se disseminado a ponto de serem empregadas em escala, sendo que os veículos automotores terrestres e a aviação tiveram um emprego limitado. Na segunda metade da década de trinta, ao perceber o rearmamento alemão, a França esvaiu seus recursos construindo a *Linha Maginot*, uma barreira fronteira de casamatas, trincheiras, e ninhos de artilharia, a fim de conter uma possível invasão; desavisadamente se preparara para a guerra clássica do paradigma e do século anteriores. Ocorre que, já tendo capturado plenamente as técnicas da Segunda Revolução Industrial, a Alemanha se rearmara com novas tecnologias: a combinação dos aços especiais com os motores *Diesel* deu uma forma revolucionária à armada naval, à artilharia e à infantaria; o aperfeiçoamento de lagartas em substituição aos pneus fez com que os poderosos tanques *Panzers* não encontrassem pares e o desenvolvimento dos motores de pistões radiais refrigerados a ar produziu uma fantástica revolução na aviação. De forma que, quando a *Wermach* lançou a fulminante *blitzkrieg* sobre a França, a *Linha Maginot* revelou-se insignificante e o país capitulou em semanas.

segundo paradigma industrial, da introdução e difusão da nova forma de administração do trabalho e detentores da melhor estrutura industrial.

O caráter destrutivo do capitalismo já fora denunciado por Marx, sem que as elites que comandavam o mundo se fixassem para tal aspecto: sendo um modo de produção estruturado na crescente e ilimitada acumulação de riquezas, em um dado momento de pronunciado desenvolvimento das forças produtivas, estas se chocariam com as relações de produção, fazendo explodir as contradições e os antagonismos entre as classes.

A crise mais aguda do modo de produção capitalista apresentara-se exatamente no momento de mudança de paradigma, de transição entre duas eras industriais e tecnológicas, portanto, em um momento de brutal desenvolvimento das forças produtivas. Tal fato fizera com que as esquerdas acreditassem que o capitalismo havia se esvaído em contradições, sendo que um período de revoluções adviria para conformação de um novo sistema econômico, político e social. Entretanto, não foram capazes de engendrar uma alternativa para além do capital, cabendo aos líderes dos centros capitalistas a projeção de um novo modelo de capitalismo mais estável, o que ocorreu tardiamente em *Bretton Woods* (HOBSBAWM, 1996; MATTOSO, 1995).

Mas, se as elites dos países centrais não se mobilizaram para propor atenuantes aos efeitos devastadores do capitalismo - ainda que sem romper com a centralidade da acumulação - não se pode afirmar que ninguém naquele momento o fez. Ao presenciar a devastação da Grande Depressão e, posteriormente, o impacto das políticas rooseveltianas e alemãs na retomada do emprego e do crescimento, John Maynard Keynes - discípulo de Alfred Marshall - ainda em 1936 escreveu a *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda* que, ao sugerir uma nova interpretação teórica, assim como uma saída alternativa à economia capitalista, viria a constituir-se no maior clássico da economia política do século XX.

Para Keynes, ficara evidente que o capitalismo sucumbiria caso insistisse em funcionar sob as frias leis do mercado, sem o mínimo planejamento, sem considerar a articulação macroeconômica do espaço nacional e sem engendrar a paz social através da adoção de mecanismos redistributivos da riqueza social entre as classes. Cristalizara-lhe a visão do mercado, apenas, enquanto instrumento social de circulação e troca de mercadorias, não

podendo ser idolatrado como regulador das relações sociais, senão sob o risco de provocar hecatombes como a Grande Depressão¹¹.

A teoria clássica e a Lei Say reinaram absolutas e incontestáveis nos principais círculos decisórios mundiais, idolatrando o Estado mínimo e o mercado livre até a crise do entre-guerras; mas os clássicos haviam criado um mundo teórico no qual queriam encaixar a realidade e quando adveio a grande crise, constatou-se sua inconsistência em explicar o capitalismo monopolista que emergira com a Segunda Revolução Industrial e Tecnológica. E a teoria keynesiana apresentou-se como a nova intérprete da realidade, ao mesmo tempo em que propositora de um novo arranjo econômico, institucional, político e social.

1.1.4. A expansão do padrão norte-americano.

Três crises profundas em menos de uma metade de século ameaçavam a ordem capitalista, sendo que a Liga das Nações falira ao não conseguir estabelecer um diálogo internacional capaz de evitar a catástrofe. Urgia, portanto, a necessidade de pactuação de um novo contrato entre as classes, a adoção de fundamentos menos ruinosos de gestão macroeconômica e a fundação de um novo organismo capaz de fomentar o diálogo internacional e arbitrar o conflito entre as nações.

¹¹ Para a teoria keynesiana o problema central das crises cíclicas do sistema de mercado reside na ausência de *investimento*, o que redundaria na escassez de renda por parte da classe subalterna, incapacitando as economias de formarem uma sólida *demanda agregada*. Colocado de outra forma, é através do *investimento* que se cria um novo pacote de empregos que, por sua vez, redundaria na geração de uma nova massa salarial que se soma à antiga e que incrementa o poder de compra da sociedade (*demanda agregada*); quando vão ao consumo, os assalariados requerem consumir uma massa de bens e serviços superior àquela anterior aos novos investimentos, o que obriga a estrutura produtiva a produzir mais a fim de atender a nova demanda, o que implica a geração de um novo pacote de empregos, proporcionando um *efeito multiplicador* e produzindo um novo ciclo macroeconômico. Como os capitalistas se movem por expectativas psicológicas, retraindo o *investimento* ao menor sinal de incerteza sobre as taxas de retorno, a economia quando regulada pelo mercado reproduz o estado de espírito dos empresários, gerando a recessão como variável diretamente dependente da *escassez de investimento*. Portanto, o equilíbrio da economia capitalista depende da presença de um terceiro ator, além do capital e do trabalho – o Estado – que tem a capacidade de planejar horizontes macroeconômicos de longo prazo, manter níveis constantes de *investimento* e exercer a regulação sobre as relações de compra e venda de trabalho, de forma a garantir um nível de transferência de renda entre as classes, ou seja, promover um *efeito redistributivo*. Mais precisamente, é necessário considerar o emprego e a demanda enquanto variáveis diretamente dependentes do *investimento* (ver KEYNES, 1992; PREBSCH, 1998).

Em 1944, os líderes das principais nações reuniram-se em *Bretton Woods* a fim de debater os destinos do capitalismo, assim como uma nova institucionalidade capaz de garantir o crescimento, a estabilidade e a paz. Além da criação da Organização das Nações Unidas - ONU em substituição à Liga das Nações, *Bretton Woods* entrou para a história, principalmente, pelo fato de padronizar um novo modelo de gestão macroeconômica e social que, fundamentado no reformismo keynesiano, viria preencher os espaços abertos pela falência do liberalismo e que o marxismo não conseguira preencher.

Com o *status* de grandes vencedores da guerra, os Estados Unidos participaram da reconstrução européia, não apenas enquanto provedores de empréstimos através do *Plano Marshall*, mas acima de tudo enquanto investidores das atividades produtivas, através da instalação de empresas norte-americanas no continente europeu; e, com efeito, exportaram o padrão norte-americano para aquele continente. No entanto, para Harvey (1998: 131), este comportamento teve dois sentidos: (i) abrir novos mercados para o brutal excedente produtivo que ainda ocorria na economia norte-americana e (ii) difundir um padrão internacional no qual os Estados Unidos eram supremos.

Neste ponto chamo novamente a atenção para as diferenças existentes entre o segundo e o atual paradigma, no que se refere à internacionalização do modelo industrial. Conforme abordarei mais adiante, a internacionalização do padrão norte-americano deu-se a partir de um mínimo diálogo, em que a disseminação da base técnica e produtiva ocorreu com um arranjo social, a expansão das bases do emprego e o crescimento da remuneração e das garantias sociais. Ao contrário, conforme desenvolverei no Capítulo Dois, a tentativa do presente momento em disseminar uma nova base técnica e produtiva a partir dos fundamentos da *produção flexível* ocorre de forma unilateral pelo capital, com o estreitamento das bases do emprego e com a retração da remuneração e das garantias sociais.

1.2. A conformação da sociedade salarial.

1.2.1. Bretton Woods e o compromisso keynesiano.

As recomendações de *Bretton Woods* tomaram materialidade no segundo pós-guerra a fim de possibilitar a reconstrução e a estabilidade do capitalismo internacional e, nos países centrais, as políticas regulatórias de inspiração keynesiana foram implementadas.

No tocante às relações de trabalho, o estabelecimento de estatutos do trabalho, o reconhecimento dos sindicatos e a adoção do Contrato Coletivo de Trabalho, acabaram com a contratação individual, ao mesmo tempo em que possibilitaram ao Estado e ao trabalho interpor limites à autonomia das empresas, estabelecendo a regulação dos mercados de trabalho.

Com relação ao emprego, as políticas macroeconômicas orientadas aos constantes investimentos provocaram grande impacto na elevação do nível de emprego e, por outro lado, o crescimento das políticas sociais de educação, saúde e previdência, ao exigirem o crescimento da força estatal de trabalho, implicaram a expansão do emprego público, estendendo o assalariamento e a sindicalização a importantes segmentos da classe média. Portanto, as políticas orientadas ao pleno emprego fizeram com que o desemprego na maioria dos países de capitalismo avançado caísse, em média, para 3% da PEA, passando a existir, apenas, enquanto categoria *friccional*¹².

No que tange à elevação dos níveis de renda, as políticas orientadas ao crescimento do salário mínimo perseguiram a elevação do poder de compra de um padrão mínimo de bens e serviços, guardadas as particularidades de cada país, garantindo assim um padrão mínimo de cidadania no que tange ao consumo. Por outro lado, a expansão dos serviços públicos possibilitou aos assalariados deixar de pagar por muitos serviços que, antes privados, passaram

¹² Friccional é uma modalidade de desemprego que caracteriza um curto intervalo entre a saída (mesmo voluntária) de um emprego e entrada em outro, ou seja, da fricção do mercado de trabalho. Existe mesmo em economias em expansão e com elevado nível de oferta de emprego. Portanto, sua existência não é sinônimo de baixo dinamismo macroeconômico. Para conhecimento da metodologia de medição do emprego e do desemprego (ver HOFFMANN e BRANDÃO, 1996).

a ser de responsabilidade do Estado, permitindo, em razão disso, o aumento da renda familiar. *Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com os gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc* (HARVEY, 1998: 129). Por fim, o Contrato Coletivo de Trabalho, ao pactuar a redistribuição dos lucros das empresas com trabalhadores através do repasse da produtividade aos salários, possibilitou maior participação dos assalariados na apropriação do produto social. No conjunto, as políticas de elevação dos níveis de renda produziram uma homogeneidade no mercado de trabalho, minimizando as diferenciações de rendimentos (POCHMANN, 1999; MATTOSO, 1995).

Portanto, construiu-se um arranjo macroeconômico, institucional, político e social, cujos principais eixos residiram em: (i) políticas macroeconômicas regulatórias implementadas pelo Estado, tendo como objetivo central o crescimento econômico, o pleno emprego e a administração da demanda; (ii) políticas de proteção social e garantia de renda, tendo como objetivo atingir os despossuídos, os idosos e os economicamente incapacitados e garantir a cidadania no consumo e (iii) uma nova institucionalidade ou um novo estatuto do trabalho, com objetivo de regular a compra e a venda de força de trabalho, minimizando a condição do trabalho enquanto mercadoria¹³.

Para Harvey,

O Estado teve que assumir novos (keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve que ajustar as velas em certos aspectos para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve que assumir novos papéis e funções relativos ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção (HARVEY, 1998: 125).

A conjunção das ações de ordem macroeconômica com garantias sociais caracterizou o *Welfare State* ou *Estado do Bem-Estar Social* e a homogeneização das sociedades através do

¹³ Apesar da fantástica capacidade de inclusão, o arranjo não apresentou nada de inovador em relação à inserção das mulheres no mercado de trabalho, sendo que a expansão do emprego abrangeu apenas os homens. Portanto, a despeito do seu caráter avançado em muitos aspectos, há que registrar-se este lado conservador. A incorporação do sexo feminino pelo mercado de trabalho só ocorreu mais tarde, a partir do final dos anos sessenta.

assalariamento a padrões acima do limite mínimo da dignidade humana conformou a sociedade salarial. Com efeito, a economia mundial que oscilava entre a recessão e a estagnação desde o final da década de vinte, entrou num ciclo virtuoso de crescimento sem precedentes na história, constituindo o interregno entre os primeiros anos da década de cinquenta até os primeiros da década setenta os *Anos Dourados* ou os *Trinta Anos Gloriosos*.

A internacionalização do padrão norte-americano, mais o arranjo macroeconômico e social entre as classes, reuniram sob o mesmo teto econômico, político e social, a produção em massa, as tecnologias da segunda onda industrial, a grande empresa multidivisional e a relação salarial fordista, produzindo uma simetria entre padrão de produção e padrão de consumo. Com cinquenta anos de defasagem, o capitalismo internacional completou o seu segundo ciclo de reprodução.

Harvey (idem) chama a atenção para o fato de que o taylor-fordismo não poderia consubstanciar-se sem o complemento da expansão do padrão de consumo, concretizado pela macroeconomia keynesiana e pela regulação; assim, ele não pode ser visto como um sistema produtivo apenas mas, acima de tudo, como um sistema de relações sociais do capitalismo monopolista do pós-guerra.

É claro que o fordismo dependia da assunção pelo Estado-nação – como Gramsci previra – de um papel muito especial no sistema geral de regulamentação social (HARVEY, 1998: 130). Assim, (...) o fordismo do pós-guerra tem de ser visto menos como um mero sistema de produção em massa do que como um modo de vida total (idem: 131).

1.2.2. O papel da luta de classes.

Em tempo de não permitir equívocos de interpretações sobre a presente investigação, chamo a atenção para o seguinte aspecto: eleger uma teoria enquanto razão da fundação de uma nova ordem social seria negar o papel dinâmico que a luta de classes e o próprio espírito humano têm na construção do processo histórico. Determinantemente, esta não é a pretensão aqui expressa e se alguma demora foi concedida à teoria econômica, tal fato dá-se em razão da

necessidade do estabelecimento de diferenciais entre visões distintas sobre a economia capitalista.

Ademais, as teorias são construídas a partir de diferentes visões da realidade e tendem a consubstanciar diferentes formas de ação. E, se existem diferenças fundamentais entre a teoria clássica e a keynesiana, deve-se ao fato de existirem diferenças fundamentais nas formas de seus propositores enxergarem a realidade e proporem sua conservação ou superação, o que as Ciências Sociais, para próprio bem da ciência, não podem menosprezar. Fato concreto é que o reformismo keynesiano se sobrepôs ao socialismo enquanto alternativa à crise do liberalismo, interferindo no redesenho do capitalismo do segundo pós-guerra, o que justifica o espaço concedido à discussão dos seus fundamentos. Por outro lado, tal fato não nega o papel dinâmico da luta de classes na co-autoria deste redesenho.

O movimento sindical de inspiração anarquista, marxista e social-democrata, especialmente o europeu, vinha de uma tendência ascendente desde o século XIX, à medida que as contradições do capitalismo explicitavam-se. Apesar da derrota da Comuna de Paris, a fundação da Internacional Comunista manteve o alento do movimento operário por uma revolução mundial e a Revolução Russa, em 1917, deu prosseguimento a esse alento nas primeiras décadas do século XX, ao sinalizar a possibilidade de concretização da utopia de um Estado operário e um novo ordenamento das relações sociais de produção.

Mas, foi na Alemanha que, talvez, se tenha produzido o maior debate anticapitalista. Não tendo aquele país sofrido grande influência do iluminismo francês e da ideologia contratual, não absorvera o pensamento burguês sendo possível ali florescer o Idealismo de Hegel, que influenciou Marx e os socialistas (COSTA, 1997). Por outro lado, a Alemanha sofreu um processo de industrialização de inspiração estatal durante o período de Bismarck - inclusive com a tentativa de montagem de um *Welfare State* rudimentar ainda ao final do século XIX - desenvolvendo um modelo germanicamente próprio de capitalismo organizado, diferente do modelo anglo-saxão. Por tais razões, ali se reuniram as condições para o desenvolvimento de uma vigorosa intelectualidade e um movimento sindical de inspiração comunista e social-democrata.

Também a Bélgica, a França e a Inglaterra, ainda durante o século XIX, desenvolveram sólidos movimentos operários que adentraram as primeiras décadas do século XX com expressivo nível de organização. Até mesmo nos Estados Unidos da América -

sociedade marcadamente liberal, individualista e exponencial vetor da matriz anglo-saxã - as contradições do processo de extração de mais-valia possibilitaram o desenvolvimento de alguma atividade contestatória, ainda que não marcadamente anticapitalista. Ironicamente, na única experiência socialista até então concretizada, na União Soviética, houve um grande refluxo do movimento sindical. A orientação leninista de atrelamento do sindicato ao Partido Comunista, o terror da ditadura Stálin e o discurso oficial de que o socialismo estava em construção, produziram uma simbiose entre o Estado, o partido e o movimento sindical, desarticulando a organização dos trabalhadores (HOBSBAWM, 1996).

Havia nas primeiras décadas do século XX uma expressiva organização da sociedade questionando a brutalidade da economia de mercado e a mercantilização da vida, de maneira que quando a grande crise internacional adveio, em 1929 e nos primeiros anos da década de trinta, existia um acúmulo de reflexão a ponto de propor-se uma alternativa para além do capital ou, no limite, para além daquele capitalismo liberal e vitoriano que insistentemente se projetara no tempo, invadindo um século que não mais lhe pertencia.

Entretanto, a despeito do nível de organização, as esquerdas não foram capazes de implementar um modelo alternativo ao liberalismo ou ao capitalismo. Embora obtendo muitas conquistas parciais e um grande poder de pressão, o movimento sindical e a social-democracia do capitalismo avançado das primeiras décadas do Século XX mostraram-se excessivamente tímidos e pouco propositivos quando as condições objetivas da crise do liberalismo requeriam uma intervenção mais sistemática. A falta de ação das esquerdas abriu espaços ao nacional-socialismo e, após sua derrota, ao keynesianismo no pós-guerra (MATTOSO, 1995: 232).

A ascensão do nacional-socialismo redundou no esfacelamento dos movimentos revolucionários a partir de meados dos anos trinta, especialmente na Espanha e na Alemanha. Na Península Ibérica, a partir de 1935 uma coalizão de forças social-democrata, comunista e anarquista dava sustentação a uma república democrática e popular, quando foi golpeada e deposta pela direita fascista espanhola (ENZENSBERGER, 1987). E na própria Alemanha, o partido comunista de Rosa Luxemburgo e o movimento sindical foram completamente esfacelados pelos nazistas. Nos países aliados, a substituição do capitalismo pelo nazismo enquanto inimigo número um, produziu o apaziguamento temporário da classe laboriosa.

Entretanto, como brasa sob as cinzas que renasce ao soprar da primeira brisa, o movimento sindical ressurgiu nos países de capitalismo avançado, no imediato segundo pós-

guerra, a fim de fazer-se ouvir na reconstrução. E naquela frágil conjuntura, as elites européias tiveram a sensibilidade que Roosevelt tivera há quase dez anos atrás, de que o arranjo se produzisse enquanto contrato, ou seja, com a participação, o consentimento e a colaboração dos vendedores de força de trabalho. A partir de tal espírito, o trabalho renunciou à revolução e às greves em troca do emprego, do consumo e da proteção social, enquanto que o capital renunciou às taxas ilimitadas de mais-valia em troca da estabilidade, do crescimento e da paz social.

Foi necessário que se consolidasse o contramovimento da luta de classes e que este se tornasse capaz de impor mudanças na forma de gestão econômica, no papel estrutural do Estado, na relação salarial e no padrão de consumo (MATTOSO, 1995: 26).

O equilíbrio de poder, tenso, mas mesmo assim firme, que prevalecia entre trabalho organizado, grande capital e a nação-Estado, e que formou a base de poder da expansão do pós-guerra, não foi alcançado por acaso – resultou de anos de luta (HARVEY, 1998:125).

Com o engajamento do trabalho ao novo projeto do capital, a clássica previsão de Marx sobre a contradição fundamental do modo de produção capitalista tornou-se letra morta, pois, o controle social exercido sobre a acumulação de capital fez com que o desenvolvimento das forças produtivas fosse regulado por uma relativa democratização das relações de produção, amortecendo o choque entre ambos.

Castel (2003) aponta o fato de que um dos aspectos mais impactantes da regulação foi a dissolução dos ideais revolucionários que haviam esculpido a história desde a conformação do modo de produção capitalista.

A transformação decisiva que amadureceu ao longo dos anos 50 e 60 não é, pois, nem a homogeneização completa da sociedade, nem o deslocamento da alternativa revolucionária sobre um novo operador, a ‘nova classe operária’. O que se deu foi, sobretudo, a dissolução dessa alternativa revolucionária e a redistribuição da conflitualidade social conforme um

modelo diferente daquele da sociedade de classes: a sociedade salarial
(CASTEL, 2003: 463).

Embora tenha diluído ou arrefecido tão logo as condições de existência dos assalariados se apresentaram menos brutalizantes, a luta de classes teve um papel fundamental na conformação do arranjo do segundo pós-guerra, imprimindo-lhe uma marca indelével e sem as pressões do movimento trabalhista, talvez, o pacto entre o capital e o trabalho não tivesse tomado materialidade ou tivesse adquirido características muito diferentes.

1.3. Difusão capitalista na periferia e a industrialização brasileira.

1.3.1. A industrialização restringida.

O Brasil só consolidou a Primeira Revolução Industrial e Tecnológica no final do Século XIX, quando no capitalismo avançado novas tecnologias e um novo comportamento do capital já tensionavam o velho paradigma, sinalizando o alvorecer da Segunda Revolução. A acumulação de capitais originada na agro-exportação cafeeira foi canalizada para o estabelecimento de uma estrutura produtiva interna, visando a substituição de importações de uns poucos bens de consumo não-duráveis, especialmente os têxteis e os alimentícios. As dificuldades de importações impostas pela Primeira Guerra Mundial, na segunda década do Século XX, contribuíram para a dinamização da produção interna e uma relativa expansão do mercado de trabalho urbano, com a absorção de um vasto contingente de imigrantes, que aportara em terras brasileiras ainda antes mesmo da virada do século.

A visão conservadora da liberal-oligarquia da República Velha, em que *a questão social é uma questão de polícia*, mais as más condições de uso da força de trabalho, produziram um cenário conflituoso e tenso nas relações entre capital e trabalho, fazendo explodir o *Sindicalismo de Resistência* construído pelos trabalhadores imigrantes; cenário este que acompanhou todo o primeiro momento da industrialização, só tendo arrefecido após a Revolução de Trinta (FAUSTO, 1977).

A ascensão das forças da *ideologia do Estado*, em 1930, marcou um momento de ruptura para com o antigo modelo de desenvolvimento – orientado à dependência ao capital

externo, gestão macroeconômica liberal e ausência de regulação sobre as relações de trabalho – e inaugurou um novo modelo orientado a priorizar a defesa dos interesses nacionais e alçar o Estado enquanto agente do desenvolvimento e regulador das relações de trabalho, porém sem necessariamente compromissar-se com o aprofundamento dos espaços de participação e democracia (WERNECK VIANNA a, 1976).

A criação do estatuto de regulação das condições de uso da força de trabalho (cujo processo iniciou-se ainda em 1930 e completou-se em 1943 com a publicação da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, ainda no primeiro governo de Vargas), aliada à montagem da indústria de base (siderúrgica e do petróleo) e à fundação de um sistema nacional de capacitação da mão-de-obra (*Sistema S*, SENAI, SENAC) já no segundo governo, praticamente lançaram as bases para a construção do Brasil moderno, pois, esboçaram o desenho de uma economia com pretensões de inserir-se na segunda onda industrial. A CLT garantiria alguma transferência de renda aos assalariados urbanos e a dissolução dos conflitos; a indústria de base garantiria insumos à futura indústria de bens de consumo duráveis e o *Sistema S* garantiria mão-de-obra capacitada à operacionalização desta indústria, ao mesmo tempo em que capturaria os processos industriais mais avançados.

Em seus aspectos positivos, o estatuto brasileiro do trabalho teve importante papel em assegurar alguma transferência de renda aos assalariados, exercer alguma regulação sobre o uso do trabalho pelo capital e garantir o espaço mínimo de proteção social, constituindo uma legislação aparentemente avançada em relação à época em que foi implementada. Nos aspectos negativos, preservou o atrelamento dos sindicatos ao Estado, manteve a estrutura corporativa, o contrato individual de trabalho, o poder normativo da Justiça do Trabalho (que desincentiva o diálogo entre os atores) e todos os dispositivos de perseguição aos sindicalistas e intervenção nas organizações mais combativas. A própria difusão do argumento da *Outorga*¹⁴ constituiu uma formulação ideológica dissimulada com o intuito de descaracterizar a importância das lutas do *Sindicalismo de Resistência*¹⁵ nas conquistas. Em resumo, o

¹⁴ O argumento da *Outorga* enseja a idéia de que as leis trabalhistas não foram uma conquista dos trabalhadores e sim, uma doação de Vargas; (ver PARANHOS, 1997).

¹⁵ Há um relativo consenso entre os estudiosos em classificar a história do movimento sindical brasileiro de acordo com as seguintes fases: (i) *Período Mutualista*: do início da industrialização até a chegada dos imigrantes no final do Século XIX; (ii) *Período de Resistência*: da chegada dos imigrantes

controle estatal dos sindicatos enfraqueceu a organização trabalhista, possibilitando uma grande autonomia do capital na determinação das condições de uso da força de trabalho (FAUSTO, 1976; WEFFORT, 1978; WERNECK VIANNA a, 1976).

1.3.2. A industrialização pesada.

Reunidos os principais condicionantes, a conformação da indústria de massa no Brasil só ocorreu tardiamente (1955-61), através do *Plano de Metas* de Juscelino, com cinquenta anos defasados em relação a seu surgimento nos Estados Unidos e no momento em que o Japão já desenvolvia a produção flexível. Sua implantação deu-se localizada, principalmente, no setor automotivo e, diante da incapacidade do setor privado brasileiro em financiar um salto desta magnitude, foi fundamental a ação do Estado desenvolvimentista articulado com os grupos multinacionais. O crescimento dos países de capitalismo avançado no segundo pós-guerra possibilitou a exportação de capitais das empresas multinacionais que, combinada à ação e às novas características desenvolvimentistas do Estado brasileiro, imprimiram alguma tentativa de alteração da divisão internacional do trabalho (POCHMANN, 2000).

A industrialização pesada possibilitou a elevação do emprego urbano, a formação de um operariado mais qualificado, o crescimento da classe média, a expansão e complexificação do mercado de trabalho, assim como a heterogeneização da estrutura de classes da sociedade brasileira. O período 1940/1980 apresentou expressivas taxas de crescimento econômico, expansão do emprego e estruturação do mercado de trabalho, através da incorporação dos assalariados ao sistema formal com carteira assinada, assim como a diminuição do trabalho informal. No mesmo período, o grau de subutilização da força de trabalho (desempregados, sem remuneração e trabalhadores por conta própria) caiu de 55,7% da PEA em 1940 para 34,1% em 1980 (POCHMANN, 2000: 67).

até a Revolução de Trinta; (iii) *Período de Controle*: da Revolução de Trinta até a redemocratização de 1946; (iv) *Período de Competição*: de 1946 até o golpe militar de 1964; (v) *Novo Período de Controle*: de 1964 até a redemocratização de 1985 e (vi) *Novo Período de Competição*: da redemocratização aos dias atuais. A fase do *Sindicalismo de Resistência* é caracterizada pela grande influência dos trabalhadores imigrantes, predominantemente de ideologia anarquista, que resistiram à implantação do capitalismo no Brasil. (ver FAUSTO, 1976; WEFFORT, 1978; WERNECK VIANNA a).

Entretanto, dado o grau de articulação das oligarquias¹⁶, o modelo agrário permaneceu inalterado e a reforma agrária jamais passou de peça de ficção, perdurando o elevado nível de concentração da propriedade e, conseqüentemente, o êxodo rural. Não se consubstanciam formas pretéritas de produção que poderiam fazer com que uma parcela significativa da força de trabalho escapasse à subordinação capitalista, diminuindo o exército de reserva e aliviando a concorrência por emprego no mercado de trabalho urbano. A continuidade do modelo agrário constitui um dos elementos responsáveis pelos baixos salários, uma vez que a oferta de mão-de-obra sempre foi infinitamente superior à procura.

Contrariando a crença dos cepalinos, a industrialização não diminuiu as desigualdades, nem as tensões sociais, que continuaram crescendo. Com efeito, a intervenção autoritária de 1964 objetivou a repressão ao *boom* sindical e popular em prol das *Reformas de Base*, que ocorria num momento de crescimento econômico, pressionando por uma estrutura distributiva mais justa. Num primeiro momento, o governo militar afastou-se dos fundamentos desenvolvimentistas¹⁷ e, logo após, desmontou algumas das garantias da CLT, entre elas, a estabilidade no emprego após dez anos de serviço, substituindo-a pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e acabou com a previdência descentralizada por setores da economia, substituindo-a pelo centralizado Instituto Nacional de Previdência Social – INPS.

¹⁶ O grau de conservadorismo das elites agrárias é retratado com propriedade impactante no belíssimo filme *Deus e o diabo na terra do sol*, dirigido em 1964 pelo mago do Cinema Novo Glauber Rocha.

¹⁷ Imediatamente ao golpe o governo lançou o *Programa de Ação Econômica de Governo – PAEG*, para o qual *a intervenção do Estado na economia deveria ter, desta forma, apenas o sentido da correção dos desvios que houvessem plantado no funcionamento da economia nacional que, enquanto capitalista, se confiaria antes na mágica do livre jogo das forças de mercado* (GUIMARÃES, 1990). Entretanto, o PAEG foi, apenas, um plano de reorganização da *desordem* deixada por João Goulart e durou até 1966. Neste mesmo ano o governo implementou a *Reforma Campos-Bulhões*, dirigida pelo Ministro Roberto Campos. O volume de investimento que possibilitou o *Milagre Brasileiro* deu-se em infra-estrutura e teve mais um caráter ideológico de legitimar o governo pelo sucesso econômico, do que fomentar o desenvolvimento sustentado; na *Reforma* não houve uma preocupação em endogeneizar o desenvolvimento, capturar ciência e tecnologia e organizar o setor industrial. Portanto, não é possível categorizar como desenvolvimentistas os governos militares do período entre 1964-1973 (ver TAVARES e ASSIS, 1985). O mesmo não se pode afirmar do Governo Geisel (1974-79) que, através do II PND, esboçou nítidas preocupações com o fortalecimento da indústria de bens de capital, do subsetor energético e do subsetor de transportes; este sim, um governo desenvolvimentista, apesar de autoritário (ver COUTINHO e BELLUZZO, 1982).

1.3.3. O salto frustrado para a industrialização completa.

Com o esgotamento do *Milagre Brasileiro* do Governo Médici e constatados os limites da industrialização dependente, o Estado retomou vigorosamente os fundamentos desenvolvimentistas. Em 1974 o Governo Geisel lançou o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND que, sob a direção dos ministros Reis Velloso e Mário Henrique Simonsen e com o *slogam Energia e Transportes*, tentou construir o elemento pendente na indústria brasileira, o departamento de bens de capital. Mas, em razão das limitações da poupança interna e da ausência de um sistema nacional de crédito ao desenvolvimento, o II PND teve que recorrer aos capitais externos.

O domínio sobre a produção de bens de capital já havia sido conquistado pelo capitalismo avançado nas primeiras décadas do Século XX, sendo que a tentativa brasileira deu-se com mais de meio século de atraso. No momento de desaquecimento da economia internacional pelos impactos do primeiro choque do petróleo, o crédito tornara-se escasso e o Plano foi implementado pela metade, explicitando o fracasso do regime que buscava legitimidade pelo sucesso econômico (COUTINHO & BELLUZZO, 1982; CARNEIRO, 1992).

Desde a Revolução de Trinta o sindicalismo autêntico fora lentamente esvaziado e substituído pelo *peleguismo* oficial getulista, com um breve ressurgimento no interregno 1962/64, durante as *Reformas de Base* de João Goulart. Após o golpe de 1964, o movimento manteve-se na defensiva em razão da repressão do regime, constituindo exceção à regra as greves dos metalúrgicos de Contagem - MG e Osasco - SP, em 1968. Portanto, a industrialização brasileira fora, na sua totalidade, implementada sem a anuência dos trabalhadores.

A erosão do poder de compra dos salários após o *Pacote de Abril* de 1977 descontentou o setor mais organizado do movimento sindical, localizado no núcleo dinâmico da indústria brasileira, os metalúrgicos do ABC Paulista. Foi o momento *quando os novos personagens entraram em cena* (SADER, 1995). *A partir das greves do ABC em 1978, o capital acautelou-se diante de um fato insólito: doravante a reprodução do capital não mais*

seria realizada em voz unívoca sob o olhar contemplativo da platéia; esta se levantaria, tomaria seu lugar no palco, mudaria as personagens, rasgaria o velho roteiro e reescreveria uma nova história. Surgia, portanto, o movimento cuja dinâmica o tornaria conhecido como o *Novo Sindicalismo*, e que alteraria radicalmente a história da luta de classes no Brasil.

1.3.4. A crise dos anos oitenta.

Caracterizados como *a década perdida*, os turbulentos anos oitenta foram marcados por: (i) perda da capacidade de investimentos da parte do Estado; (ii) enfrentamento da crise da dívida externa; (iii) inflexão do emprego e das condições de vida dos assalariados; (vi) recrudescimento do *Novo Sindicalismo* e (v) a luta pela redemocratização do Brasil.

A crise da dívida externa brasileira tornou-se explícita ao final de 1982, quando o país recorreu a novos empréstimos do FMI. Desde 1979, a explosão dos juros corroera as finanças internas em razão dos pesados pagamentos dos serviços da dívida e a economia adentrou a década de oitenta com a capacidade estatal de investimento zerada, cessando as grandes obras que haviam caracterizado a década anterior e proporcionado um formidável *efeito multiplicador*. A necessidade de manter elevado o nível das reservas em dólar no Banco Central a fim de saldar os compromissos com o FMI e demais credores privados, obrigou a adoção de uma nova estratégia de política econômica e o ajuste exportador tomou materialidade no Governo Sarney (1985-88). Foi o momento inicial da reestruturação industrial, pois, o enfrentamento da concorrência externa exigiu maior dinamismo e qualidade. Constituída a fim de suprir o pouco exigente mercado interno, a indústria brasileira deparou-se com novos fundamentos de competição. Retornarei a este aspecto no Capítulo Três, em que trato da reestruturação produtiva brasileira.

A inflexão dos níveis de emprego e renda a partir de 1982 fez recrudescer o movimento grevista que se disseminou do núcleo metalúrgico do ABC Paulista para as demais regiões industriais, penetrando o funcionalismo público e outras categorias profissionais com pouca tradição de manifestação, como petroleiros, químicos e construção civil. Após o fracasso da greve geral de Junho daquele ano, a fundação da Central Única dos Trabalhadores - CUT no final do mesmo ano marcou o estabelecimento de uma estratégia de organização

mais ampla do movimento sindical, com vistas à disseminação da experiência do ABC para as demais regiões.

Ao recrudescimento do movimento sindical, somou-se a luta pela redemocratização, que ganhou força a partir de 1984. Mas, mesmo com a derrota da proposta pelas *Diretas já* no Congresso Nacional e a posse do governo civil em 1985, o movimento sindical continuou empunhando a bandeira por eleições diretas em meio à luta por melhores condições de trabalho. Paralelamente, a tensão no campo, que os militares desde 1964 haviam tentado sufocar pela força, veio à tona e o *Movimento dos Sem-Terra* explodiu reivindicando a reforma agrária.

Elaborada sob pressão, a Constituição de 1988 acolheu para a regulação institucional uma série de reivindicações trabalhistas que havia se acumulado ao longo do último período autoritário. Assim ocorreu com: a liberdade e autonomia sindical; o aumento da licença maternidade; a licença paternidade; a multa de 40% sobre o saldo do FGTS por ocasião da rescisão contratual; o pagamento de 1/3 de férias a mais; a jornada de seis horas para turnos ininterruptos, além de outras. Entretanto, talvez a medida de maior impacto político para as relações entre capital e trabalho, tenha sido a redução da jornada de trabalho de 48 para 44hs semanais¹⁸.

Enquanto no conjunto dos países desenvolvidos o movimento de reestruturação produtiva, a ofensiva sobre o *Welfare State* e a fragilização do Estado enquanto centralizador das relações de trabalho já eram realidade, no Brasil a promulgação da Constituição sinalizava para um caminho oposto, tendendo para uma centralização, com a incorporação de boa parte das reivindicações de uma década de recrudescimento do movimento trabalhista. Mas, quando, finalmente, a sociedade brasileira acreditou estar construindo um novo contrato fundador de um novo ordenamento de desenvolvimento econômico com equidade social, no capitalismo internacional a velha base produtiva de massa já estava em erosão e novos fundamentos de produção e gestão macroeconômica tensionam os sistemas políticos e de relações de trabalho, sinalizando a crise dos anos noventa.

¹⁸ Apesar dos muitos avanços, a Constituição Federal de 1988 não criou mecanismos para eliminar ou diminuir diferenciação de rendimentos entre os sexos masculino e feminino. O trabalho de Abramo (2005) é eficiente em demonstrar como esta omissão da legislação repercute nos dias atuais, através da brutal diferenciação de rendimentos entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

1.3.5. Os limites do taylor-fordismo no Brasil.

Para entendimento das limitações do taylor-fordismo no Brasil, creio ser interessante resgatar novamente a argumentação de Harvey - citada anteriormente - para quem o fordismo dependia da capacidade de o Estado assumir um papel muito especial de regulação (HARVEY, 1998: 130). No Brasil este papel foi assumido, apenas, parcialmente e a lacuna deixada pela débil ação do Estado permitiu que a industrialização fosse implementada de acordo com os interesses dominantes, deixando reproduzir as graves deformações distributivas que caracterizam a sociedade brasileira¹⁹.

Em primeiro lugar, conforme retomarei mais adiante, em razão da industrialização brasileira ter sido incompleta, o emprego formal - tanto industrial como no setor de serviços - só foi estendido a uma parcela diminuta da PEA, excluindo do assalariamento e da proteção social outra parte expressiva. Ademais, apesar das advertências da CEPAL, a concentração industrial no Sudeste alijou as demais regiões do desenvolvimento de relações plenamente capitalistas, permitindo a ocorrência de uma brutal diferenciação regional da renda e dos padrões de consumo (FURTADO, 1995).

Por outro lado, a inexistência de políticas sociais universais, ao mesmo tempo em que não desonerou a renda pessoal dos assalariados através da implementação do *salário social*²⁰, também fez com que o mercado de trabalho urbano das regiões industriais não fosse

¹⁹ No Brasil, o Estado foi mais desenvolvimentista que do bem-estar social, o que implicou na não-universalização dos direitos e das políticas sociais. Com efeito, os benefícios – especialmente aqueles possibilitados pelo estatuto do trabalho, educação e industrialização - foram estendidos à apenas uma parcela da sociedade, não incorporando inúmeros outros segmentos. A expressão *cidadania regulada* foi alcunhada por Wanderley Guilherme dos Santos (SANTOS, 1994) para denunciar este aspecto excludente e seletivo do modelo brasileiro de desenvolvimento. Para Souza (2000), o conceito de *cidadania regulada* refere-se à *especificidade da noção de cidadania e de inclusão social numa sociedade que se moderniza e mantém, no entanto, intacta a herança escravocrata que divide a sociedade em homens e subhomens, ou, nos termos da nova ordem política, em cidadãos e subcidadãos* (SOUZA, 2000: 262).

²⁰ A expressão *salário social* refere-se aos ganhos indiretos que os assalariados têm no *Welfare State* com a expansão e a universalização das políticas sociais como educação, saúde e previdência. Ao

expandido pela elevação do emprego público. Mesmo nos períodos de franco crescimento econômico e intervenção desenvolvimentista, o emprego público no Brasil esteve abaixo da metade da média do capitalismo avançado (MATTOSO, 1995). Com efeito, a consolidação de um exército de reserva conspirou contra a elevação dos salários, pois, sempre houve mais oferta do que procura por mão-de-obra.

Outro aspecto importante a ressaltar é o baixo volume de investimento em infraestrutura. No capitalismo avançado, as políticas regulatórias foram implementadas em concomitância com um formidável gasto público em infra-estrutura, principalmente, na construção de rodovias, ferrovias, portos e habitação, proporcionando a expansão do emprego e a geração de uma grande massa salarial, que alimentou a demanda e proporcionou um grande *efeito multiplicador*. No Brasil, investiu-se muito pouco em infra-estrutura, sendo que os gastos concentraram-se nos períodos do *Milagre Brasileiro* e do II PND, cessando nos anos oitenta, com a instalação da crise de esgotamento do modelo. O gasto público, por não ser dilatado no tempo, foi insuficiente para alavancar a demanda e o emprego por um período longo, contribuindo muito pouco para a expansão do mercado de trabalho. Com o mesmo efeito perverso, ainda nos dias atuais o país padece da ausência de uma malha de infra-estrutura para auxiliar o crescimento, sendo que uma prova cabal desse fato reside nas dificuldades de transportes para escoamento da safra da Região Centro-Oeste.

E finalmente e o que é mais impactante na degradação do taylor-fordismo no Brasil, a ausência de liberdade e autonomia sindical - caracterizada pela repressão e pelo controle exercido pelo Estado sobre as instituições trabalhistas - impediu que o trabalho pressionasse o capital por uma estrutura distributiva mais equânime. Via de regra, os períodos de crescimento econômico - em que o emprego é ascendente - são mais propícios à mobilização dos assalariados; entretanto, as fases de franco crescimento econômico brasileiro coincidiram com períodos ditatoriais.

O período 1930-45 - a despeito do grande crescimento do PIB - foi marcado, num primeiro momento, pela cooptação sindical através da *Outorga* da CLT²¹ e, no segundo, pela

se tornarem universais e gratuitas, a políticas sociais desoneraram a renda dos assalariados, que deixam de pagar por serviços, antes privados (ver CASTEL, 2003).

²¹ Apesar de os muitos aspectos positivos da CLT, a cooptação dos trabalhadores não foi realizado sem resistência, sendo que a subserviência de muitos sindicatos ao regime de Vargas foi gradual, a partir de uma brutal carga de propaganda ideológica; (ver PARANHOS, 1997).

brutal repressão do *Estado Novo*, após 1937. Mas, o ciclo expansivo de maior significância ocorreu no interregno 1945-80, *em que o rápido crescimento econômico (com taxa média anual de 7%) permitiu que o PIB dobrasse de volume a cada dez anos e decuplicasse* (MATTOSO, 1995: 123) no mesmo período. Entretanto, houve alguma liberdade sindical, apenas, no pequeno intervalo entre a redemocratização de 1946 até o golpe militar de 1964, mesmo assim, com uma forte concorrência do *peleguismo oficial* com os sindicatos sob a influência do Partido Comunista Brasileiro, o que dificultou maiores mobilizações, exceto no curtíssimo momento das *Reformas de Base*. Após o golpe, a repressão impediu qualquer manifestação e, excetuando as greves em 1968 (conforme mencionado anteriormente), os sindicatos só voltaram a se mobilizar em 1978, com as greves do ABC, quando a crise já havia se instalado e o crescimento estava por interromper-se.

Portanto, no processo brasileiro de industrialização não se pode afirmar que as relações de compra e venda de trabalho foram desenvolvidas dentro do espírito da livre negociação, pois, ao contrário do capitalismo avançado, a ação repressiva do Estado favoreceu abertamente o capital, propiciando a brutal concentração de renda que se perpetua até os dias atuais.

Reproduzindo o espírito conservador das elites e o modelo de inserção internacional subordinada, o processo brasileiro de industrialização resumiu-se em uma relativa modernização da base produtiva, que não se estendeu às relações de trabalho. Não se reproduziu um arranjo econômico, político e social nos mesmos moldes do formulado no capitalismo avançado no segundo pós-guerra. Assim, não foram capturadas a ciência e a tecnologia, nem foram implementados os fundamentos políticos e sociais para a regulação da acumulação de capital, necessários à adequação do padrão de produção ao padrão de consumo. No Brasil, sob o mesmo teto econômico, político e social, não se reuniram a típica indústria de massa e a relação salarial fordista.

1.3.6. Uma definição da industrialização brasileira.

Feito este breve resumo do processo brasileiro de industrialização, ainda restam algumas questões, cujas respostas, se não vierem à tona neste momento, poderão tornar ininteligível a análise que será realizada no Capítulo Três sobre a reestruturação produtiva brasileira: (i) considerando que a economia brasileira galgou a nona posição na escala global

nos anos oitenta, por quais razões o Brasil não saltou para o seleto clube das economias desenvolvidas? (ii) dada a disseminação do termo *em desenvolvimento*, que ideologicamente tenta encobrir o termo *subdesenvolvimento*, como categorizar precisamente o modelo econômico brasileiro? e (iii) como categorizar precisamente o nível tecnológico da indústria brasileira?

A definição mais abrangente advém dos formuladores originais²² da CEPAL. Preocupados em explicar o subdesenvolvimento, os cepalinos confrontaram o seguinte dilema: como categorizar a economia brasileira e outras latino-americanas como a mexicana e a argentina, que promoveram um grau de industrialização, apenas, dos departamentos de bens de consumo duráveis e não-duráveis, não capturando plenamente as tecnologias do departamento de bens de capital, constituindo um modelo incompleto? Estes países não constituem o modelo típico de subdesenvolvimento como a média latino-americana e, determinantemente, estão muito distantes do padrão de desenvolvimento europeu e norte-americano.

Em sua formulação histórica²³, Prebisch (1970) categorizou de economias *subdesenvolvidas*, porém *modernizadas*, aquelas que promoveram alguma industrialização via

²² A expressão *formuladores originais* diferencia as posições existentes entre a linha de pensamento de Raúl Prebisch e Celso Furtado e a de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto; refere-se aos primeiros pensadores, que consideram o subdesenvolvimento um subproduto da divisão internacional do trabalho e propõem a ruptura com o subdesenvolvimento a partir da consideração da oposição Centro-Periferia.

²³ Ainda que os fundamentos keynesianos tenham balizado a estabilização européia, tratava-se de um modelo teórico aplicado às economias desenvolvidas que necessitavam da retomada do crescimento e de estabilidade, com a elevação dos níveis de emprego e renda. A despeito da teoria keynesiana não referir-se à superação do subdesenvolvimento, sua visão de gestão macroeconômica regulada pelo Estado influenciou Raúl Prebisch, que a ela acrescentou as seguintes idéias: (i) o capitalismo dissemina-se de forma desigual pelo planeta, em razão do monopólio dos países desenvolvidos sobre o capital, a ciência e a tecnologia, o que produz uma fratura estrutural entre Centro e Periferia, sendo que o subdesenvolvimento deriva da divisão internacional do trabalho; (ii) o desenvolvimento passa pelo pleno domínio das técnicas produtivas e a conquista de um patamar de homogeneidade social, através do resgate dos segmentos mais pobres a um determinado padrão razoável de consumo. O domínio das técnicas produtivas faz-se necessário pelo fato de habilitar um país pobre a inserir-se nas relações internacionais de trocas, oferecendo bens e serviços de alto valor agregado, ao invés de bens primários; para tal, é imprescindível que se faça pesados investimentos em educação, pesquisa e desenvolvimento, de modo a capacitar a força de trabalho e capturar ciência e tecnologia. Por outro lado, a promoção da homogeneidade social também é condição fundamental, pois, possibilita a consolidação de um mercado de consumo de massas, base para expansão dos níveis de emprego e renda; (iii) a ruptura com o subdesenvolvimento passa, em primeiro lugar, pela promoção

substituição de importações, porém não dominaram a totalidade dos três departamentos da produção industrial²⁴, nem consolidaram um mercado de massas, resgatando os segmentos subalternos a padrões minimamente satisfatórios de consumo.

(...) chamamos de Modernização a essa forma de assimilação do progresso técnico quase que exclusivamente no plano do estilo de vida, com fraca contrapartida no que respeita à transformação do sistema de produção (...). O subdesenvolvimento é fruto de um desequilíbrio na assimilação das novas tecnologias produzidas pelo capitalismo industrial, que incidem diretamente sobre o estilo de vida. Essa proclividade à absorção de inovações nos padrões de consumo tem como contrapartida o atraso na absorção de técnicas produtivas mais eficazes. É que os dois métodos de penetração de modernas técnicas se apóiam no mesmo vetor, que é a acumulação. Nas economias desenvolvidas existe um paralelismo entre a acumulação nas forças produtivas e diretamente nos objetos de consumo. O crescimento de uma requer o avanço da outra. É a desarticulação entre esses dois processos que configura o subdesenvolvimento (FURTADO, 1992:41).

Em resumo, por não ter capturado plenamente o domínio das técnicas produtivas, especialmente a reprodução interna dos meios de produção - que incidem diretamente na autonomia da elevação da produtividade – e por não ter implementado um novo padrão redistributivo, com um determinado grau de homogeneização social, a economia brasileira é subdesenvolvida e periférica, porém, não na exata categorização do subdesenvolvimento

de melhores níveis de homogeneidade, através da elevação gradual do poder geral de consumo e em segundo, pela assimilação das modernas técnicas produtivas; (iv) diante da magnitude que representa tal esforço, há a necessidade de forte presença estatal, planejando os horizontes macroeconômicos dentro do espaço nacional e garantindo a efetiva transferência de renda. Isto implica um determinado grau de inibição à exposição internacional, de modo que se fortaleça a acumulação interna, possibilitando a ocorrência da redistribuição. Ou seja, o espaço econômico nacional tem que ser pensado, articulado e planejado como um sistema econômico, de modo que a riqueza nele flua, principalmente, dos altos para os mais baixos estratos (ver FURTADO, 1992; PREBISCH, 1970).

²⁴ Constituem os três departamentos do setor industrial, o de bens de consumo não-duráveis, de bens de consumo duráveis e de bens de capital. Por expressar a autonomia de um sistema econômico na reprodução interna dos meios de produção, o domínio sobre o departamento de bens de capital reflete o grau de desenvolvimento de uma economia (ver SILVA e SINCLAYR, 1992).

típico, como a média latino-americana. É uma economia subdesenvolvida, porém *modernizada* pela absorção de algum progresso técnico introduzido pela substituição de importações, alguma elevação dos níveis de produtividade e pela elevação do padrão de consumo, apenas, no estilo de vida das elites.

A eclosão do terceiro paradigma industrial e tecnológico ao final do século XX – com o incremento de novas tecnologias, novos fundamentos de produção industrial e uma nova modalidade de gestão macroeconômica – ao aumentar o abismo da diferenciação tecnológica e de dependência da Periferia em relação ao Centro, impõe novos e maiores desafios à economia brasileira.

Antes, porém, de analisar a reestruturação produtiva da indústria brasileira e confirmando a orientação do presente trabalho de correlacionar o comportamento do capitalismo brasileiro ao desenvolvimento do internacional, creio ser interessante expor o debate sobre as características da nova modalidade flexível de produção, assim como as tendências de relações de trabalho que ela enseja, tarefa à qual dedicarei o capítulo.

CAPÍTULO 2.

A TERCEIRA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E TECNOLÓGICA, A OFENSIVA CONSERVADORA E A DESESTRUTURAÇÃO DA SOCIEDADE SALARIAL.

Aqueles entre nós que viveram os anos da Grande Depressão ainda acham impossível compreender como as ortodoxias do puro mercado livre, na época tão completamente desacreditadas, mais uma vez vieram a presidir um período global de depressão em fins da década de 1980 e na de 1990, que, mais uma vez, não puderam entender nem resolver.

Eric Hobsbawm.

Em 1974 pouca atenção foi dispensada a um fato no mínimo intrigante, para não dizer espantoso: a concessão do Premio Nobel de Economia ao Conde Von Hayek. Talvez ainda muito seguras em razão do fantástico crescimento e da estabilidade que haviam caracterizado as últimas três décadas, a intelectualidade e as esquerdas não fizeram reflexões mais demoradas sobre o significado da ação.

Não se questionou a contento por que em plena era do *Welfare State*, das políticas sociais, da regulação sobre a acumulação de capital e do pleno emprego, como poderia a honraria ser creditada a um defensor do mercado livre, do Estado mínimo e da descentralização das relações de trabalho. Depois que a regulação havia triunfado sobre a catástrofe da Grande Depressão, sobre a barbárie do nazismo e sobre a tirania do mercado auto-regulável, como poderia ainda dar-se crédito ao autor de *O caminho da servidão* que, há apenas vinte e cinco anos atrás, escrevera tal disparate criticando a regulação que se conformava em meio à reconstrução do capitalismo?

Um pouco mais tarde, quando o *socialismo real* já havia ruído, a periferia do capitalismo sofria uma crise sem precedentes, a maioria dos países de industrialização recente já havia despertado do sonho do desenvolvimento, quando campos de concentração se espalhavam pela antiga Iugoslávia e até mesmo o centro do capitalismo já sofria na própria carne os efeitos da ofensiva do capital, então, Hobsbawm pôde expressar a sua perplexidade.

E, é aos motivos desta perplexidade que dedico este capítulo, fazendo uma análise dos aspectos econômicos, políticos e sociais que consubstanciam a metamorfose do capitalismo ao final do Século XX. Primeiro, estabeleço um debate sobre a Terceira Revolução Industrial e Tecnológica, apresentando argumentos que indicam seu caráter limitado e incompleto; logo após, apresento os limites da difusão mundial do modelo produtivo japonês, em razão da sua incompatibilidade com sistemas desenvolvidos de relações de trabalho; a seguir, apresento a ofensiva do capital sobre o mundo do trabalho, enfatizando a maneira pela qual o discurso da competitividade é empregado para a dissolução das redes de proteção social e desregulamentação dos sistemas de relações de trabalho; finalizando, aponto os riscos que tais políticas trazem para a estabilidade mundial, a paz e a preservação do tecido social, em razão da ruptura da sociedade salarial, num contexto de inexistência de outra institucionalidade para a resolução da questão social.

2.1. A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica.

2.1.1. Os precursores da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica.

Em 1973 a Liga Árabe tomou a decisão que se constituiria no principal marco histórico das mudanças do capitalismo ao final do século XX: em retaliação ao apoio ocidental a Israel na Guerra do Yom Kippur, forçou a OPEP²⁵ a impor cotas de fornecimento de óleo cru ao Ocidente, o que implicou a explosão dos preços e, conseqüentemente, o primeiro choque do petróleo. Em 1979, o Oriente Médio foi o epicentro de uma nova desestabilização da economia internacional: a tomada do poder pelos fundamentalistas islâmicos, na Revolução Iraniana, provocou uma nova explosão dos preços e o segundo choque do petróleo. Naquela conjuntura, o brutal crescimento dos custos da principal matriz energética apresentou-se impraticável para a continuidade do crescimento da economia internacional.

²⁵ A Organização dos Países Exportadores de Petróleo - OPEP é majoritariamente comandada pelos países árabes. Atualmente, dez entre os treze países-membros são muçulmanos: Arábia Saudita, Emirados Árabes, Qatar, Irã, Iraque, Kuwait, Argélia, Líbia, Indonésia e Nigéria que, juntos, compõem metade da população muçulmana. Outros entre os grandes produtores, incluindo Omã, Síria, Egito, Brunei, Tunísia e Malásia, são também países muçulmanos.

Paralelamente, o desenvolvimento de um novo modelo industrial no Japão, surpreendeu o Ocidente, abalando os fundamentos microeconômicos, macroeconômicos e administrativos. O incremento da alta tecnologia na produção industrial, o desenvolvimento de um processo flexível de fabricação, a adoção de novos métodos de gestão da força de trabalho e um novo arranjo da cadeia de fornecedores, passaram a compor uma totalidade produtiva, sinalizando para a ruptura dos, até então, inabaláveis fundamentos de Taylor e Ford.

O desenvolvimento de um novo modelo de produção industrial, aliado ao incremento de novas tecnologias, especialmente o computador na produção de bens e serviços inspiraram o termo *Terceira Revolução Industrial e Tecnológica*.

2.1.2. Um paradigma incompleto.

A expressão *Terceira Revolução Industrial e Tecnológica* apresenta tanto controvérsias quanto consensos, sendo que no campo das controvérsias, alguns autores, entre eles Tavares, argumentam que a característica fundamental das duas revoluções anteriores ainda não se manifestou na presente, ou seja, a completa transformação das bases energética e de transportes.

Até prova em contrário, a Terceira Revolução Industrial ainda não dispensa o petróleo como base do sistema de transporte mundial. Um cluster de inovações que não modifica radicalmente a infra-estrutura de transportes nem a base energética do sistema industrial não tem o impacto transformador de uma verdadeira revolução industrial (TAVARES, 1992: 40).

Na Primeira Revolução Industrial a principal fonte energética foi o carvão mineral, enquanto que na Segunda, o petróleo e a eletricidade. Mas, ainda que a eletricidade seja uma das mais fantásticas descobertas, sua geração na maioria dos países de capitalismo avançado ainda demanda das usinas termelétricas²⁶, o que provoca a sua dependência em relação aos

²⁶ Uma unidade de geração termelétrica é composta por um elemento de força motriz (que pode ser um motor Diesel ou uma turbina a gás ou a vapor), mais um gerador trifásico. O elemento motriz

combustíveis fósseis, especialmente o petróleo e o carvão mineral. Ademais, em razão do fato de ainda não ter-se conseguido armazená-la em grandes quantidades, a eletricidade não conseguiu provocar uma terceira revolução nos transportes, que continuam a depender essencialmente do petróleo.

A tentativa da ciência em resgatar o setor de transportes, especialmente o automobilístico, da dependência dos combustíveis do *ciclo do carbono*, introduzindo o combustível do *ciclo da água* ainda não se materializou em razão do principal processo de produção de hidrogênio (eletrólise) depender de grandes quantidades da escassa eletricidade. Com efeito, o horizonte tecnológico visível para o setor automobilístico ainda é a redução do consumo dos elementos do *ciclo do carbono*, o que pode ocorrer ainda na presente década com a disseminação das células de combustível²⁷.

De concreto até o presente momento, o Brasil constitui a única experiência mundial relativamente bem-sucedida na tentativa de substituição parcial dos combustíveis fósseis no setor de transportes, através dos programas Pró-Álcool e BioDiesel. Mas, um possível sucesso brasileiro dever-se-ia muito mais às vantagens comparativas possibilitadas pelas suas características geográficas, que a um profundo domínio tecnológico; pois, a produção dos combustíveis oriundos da biomassa não requer nenhum processo mais sofisticado. Entretanto, há que ressaltar dois aspectos (i) trata-se de uma importante estratégia de política macroeconômica nacional, tomada no (caso do Pró-Álcool) ainda durante o II PND de Geisel, objetivando diminuir a sobrecarga da *Conta Petróleo* na balança comercial e conquistar a soberania energética e (ii) caso haja uma demora na introdução de novos combustíveis e um rebaixamento geral das reservas mundiais, consubstanciando uma crise profunda como aponta Rifkim (2003), o país poderá tornar-se grande exportador desta energia para os mercados mais dinâmicos ou com elevado grau de consciência preservacionista.

aciona mecanicamente o gerador que produz eletricidade. Portanto, uma tecnologia que demanda combustíveis fósseis.

²⁷ As células de combustível são uma promessa do setor automotivo para a primeira década do Século XXI. Produzem eletricidade pela ação da decomposição de moléculas de hidrogênio e de combustíveis convencionais. Sua introdução possibilitaria a disseminação de automóveis de tração elétrica, porém alimentados por hidrogênio ou combustíveis convencionais, obviamente, com consumo infinitamente menor.

A entrada em vigor do *Protocolo de Kyoto*, em Fevereiro de 2005, deve acelerar a corrida por novas fontes energéticas, pois, a taxação sobre as emissões de dióxido e monóxido de carbono deve aumentar os custos operacionais das empresas, fazendo com que a busca pela competitividade também se desloque para a esfera ambiental. Paralelamente, a constituição de um mercado mundial de carbono poderá promover alguma inversão dos fluxos de riquezas entre Centro e Periferia, uma vez que os países em desenvolvimento, além de estarem isentos de cotas de emissões, também poderão receber aportes pela preservação das suas florestas.

Até os mais longínquos horizontes em que a ciência possa especular, não se vislumbra uma fonte energética substituta da eletricidade, sendo que sua supremacia, ainda em afirmação, dentre as demais fontes deve, ao que tudo indica, perdurar indefinidamente. Da eletricidade ainda espera-se inúmeros aperfeiçoamentos nas formas de geração, transmissão e emprego, sendo que as possíveis novas descobertas neste campo se consubstanciariam num dos principais aspectos da transformação da base energética e, possivelmente, dos transportes do terceiro paradigma.

No campo da geração de eletricidade, dentre as fontes limpas – eólica, solar, geotermal e das marés – ainda não se conseguiu a produção em escala para emprego na economia capitalista, enquanto que a ciência ainda engatinha na captura da tecnologia do plasma²⁸, sendo que até o presente momento, tal possibilidade existe, apenas, enquanto teoria. Por outro lado, no campo das energias sujas, o emprego da fissão de núcleos de materiais radioativos²⁹ mostrou-se impraticável em razão dos riscos de acidentes e, principalmente, em razão do amadurecimento de uma consciência preservacionista universal. Já no campo da transmissão e

²⁸ Formado através da fusão de núcleos de hidrogênio, o Plasma é o quarto estado da matéria, além do sólido, do líquido e do gasoso e produz altíssimas temperaturas que podem ser empregadas na geração de eletricidade. Entretanto, sua produção demanda grandes quantidades de energia, o que o torna economicamente inviável. O grande desafio da física é diminuir a quantidade de energia necessária à sua produção, tornando-o economicamente viável. Em 1989, os cientistas Stanley Pons e Martin Fleischmann da Universidade de Utah em Salt Lake City – Utah - EUA, anunciaram ter descoberto um processo de produção de Plasma a baixo emprego de energia (*fusão a frio*), fato que foi dado como uma fraude pela comunidade científica internacional (ver MEDEIROS, 1999).

²⁹ A fissão de núcleos de materiais radioativos constitui o princípio básico de funcionamento das atuais usinas nucleares. A fissão produz altas temperaturas, que são convertidas em vapor d'água, que aciona as turbinas, gerando corrente elétrica. Após o trágico acidente de Chernobyl – Ucrânia - URSS, em 1986, levantou-se uma forte opinião internacional contra esta tecnologia.

emprego de eletricidade, a grande esperança neste momento reside na possibilidade do aperfeiçoamento, produção e emprego em escala dos materiais supercondutores, o que possibilitaria uma substancial redução do consumo e das perdas³⁰.

Por outro lado, a exploração espacial provocou uma fantástica revolução nas telecomunicações e, com efeito, um grande impacto na economia capitalista. Impulsionada nos anos cinquenta e sessenta por razões militares da Guerra Fria, a ciência espacial ganhou contornos comerciais nos anos oitenta e noventa, com a redução dos custos de orbitação de satélites. A associação entre as telecomunicações e a informática resultou no surgimento da *telemática*, possibilitando uma brutal expansão do comércio internacional, o surgimento da *Era do Acesso* através da disseminação da Internet e uma profunda transformação na economia, com *a transição dos mercados convencionais para networks* (RIFKIN, 2003). Da ciência espacial ainda espera-se grandes avanços na área farmacêutica, em razão da possibilidade de produção de novos medicamentos através de combinações moleculares no ambiente de gravidade zero.

A introdução de novos materiais, ainda que bem adiantada nas pesquisas e com muita tecnologia já capturada, ainda esbarra no problema da disseminação pelo rebaixamento dos custos de produção. Os novos materiais como a fibra de carbono e o *composite* tiveram emprego limitado na aviação e na indústria espacial; o *kevlar* tem sido empregado limitadamente nos serviços de segurança, enquanto que as experiências japonesas com motores de cerâmica fracassaram. Pelo atual estágio de desenvolvimento dos novos materiais, o aço e o plástico ainda reinarão absolutos na composição da maioria dos bens de consumo duráveis nas próximas décadas, imprimindo seu alto custo ambiental.

O aperfeiçoamento – e não a invenção – do computador constitui o aspecto mais impactante dentre as transformações tecno-científicas do presente paradigma. A ênfase colocada no aperfeiçoamento dá-se pelos seguintes motivos: (i) considerando que a sua lógica funcional - independentemente das modalidades de linguagem – estrutura-se na combinação matemática do código binário ou da lógica *booleana* com a finalidade de armazenar e

³⁰ Os supercondutores são materiais que não opõem resistência alguma ao deslocamento da corrente elétrica. Sua vantagem consiste na eliminação das perdas que, hoje, ocorrem com os condutores convencionais como o cobre e o alumínio. Entretanto, eles só supercondzem a baixas temperaturas, o que os torna economicamente impraticáveis. Fazê-los supercondzir eletricidade a temperatura ambiente é um desafio que a ciência tateia desde o final da década de noventa.

reproduzir informações, sua invenção dataria de meados do segundo paradigma, ocasião em que as máquinas com tais características surgiram; (ii) sua disseminação na produção de bens e serviços e uso pessoal só ocorreu a partir dos anos setenta, com o desenvolvimento de *softwares* mais sofisticados e a captura da tecnologia de refino do silício - o que redundou em *chips* menores, mais velozes e com maior capacidade de armazenamento³¹. Entretanto, além de possibilitar a grande expansão do terciário em razão da sua associação às telecomunicações, o computador associado à mecânica fina também possibilitou uma fantástica transformação do secundário, com o surgimento da *mecatrônica* e da robótica, possibilitando o mais formidável salto de produtividade em toda a história.

Apesar do fantástico progresso do computador e das telecomunicações, tal fato não invalida o caráter incompleto da atual Revolução Industrial e Tecnológica, cujas limitações se evidenciam no comentário abaixo:

Hoje, ainda estamos na fase de pré-decolagem. Uma vez começemos a combinar estas muitas novas tecnologias, o número de opções mais potentes aumentará exponencialmente, nós aceleraremos a construção de uma base energética da Terceira Onda (TOFLER, 1986: 144).

Portanto, há substancial relevância na afirmação de Tavares, em razão de não haver uma mudança revolucionária da matriz energética e dos transportes, sendo que a economia capitalista ainda demanda dos combustíveis fósseis e do centenário motor à combustão interna. De modo que o vetor mais prolongado das transformações paradigmáticas ainda repousa na mudança do sistema industrial, através da inflexão da produção em massa e o nascimento e a expansão da *produção flexível*. Com efeito, a despeito das inovações técnicas, ao que tudo indica, a presente transformação tem muito mais aspectos administrativo, gerencial e ideológico, que científico e tecnológico propriamente dito. Assim, a terminologia

³¹ O primeiro computador eletromecânico data de 1936 (os modelos anteriores eram estritamente mecânicos) e trouxe a inovação de relês elétricos fazendo a combinação binária. Durante a Segunda Guerra Mundial surgiram novos modelos em que válvulas substituíram os relês. Os modelos do pós-guerra (a partir de 1947) trouxeram a inovação dos transistores substituindo as válvulas. A introdução dos *chips* de silício, a partir do início da década de setenta, deu início a atual geração (ver GONICK, 1984). Portanto, o computador é uma tecnologia do segundo paradigma.

Terceira Revolução Industrial e Tecnológica é aqui empregada com a devida ressalva do seu caráter incompleto e transitório, quando confrontada ao debate sobre a ciência³².

2.1.3. Precursores da transformação produtiva.

O Japão industrializou-se ao final do Século XIX, na segunda onda de industrialização atrasada, através da *Restauração Meiji*, uma forma de regulação estatal e articulação de capitais para o desenvolvimento, muito próxima da forma alemã e diferente da anglo-saxã. Apesar de a intervenção norte-americana no segundo pós-guerra, o país fez a retomada do desenvolvimento estruturada na forte presença estatal, planejamento do crescimento, fortalecimento dos grupos nacionais e na captura tecnológica no departamento de bens de consumo duráveis. Entretanto, esbarrou na inadequação do padrão norte-americano - produção de massa e consumo de massa – à sua economia; isto em razão dos seguintes motivos: (i) a economia japonesa possuía um mercado muito restrito, não havendo demanda suficiente para absorção da produção em massa e (ii) a fragilidade dos grupos empresariais, que não dispunham de um volume de capital significativo a fim de realizar pesados investimentos.

Portanto, a saída para o dilema japonês foi o estabelecimento de um sistema industrial que não exigisse grande volume de capitais e, ao mesmo tempo, possibilitasse a produção adequada àquela acanhada demanda. E com tal desafio, ainda em meados dos anos sessenta a Toyota fez os primeiros experimentos de ruptura dos parâmetros taylor-fordistas.

2.1.4. Características do modelo japonês.

Pela bibliografia conhecida, a investigação mais extensa sobre a *produção enxuta*³³ é a *International Motor Vehicle Program - IMVP*, implementada pelo *Center for Technology, Policy and Industrial Development* do *Massachusetts Institute of Technology - MIT* e coordenada por James P. Womack. Entretanto, como extensão não é sinônimo de metodologia científica e considerando que até mesmo a ciência é susceptível à ideologia, a impressão que

³² O debate sobre ciência e tecnologia até aqui implementado pode ser aprofundado em RIFKIN, 2003 e, com muitas ressalvas, em TOFLER, 1986.

³³ A expressão *produção enxuta* foi alcunhada pelos pesquisadores do MIT e caracteriza exatamente o modelo desenvolvido pela Toyota (ver WOMACK *et al*, 1992).

fica da investigação é que: (i) supervaloriza o potencial universalizante e a inexorabilidade da disseminação da *produção enxuta*; (ii) desconsidera os seus impactos ruinosos sobre os mercados de trabalho, (iii) é localizada no subsetor automotivo, não emitindo uma idéia mais clara sobre a penetração da modalidade produtiva noutros setores e subsetores da economia e (iv) é uma análise microeconômica, focalizada a partir da lógica contábil capitalista, não vislumbrando os aspectos macroeconômicos, nem a produção de mercadorias enquanto produção social, permeada de relações sociais. Afinal, o problema deste ponto de vista é que a vista se fixa num único ponto.

Aqui foram encontradas as mesmas dificuldades apontadas por Leite (2003) sobre os estudos relativos à *produção enxuta*, quando afirma que:

Apesar de haver diferenças de estilo e abordagem desses estudos, algumas características os definem: em primeiro lugar todos eles partem da análise de algum setor estratégico da economia, como a indústria automobilística ou o setor metal-mecânico e a partir deles, generalizam a análise para o conjunto da economia. Em segundo lugar, ao centrar a análise nos elementos técnicos e econômicos, ignoram os demais fatores que interferem nas características do sistema industrial, como os aspectos políticos, sociais e culturais (...). Finalmente, mas não menos importante, esses estudos têm uma visão extremamente otimista do processo em curso, ignorando totalmente os problemas sociais que o acompanham (LEITE, 2003:38).

A despeito dos seus limites e pelo fato de ser bem extensa, a pesquisa de Womack *et al* é aqui utilizada – embora com muitas ressalvas - enquanto referencial para conhecimento do modelo produtivo japonês. Também, os trabalhos de Coriat (1993 e 1994) e Kern e Schumann (1988) enfatizam o surgimento de um modelo produtivo sucessor do taylor-fordismo. Outro trabalho de relevância é a pesquisa de Aoky (1990); porém, esta é limitada aos aspectos organizacionais da *produção flexível* apenas no Japão, não se estendendo para as relações de trabalho, nem para outras economias, o que a torna limitada para os efeitos da presente investigação.

Por outro lado, o trabalho de Leite (2003), embora analise especificamente a reestruturação da indústria brasileira, ao explicitar as características muito particulares que a diferencia do modelo originário, ajuda a compreender o *modelo japonês* de uma maneira muito particular, vislumbrando suas conseqüências sobre as relações sociais. Também o livro coordenado por Hirata (1993) constitui uma crítica abrangente para a compreensão das características do sistema produtivo desenvolvido no Japão, uma vez que tampouco se prende aos aspectos microeconômicos e organizacionais, ampliando a análise para os impactos que a reestruturação industrial tem provocado nas relações sociais e dos sistemas de relações de trabalho; especialmente, as análises de P. Zafirian, J. S. Wood e A. Fleury ajudam a compreender o *modelo japonês* de uma perspectiva distoante da lógica do capital.

Assim, boa parte das impressões aqui registradas é extraída, como já dito, com ressalvas, da IMVP de Womack *et al*, com intuito de apresentar o argumento preponderante nos círculos decisórios empresariais, enquanto que os trabalhos de Leite e de Hirata são apresentados enquanto antítese do pensamento predominante, expressando uma crítica mais substancial ao *modelo japonês*. Paralelamente, também em uma linha muito crítica, o trabalho de Dedecca (1997) é apresentado localizadamente para entendimento das conseqüências conferidas pela reestruturação produtiva nos sistemas de relações de trabalho de alguns países europeus selecionados.

A começar pelo trabalho de Womack *et al*, são as seguintes as características da *produção enxuta*, que têm colocado sob questionamento os fundamentos produtivos ocidentais:

A flexibilidade da maquinaria: entendida como tal, a capacidade dos equipamentos serem rapidamente convertidos para novas funções, possibilita a desverticalização da produção, com a fabricação de lotes menores de bens personalizados.

O incremento tecnológico: neste ponto reside um dos principais aspectos das transformações. A introdução dos computadores e da robótica no processo produtivo aprofunda a flexibilidade da maquinaria, pois, a conversão das operações passa a depender quase que exclusivamente da reprogramação dos sistemas informatizados. Por outro lado, as redes de sistemas *on line* possibilitam o *kanban* e, com ele, a agilidade das entregas dos fornecedores da cadeia e das vendas.

A polivalência da força de trabalho: é, talvez, o aspecto mais impactante dentre as transformações do processo de produção. Pela sua radicalidade tem provocado infinitos debates, não havendo ainda um consenso sobre seu real significado. A constituição de equipes de trabalho, responsáveis por um agrupamento de tarefas, a mobilidade funcional do indivíduo no interior de cada equipe, executando múltiplas tarefas – inclusive as não diretamente produtivas, como manutenção, programação de equipamentos e inspeção de qualidade – e a autonomia do trabalhador em tomar decisões sobre o processo, conferem uma nova dimensão ao trabalho, em princípio, contrariando a tese da inevitável desqualificação dos trabalhadores que o desenvolvimento do modo de produção capitalista sinalizou até então. A polivalência mais a alta tecnologia exigem da força de trabalho muito mais formação escolar e capacitação técnica. Diferentemente da produção em massa, em que a parcelização das tarefas fragmentou a totalidade do conhecimento, especializou e desqualificou o indivíduo, a polivalência agrega conhecimento, desespecializa e qualifica o trabalhador, sinalizando para a reunificação do conhecimento e a diminuição da distância entre concepção e execução e entre trabalho manual e intelectual.

A cadeia de fornecedores: é outro aspecto importante, sem o qual o relativo sucesso da *produção enxuta* não se faria impor. Consiste no estabelecimento de uma relação de parceria com os fornecedores, entendendo como tal o compartilhamento tanto dos dividendos, como também dos custos e dos riscos. Invariavelmente, os fornecedores compartilham com a empresa-mãe a concepção do projeto de partes do bem final para, posteriormente, produzir os componentes com qualidade e preços competitivos, garantindo a entrega em tempo justo. E o *kanban* ou *just in time* constitui o instrumento que garante as entregas no tempo exato. Nas grandes companhias, o *kanban* já é parte constitutiva dos sistemas de vendas, sendo que a ordem de serviço para produção parte diretamente do ponto de venda.

A linha de montagem: a conjunção do trabalho polivalente, do *kanban* (desde os pontos de venda determinando o que deve ser produzido, até o sistema de entrega de componentes suprimindo a logística da produção) e do sistema de detecção de defeitos em tempo real, conferem uma radicalidade à linha de montagem, praticamente descaracterizando-a em relação à velha linha de Ford. Mas, a mudança mais radical reside na autonomia do trabalhador em parar a linha a qualquer momento em que perceber uma irregularidade, sem consultar as chefias ou a alta gerência. Em resumo, a linha de montagem do sistema japonês é flexível, em

razão da sua disponibilidade para ser reconvertida rapidamente, passando a produzir bens diferenciados; o trabalhador pode e deve parar a linha sempre que perceber qualquer irregularidade no processo.

A gestão da força de trabalho: constitui o aspecto mais polêmico e sobre o qual incidem as maiores críticas dos estudiosos e dos sindicatos e, talvez, o principal ingrediente nas dificuldades de difusão do *modelo japonês* para o mundo. Para as empresas, o principal fundamento é tratar a força de trabalho enquanto *capital fixo* em vez de *variável*³⁴, mantendo o compromisso com o emprego vitalício; no entanto, no Japão dois comportamentos eliminam a característica de *capital fixo*: (i) o compromisso do emprego vitalício só é mantido nas grandes corporações, o que abrange menos de 40% do mercado de trabalho japonês, não se estendendo para as empresas menores da cadeia produtiva³⁵ e (ii) o sistema de remuneração variável pode derrubar os rendimentos nos períodos de pico negativo de demanda. Outros fundamentos de gestão da força de trabalho da empresa japonesa são a manutenção do vínculo do trabalhador com a empresa, através da remuneração crescente pelo tempo de serviço e a criação do espírito de comunidade empresarial, da qual o trabalhador é membro.

Entretanto, para Dedecca (1997), as principais características do sistema de relações de trabalho das típicas empresas japonesas consistem em: (i) a dissolução do componente classista, com a cooptação dos sindicatos, que assumiram feições de um avançado departamento de recursos humanos, incorporando-se aos ideais da empresa e (ii) a perda de centralidade das negociações coletivas, que passaram a ser marcadas pela discussão de assuntos de interesse exclusivo das empresas, tais como produtividade e auto-realização dos trabalhadores. À crítica de Dedecca, acrescento a seguinte: pelo fato de possibilitar o declínio dos rendimentos nos períodos de baixa demanda, como mencionado no parágrafo anterior, o

³⁴ *Capital fixo* e *capital variável* são dois conceitos marxistas usados para a caracterização da *composição orgânica do capital*. O *capital fixo* é composto pela maquinaria e demais meios de produção, cujo custo não varia no decorrer do tempo de amadurecimento do investimento. Já o *capital variável* é composto pela força de trabalho, cujo custo pode variar de acordo com o nível de organização dos trabalhadores (ver MARX, 2003: 234; BRAVERMANN, 1975: 59).

³⁵ A este respeito vale registrar o humor negro de Watanabe, líder sindical japonês, que afirma que a modalidade mais palpável de emprego vitalício é o *karoshi*, ou seja, a morte súbita pelo intenso ritmo do trabalho nas fábricas japonesas (ver ANTUNES, 1995: 30).

sistema de remuneração variável consiste numa forma de flexibilização dos salários, que permite ao capital jogar para os trabalhadores os custos dos períodos de recessão.

Em seu estudo comparativo da empresa norte-americana de produção em massa com a flexível, o economista japonês Masahico Aoki aponta que as vantagens da segunda sobre a primeira residem nas formas de organização e de gestão da força de trabalho. Entretanto, é enfático ao afirmar que a *produção flexível* só funciona com um elevado nível de estresse dos trabalhadores e com um elevado grau de flexibilidade das relações de trabalho, em que as empresas estejam totalmente livres de qualquer ingerência do Estado, impondo as condições de uso do trabalho (AOKI, 1990).

Apesar de extensa, é interessante aqui atentar para a comparação que fazem Womack *et al* entre a produção artesanal, a em massa e a enxuta:

O produtor artesanal lança mão de trabalhadores altamente qualificados e ferramentas simples, mas flexíveis para produzir exatamente o que o consumidor deseja: um item de cada vez (...) bens produzidos pelo método artesanal (...) custam caro demais para a maioria de nós. Por esta razão a produção em massa foi desenvolvida no século vinte como alternativa (WOMACK et al, 1992: 2)

O produtor em massa utiliza profissionais excessivamente especializados para projetar produtos manufaturados por trabalhadores semi ou não-qualificados, utilizando máquinas dispendiosas e especializadas em uma única tarefa. Essas ‘cospem’ produtos padronizados em altíssimos volumes. Por ser a maquinaria tão cara e pouco versátil, o produtor em massa adiciona várias folgas (...) para assegurar a continuidade da produção. Por ser essa mudança para um novo produto tão dispendiosa, o produtor em massa mantém os modelos padrão em produção o maior tempo possível. Resultado: o consumidor obtém preços mais baixos, mas à custa da variedade, e com métodos de trabalho que os trabalhadores julgam monótonos e sem sentido (idem: 3).

O produtor enxuto, em contraposição, combina as vantagens das produções artesanal e em massa, evitando os altos custos da primeira e a rigidez desta última. Com essa finalidade, emprega a produção enxuta equipes de trabalhadores multiqualificados com todos os níveis de organização, além de máquinas altamente flexíveis e cada vez mais automatizadas, para produzir imensos volumes de produtos de ampla variedade (idem: 3).

Com o mesmo olhar otimista de Womack *et al*, Coriat (1993 e 1994) argumenta que o modelo desenvolvido no Japão constitui um novo sistema industrial – o *ohnismo*³⁶ - sucessor do fordismo e próprio da atual fase de acumulação de capital. Para o autor, a característica fundamental do *ohnismo* é a constituição de uma via ‘japonesa’ de racionalização do trabalho que, diferentemente do taylor-fordismo norte-americano, assenta-se na *des-especialização dos trabalhadores qualificados por meio da instalação de uma certa polivalência e plurifuncionalidade de homens e de máquinas, concretizada pelas recomendações conjuntas de ‘liberalização’ da produção, da ‘autonomação’ e da multifuncionalidade dos trabalhadores* (CORIAT, 1993: 81).

E vai além argumentando que, mais do que o fato de ter desenvolvido um novo sistema industrial, o sucesso da economia japonesa repousa na fundação e no desenvolvimento de uma nova escola de administração da produção. No entanto e contraditoriamente, Coriat admite que a implantação do *ohnismo* no próprio Japão só foi possível em razão do enfraquecimento do movimento sindical, *pois, a relação salarial foi construída e estabelecida sobre a base fundamental da série de importantes derrotas operárias que marcou a contra-ofensiva patronal do final do decênio de 1950* (idem: 82).

Também defendendo a tese da emergência de um novo modelo de produção industrial diametralmente diferente do taylor-fordismo, Kern e Schumann (1988) argumentam que as

³⁶ O termo é empregado por Coriat para denominar o novo modelo produtivo desenvolvido no Japão que, segundo ele, é sucessor do fordismo. Para o autor, *em homenagem e referência a Ohno, engenheiro-chefe das fabricas da Toyota e idealizador do método kanban, chamar-se-á de ohnismo o cerne dos novos métodos, assim como os princípios de administração científica foram, após Taylor, designados como provenientes do taylorismo* (CORIAT, 1993: 80).

transformações produtivas configuram uma verdadeira revolução, em razão delas provocarem uma segunda divisão do trabalho, que rompe com a parcelização taylorista e o *one best way*³⁷.

Por outro lado, em uma linha de abordagem bem oposta às de Womack *et al*, Coriat e mesmo Kern e Schumann, Woods (1993) emprega os termos *toyotismo* para denominar o conjunto das novas técnicas produtivas do sistema industrial desenvolvido pela Toyota e *japonização* para designar a tentativa de cópia do modelo por outras sociedades industriais. No entanto, o autor argumenta que não há nada de revolucionariamente inovador no *toyotismo*, pois, ele ainda contém muitos dos elementos tayloristas.

O que o JIT inverte não são os princípios fundamentais da produção em massa, mas os meios convencionais para operacionalizá-los. A abolição de estoques de reserva, controle centralizado de qualidade e a soberania do engenheiro industrial foram colocados na ordem do dia pela experiência japonesa (...). No entanto, neste modelo japonês continua-se a projetar atividades com ciclos curtos, tarefas fragmentadas e trabalho que leva concepções de tarefas estandarizadas (WOODS, 1993: 55).

Para Woods, o sucesso do modelo repousa, exclusivamente, na ação coercitiva exercida pelo aparelho produtivo sobre os trabalhadores, coerção que se manifesta através das políticas de múltiplas avaliações e pela interiorização das condições opressoras pelo indivíduo, através da aceitação das regras empresariais. Na mesma linha que Woods, Zafirian (1993) também aponta os limites do *toyotismo* enquanto forma de racionalização do trabalho, igualmente denunciando que o seu sucesso também repousa sobre as formas coercitivas em que as relações de trabalho ocorrem: *é o contexto coercitivo que confere toda eficácia ao trabalho em equipe, em termos de ganhos de produtividade (ZAFIRIAN, 1993: 26).*

Outra análise instigante e que merece uma reflexão é a de Fleury (1993), que defende a tese de que o sucesso do *modelo japonês* e da própria economia japonesa reside na ênfase dada

³⁷ Há que se ressaltar, contudo, que os autores alemães não são tão otimistas como Womack *et al* e Coriat, ao alertarem para os setores perdedores e para a descaracterização do conceito de modernização a ser usado para a definição de um processo que, por vários aspectos, aponta para uma profunda regressão social.

à tecnologia³⁸ e, especialmente, à capacitação tecnológica, enquanto estratégias fundamentais de competitividade. *Pouca atenção tem sido dada à concepção de tecnologia como capacitação, como atributo de empresas produtivas. No entanto, este nos parece um ponto-chave quando se pretende abordar o modelo japonês* (FLEURY, 1993: 33).

Segundo o autor, mais importante do que o domínio tecnológico por uma vanguarda científica é a operacionalização da tecnologia pelos trabalhadores envolvidos nos processos produtivos de bens e serviços e, nesta perspectiva, a capacitação tecnológica constitui o elemento central da produtividade. Assim, (...) *se uma empresa prioriza a tecnologia em sua estratégia de competição, deverá estruturar um conjunto de funções organizacionais especificamente voltadas à capacitação tecnológica* (idem: 36).

E para priorizar a capacitação tecnológica, o Japão estabeleceu o planejamento estratégico estruturado em três níveis: (i) o macro, de políticas públicas inspiradas pelo Estado; (ii) o meso, de inter-relação de empresas e destas com sindicatos para intercâmbio tecnológico e (iii) o micro, em que as próprias empresas estabeleceram a capacitação nas suas estruturas ocupacionais. Retomarei o assunto no Capítulo Quatro, apresentando as diferenças fundamentais entre o Japão e o Brasil, apontadas por Fleury, no que diz respeito à capacitação tecnológica.

Outra abordagem contrária às de Womack *et al*, Coriat e Kern e Schumann sobre a inexorabilidade da conformação de um novo modelo de produção industrial é a de Hirata (1993), que questiona o próprio conceito de *modelo japonês*, argumentando que os estudos indicam que a reestruturação produtiva nos diversos países tem assumido características muito próprias e diferenciadas entre si, não se resumindo em mera cópia do modelo originário, o que induz à idéia da não-uniformização de um único sistema industrial.

O conjunto de contribuições – bem como o debate – levam-nos a conservar as aspas, pois, que isto convém à necessidade de uma forte relativização da

³⁸ Para Fleury, a tecnologia *é um pacote de informações organizadas de diferentes tipos (científicas, empíricas...) proveniente de várias fontes (descobertas científicas, patentes, livros, manuais, desenhos....) obtidas de diferentes métodos (pesquisa, desenvolvimento, cópia, espionagem...) utilizadas na produção de bens e serviços, enquanto que os conhecimentos e as habilidades empregadas na produção desses pacotes tecnológicos constituem a capacitação tecnológica* (FLEURY, 1993: 34).

noção de ‘modelo japonês’. (...) Na verdade, muito longe de haver unanimidade quanto a essa noção (...) a multiplicidade de abordagens e até mesmo das definições possíveis de ‘modelos japoneses’, e o próprio debate revelou pontos de vista totalmente opostos quanto a este modelo, chegando a negar sua própria existência (HIRATA, 1993: 12).

E, finalmente e o que parece ser mais definidor, Leite (2003) sinaliza para o fato de o capitalismo estar vivenciando um momento de transição entre dois modelos industriais, em que tem-se a clareza da inflexão do paradigma anterior, sem ter-se a exata dimensão do que está se consubstanciando: *a emergência de um novo paradigma produtivo, assentado em novas bases em relação ao fordismo, é uma realidade que vem sendo constatada (...) (LEITE, 2003: 40).*

Para a autora, muitos dos princípios que caracterizaram o taylor-fordismo enquanto expressão máxima de organização do trabalho no Século XX - tais como a produção em massa de bens estandarizados, a rígida divisão entre o trabalho manual e o intelectual, a parcelização das tarefas, o trabalho individualizado e etc... - estão neste momento sob pesado questionamento. Porém, *isso não significa que estejam sendo inteiramente abandonados, mas, em muitos casos, apenas redimensionados e inseridos em novas lógicas (idem: 40).*

Entretanto, não há como negar a emergência de novos fundamentos produtivos, pois, ainda que o conjunto final de um outro modelo não esteja totalmente delineado, três características inteiramente novas sinalizam para o fato de que há uma transformação paradigmática em curso; a saber, estes são os três princípios:

(i) a substituição da lógica da produção em massa de produtos estandarizados pela lógica da produção variável, voltada às necessidades do mercado (...); (ii) a substituição do princípio taylorista do one best way pela busca constante da melhoria do processo produtivo, o que implica uma nova lógica baseada na incorporação do conhecimento do trabalhador sobre a produção e (iii) a substituição da grande empresa por empresas mais enxutas, que focalizam a produção em partes determinadas do processo produtivo (idem: 40).

2.1.5. A expansão do *modelo japonês*.

Para Womack *et al*, cresce de forma exponencial a disseminação mundial da *produção enxuta*, enquanto forma superior e sucedânea à produção em massa no desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, pois (...) *a produção enxuta é uma maneira superior de o ser humano produzir bens* (WOMACK *et al*, 1992: 221).

No entanto, uma observação menos apaixonada revela os limites da disseminação da *produção flexível* nos moldes operados pelas grandes empresas japonesas. Ainda nos anos sessenta, os japoneses exportaram os primeiros automóveis produzidos em suas plantas nativas para os Estados Unidos, aporte que ganhou significado nos anos setenta. No entanto, o discurso de livre-comércio revelou seu conteúdo retórico quando os Estados Unidos, em 1979, aumentaram as tarifas, estabelecendo restrições às importações. Em consequência, no início dos anos oitenta, verificou-se uma onda de investimentos japoneses na construção de plantas automotivas em solo norte-americano, constituindo o primeiro momento da internacionalização da *produção enxuta*.

Paralelamente, a perda da competitividade tensionou as tradicionais empresas automotivas norte-americanas a se apoiarem em novos fundamentos, enquanto forma de recuperar sua supremacia. A mesma década presenciou várias experiências, não necessariamente exitosas, de empresas norte-americanas com a *produção flexível*. Um exemplo desastroso residiu na tentativa de conversão da planta NUMMI que, transformada pela General Motors para operar flexivelmente, só conseguiu produzir satisfatoriamente a partir da parceria com a Toyota.

Sob determinada ótica, a transição para a produção enxuta vem sendo rápida e tranqüila: as firmas (japonesas) transplantadas provaram que a produção enxuta é viável na América do Norte, e algumas companhias norte-americanas dão sinal de também dominarem o sistema (WOMACK *et al*, 1992: 241). Entretanto, *sob outro prisma, a América do Norte ainda tem muitos problemas a superar (...) Alguns problemas são intrínsecos ao próprio sistema de produção, enquanto outros têm natureza política; e alguns reúnem ambos os aspectos. Entre eles incluem-se: (i) o padrão cíclico*

do mercado automobilístico norte-americano, incompatível com a produção enxuta (ii) *o conceito norte-americano de carreiras profissionais, igualmente incompatível com a produção enxuta* e (iii) *o rápido declínio das companhias norte-americanas (...) vistas por muitos como instituições nacionais, poderá superar a propensão de políticos e público em geral em aceitá-lo* (idem: 242).

Ora, a instabilidade setorial deriva, via de regra, do comportamento macroeconômico e a ciclicidade constitui uma lei universal do modo de produção capitalista, sendo homogênea em todas as economias, inclusive na economia japonesa, cuja recessão prolonga-se por mais de uma década e meia. Por outro lado, se há algo de sólido nos Estados Unidos é o consumo de automóveis, sendo que aquele mercado automobilístico, mesmo nos picos negativos, é maior que qualquer outro mercado nacional de veículos. Além do mais, se, como argumentam Womack *et al*, uma das características mais positivas da *produção enxuta* é a sua flexibilidade de adequação aos picos negativos de demanda, então uma possível ciclicidade da demanda por automóveis, mesmo verídica, não poderia ser obstáculo à sua penetração nos Estados Unidos. O terceiro empecilho remete à possibilidade de o nacionalismo norte-americano obstaculizar a difusão da *produção enxuta*; na verdade, a fantástica aceitação de toda modalidade de bens duráveis japoneses tem demonstrado que, naquele mercado, os preços e a qualidade têm exercido tamanha sedução nos consumidores, a ponto de suplantar qualquer nacionalismo.

Portanto, a afirmação de Womack *et al* induz à impressão de que, a despeito de a sociedade norte-americana ter um baixo nível de organização sindical, na terra-mãe do fordismo, as resistências à absorção dos novos fundamentos residiriam muito mais na inadequação do sistema de carreiras da empresa flexível – portanto, na inadequação do sistema de relações de trabalho.

No sistema de carreira japonês, o trabalhador, independentemente da qualificação, começa do piso da estrutura ocupacional da empresa, ascendendo de *status* e de remuneração a partir do tempo de serviço e do seu desempenho pessoal. Caso opte por trabalhar noutra companhia, mesmo já tendo galgado níveis mais elevados na antiga, terá que recomeçar debaixo novamente, rebaixando o *status* e a remuneração. Tal sistema, por um lado, agrilha o trabalhador à empresa originária da sua contratação, reproduzindo novas modalidades de tédio

e, por outro, choca-se com a lei mais fundamental do mercado, que é a da oferta e da procura, pois impossibilita que o indivíduo reordene seu destino, caso seu talento não seja reconhecido na empresa em que trabalha.

Contrariamente, o sistema norte-americano de carreiras reflete mais a lei da oferta e da procura e o espírito do livre contrato, ao passo que confere maior autonomia para que o trabalhador desenhe seu destino profissional. O indivíduo escala *status* e remuneração em uma empresa, mas, caso opte por outra, tem a prerrogativa de negociar o *status* e a remuneração de acordo com sua capacidade, sua experiência e, obviamente, as condições do mercado.

Em resumo, (...) *a produção enxuta está se difundindo rapidamente na América do Norte, mas na maior parte, sob a liderança das companhias japonesas* (idem: 247), que repelem a organização sindical e as formas estatais de regulação das relações de trabalho. A conclusão a que o estudo induz é que: (i) tem havido uma penetração da *produção enxuta* na América do Norte, porém, limitada às plantas genuinamente de administração e capital japoneses; (ii) há uma relativa dificuldade por parte das empresas norte-americanas em copiar simplesmente o modelo de *produção enxuta*; (iii) a fragilidade do movimento sindical norte-americano, aliada à estratégia de investimentos em *greenfields*³⁹, compõem um cenário favorável a alguma expansão do sistema, porém (iv) ainda não explicitaram-se todas as contradições que a *produção enxuta* contém, sendo que ela pode encontrar grandes resistências dos centros sindicais organizados, como Detroit, ou do próprio capital norte-americano, caso este não consiga enquadrar-se nos novos parâmetros de competitividade.

Por outro lado, embora a Europa só tenha incorporado a produção em massa no segundo pós-guerra, os discursos do livre-mercado e a reestruturação produtiva também bateram às suas portas no início dos anos oitenta, provocando tensões nos sistemas políticos e de relações de trabalho, contudo, sem impactar significativamente a organização da base produtiva. Pelo lado dos sistemas políticos, conforme pormenorizado ainda neste capítulo, houve uma esmagadora vitória dos liberais e o enfraquecimento da social-democracia; pelo

³⁹ Os *greenfields* são os novos adensamentos industriais em zonas de fraca tradição industrial e sindical. Constituem uma estratégia capitalista para a fuga das pressões sindicais e do custo da mão-de-obra, características das antigas zonas industrializadas, os *brownfields*. No Brasil, os *greenfields* também têm sido utilizados pelas empresas para a obtenção de isenções ou vantagens fiscais.

lado das relações de trabalho, houve uma tentativa pouco exitosa de enfraquecimento dos sistemas nacionais de relações de trabalho.

A partir do estudo de Dedecca (1997) sobre os impactos da reestruturação produtiva no Continente Europeu, especialmente na França e na Itália, pode-se concluir que: (i) tem ocorrido nestes países uma descentralização dos sistemas nacionais de relações de trabalho, com a crescente valorização do poder privado em detrimento do poder público; (ii) a descentralização ocorre mais em função das pressões exercidas pelas empresas que - num ambiente de maior exposição ao mercado externo - buscam competitividade aumentando sua produtividade, principalmente, reduzindo os custos do fator trabalho; (iii) a despeito das pressões empresariais, há um determinado grau de dificuldade de desregulamentação por parte dos Estados, que têm permitido maior grau de flexibilidade de contratação, apenas, de mão-de-obra temporária, preservando os encargos incidentes sobre a mão-de-obra efetivamente contratada; (iv) as negociações coletivas têm perdido o caráter nacional e adquirido um conteúdo local (empresa x trabalhadores); (v) não há uma ligação satisfatória entre a descentralização das relações de trabalho e a evolução macroeconômica, assim como não há uma ligação satisfatória em relação ao crescimento da produtividade; ou seja, a descentralização das relações de trabalho não tem implicado na elevação dos níveis de crescimento econômico (vi) percebe-se a inflexão de um modelo de relações de trabalho, sem necessariamente ter-se a clareza de que modelo está se consubstanciando e (vii) o Japão constitui exemplo único de combinação entre *produção flexível* (embora localizada apenas no setor automotivo), total descentralização das relações de trabalho e ausência de sólidas políticas regulativas.

Portanto,

O verdadeiro efeito das políticas européias é criar uma transição bem mais difícil (...). Ao começarem o processo de adaptação, as companhias européias têm procurado aperfeiçoar a produção em massa, enquanto que os japoneses têm aperfeiçoado a produção enxuta (...) (WOMACK et al, 1992: 250).

Até o presente momento, das três grandes áreas de dinamismo econômico – América do Norte, Ásia e União Européia – a última constitui o maior bastião da produção em massa, superando os Estados Unidos. Portanto, é possível deduzir que há uma forte resistência do capital e dos governos na simples adoção do *modelo japonês*, assim como há uma significativa oposição do trabalho em aceitar a introdução do seu padrão de relações do trabalho, que ignora anos de organização sindical, voltados às negociações coletivas de forma articulada em nível central, por categoria e por empresa. Talvez a cultura amadurecida em trinta anos de *Welfare State* tenha esculpido uma consciência irremovível, como argumentam alguns estudiosos⁴⁰.

No entanto, a repulsa ao *modelo japonês* não significa rejeição à idéia das limitações do sistema de produção em massa no bojo das transformações paradigmáticas. Pelo contrário, novas modalidades têm sido testadas, inclusive com o envolvimento dos sindicatos, como foi o caso da fábrica de caminhões da Volvo na Suécia.

Por outro lado, se a difusão da *produção enxuta* - com o rebaixamento dos custos de produção - é uma exigência do mercado internacional como argumentam Womack *et al*, a Europa possui salvaguardas contra a *lei universal* do livre-comércio e contra os efeitos negativos do mercado mundial. A conformação da União Européia consolida uma barreira à penetração das mercadorias extracontinente, minimizando as pressões que a competição asiática ou norte-americana possam lhe infringir. A transposição do espaço econômico nacional para o continental expande a concorrência, apenas, aos limites de uma zona de relativa padronização de determinados sistemas de relações de trabalho, minimizando os aspectos ruinosos da concorrência predatória sobre a demanda, o emprego e a renda. Para WOMACK, *et al* (1992: 251) *com base na experiência passada, aumentarão as pressões para tornar a Europa uma fortaleza – por exemplo, para limitações permanentes da participação da companhia [não-européia] no mercado (...).*

As preocupações européias com uma possível degradação dos mercados de trabalho são explícitas na afirmação de Mattoso e Baltar (1996), quando afirmam que:

⁴⁰ A este respeito, vale ressaltar o trabalho de Maria Lúcia Werneck Vianna, em que afirma que *não se está diante de um desmonte do Welfare State*, pois, esculpiu-se uma cultura irremovível em sua defesa, admitindo ainda que, tem havido mudanças em seu arranjo clássico, sem desfigurá-lo em sua essência (ver WERNECK VIANNA b, 1992: 158).

A União Européia, contrariamente ao Mercosul, construiu mecanismos macroeconômicos, fundos públicos e níveis de articulação supranacional, visando evitar a 'harmonização por baixo' e a maior degradação dos padrões de seguridade social (...), das condições e das relações de trabalho (MATTOSO e BALTAR, 1996: 7).

Este raciocínio, de certo modo, explicaria a reserva da União Européia em incorporar a totalidade do Leste Europeu, pois, sendo aquelas economias muito menos competitivas, com padrões subdesenvolvidos de relações de trabalho e altíssimas taxas de desemprego, a incorporação traria efeitos nefastos para o mercado de trabalho europeu-ocidental, com o deslocamento de miríades de capitais para o Leste e o aporte de hordas de desempregados no Oeste. *Ainda não conseguimos imaginar um mercado comum que vá de Lisboa à Vladwostok*, disse um alto burocrata francês à rede de televisão BBC de Londres. Por outro lado, o fraco investimento japonês em novas plantas nos limites da União Européia, explicaria as dificuldades do modelo da Toyota em co-habitar com sistemas avançados de relações de trabalho.

Sintetizando, há uma miríade de impressões que apontam para uma brutal resistência do continente gestor do *Welfare State* na adoção da *produção enxuta*, isto, muito provavelmente, em razão da clareza dos seus efeitos sociais nefastos.

Berço da *produção enxuta* e a zona mais crescente do comércio internacional, o Continente Asiático ainda não homogeneizou os fundamentos de *produção flexível* entre os países. Até mesmo no Japão ainda há profundas disparidades entre as companhias, sendo que apenas as grandes automotivas têm obtido excelentes resultados, enquanto que as pequenas e médias ainda produzem sob os antigos fundamentos. Ademais, a confirmar-se o terceiro choque do petróleo previsto para a segunda década do presente século, conforme alerta Rifkim (2003), a economia japonesa deverá sofrer abalos muito mais profundos do que os verificados até agora, sendo que tal fato acarretará grandes incertezas quanto ao seu futuro.

Na Coreia do Sul, a penetração dos *keiretsus*⁴¹ japoneses no controle acionário das firmas, a partir dos anos oitenta, forçou a reestruturação industrial nos moldes flexíveis,

⁴¹ Os *keiretsus* são os grupos controladores do capital das grandes companhias japonesas. Via de regra, cada *keiretsu* controla uma grande empresa, mais parcelas do capital das empresas da mesma

alçando o país à conquista de expressivas fatias do mercado internacional de veículos automotores, chegando a conquistar 9% do mercado norte-americano nos anos noventa. No entanto, o país ainda enfrenta graves problemas geopolíticos, expressos pela eminente ameaça da Coreia do Norte e pelo crescente militarismo japonês, que o tem afastado das influências norte-americana e nipônica e empurrado para o campo gravitacional chinês. E a confirmar esta tendência, abrir-se-á um período de grandes tensões, em que os *keyretsus* poderão bater em retirada mediante os riscos sobre as taxas de retorno do capital.

Ao ser incorporado pela China nos anos noventa, Hong Kong tem sido progressivamente enquadrado em uma nova orientação macroeconômica mais centralizada e perde boa parte da sua autonomia. A ilha de Taiwan ainda tenta desavisadamente sua independência, mas muito possivelmente será transpassada pelas baionetas chinesas, caso insista na autodeterminação. E Cingapura é praticamente uma cidade-estado que, a despeito do seu formidável desempenho no setor de serviços⁴², está longe de constituir uma estrutura industrial capaz de certificar a eficácia da *produção enxuta*. Argumentando que a *acumulação flexível* se difunde de forma diferenciada pelo planeta, Harvey (1998: 179) chama a atenção para a não-uniformização produtiva do continente asiático, em que três entre os quatro NICs⁴³ capitalistas mais dinâmicos (Hong Kong, Taiwan e Cingapura), diferentemente do Japão e da Coreia do Sul, apresentam sistemas produtivos que se apóiam em formas artesanais, paternalistas e patriarcais. As outras economias com algum dinamismo como a Malásia,

cadeia, além de um banco de crédito ao investimento. Constituem fortalezas inexpugnáveis à entrada do capital não-japonês.

⁴² Para Hirst e Thompson (1996: 176), a economia de Cingapura é a única entre os NICs asiáticos que, neste momento, tem reais possibilidades de vir a constituir o capitalismo avançado. Entretanto, trata-se de um país minúsculo, com um mercado de consumo pífio e que sustenta seu dinamismo através das exportações, fato que o torna extremamente vulnerável às oscilações internacionais.

⁴³ São *Newly Industrialized Countries* - NICs, os países cujos processos de industrialização ocorreram após a Segunda Guerra Mundial. Na Ásia, assim são considerados: China, Índia, Coreia do Sul, Hong Kong, Taiwan, Cingapura, Malásia, Tailândia e Indonésia; na América Latina: Brasil, México e Argentina; na África, apenas a África do Sul e na Europa, apenas a Hungria, sendo que a Irlanda entrou recentemente em um surto de crescimento e pode alçar a esta categoria. Apesar de Hong Kong ter sido incorporado politicamente pela China nos anos noventa e sofrer uma orientação macroeconômica mais centralizada, a persistência de um determinado grau de autonomia na gestão de políticas econômicas de mercado diferencia aquele espaço econômico do chinês continental; em razão deste fato, muitos analistas ainda consideram Hong Kong um NIC.

Tailândia e Indonésia, que cresceram à sombra da expansão japonesa, entraram num ciclo de incertezas em razão da inflexão nipônica.

Maior mercado potencial do planeta, com mais de um bilhão e duzentos milhões de consumidores potenciais, a China pode galgar a primeira posição da economia mundial ainda ao final da terceira década do presente século. Entretanto, para os chineses, a *produção enxuta* não parece ir além de um modismo gerencial. Pois, detentora de uma PEA gigantesca, a China tem preocupação com a manutenção dos níveis de emprego, induzindo a gestão macroeconômica ao afastamento das modalidades produtivas poupadoras de mão-de-obra. No setor automotivo, (...) *a indústria chinesa ainda está voltada para dentro, perseguindo uma combinação de produção em massa extremamente rígida (...) e produção artesanal (...)* (WOMACK *et al*, 1992: 267).

Ainda que o país introduzisse a *produção flexível* apenas em zonas especiais de exportações enquanto estratégia competitiva para captura de novos mercados, preservando o sistema de massa para o suprimento da demanda interna – o que garantiria a manutenção de determinado estoque de empregos - há que indagar sobre como seria o desempenho dos herdeiros da cultura de Confúcio e Lao-Tse ante a cultura do estresse.

Encerrando a análise sobre a Ásia, há neste momento, um vigoroso movimento de reorganização econômica e geopolítica, em que a liderança japonesa é velozmente solapada pela ascensão chinesa. Além da sua longa recessão, a nova inclinação belicosa japonesa tem feito relembrar o seu passado imperialista que antecedeu a Segunda Guerra Mundial, despertando uma miríade de desconfianças entre os países asiáticos. A prevalecer esta tendência, dificilmente o Japão conseguirá imprimir um novo ciclo expansivo endógeno capaz de sustentar seus investimentos noutras economias e, com efeito, manter sua capacidade de irradiar competitividade.

Entretanto, o deslocamento da centralidade econômica regional para a China não assegura a continuidade do dinamismo asiático. Conforme alertam Hirst e Thompson (1998: 164), o crescimento Chinês e da maioria dos NICs asiáticos tem ocorrido com um brutal dualismo, expresso pela exclusão de muitos segmentos do processo de modernização, sem a

contrapartida da adoção de políticas compensatórias⁴⁴; especialmente na China, o dualismo é mais palpável através da instauração de grandes desigualdades entre as províncias, sendo que a ausência de políticas compensatórias pode desaguar em grandes sublevações sociais, com a consequência da interrupção da atual fase de crescimento.

Finalmente, a penetração da *produção enxuta* no Brasil é abordada mais detalhadamente no capítulo seguinte. A título de fechamento do raciocínio sobre a expansão mundial desta modalidade produtiva, adianto aqui a conclusão contida mais à frente: a análise também aponta as limitações do transplante puro e simples do *modelo japonês* para a indústria brasileira, concluindo que tem havido formas diferenciadas de ajuste industrial, sem garantir sua plena assimilação.

Leite (2003) chama a atenção para o fato de que a expansão do *modelo japonês*, apenas, denuncia a crise de esgotamento do fordismo, afirmando ainda não haver garantia alguma sobre sua hegemonização. Ao contrário, para a autora, do choque do modelo com outras culturas resultará um sincretismo produtivo, em que elementos serão absorvidos e outros descartados, tendendo à consolidação de muitos outros modelos diferenciados.

Isso significa que, em vez de nos encontramos diante de um padrão único, vivemos um complexo processo de construção social, para o qual a história pregressa e a cultura dos agentes sociais envolvidos na transformação desempenham uma enorme importância na definição de suas características. Na verdade, ainda que o uso da expressão 'paradigma produtivo' pareça correto, na medida em que aponta para o fato de que as transformações são profundas e definitivas em relação ao padrão anterior, isso está longe de implicar que estejamos diante de um modelo unívoco que tenderia a se desenvolver da mesma forma em todos os países do mundo. Embora seja indubitável que alguns importantes conceitos de produção venham sendo substituídos por outros, a maneira como eles são aplicados nas várias

⁴⁴ Há que registrar-se, no entanto, a existência de divergências quanto aos aspectos redistributivos dos novos Estados industriais asiáticos. Para Furtado (1992), uma das razões do sucesso daqueles NICs, especialmente o da China e o da Coreia do Sul, repousa na homogeneização implementada, em que os segmentos mais pobres estão sendo resgatados para um padrão mínimo de renda e de consumo.

realidades pode dar lugar a experiências bastante diferenciadas (LEITE, 2003: 39).

Por outro lado, Harvey (1998) emprega o termo *acumulação flexível* para identificar o novo regime acumulativo que, segundo ele, é caracterizado pela total flexibilização dos processos produtivos e do sistema de regulamentação das condições de uso de trabalho.

A acumulação flexível (...) é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A Acumulação flexível envolve rápidas mudanças nos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado 'setor de serviços', bem como conjuntos industriais completamente novos (...) (idem: 140).

A conclusão a que chego sobre a disseminação mundial do *modelo japonês* é que sua eficiência microeconômica tem incomodado as empresas ocidentais a buscarem novos arranjos industriais enquanto estratégia competitiva. Entretanto, dados os seus aspectos impactantes sobre as esferas macroeconômica e social, o modelo tem produzido muitas tensões e desconfiças, não havendo, até o presente momento, nenhum elemento mais sólido que sinalize para sua consolidação universal.

E, dentre estes aspectos impactantes, é possível identificar as seguintes características: (i) em razão da sua flexibilidade, tem se mostrado mais eficaz que a produção em massa; (ii) a pretensa re-humanização do trabalho contida na polivalência do indivíduo pode ser anulada pela intensidade brutalizante do seu ritmo e da sua jornada de trabalho; (iii) por ter uma orientação extremada à maximização dos fatores de produção, especialmente o trabalho, imprime grandes desarranjos ao mercado de trabalho; (iv) é incompatível com as políticas de crescimento e de garantia do emprego que caracterizaram o *boom* do pós-guerra; (v) é um

sistema de adequação da produção à demanda, o que lhe confere extrema ineficiência enquanto instrumento auxiliar na superação das crises macroeconômicas; (vi) tem obtido êxito apenas em sociedades de fraca organização sindical; (vii) só penetrou no subsetor automotivo, não se estendendo para os demais setores e subsetores, mesmo da economia japonesa; (viii) é reprodutor de novas tensões nas relações de trabalho e nas relações internacionais de trocas; (ix) parece conter muitos dispositivos acentuadores da expansão oligopolística do capital e (x) até o presente momento, nada assegura sua disseminação global enquanto modelo sucessor da produção em massa.

2.2. A ofensiva conservadora do capital.

2.2.1. Os primeiros sinais.

Ainda no final dos anos sessenta o capitalismo avançado passou por uma leve recessão que não chegou a descaracterizar totalmente a onda de crescimento dos *Anos Dourados*, mas preocupou políticos, pensadores e ativistas do campo progressista. E não sem razão, pois, o crescimento do gasto público com as políticas sociais esbarrou na primeira crise fiscal do *Welfare State*, sendo que a pesada tributação sobre o capital, somada ao crescimento dos custos do fator trabalho, pressionaram as taxas de retorno das empresas.

A quebra do padrão-dólar e do regime cambial de Bretton Woods, em 1971 pelos Estados Unidos, expôs a debilidade competitiva da economia estadunidense, ao mesmo tempo em que denunciou o esgotamento do padrão norte-americano em seu próprio berço. A desvalorização da moeda teve o propósito de aumentar a eficiência competitiva dos Estados Unidos, através do rebaixamento do valor das suas mercadorias.

Por outro lado, a elevação dos preços do óleo cru, em 1973, deflagrou a primeira crise do petróleo, elevando seus preços a níveis insustentáveis para a economia ocidental, de

maneira a completar um cenário sombrio que, nitidamente, sinalizava para a desaceleração do ciclo virtuoso do segundo pós-guerra.

2.2.2. A ofensiva.

Ao ensaio conservador, feito em 1974 através da entrega do Premio Nobel a Von Hayek, se sobrepôs a esmagadora vitória eleitoral dos liberais nos anos posteriores ao segundo choque do petróleo. Concretizando a ofensiva, as eleições de Thatcher na Inglaterra em 1979, Reagan nos Estados Unidos em 1980, Kohl na Alemanha em 1982 e Schluter na Dinamarca em 1983, consubstanciaram a avalanche conservadora. Por outro lado, os governos do campo progressista como o de Mitterand na França, Gonzales na Espanha, Soares em Portugal, De Craxi na Itália e Papandreou na Grécia não conseguiram reunir audácia para o estabelecimento de uma contra-hegemonia ao receituário neoliberal.

A expressão *ofensiva conservadora do capital reestruturado* foi alcunhada por Antunes (1995), com a intenção de acentuar os elementos ideológicos e minimizar os elementos técnicos e científicos presentes na metamorfose do capital ao final do Século XX. Na mesma linha de raciocínio, o presente trabalho apontou os limites da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica e agora o faz em caráter inverso, apresentando a amplitude da *ofensiva conservadora do capital*. Em princípio, tendo aqui a realçar o caráter ideológico das transformações, que não encontra justificativa no desenvolvimento das forças produtivas, obviamente, sem menosprezar as pressões que a aceleração do progresso técnico faz incidir sobre as esferas políticas e sociais.

Entretanto, para Mattoso (1995), a gênese da crise que redunda na *modernização conservadora* é econômica e reside no esgotamento dos impulsos dinâmicos do padrão norte-americano de desenvolvimento, pois:

A crise estrutural, cuja manifestação foi a desarticulação das relações virtuosas do padrão de desenvolvimento norte-americano, foi resultado do esgotamento dos impulsos dinâmicos do padrão de industrialização, com o enfraquecimento da capacidade dinâmica do progresso técnico, maior saturação dos mercados internacionalizados, o sobre-investimento

generalizado, a crescente financeirização da riqueza produzida e o enfraquecimento da hegemonia norte-americana. A crise foi então amplificada pela brusca elevação dos preços do petróleo, decidida pelo cartel da OPEP ao final de 1973 (MATTOSO. 1995: 52).

Seguindo o mesmo raciocínio, vale ressaltar que, com a inflexão da hegemonia norte-americana, o Japão e a Alemanha não conseguiram impor um novo padrão de crescimento capaz de alimentar um novo ciclo virtuoso, sendo que os Estados Unidos mudaram de estratégia, tentando recompor a supremacia via pressão dos organismos internacionais para implementação de políticas econômicas restritivas ao crescimento dos demais países.

Por outro lado, Harvey (1998) argumenta que a estabilização da Europa Ocidental, o crescimento da economia asiática e a industrialização de alguns países periféricos criaram novas zonas de competição, abalando a hegemonia norte-americana, sendo que, diante da ameaça da perda da competitividade, os Estados Unidos romperam com o compromisso de Bretton Woods. E no cerne desta ruptura estariam a necessidade de fugir da rigidez fordista de contratação de força de trabalho e da rigidez macroeconômica do Estado keynesiano, que vinham imprimindo grandes entraves à acumulação do capital estadunidense. *De modo geral, o período 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo (HARVEY, 1998: 135).* E a solução foi a instalação de um regime de *acumulação flexível*, em que o capital pôde desonerar-se dos encargos da regulação para trilhar livremente os caminhos da concentração.

No balanço geral, a despeito das pequenas variações entre os autores sobre as origens da crise cristalizada pela metamorfose do capital, há uma grande convergência de opiniões em atribuir aos Estados Unidos da América a principal responsabilidade pela implantação de um modelo predatório, flexível e insustentável de acumulação de capital. Fato concreto é que o primeiro movimento da ofensiva do capital ocorreu ainda em 1971, através da ruptura, pelos EUA, do padrão-dólar que sustentava o regime cambial de Bretton Woods. Daí em diante, as políticas de elevação dos juros da dívida dos países periféricos, tomada de assalto dos organismos internacionais, ajustes fiscais, liberdade alfandegária, liberalização do capital financeiro, privatizações e desregulamentação dos mercados de trabalho passaram a compor o discurso norte-americano, a fim de alavancar a reconquista da sua hegemonia mundial.

Hobsbawm (1996) ilustra bem o fato de que, a partir do Governo Reagan, houve uma escalada conservadora, através das exigências para que os países mantivessem o equilíbrio fiscal, promovessem a abertura dos seus mercados domésticos e privatizassem suas empresas estatais. Para os países periféricos, especialmente a América Latina, a elevação dos juros da dívida externa aniquilou qualquer possibilidade de crescimento no curto prazo. E a agenda do *Consenso de Washington* consubstanciou-se no principal instrumento operador das políticas restritivas nos anos noventa e após a virada do século.

No panorama macroeconômico, aumentaram as pressões para a liberalização do comércio internacional, com exigências para que os países promovessem a redução de suas barreiras alfandegárias, a privatização das empresas estatais, a desregulamentação dos mercados de trabalho e o controle do déficit público. O não-cumprimento destes mandamentos tem implicado na fuga dos investimentos, em função da perda da credibilidade por parte dos investidores internacionais. Em paralelo, a implosão da União Soviética e do Leste Europeu eliminou os obstáculos ideológicos e abriu novos mercados para a penetração do neoliberalismo⁴⁵.

Com relação ao investimento, a excessiva liberdade de circulação do capital especulativo provocou a vulnerabilidade dos países periféricos, uma vez que muitos passaram a depender deste tipo de aporte para financiar seu crescimento e o próprio déficit; o risco dos ataques especulativos contra as moedas nacionais tornou-se uma constante nos anos noventa. A financeirização da riqueza consolidou uma crise internacional de investimentos, com o deslocamento de capitais para a especulação em detrimento da produção. Em 1999, os fluxos financeiros internacionais foram setenta e oito vezes maiores que os produtivos (POCHMANN, 1999: 16). Este comportamento, de certa forma, anula os efeitos do princípio mais fundamental do keynesianismo, que é o de considerar o emprego e a renda enquanto variáveis dependentes do investimento, cujos resultados práticos foram tão perceptíveis no ciclo virtuoso nos *Anos Dourados*.

⁴⁵ Ainda no início do seu primeiro mandato, o Presidente Reagan alcunhou a expressão *império do mal*, referindo-se à União Soviética. O recrudescimento da Guerra Fria no exato momento da ofensiva liberal, em algum nível, expressaria o obstáculo que o dirigismo estatal do Leste Europeu impunha à expansão do livre-mercado (ver HOBBSAWM, 1996).

Enfáticos, Hirst e Thompson (1998) alertam para o fato de que, enquanto que no ciclo virtuoso do segundo pós-guerra a internacionalização ocorreu através do crescimento do comércio externo com investimento interno, na atual fase ela ocorre pelo crescimento desenfreado do investimento externo, cujos números superam os do comércio. Entretanto, e o que é o mais grave, os investimentos produtivos concentram-se no capitalismo avançado, alijando a Periferia do recebimento de aportes significativos, a não ser os especulativos. Por um lado, *os investimentos de curto prazo [especulativos] acrescentam pouco à capacidade estrutural das economias [periféricas] de gerarem crescimento agregado* (idem: 88); por outro, *o investimento externo direto [produtivo] é quase exclusivamente concentrado nos Estados industriais avançados e um pequeno número de economias industriais em desenvolvimento rápido* (idem: 88).

Sobre a concorrência, há uma peculiaridade que tem de ser mais esclarecida: há um consenso entre os autores liberais e progressistas de que a derrubada das barreiras alfandegárias e fiscais tem acentuado a concorrência, em razão da exposição dos mercados domésticos às empresas estrangeiras. Por outro lado, entre os progressistas⁴⁶ também argumenta-se que uma das características mais acentuadas da atual fase do capitalismo é o movimento de oligopolização. Ora, se todo monopólio tende a eliminar e todo oligopólio a minimizar a concorrência, então, haveria algo de contraditório, ou não muito explicado nas análises.

Sem expressar uma opinião definidora em relação à concentração de capital, Harvey (1998: 150) argumenta que, em determinados setores tais como aviação, energia e serviços financeiros, a *acumulação flexível* trouxe uma extrema oligopolização. Um pouco mais enfático neste assunto, Rifkin (2003: 7) aponta para o fato preocupante de que, hoje, menos de quinhentas companhias dominam a maior parte de todas as atividades econômicas do planeta. E Hirst e Thompson (1998: 100) sustentam que, *os principais atores associados estão*

⁴⁶ A diferenciação entre conservadores e progressistas deve ser interpretada como monetaristas e keynesianos, respectivamente. Os autores a seguir apontam o aumento mundial da concorrência em função da abertura dos mercados e da desarticulação das bases da competitividade e, ao mesmo tempo, também apontam a tendência de oligopolização do capitalismo (ver BELLUZZO, 1995; COUTINHO, 1992; MATTOSO, 1995).

envolvidos em um jogo mortalmente competitivo, um jogo que envolve todas as formas de estratégia de negócios para excluir alguns atores de suas redes (...).

A dedução a que se chega é que: (i) há um aumento da concorrência nos mercados dos países periféricos, em razão da abertura desregulada e imposta pelos organismos internacionais, enquanto que os países centrais preservam um determinado nível de barreiras; (ii) há um movimento de concentração de capitais que tende à oligopolização, com a supremacia das grandes companhias do capitalismo avançado; (iii) a concorrência ocorre localizada na redução dos custos do fator trabalho; (iv) a atual fase do capitalismo seria um momento transitório do movimento de concentração, em que as grandes corporações multinacionais ainda estariam devorando as menores, sendo que; (v) a concorrência internacional cessaria ou diminuiria sensivelmente, assim que se consolidasse a hegemonia das grandes empresas, consubstanciando um quadro de extrema oligopolização; (vi) vítimas do seu próprio discurso do livre-comércio, os Estados Unidos da América constituiriam o único espaço econômico do capitalismo avançado em que a concorrência tem aumentado⁴⁷.

Portanto, a idéia de acirramento da concorrência mundial só parece ter lógica quando correlacionada às impressões acima, sem as quais perderia sentido.

Paralelamente, os organismos internacionais como o BIRD, o FMI, a OIT e a OMC (ex GATT)⁴⁸, que exerceram um papel regulador da concorrência internacional no pós-guerra, perdem força ou se posicionam favoráveis à expansão das políticas conservadoras, como são os casos explícitos do Banco Mundial, através do Fundo Monetário Internacional e da Organização Mundial do Comércio, não conseguindo articular novos instrumentos para o disciplinamento da competição internacional.

Conformado o quadro de indisciplina concorrencial, as estratégias competitivas das empresas deslocam-se para a diminuição dos custos do fator trabalho, sendo que os ajustes

⁴⁷ O crescente déficit da balança comercial norte-americana (com um brutal aumento de importações), mais os pesados investimentos externos (com o aporte de uma miríade de novas empresas estrangeiras disputando o mercado), induzem à idéia de que há um aumento da competitividade naquele espaço econômico.

⁴⁸ Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD; Fundo Monetário Internacional - FMI; Organização Internacional do Trabalho – OIT; Organização Mundial do Comércio – OMC. O General Agreement on Tariffs and Trade – GATT foi o principal órgão regulador da concorrência mundial, sendo substituído, em 1995, pela OMC. Conforme abordarei mais à frente, a OIT tem algumas posições bem diferentes dos demais organismos.

microeconômicos e a reestruturação produtiva tornam-se sinônimo de modernidade administrativa. Espremidos na mesma *lógica*, os Estados nacionais sofrem pressões internacionais para a flexibilização dos seus estatutos do trabalho, sob a ameaça da fuga de investimentos. Enquanto na regulação do segundo pós-guerra as políticas levaram em conta o pleno emprego como variável dependente do investimento e o crescimento do emprego e da renda puxou a demanda, na atual conjuntura redesenha-se o nível de emprego em relação às oscilações do mercado, constituindo uma política de adequação da produção à demanda.

Dessa maneira, o acirramento da concorrência desregulada entre indivíduos, empresas e nações ou blocos econômicos, tenderia a fazer das políticas de desregulamentação do mercado de trabalho, notadamente aquelas voltadas ao controle e redução salariais, a variável de ajuste fundamental (POCHMANN, 1999: 28).

Os efeitos combinados da ofensiva do capital mais a política de adequação do emprego à demanda - que é implementada pelos ajustes produtivos - implicam a explosão do desemprego estrutural mundial. Em 1995, de uma População Economicamente Ativa mundial de 2,5 bilhões de pessoas, cerca de 35% estavam desempregadas ou em situação de subemprego, sendo que *somente nos países que fazem parte da OCDE, há indicações que o número de desempregados esteja próximo de 34 milhões de pessoas. Para o próximo século, não são esperadas taxas de desemprego inferiores a 10% da População Economicamente Ativa (...)* (MATTOSO, 1995: 39).

O mais recente relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2004) aponta que a situação do emprego não melhorou, apesar de a pequena retomada do crescimento econômico a partir de 2002; ao contrário, os números revelam o pior cenário mundial de desemprego até então conhecido, pois, em 2003 havia no mundo todo cerca de 185,9 milhões de pessoas em condição de desemprego aberto, o que corresponde a uma taxa de 6,2% da PEA mundial. Entretanto, a maior incidência do desemprego é entre os jovens, pois a taxa nesta faixa etária situa-se em 14,4%, ou seja, o dobro da taxa mundial. Para as mulheres, ainda que o desemprego tenha sofrido uma ligeira redução de 2002 para 2003, elas continuam sendo as

mais afetadas pela falta de emprego, pois, no ano da medição, a taxa mundial para o sexo feminino estava em 6,4% contra os 6,1% para o masculino (OIT, 2004: 08).

Tabela 1 - O desemprego mundial em 1993, 1998 e 2000-2003 (em milhões).

Anos	1993	1998	2000	2001	2002	2003
Total	140,5	170,4	174,0	176,9	185,4	185,9
Homens	82,3	98,5	100,6	102,7	107,5	108,1
Mulheres	58,2	71,9	73,4	74,3	77,9	77,8
Jovens, total	69,5	79,3	82,0	82,9	86,5	88,2
Jovens, sexo masculino	41,2	46,9	48,5	49,1	51,3	52,4
Jovens, sexo feminino	28,3	32,4	33,5	33,8	35,2	35,8

Fonte: OIT, *Tendencias Mundiales del Empleo*, OIT: Genebra, 2004.

Outra situação alarmante apontada pelo relatório é o crescimento desigual entre as regiões do planeta, pois, a retomada tem ocorrido apenas nos países industrializados, sendo que a estagnação econômica tem persistido na Periferia do capitalismo⁴⁹. *La recuperación de las economías industrializadas no ha redundado por igual em beneficio de las diversas regiones del mundo (...)*, concluiu a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2004: 09). Como consequência do crescimento desigual, tem aumentado a diferenciação entre as taxas de desemprego das regiões: enquanto que nos países industrializados, em 2003, contabilizou-se uma taxa de 6,8%, na América Latina e Caribe registrou-se 8,0% e no Oriente Médio e África do Norte 12,2%⁵⁰.

Tabela 2 - Taxas de desemprego mundial, segundo a região e o sexo de 2001 a 2003.
(em percentuais; T = Total; M = Mulheres e H = Homens).

Anos	2001			2002			2003		
Categorias	T	M	H	T	M	H	T	M	H
Mundo	6,1	6,3	6,0	6,3	6,5	6,2	6,2	6,4	6,1
Economias industrializadas	6,1	6,4	5,9	6,8	7,0	6,7	6,8	7,0	6,7
Economias em transição	9,5	9,4	9,5	9,4	9,3	9,5	9,2	9,2	9,2

⁴⁹ Conforme discorrido anteriormente, o dinamismo dos NICs asiáticos, especialmente o da China, Índia, Coreia do Sul e Cingapura vem gradativamente descaracterizando aquelas economias da condição de periféricas típicas. Tal dinamismo também apresenta-se em dois países europeus: a Irlanda e a Hungria. A estagnação aqui descrita refere-se à África, América latina e Caribe e Oriente Médio.

⁵⁰ Há que se ressaltar também que os países europeus vêm adotando medidas de controle ao desemprego, que não têm se difundido para outras regiões do mundo.

Ásia Oriental	3,3	2,7	3,8	3,1	2,6	3,6	3,3	2,7	3,7
Ásia Sudoriental	6,1	6,7	5,7	7,1	7,8	6,5	6,3	6,9	5,9
Ásia Meridional	4,7	6,0	4,1	4,8	6,1	4,2	4,8	6,2	4,3
América Latina e Caribe	9,0	11,3	7,6	9,0	11,2	7,6	8,0	10,1	6,7
Oriente Médio/ Norte da África	12,0	16,3	10,5	11,9	16,2	10,4	12,2	16,5	10,6
África Subsaariana	10,6	9,3	11,6	10,8	9,5	11,8	10,9	9,6	11,8

Fonte: OIT, *Tendencias Mundiales del Empleo*, OIT: Genebra, 2004.

Conforme abordarei mais adiante, talvez este crescimento diferenciado seja resultado da concentração dos investimentos nos países centrais em detrimento dos periféricos, como denunciam Hirst e Thompson (1998). Entretanto, mesmo nos países centrais, a geração de novos postos de trabalho ocorre muito abaixo do nível de crescimento do PIB, o que faz com que o desemprego seja um problema latente, também, por lá. Este comportamento evidencia o surgimento de um fenômeno inédito da história do capitalismo, que é o crescimento sem a contrapartida da geração de emprego.

Pior ainda, nas regiões periféricas de baixo crescimento econômico, o aumento da informalidade, com a diminuição do rendimento médio, ameaça atirar um grande número de trabalhadores para além do limite da linha de miséria (com rendimento menor que um dólar ao dia), sendo que o total de indivíduos nesta situação já soma 550 milhões. A persistir este cenário, será totalmente inviabilizado o *Objetivo das Nações Unidas para o Milênio*, que é o de reduzir pela metade a pobreza mundial até o ano de 2015 (idem: 08).

A expansão do emprego público constituirá uma forma inteligente e racional de alargamento das bases de assalariamento, combinada à expansão dos serviços públicos; em 1980, dentre os maiores empregadores, o Estado francês absorvia 20% da PEA, o inglês 21,1% e o sueco 30,4% (MATTOSO, 1995: 33). Com a *modernização conservadora*, o emprego público perde dinamismo mediante as infinitas pressões para o equilíbrio fiscal dos Estados nacionais.

Paralelamente à inflexão do emprego, recrudescer com a terceirização um conjunto de modalidades de precarização das condições laborais: o trabalho em tempo parcial, o contrato por tempo determinado e o trabalho sem registro formal. A terceirização consiste na estratégia de as grandes empresas em dispensarem encargos sem dispensar trabalho, repassando o contrato jurídico de compra de trabalho às empresas menores; em decorrência da fragmentação que opera-se na organização dos trabalhadores, as empresas terceirizadas têm

autonomia para ditar as condições de remuneração e uso do trabalho, implementando salários menores, garantias mais fluídas e maior rotatividade.

O contrato por tempo parcial consiste na estratégia de disponibilizar o trabalhador às necessidades temporais da empresa, remunerando, apenas, o tempo de trabalho estritamente necessário à produção; com efeito, configura-se o rebaixamento dos salários e uma situação dual e discriminatória na estrutura ocupacional das empresas, através da existência de duas modalidades de trabalhadores: os em tempo integral e os em tempo parcial. Por outro lado, o contrato por tempo determinado constitui uma forma de adequar o volume de mão-de-obra aos picos de demanda, dispensando os trabalhadores tão logo esta retorne ao nível anterior. E o trabalho sem registro formal é a forma mais ruínosa de precarização, pois, enquanto a empresa se isenta do pagamento dos encargos, o assalariado fica totalmente desprotegido das garantias sociais exigidas pela legislação.

Nos países centrais, o Contrato Coletivo de Trabalho - que a partir dos anos posteriores ao segundo pós-guerra possibilitou a elevação dos rendimentos através do repasse das taxas de produtividade aos salários - a partir da *modernização conservadora* corre o risco da implosão jurídica ou do seu confinamento a um núcleo muito restrito de trabalhadores estáveis, em razão da fragmentação e da heretogeneização do operariado.

Um aspecto preocupante e que se manifesta negativamente de forma mais ou menos igual para os assalariados dos países centrais e periféricos é a inflexão da renda dos empregados estáveis, pois, os rendimentos têm caído significativamente, com os salários não mais acompanhando o crescimento do produto *per capita*. *Em todos os países-membro da OCDE, no último ciclo expansivo os rendimentos do trabalho não acompanharam o crescimento do produto por ocupado* (MATTOSO, 1995: 95).

Ainda uma outra característica negativa da atual fase do capitalismo, segundo Harvey (1998), é a descontinuidade do processo emancipatório da mulher, pois, *a transição para a acumulação flexível foi marcada, na verdade, por uma revolução (de modo algum progressista) no papel das mulheres nos mercados e processos de trabalho num período em o que o movimento de mulheres lutava tanto por uma maior consciência (...)* (HARVEY, 1998: 146).

No entanto, tal afirmação é muito questionável, pois, o trabalho de Hirata e Kergoat (2003) demonstra que, apesar da continuidade da preponderância masculina, houve

significativos avanços das mulheres no mercado de trabalho, a partir dos anos sessenta. As autoras argumentam que ainda há muito por fazer para a auto-determinação do sexo feminino, posto que a divisão sexual do trabalho é, na prática, a imputação do trabalho produtivo aos indivíduos do sexo masculino e do trabalho doméstico ao feminino, onde a primeira modalidade de trabalho tem valor, enquanto que a segunda não.

Tal situação gera um quadro de, mais do que injustiças ou desigualdades, opressão do sexo masculino sobre o feminino. Assim, *nas sociedades salariais, a divisão do trabalho entre os sexos é o que está em jogo nas relações entre homens e mulheres (...)* A divisão sexual do trabalho está no âmago do poder que os homens exercem sobre as mulheres (HIRATA e KERGOAT, 2003: 114).

Para Maruani (2003: 22) a relação atividade profissional-vida familiar do sexo feminino não tem hoje o mesmo peso que tinha nos anos sessenta, pois, no presente momento, as taxas de atividade das mães de família se aproximam dos 80%, contrastando flagrantemente com os 40% dos anos sessenta. De modo que o problema central das mulheres, hoje, não é tanto a sua inserção ao mercado de trabalho e sim, outras modalidades de discriminação, derivadas desta inserção, tais como a dupla jornada de trabalho e a remuneração inferior a masculina, entre muitas outras.

Hirata (2003) alerta ainda para o fato de que, apesar dos avanços, não houve a ruptura da prevalência masculina nos mercados de trabalho, pois,

embora mudanças e continuidade coexistam, o deslocamento, hoje, das fronteiras do masculino e do feminino deixa intacta a hierarquia social que confere superioridade ao masculino sobre o feminino, hierarquia sobre a qual (...) se assenta a divisão sexual do trabalho (HIRATA, 2003: 20).

Fazendo coro ao alerta de Hirata, Maruani (2003) também aponta o aspecto transitório, inacabado e circunstancial da inserção das mulheres no mercado de trabalho, ao afirmar que:

nos últimos trinta anos conhecemos verdadeiras mudanças que [no entanto] não são rupturas. São brechas decisivas; porém, não são

definitivas. A feminização do mercado de trabalho é real, mas inacabada, incompleta, tanto que se fez sob o signo da desigualdade e da precariedade (MARUANI, 2003: 21).

Ora, transcorridos mais de três séculos desde que os contratualistas franceses desfraldaram uma bandeira onde podia-se ler *liberdade, igualdade e fraternidade*, não há mais como negar, creio, que a subordinação das mulheres deriva da existência de uma cultura machista secular ou, talvez, milenar, que não é própria do modo de produção capitalista. Se o presente trabalho propõe-se a discutir a sociedade e o capitalismo a partir de uma perspectiva crítica, denunciando a opressão exercida pelo sistema de mercado em relação ao espírito humano, no limite, seria um enorme contra-senso fazê-lo pela metade, omitindo a opressão exercida por um sexo sobre o outro. E, se os tempos de crise são também tempos de reflexão, refletir sobre a real condição da mulher na sociedade, juntamente com as alternativas para a crise que abateu-se no fim do último século, já seria um sinal de que as sociedades ainda pulsam, esboçando alguma reação.

Em resposta ao quadro mundial de desemprego, um dos argumentos neoliberais repousa no aspecto transitório e conjuntural da mudança da fase industrial para a pós-industrial do capitalismo, em que a indústria estaria perdendo sua capacidade dinâmica, com o eixo da acumulação deslocando-se para o setor de serviços⁵¹; neste argumento, os postos de trabalho fechados no secundário estariam sendo reabertos no terciário. Parte da argumentação tem procedência e não encontra grandes controvérsias, quando se refere ao dinamismo e ao fantástico crescimento do terciário, dos quais Rifkin (2003) faz uma boa análise. O problema é que, por um lado, o terciário não produz empregos na exata proporção que o secundário os fecha e, por outro, tem se mostrado mais susceptível a uma ampla utilização de formas precárias de uso de mão-de-obra, sendo que o deslocamento das bases do emprego para a sua esfera tem provocado a heterogeneização e a desproletarização dos assalariados, inflexionando, também, a capacidade de organização e precarizando as condições de trabalho.

⁵¹ A definição e a delimitação dos setores primário, secundário e terciário podem ser vistas com precisão em SILVA e SINCLAYR, 1992.

Contrariando o discurso neoliberal da transitoriedade do desemprego, Castel (2003) alerta para seu caráter estrutural e duradouro, em razão dele derivar da própria estrutura adquirida pelo novo regime de acumulação do capital.

O desemprego não é uma bolha que se formou nas relações de trabalho e que poderia ser reabsorvido. Começa a tornar-se claro que a precarização do emprego [e o] desemprego se inserem na dinâmica atual da modernização. São as conseqüências necessárias dos novos modos de estruturação do emprego, a sombra lançada pelas reestruturações industriais e pela luta em favor da competitividade – que efetivamente, fazem sombra para muita gente (CASTEL, 2003: 516).

Antunes (1995) questiona a capacidade de criação de mais-valia do terciário, argumentando que *se deve afirmar, entretanto, que a constatação do crescimento desse setor não nos deve levar à aceitação da tese das sociedades pós-industriais, pós-capitalistas* (ANTUNES 1995: 47). Na mesma linha, Kurz também rebate o argumento neoliberal argumentando que:

Não se trata de setores com acumulação de capital autônoma; ao contrário, o setor de serviços permanece dependente da acumulação industrial propriamente dita e, com isso, da capacidade das indústrias correspondentes de realizar mais-valia nos mercados mundiais (KURZ, 1992:209).

Entretanto, o principal argumento neoliberal para a explicação do desemprego mundial contaminou até a Organização das Nações Unidas. Em decorrência da subordinação dos seus principais organismos à lógica do capital, o diagnóstico é distorcido e conservadoramente ideologizado. A OMC e o Banco Mundial têm diagnósticos alinhados aos do *Consenso de Washington*: atribuem o desemprego à excessiva regulamentação dos mercados de trabalho e à proteção dos mercados domésticos, que estariam inibindo a emergência de uma *onda de destruição criativa* que o mercado livre poderia engendrar. Contrariando o pensamento hegemônico, a OIT tem um diagnóstico mais realista, atribuindo o desemprego ao padrão

predatório que opera-se em escala sobre as relações de trabalho, propondo, inclusive, a adoção da *Cláusula Social*⁵² enquanto instrumento de disciplinamento da concorrência mundial sobre o fator trabalho. Paralelamente, o conceito de *trabalho decente*⁵³ também vem sendo difundido pela instituição enquanto forma de contrapor-se à tendência de precarização mundial das condições de trabalho.

Para Pochmann (1999), o comportamento do capitalismo ao final do Século XX impõe uma nova divisão internacional do trabalho, em razão de as políticas restritivas impostas pelo capital e pelos organismos internacionais solaparem a capacidade desenvolvimentista dos países periféricos, aprofundando o monopólio dos países centrais sobre a ciência, a tecnologia, o investimento e o sistema internacional de crédito.

Ainda que haja algum movimento de capitais produtivos do Centro em direção à Periferia em busca de salários menores⁵⁴, segundo Hirst e Thompson, não há qualquer possibilidade de, a curto prazo, este comportamento tornar-se homogêneo, pois, a concentração do investimento no capitalismo avançado tem demonstrado que *a ameaça do*

⁵² A *Cláusula Social* consiste numa forma de desviar a concorrência mundial do fator trabalho. A livre-circulação de bens e serviços seria certificada somente aos países com sistemas regulados e um grau de padronização de relações de trabalho. Diante da hegemonia da OMC e FMI, a proposição, sequer, foi debatida com maior seriedade na Organização das Nações Unidas (ver FOLHA SP, 01/05/98 b).

⁵³ Para Juan Somavia, diretor geral da OIT, *El objetivo primordial de la OIT es promover oportunidades para que las mujeres y los hombres consigan un trabajo decente y productivo en condiciones de libertad, igualdad, seguridad y dignidad humana*. E para a consecução deste objetivo, a OIT recomenda a todos os países a adoção do *trabalho decente*, cujos princípios fundamentais são: *el trabajo decente resume las aspiraciones de los individuos en lo que concierne a sus vidas laborales, e implica oportunidades de obtener un trabajo productivo con una remuneración justa, seguridad en el lugar de trabajo y protección social para las familias, mejores perspectivas para el desarrollo personal y la integración social, libertad para que los individuos manifiesten sus preocupaciones, se organicen y participen en la toma de aquellas decisiones que afectan a sus vidas, así como la igualdad de oportunidades y de trato para mujeres y hombres. El trabajo decente debería constituir la esencia de las estrategias globales, nacionales y locales para lograr el progreso económico y social. Es indispensable para los esfuerzos destinados a reducir la pobreza, y como medio para alcanzar un desarrollo equitativo, global y sostenible. Mediante sus actividades en el ámbito del empleo, la protección social, las normas y los principios y derechos fundamentales en el trabajo y del diálogo social, la OIT se esfuerza para fomentar el trabajo decente* (ver www.ilo.org/public/spanish/decent.htm, 20/08/2005)

⁵⁴ A este respeito vale registrar o documentário *Roger e eu* dirigido em 1989 pelo cineasta norte-americano Michael Moore, em que denuncia o desemprego que a estratégia de busca de salários menores na Periferia tem produzido nos grandes centros automotivos dos Estados Unidos.

colapso do nível do emprego e da produção no Primeiro Mundo por motivo de fuga de postos de trabalho para o Terceiro Mundo é, no presente, quase irreal (...) (HIRST e THOMPSON, 1998: 184).

A inflexão econômica mais a ausência de perspectivas nos países periféricos, têm feito aumentar a imigração no sentido Periferia-Centro, sendo que o aporte de hordas de trabalhadores no capitalismo avançado tem produzido uma xenofobia mordaz contra a concorrência da mão-de-obra estrangeira. Estes ecos encontram receptivos os ouvidos dos governantes e dos capitalistas, que fazem aprofundar a livre-circulação de bens e serviços, mas, rejeitam a livre-circulação da força de trabalho. Na economia internacionalizada não há um mercado mundial de trabalho e, segundo Hirst e Thompson (idem: 54), dificilmente haverá. Assim, para o novo regime acumulativo do capital, as mercadorias são mais importantes que os homens e as mulheres.

Outro efeito das políticas restritivas na Periferia é a crescente instabilidade política. Apesar de o *Consenso de Washington* ver na democracia representativa a maneira mais segura de implementação de tais políticas, na prática elas têm provocado a insurgência de novas zonas de vulnerabilidade política e o crescimento da violência, em razão da não-existência de horizontes definidos⁵⁵.

No balanço geral, a ONU não consegue implementar um novo diálogo internacional propositor de outro arranjo que possibilite a retomada do crescimento mundial sustentado, um horizonte mais promissor para os países pobres e algum reequilíbrio de poder entre as nações, sendo que a segunda guerra contra o Iraque, orquestrada por Bush e os *falcões da Casa Branca*, atesta sua flagrante perda de prestígio. Por este comportamento, a ONU corre o sério

⁵⁵ O México, talvez, constitua o exemplo mais sintomático, sendo que o Movimento Zapatista da Província de Chiapas explodiu, exatamente, no momento que o país entrou para o *North American Free Area – NAFTA*; ainda no México, há uma bomba de dispositivo de retardo instalada ao sul do Rio Bravo (fronteira com o Estado do Texas), caracterizada pelo exército de potenciais imigrantes latino-americanos que, barrado pelo *Novo Muro da Vergonha*, força pela liberação da entrada nos EUA. Na América Latina e Caribe, a Colômbia, o Haiti e a Venezuela constituem neste momento zonas de grande vulnerabilidade, sendo que no caso da Venezuela, a instabilidade é flagrantemente provocada por Washington, em razão da postura desenvolvimentista adotada pelo *chavismo*. Registre-se ainda a emergência de instabilidades recentes em vários outros países como Bolívia, Equador e Nicarágua.

risco de falência, assim como ocorreu com a Liga das Nações ao não conseguir articular uma nova ordem internacional no entre-guerras.

Transcorridas mais de duas décadas de políticas neoliberais, permanece o quadro de baixo crescimento da economia mundial, não havendo nenhum indicativo de que elas possam engendrar um novo ciclo virtuoso que, de algum modo, aproxime-se dos *Trinta Anos Gloriosos*. Poucos países apresentam taxas de crescimento do PIB superiores a 3% ao ano. Ironicamente, a economia que mais cresce é a chinesa, apresentando taxas médias variáveis entre 8 a 9% nos anos noventa, mantendo o mesmo nível a partir do ano 2000. Portanto, a economia mais dinâmica é justamente a que mais afastou-se dos dogmas do mercado auto-regulado, mantendo o dirigismo e a planificação estatais enquanto diretrizes macroeconômicas fundamentais (FURTADO, 1992). Como efeito do baixo crescimento mundial, as *ondas de Kondratiev*⁵⁶ do capitalismo desapareceram, sendo substituídas pelo *stop and go*⁵⁷.

2.2.3. Globalização e internacionalização.

Conforme anunciado no início do Capítulo Um, evitei até aqui o emprego do termo *globalização*; isto porque, creio, atrás dele escondem-se intenções de mascarar o verdadeiro conteúdo da metamorfose do capital e de criar uma base ideológica de legitimação da economia e das relações sociais impostas pelo neoliberalismo.

Para os ideólogos e apologistas do mercado, a nova dinâmica do capitalismo estaria promovendo uma ruptura histórica, através da consolidação do processo de *globalização* da economia. Nesta dinâmica, as empresas estariam perdendo suas características multinacionais

⁵⁶ As *ondas de Kondratiev* são os longos ciclos de crescimento e inflexão econômicos, geralmente em média setenta anos, que caracterizam a economia capitalista desde seus primórdios. Sem necessariamente denominá-las, Marx as apontara enquanto fenômeno, ao salientar o caráter cíclico da economia capitalista. Há muita controvérsia sobre as razões de sua existência, entretanto, Schumpeter as atribui aos ciclos de inovação e amadurecimento tecnológicos (ver SCHUMPETER, 1988). Para Hobsbawm (1996), o crescimento do segundo pós-guerra constitui a mais fantástica *onda de Kondratiev* de todos os tempos.

⁵⁷ O *stop and go* é uma das características do capitalismo atual e seu surgimento se sobrepõe ao fim das *ondas de Kondratiev*. A política de adequação da produção à demanda, a retração de investimentos e a ausência de planejamento de longo prazo, engendram ciclos macroeconômicos muito curtos, em que o crescimento global pára e continua em intervalos cada vez menores, refletindo as expectativas do mercado.

e se metamorfoseando em transnacionais⁵⁸ e, em consequência, a livre-circulação de capitais, bens e serviços estaria produzindo um novo modelo assentado em *leis globais*, que aniquilariam a capacidade de articulação macroeconômica e de regulação dos Estados nacionais; o sistema econômico internacional estaria tornando-se autônomo e os mercados nacionais diluindo-se diante da consolidação de um *mercado global*, com leis e mecanismos próprios; o capitalismo industrial estaria transformando-se em *pós-industrial* e a Idade Moderna em *Pós-Moderna*.

Harvey (1998) e Paulani (2004) explicam detalhadamente como estas idéias simplórias contaminaram parcelas significativas das sociedades, esculpindo uma cultura neoliberal e *yuppie*. Mais do que isto, num primeiro momento, elas seduziram até muitos governantes do capitalismo periférico que, ingênua ou propositadamente, atrelaram as economias dos seus países aos mandamentos do grande capital, promovendo a abertura dos mercados, a privatização dos ativos estatais e a desregulamentação dos mercados de trabalho, no intuito de atrair os investimentos *globais*. No Brasil os Governos Collor e Cardoso caíram no discurso, enquanto que o Governo Menen, na Argentina, nele mergulhou de cabeça.

A bem da verdade, este discurso encaixa-se perfeitamente nos interesses do grande capital internacional, pois, ao mesmo tempo em que elimina a possibilidade de desenvolvimento da Periferia - e com ela a possibilidade da sua concorrência com o Centro - também escancara os mercados periféricos à penetração de bens e serviços oriundos do capitalismo avançado.

Entretanto, esgotado o tempo em que é possível manter na ignorância os espíritos mais desaperebidos, constatou-se que nenhum investimento vultoso apareceu para engendrar o crescimento ou o desenvolvimento e, pior ainda, uma parcela significativa do emprego havia desaparecido em consequência da substituição da produção interna pelas importações. Com indignação, também, verificou-se que nenhuma matriz de empresa multinacional havia

⁵⁸ Para Hirst e Thompson, *a corporação transnacional seria capital genuíno inteiramente livre, sem identificação nacional específica e com administração internacionalizada e, no mínimo, potencialmente inclinado a localizar-se e realocar-se em qualquer lugar do mundo para obter retornos seguros e mais altos* (HIRST e THOMPSON, 1998: 28). Esta definição diferencia as empresas multinacionais das transnacionais pelo fato de as primeiras possuírem como característica central o enraizamento nacional das suas matrizes. Para os autores, as empresas multinacionais não estão se tornando transnacionais.

abandonado a cômoda proteção do capitalismo avançado para instalar-se em algum país periférico.

Em uma análise bem realista, menos sombria, mas também nem um pouco otimista, Hirst e Thompson (1998) discutem a idéia da *globalização* da economia, argumentando que não há nenhum elemento palpável que sinalize que o *mercado global* esteja em consolidação. Creio que a apresentação deste argumento em muito subsidia o debate do capítulo seguinte sobre a reestruturação produtiva brasileira, pois, demonstra o fato de que há pouquíssima disposição por parte do grande capital em investir de forma significativa na Periferia. E, considerando que a reestruturação brasileira tem sido influenciada pela vã esperança de que uma possível disponibilidade mundial de investimentos venha contribuir com o desenvolvimento endógeno, o argumento dos autores ajuda a evidenciar o seu caráter limitado e, possivelmente, fadado ao insucesso, a menos que os rumos equivocados sejam corrigidos.

Para sustentar a antítese da *globalização*, os autores apresentam os seguintes argumentos:

O acanhamento do comércio internacional: seria razoável supor que, em um mercado realmente globalizado, a plena liberdade de circulação de mercadorias conduziria a um aumento considerável dos fluxos do comércio internacional. Entretanto, os atuais fluxos são inferiores aos do período de vigência do padrão-ouro, anterior a 1914 e inferiores ao volume total atual de investimentos. Isto em decorrência do protecionismo implementado pelo capitalismo avançado. Portanto, a economia internacional era muito mais aberta no passado do que o é agora (idem: 57).

A base nacional da empresa multinacional: diferentemente do que afirma o discurso neoliberal, as empresas não estão se transnacionalizando. Das trinta e sete mil empresas contabilizadas em 1990, 90% delas possuíam suas matrizes nos países desenvolvidos (idem: 90), sendo que dois terços das suas vendas eram realizados a partir de exportações dos países de origem (idem: 130). Entre 70 e 75% de todo o valor adicionado das multinacionais também são produzidos nos países de origem (idem: 148). Por outro lado, somente entre 10 a 30% de toda pesquisa e desenvolvimento são realizados exteriormente (idem: 151). E finalmente, boa parte dos lucros realizados internacionalmente é lançada como realizada no país-sede. Portanto, longe de constituírem blocos monolíticos globais e autônomos, as empresas multinacionais são unidades nacionais que centralizam decisões, capitais e lucros em seus

países de origem. *Um sistema econômico nacional oferece formas de tranquilizar as empresas em relação aos choques e aos riscos da economia internacional* (idem: 290).

A regulação dos regimes cambiais: também seria de imaginar-se que, em uma economia realmente globalizada e governada pelas leis do comércio internacional, o regime cambial fosse determinado pelas leis do suposto *mercado global*. Entretanto, mesmo depois do aprofundamento da internacionalização, ao final do Século XX, as taxas de câmbio continuam sendo objeto de regulação política, o que atesta a incapacidade do mercado em determinar este aspecto tão importante para o comércio internacional (idem: 57).

O comportamento do investimento: a concentração dos investimentos nas economias industriais avançadas evidencia o conteúdo político que há por trás das decisões de investir, tomadas pelas empresas multinacionais. Invariavelmente, tais decisões repousam muito mais em aspectos políticos do que econômicos, sendo que seu direcionamento para os países centrais compromete o crescimento mundial distribuído. O fato de o investimento crescer mais do que o comércio é indicador de que a integração global não é certa (idem: 108).

Estes argumentos desmontam a tese da *globalização*, pois, evidenciam o quanto a economia capitalista ainda depende da regulação. Assim, *não há motivo para acreditar que as forças de mercado invariável ou inevitavelmente prevalecerão sobre os sistemas de regulação* (idem: 288). Entretanto, a não-existência de um *mercado global* não invalida a idéia de que grandes transformações estejam ocorrendo na economia internacional. A elevação dos fluxos internacionais do comércio a níveis superiores aos do período keynesiano demonstra que há uma tendência de internacionalização e que mudanças substanciais têm ocorrido no tradicional papel do Estado e da regulação.

O surgimento e o fortalecimento de novos poderes tais como os organismos internacionais da ONU e o próprio mercado têm criado uma estrutura policêntrica de poder, em que a capacidade de regulação econômica e das relações sociais do Estado-nação têm sido gradualmente inflexionada e compartilhada com estas instituições emergentes. Mas, apesar de os Estados nacionais estarem se transformando em *agências de governabilidade*, as economias nacionais e a mundial ainda dependem da regulação, que tem sido exercida em novos patamares e com múltiplos e novos agentes (idem: 233). Assim,

Um sistema econômico governado internacionalmente, no qual algumas dimensões políticas importantes são controladas por agências mundiais, blocos comerciais e grandes tratados entre os Estados-nação, continuará, portanto, a dar um papel ao Estado-nação (idem: 296).

Entretanto, apesar de menos pessimista por rebater a idéia de uma ditadura do *mercado global* regulando todas as funções da vida que a *globalização* poderia ensejar, a análise de Hirst e Thompson também não é nada otimista. Pois, a fragmentação do poder regulatório do Estado e o seu compartilhamento com o mercado e com os organismos internacionais, também desmontam boa parte da capacidade estatal de gerenciar a vida humana de uma forma não-mercantil, dividindo-a com o capital e com os organismos a seu serviço. E neste sentido, a análise dos autores, além de não rebater, reforça a argumentação até aqui desenvolvida sobre a *ofensiva conservadora do capital*.

2.3. A desestruturação da sociedade salarial.

O baixo crescimento mundial não sinaliza um novo projeto em que a massa de desempregados possa ser socialmente reinserida, recuperando a dignidade, a auto-estima e a proteção que o trabalho tem a propriedade de conferir, ao mesmo tempo em que acena para o aprofundamento da exclusão, da *desfiliação*⁵⁹, do recrudescimento das tensões e da instalação do caos.

⁵⁹ Castel (2003) emprega o termo *filiação* para se referir à inserção dos assalariados às formas de proteção social, especialmente os sistemas previdenciários. A ruptura para com a proteção social, a partir da inflexão dos sistemas previdenciários, tem provocado a *desfiliação* em massa dos assalariados.

No paradigma anterior, o trabalho exerceu uma função estruturante das relações sociais, pois, a relação salarial fordista orientada ao consumo, somada à consolidação das redes de proteção, possibilitaram a inscrição dos indivíduos na cidadania. Para Castel,

Existe de fato, como se verificará, a longo prazo, uma forte correlação entre o lugar ocupado na divisão social do trabalho e a participação nas redes de sociabilidade e nos sistemas de proteção que ‘cobrem’ um indivíduo diante dos acasos da existência. Donde a possibilidade de construir o que chamarei, metaforicamente, de ‘zonas’ de coesão social. Assim, a associação trabalho estável – inserção relacional sólida caracteriza uma área de integração (CASTEL, 2003: 24).

E a empresa de produção em massa do padrão norte-americano, pela sua característica absorvedora, constituiu a matriz organizada de base da sociedade salarial, pois, *é principalmente a partir dela (...) que se produz a diferenciação do salariado: estrutura grupos humanos relativamente estáveis e coloca-os numa ordem hierárquica de posições interdependentes (idem: 518).*

Na nova ordem, o princípio macroeconômico de adequação da produção à demanda, somado ao padrão predatório e desregulado de gerenciamento das relações de trabalho, induzem ao reordenamento dos princípios microeconômicos, consubstanciado na empresa mínima e pouco absorvedora.

É paradoxal que o discurso apologético sobre a empresa se tenha imposto, exatamente, no momento em que ela perdia boa parte de suas funções integradoras. Empresa fonte da riqueza nacional, escola do sucesso, modelo de eficácia e competitividade, sem dúvida. Mas deve-se acrescentar que a empresa funciona também, e aparentemente cada vez mais, como uma máquina de vulnerabilizar e até mesmo como uma máquina de excluir. E faz isso duplamente (idem: 519).

Com efeito, ao prescindir de *trabalho vivo*⁶⁰, a empresa prescinde do homem e perde seu papel integrador e de matriz fundamental de subscrição dos indivíduos à proteção, ao consumo e demais formas de inserção social, abrindo o terreno para a desfiliação em massa e recriando hordas de desempregados sem horizontes.

Conforme exposto no capítulo anterior, o modelo de produção taylor-fordista difundiu-se mundialmente acompanhado de um contrato social capaz de adequar minimamente o padrão de produção ao de consumo e arrefecer as tensões da contradição fundamental do modo de produção capitalista. Ainda que a sensibilidade dos líderes mundiais só tenha aflorado após a grande crise, Breton Woods evitou que a barbárie do entre-guerras se perpetuasse no tempo.

Assim, o assalariamento da força de trabalho em padrões minimamente dignificantes, a solidez do emprego na grande empresa multidivisional, a interlocução dos sindicatos de massas, a conformação dos estatutos do trabalho, a sagração do Estado enquanto legítimo árbitro dos conflitos entre as classes, a consolidação das redes de proteção social e o aprofundamento da democracia representativa, constituíram um cenário favorável à continuidade do processo civilizatório, interrompido desde a consolidação do modo de produção capitalista e a transformação da força de trabalho em mercadoria. *A sociedade salarial sinalizava, portanto, que capitalismo e civilização poderiam caminhar ao mesmo tempo na história.*

A análise deste capítulo procurou evidenciar que, no presente momento, há uma tentativa unilateral por parte do capital em difundir um novo regime de produção e novas relações de trabalho, sem a contrapartida de uma nova regulação que possa sincronizar produção e consumo; procurou ainda evidenciar que a trágica experiência do entre-guerras não tem servido de referencial histórico para a reorientação de um novo ordenamento das relações sociais de produção. Concluo que, com a metamorfose do capital ao final do Século XX e a possibilidade da erosão da sociedade salarial, a civilização nascida do trabalho tateia à procura de um caminho.

A macroeconomia de adequação da produção à demanda em lugar do desenvolvimento sustentado; a microeconomia da empresa mínima em lugar do emprego; o superávit fiscal em

⁶⁰ A expressão *trabalho vivo* é aqui empregada em seu sentido marxista.

lugar da proteção social; o mercado em lugar da solidariedade e o lucro em lugar da razão. Este é o capitalismo desde o final do Século XX e este é o mundo no qual a sociedade e a economia brasileiras estão inseridas; portanto, este é o prisma sob o qual a reestruturação industrial brasileira será analisada no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3.
REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E DESAJUSTAMENTO DO MERCADO
DE TRABALHO NO BRASIL.

[No Brasil] *o modelo deixa de ser japonês para tornar-se nissei.*

Mário Salermo.

Em 1987 o Presidente José Sarney convocou uma cadeia nacional de rádio e televisão para, em horário nobre, anunciar pomposamente à nação uma notícia *fantástica*: o Brasil acabara de capturar a tecnologia de refino de urânio, entrando para o seleto *clube nuclear*. Os

cientistas do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares – IPEN haviam conseguido refinar urânio em 7% e o país logo produziria *yellow kake*⁶¹ em escala, conquistando autonomia na produção de combustível nuclear. Apesar do fracasso do Plano Cruzado e da inflação galopante, a estratégia exportadora parecia dar resultados e o país estava prestes a conquistar a nona posição na economia internacional, sendo que a retomada do nível de emprego arrefecera a crise do início dos anos oitenta, conferindo uma parca legitimidade àquele governo não-eleito.

Mas, a despeito do entusiasmo do presidente, não havia ninguém no círculo palaciano com conhecimento suficiente para informá-lo sobre o real significado do fato e Sarney não foi avisado que o paupérrimo Paquistão já refinava urânio em 80% havia mais de duas décadas, sem falar na China, Índia e Israel, portanto, que se tratava de uma conquista pífia, insignificante e desprezível.

A narrativa do episódio enfatiza uma característica presente em toda a história da industrialização brasileira: no Brasil, parece acreditar-se que a ciência, a tecnologia e o desenvolvimento estão sempre muito próximos e que é possível galgá-los com pouco esforço ou, simplesmente, incorporá-los. Ignora-se o que o subdesenvolvimento deriva de causas estruturais da sociedade e da sua forma de inserção na divisão internacional do trabalho, assim como despreza-se o fato de que o desenvolvimento exige a repactuação de um novo ordenamento das relações sociais de produção, concomitante a uma relação de maior soberania nas relações internacionais.

No presente capítulo, primeiramente, analiso a reestruturação produtiva da indústria brasileira, passando pontualmente pelas fases desencadeadas a partir dos estágios de abertura à economia internacional; constato que a tentativa de copiar o *modelo japonês* esbarra no conservadorismo do capital em implementar um regime mais democrático de relações de trabalho, sendo que este obstáculo tem produzido um sincretismo produtivo, com a gradual conformação de um sistema industrial muito particular e idiossincrásico; concluo esta parte com o diagnóstico de que a indústria nacional ainda é atrasada e incompleta, não dominando a produção de bens mais sofisticados, especialmente os bens de capital.

⁶¹ O *yellow kake* (pó amarelo) é a forma semifinal do combustível nuclear; neste estágio o urânio está refinado e em forma de pó; logo após, é transformado em pastilhas, adquirindo a forma final.

No segundo momento, analiso o comportamento do mercado brasileiro de trabalho diante da aplicação dos novos fundamentos produtivos e da ofensiva patronal para flexibilização das condições de trabalho; concluo que o movimento de reorganização do capital tem produzido a desestruturação do mercado e trabalho, com o aprofundamento da sua característica dual e da inflexão do emprego, da renda e demais indicadores sociais.

No final do capítulo, recorro novamente à teoria cepalina com o objetivo de fazer um balanço da economia brasileira, concluindo que a aplicação da receita neoliberal tem aprofundado o seu caráter dependente e periférico na divisão internacional do trabalho, sendo que o atual rumo constitui um descaminho ao desenvolvimento.

3.1. A reestruturação produtiva da indústria brasileira.

O ano de 1978 demarcou os últimos impulsos dinâmicos do II PND e o esgotamento do modelo econômico sustentado pelos militares. Conforme já mencionado no Capítulo Um, a emergência da crise da dívida externa brasileira pelo vencimento das primeiras parcelas dos empréstimos anteriormente contraídos, juntamente com a forte retração da demanda interna, obrigaram a reorientação da política macroeconômica nos anos oitenta. A necessidade de um volume substancial de reservas em dólar a fim de saldar os compromissos com os credores, mais o ímpeto de elevação das vendas das empresas, induziram o governo a definir uma estratégia exportadora e a entrada de divisas, que nos últimos governos ocorrera pela contração de pesados empréstimos, passaria a ocorrer através das vendas ao mercado externo.

Para tal, a estrutura produtiva brasileira teria que se adequar a novos parâmetros de competitividade e o parque industrial taylor-fordista - ainda incompleto - deveria competir no mercado internacional com as empresas do capitalismo avançado, no momento em que, naquelas economias, a busca pela competitividade já pressionava as companhias pela introdução de novas tecnologias e fundamentos flexíveis de organização do trabalho industrial.

Diante da infinidade de bons trabalhos que tratam da reestruturação produtiva brasileira, optei por tomar como principal referência o de Leite (2003) pelos seguintes motivos: (i) abrange o período mais longo dentre os demais trabalhos, analisando desde o final dos anos setenta até os dias atuais, não se prendendo a um único período, o que lhe confere um caráter completo e atual; (ii) é uma análise que discorre pelos aspectos organizacionais das

empresas, porém, sem prender-se a eles e (iii) analisa com propriedade os impactos da reestruturação nas relações sociais e no sistema brasileiro de relações de trabalho.

Outros trabalhos de relevância também são citados e contribuem, a título de complemento, para o delineamento de um quadro bem realista da indústria brasileira diante do terceiro paradigma industrial e tecnológico; entre tais trabalhos, destaco os de Hirata (1992), Salermo (1992) e Ferro (1990), entre outros.

Para Leite (2003), a reestruturação produtiva brasileira divide-se em quatro fases: (i) a difusão dos Círculos de Controle de Qualidade - CCQs, em que a preocupação com a qualidade vinha mesclada com os conceitos gerenciais de arrefecer a luta pela organização no interior das empresas; (ii) a *reestruturação defensiva* com a difusão da microeletrônica, em que as novas tecnologias - especialmente as máquinas-ferramenta de controle numérico e os controladores lógicos programáveis - substituíram a automação eletromecânica, sem o paralelismo das transformações nas formas de organização do trabalho; (iii) a *epidemia de competitividade*, em que o discurso da necessidade de competição no mercado internacional consubstanciou as ações voltadas à desregulamentação e (iv) a tentativa de *modernização sistêmica*, em que, já em plena abertura econômica, as empresas tentaram criar uma estrutura industrial sistêmica nos moldes do capitalismo avançado.

3.1.1. A difusão dos CCQs.

O período entre o final dos anos setenta até os primeiros anos da década de oitenta, constituiu o momento inicial das mudanças da estrutura industrial e foi marcado pela difusão dos Círculos de Controle da Qualidade – CCQs, sendo que as estratégias das empresas concentraram-se na simples introdução destas técnicas, sem inovar a base tecnológica, nem adotar novos parâmetros de gestão da força de trabalho.

Conforme já debatido no Capítulo Dois, as transformações produtivas que conformaram o *modelo japonês* no próprio Japão ocorreram com a cooptação dos trabalhadores e dos sindicatos, eliminando as resistências que poderiam obstaculizar sua

implementação. Entretanto, a estratégia *modernizadora* das empresas brasileiras ocorreu em um momento de inédito conflito e de inflexão do diálogo entre o capital e o trabalho e, principalmente, em uma conjuntura de mobilização sindical para o enfrentamento do regime militar e reposição das perdas salariais. Portanto, a credibilidade das empresas estava em baixa demais para poder motivar o engajamento dos trabalhadores.

Leite (idem: 72) chama a atenção para o fato de que a estratégia mais proeminente das empresas em adotar os CCQS era a de criar um espírito de corpo, em que o apelo ao engajamento dos trabalhadores tinha muito mais o objetivo e desviá-los do enfrentamento classista. *Neste sentido, os CCQs foram introduzidos em muitas empresas a partir da preocupação gerencial em desviar o ímpeto participativo dos trabalhadores para formas alternativas de organização que contassem com maior controle gerencial* (LEITE, 2003: 72).

Pelo lado do capital, a difusão dos CCQs também esbarrou no conservadorismo empresarial e na cultura autoritária, sob as quais as relações de trabalho foram edificadas desde os primórdios da industrialização. Invariavelmente, as gerências e os escalões superiores apresentaram grandes resistências em delegar poderes e descentralizar decisões, preferindo manter o monopólio sobre a organização do trabalho.

Em meados dos anos oitenta, constatado que a estratégia em nada havia melhorado sua capacidade competitiva, as empresas começaram a abandonar os CCQs. É correto afirmar que a resistência dos sindicatos mais organizados contribuiu para sua não-afirmação, pois, as experiências anteriormente relatadas de reestruturação produtiva sinalizaram não ser possível que transformações desta magnitude se materializem sem o engajamento do fator trabalho; porém, a principal causa do fracasso residiu no comportamento conservador do capital, pois,

A própria resistência das empresas em adotar estratégias mais sistêmicas que modificassem também as formas de organização do trabalho e de gestão da mão-de-obra evidenciou-se como um dos principais empecilhos ao comprometimento que as gerências buscavam dos trabalhadores (...)
(LEITE, 2003: 72).

3.1.2. A reestruturação defensiva com a difusão da microeletrônica.

Ainda em meados dos anos oitenta, mais precisamente no biênio 1984-85, a inflação apresentou uma leve queda e a implantação do Plano Cruzado (em 1986), além de promover alguma recuperação da demanda, sinalizou para o fim da tendência recessiva, sendo que a política exportadora ganhou algum dinamismo com a elevação das vendas externas. Em decorrência, as empresas passaram a adotar o incremento do *capital fixo* mais moderno enquanto principal estratégia para a elevação da produtividade, constituindo o segundo momento da reestruturação produtiva brasileira.

A terminologia *reestruturação defensiva* é empregada por Leite (2003) para definir este período, caracterizado pela difusão de equipamentos de base microeletrônica em substituição a determinados níveis de *automação eletromecânica*⁶², com uma tímida introdução de novos fundamentos organizacionais, contudo, sem redundar positivamente em grandes transformações nas relações de trabalho. No pacote de inovações microeletrônicas estavam os Controladores Lógicos Programáveis – CLPs⁶³ e as Máquinas-Ferramenta a

⁶² A eletromecânica constitui o padrão de automação da indústria taylor-fordista e é caracterizada pela rigidez com que os sistemas elétricos comandam as máquinas e o processo. Toda a sua arquitetura funcional é conformada por circuitos elétricos de baixa tensão (geralmente em 127 ou 220v), em que os componentes elétricos tais como relês, contactores e sensores de toda modalidade executam as funções de monitorar e controlar os movimentos da produção. O grau de aplicação da eletrônica é baixo e o da microeletrônica é nulo, não havendo o emprego de computadores, nem de outros elementos de memória reprogramável, constituindo um sistema não-inteligente. Todas as situações e os movimentos que um sistema eletromecânico pode monitorar e ordenar são pré-determinados pela configuração do seu circuito elétrico e não são passíveis de mudanças rápidas. Para alterar as ordens ou os sinais que um sistema emite ou recebe das máquinas ou do processo, é necessário uma complexa alteração do seu projeto e do circuito elétrico, o que implica na alteração de toda a fiação e na substituição dos componentes. Pelo fato de não permitir a reprogramação, a automação eletromecânica confere um caráter rígido aos processos industriais.

⁶³ Os Controladores Lógicos Programáveis – CLPs são equipamentos com memória reprogramável que monitoram o funcionamento das máquinas ou do processo de produção. A partir das funções previamente programadas, interagem com as máquinas e com o processo, emitindo e recebendo sinais elétricos (geralmente em 12v) e digitais. São computadores especializados em monitorar a produção e funcionam com linguagem de máquinas, geralmente *Ladder* ou *Assembler* e, por serem facilmente reprogramáveis, possibilitam a rápida alteração do processo e um maior *mix* da produção. Além da flexibilidade, outra grande vantagem sua reside no fato de ser possível utilizá-los nas antigas máquinas, removendo-se os velhos circuitos da automação eletromecânica e construindo novos circuitos inteligentes. Por tais características, eles conferiram um novo patamar de produtividade às velhas plantas taylor-fordistas.

Controle Numérico – MFCNs⁶⁴, cuja disseminação conferiu uma nova, porém ainda parca, modificação tecnológica à indústria.

O incremento tecnológico deu-se nas grandes empresas exportadoras, principalmente nas do subsetor automotivo, onde, coincidentemente, também se localizava a ponta organizada do movimento sindical, sendo que tal fato imprimiu alguma dificuldade na implantação, em razão das desconfianças produzidas entre os sindicatos. Entretanto, o nível tecnológico desta fase foi quase desprezível, quando contrastado mesmo com economias do mesmo patamar que a brasileira, tais como as do México e dos NICs asiáticos. Referindo-se ao nível de automação da indústria automotiva - ponta mais dinâmica do processo de automação industrial no período analisado - Ferro (1992) denunciou o conservadorismo das empresas em investir pesadamente em inovação tecnológica, pois,

Os índices de robotização (...) e a porcentagem de automatização da indústria são aos menores do mundo. O Brasil tem um índice de robotização de 0,2 e de 3,9% de automação, enquanto o Japão, com maior nível de automação, apresenta um índice de robotização de 4 e 30% de automação. Mesmo comparada com os países em desenvolvimento, a distância é significativa. A Coreia tem índices próximos dos países desenvolvidos (1,9/22,6%) enquanto o México (0,4/6,6%), mesmo distante do padrão mundial, tem uma tecnologia mais avançada do que o Brasil. Apenas a seção de solda da planta da Ford em Hermosillo-México tem um número maior de robôs que todo o parque automotivo brasileiro (FERRO, 1992: 324).

⁶⁴ Em uma linguagem simplificada, as máquinas-ferramenta são máquinas que produzem outras máquinas, como por exemplo, frezadoras, tornos, plainas e etc... Antes da incorporação dos sistemas informatizados, elas exigiam grande especialização dos trabalhadores, principalmente, conhecimentos de medidas de precisão e de resistência de materiais, só podendo ser operadas por profissionais qualificados como os torneiros, ferramenteiros, matrizeiros, ajustadores e mecânicos gerais. A introdução dos sistemas informatizados as transformaram em Máquinas-Ferramenta de Controle Numérico – MFCNs e, com efeito, sua operação ficou simplificada, podendo ser operadas por trabalhadores com pouca qualificação, pois, o controle das medidas das peças em produção passou a ser realizado pelo *software*. Até o início dos anos noventa, o Brasil detinha um bom índice de qualidade e nacionalização, sendo que os grandes fabricantes de MCFNs se localizavam na região de Piracicaba e Santa Bárbara D'Oeste, interior do Estado de São Paulo.

Ora, constitui uma regra fundamental do modo de produção capitalista o fato de que, mesmo a despeito do alto custo da maquinaria, não há uma única empresa que não queira substituir *capital variável* por *capital fixo*, com o objetivo de aumentar a produtividade. Então, o que explica o baixo grau de automação da indústria brasileira neste período? Para Ferro (idem: 325), um grande obstáculo à modernização tecnológica da indústria residiu na lei de reserva de mercado para os bens nacionais de informática, que prevalecia desde o governo militar.

Nesta linha de raciocínio, a política econômica brasileira apresentaria uma grande contradição: ao mesmo tempo em que estabeleceu a estratégia exportadora e a exigência de maior capacidade competitiva da indústria, por outro, manteve em vigor a lei de reserva de mercado para equipamentos nacionais de informática, o que inibiu drasticamente as importações e, com efeito, o aumento da competitividade pelo incremento tecnológico. A bem da verdade, se, por um lado, a lei possibilitou o estabelecimento de um pequeno número de empresas genuinamente de capital nacional no subsetor de informática, por outro, tais empresas - em sua maior parte controlada pelos grandes bancos nacionais - jamais desenvolveram tecnologia própria e equipamentos sofisticados a ponto de alimentar um salto tecnológico da indústria nacional, limitando-se a produzir tecnologia copiada de computadores pessoais e, principalmente, de equipamentos destinados à automação do subsetor bancário.

A rápida difusão dos CLPs só foi possível em decorrência da estratégia adotada pelas empresas multinacionais do subsetor eletroeletrônico de burlar a lei, maquiando e fazendo passar como equipamentos nacionais, bens de capital com alto coeficiente de importação em seu valor agregado. O próprio subsetor automotivo só introduziu a *eletrônica embarcada* nos automóveis mais tarde, no Governo Collor, quando a lei foi revogada. Por outro lado, as indústrias de máquinas-ferramenta - predominantemente de capital nacional - conseguiram desenvolver um grau razoável de informatização a partir de tecnologia própria, conferindo um importante subsídio à reformulação industrial.

Em razão da ausência de fontes bibliográficas para o aprofundamento sobre as consequências implementadas pela lei, o que pretendo neste ponto é registrar os fatos e os argumentos: quanto aos fatos, a verdade é que a lei não conseguiu promover a captura de uma tecnologia genuinamente nacional no subsetor de informática, ao mesmo tempo em que obstaculizou a importação de equipamentos. Quanto aos argumentos, o alerta de Ferro

encontra uma forte ressonância entre as empresas, principalmente as automotivas, que atribuíram à lei a principal responsabilidade pela defasagem tecnológica.

Por outro lado, Fleury (1993) atribui o baixo nível tecnológico da indústria brasileira à não-priorização do domínio sobre a tecnologia enquanto principal estratégia de competitividade. Analisando as características do *modelo japonês*, o autor atribui o sucesso do modelo e da economia japoneses à ênfase dada à tecnologia e à capacitação tecnológica enquanto principais estratégias de mercado.

Ao comparar os casos japonês e brasileiro, o autor afirma que, no Brasil, nunca houve uma preocupação institucional mais vultosa por parte do Estado em tratar - do ponto de vista das políticas públicas - a tecnologia enquanto estratégia de competitividade e instrumento para o desenvolvimento, sendo que a busca do domínio tecnológico sempre esteve sob a esfera ministerial da ciência e nunca integrada às políticas industrial e econômica. *Não obstante, o que se observa a partir de então é que a questão tecnologia é tratada juntamente com a questão ciência, e de maneira desintegrada das políticas econômica e industrial* (idem: 42).

Da mesma forma, também, nunca houve maiores interesses das empresas privadas nacionais em capturar tecnologia, sendo que o pouco esforço registrado neste sentido deu-se por parte das empresas estatais e, mais debilmente, das multinacionais. *Historicamente, os avanços qualitativos associados à instalação de indústrias com tecnologias mais avançadas [estiveram entregues ao] setor produtivo estatal ou às multinacionais* (idem: 42).

Entretanto, há que se ponderar sobre a real contribuição dada pelas empresas estrangeiras, pois, considerando a análise de Hirst e Thompson (1998) sobre as estratégias das multinacionais de concentração das vendas e do investimento nos países de origem, talvez o aspecto mais preponderante no baixo nível tecnológico da indústria brasileira neste período tenha residido na não-eleição do Brasil enquanto espaço econômico estratégico para o aporte de novos investimentos intensivos em tecnologia.

Conforme já discorrido no Capítulo Dois, a economia dos NICs asiáticos é particularmente caracterizada pela influência do Estado na organização do setor industrial, o que lhes habilita para um determinado domínio tecnológico em alguns subsetores. Por outro lado, a economia mexicana guarda uma particularidade estratégica muito atrativa para o investimento: está às portas do maior mercado consumidor do planeta - os Estados Unidos - além de possuir uma mão-de-obra extremamente barata, sendo que a conjunção destas duas

idiossincrasias constitui o principal atrativo para que o capital estrangeiro promova uma modernização mais vultosa naquele sistema industrial.

Portanto, o maior interesse das multinacionais na economia brasileira repousava na exploração do seu mercado interno, não havendo qualquer intenção de transformá-la em uma plataforma exportadora. E considerando que, no período aqui analisado, apesar da pequena elevação do consumo interno provocada pelo Plano Cruzado, a demanda interna ainda estava muito debilitada pela crise de esgotamento do modelo econômico, não houve maiores interesses destas empresas em se engajarem na modernização das suas plantas. Na análise custo-benefício das empresas, os investimentos em modernização tecnológica foram na proporção daquilo que se esperava de retorno do fragilizado mercado brasileiro. Mesmo assim, algum investimento foi promovido enquanto estratégia de aproveitamento das parcas vantagens comparativas da economia brasileira, havendo uma relativa contribuição das multinacionais ao esforço exportador.

Por outro lado, a segunda fase da reestruturação industrial brasileira também foi marcada pela excessiva timidez na introdução e difusão dos novos fundamentos organizacionais, resumindo-se na introdução do *just in time*⁶⁵, da celularização⁶⁶ da produção, e do controle da qualidade na produção através do CEP⁶⁷, sem a devida modernização das relações de trabalho e sem a descentralização das decisões.

Dado o grau de conservadorismo das empresas, as mudanças foram muito tímidas: o *just in time* interno propagou-se de forma rápida, possibilitando a reorganização da produção

⁶⁵ *O Just in time é instrumento de controle da produção que busca atender a demanda da maneira mais rápida possível e minimizar os vários tipos de estoque da empresa (...) O sistema pode abarcar tanto a relação da empresa com seus fornecedores e consumidores (Just in time externo) como apenas com os vários departamentos e setores que compõem uma mesma empresa (Just in time interno)* (LEITE, 2003: 70).

⁶⁶ *As células de fabricação consistem na organização das máquinas a partir do fluxo da produção, permitindo uma sensível diminuição do lead time (tempo total de fabricação de uma peça) e dos estoques intermediários* (idem: 70). Em um processo celularizado, após passar por uma determinada operação em uma máquina, a peça é imediatamente direcionada para outra operação noutra máquina, em sequência linear, eliminando-se o tempo de espera em estoque.

⁶⁷ *O Controle Estatístico de Processo (CEP) caracteriza-se pela integração do controle de qualidade, por meio da utilização de conceitos básicos de estatística na inspeção de peças, que passa a ser feita pelos próprios operadores de máquina* (idem: 70).

no interior de algumas linhas, com a distinção de níveis de produção, enquanto que o externo, dado o grau de desconfianças entre as empresas e por parte dos consumidores⁶⁸, teve uma abrangência muito limitada (LEITE, 2003: 73). Vale ainda ressaltar que, conforme explicitado no Capítulo Dois, no caso japonês, a conformação do JIT externo foi possível em razão da consolidação de uma rede de confiabilidade entre as empresas e os consumidores e, principalmente, entre as companhias da mesma cadeia, em que o espírito de cooperação e a certeza do cumprimento dos compromissos firmados prevaleceram sobre as disputas; no caso brasileiro, não havendo tal espírito e prevalecendo um elevado grau de disputas e desconfianças entre as empresas, assim como um brutal desrespeito aos direitos dos consumidores, foi muito difícil garantir o dinamismo do JIT.

Por outro lado, o conservadorismo da reestruturação brasileira fica muito mais evidente quando se analisa as relações de trabalho. Desencadeada exatamente no momento de um brutal recrudescimento do conflito capital-trabalho e da luta pela redemocratização, esta fase da modernização foi encarada com muitas reservas pelos sindicatos e com muita desconfiança por parte das empresas.

Pelo lado sindical, apesar de o ano de 1995 demarcar o fim do regime militar e início do governo civil de Sarney, a ausência de eleições diretas para presidente, a não-reposição das perdas salariais, a continuidade do desemprego elevado e a prevalência de muitos dos dispositivos autoritários do antigo regime, criaram um cenário de enfrentamento, alçando o Brasil à condição de uma das mais conflitivas sociedades, com um até então inimaginável número de greves (NORONHA, 1994).

Pelo lado das empresas, a manutenção da cultura de contenção salarial, o não-investimento no enriquecimento do trabalho pela qualificação e, principalmente, a dificuldade em implementar sistemas participativos - através da descentralização das decisões com a atribuição de responsabilidades - ajudaram a criar um clima de descrédito por parte dos

⁶⁸ No Brasil, mesmo a despeito da existência de uma forte regulação das relações entre produtores e consumidores através do *Código de Defesa do Consumidor*, ainda não se conformou uma *ética para o consumidor* por parte das empresas, sendo que a prevalência de muitas desconfianças constitui um forte entrave para a inserção dos departamentos de vendas ao JIT e da sua eleição enquanto elemento ordenador do *start up* da produção.

trabalhadores, obstaculizando a construção do diálogo tão necessário à implementação das mudanças.

Colaborando com pesquisa *International Motor Vehicle Program - IMVP*⁶⁹ na análise sobre o Brasil, J.R. Ferro constatou empiricamente a brutal dificuldade dos escalões superiores das empresas brasileiras em descentralizar decisões, concluindo que:

As dificuldades na difusão de esquemas participativos devem-se essencialmente às características da cultura organizacional das empresas instaladas no Brasil. Como resultado, nota-se que os supervisores e gerentes ainda não estão abertos à efetiva participação (FERRO, 1992: 329).

Outro aspecto negativamente impactante que sempre esteve presente caracterizando o mercado de trabalho brasileiro é a elevada rotatividade de mão-de-obra. Conforme denunciaram Pochmann (1999) e Mattoso (1995 e 1999), a facilidade encontrada pelas empresas para demitir e contratar novos trabalhadores com salários menores sempre funcionou como mecanismo inflexionador dos rendimentos, além de pressionar contra a organização do trabalho; entre as facilidades para tal estratégia encontravam-se: a inexistência do Contrato Coletivo de Trabalho⁷⁰, a preponderância do contrato individual como principal instrumento normatizador das relações entre a empresa e o empregado e a insignificante multa de 40% sobre o saldo acumulado do FGTS pela demissão sem justa causa.

Com efeito, além da diminuição dos rendimentos e da fragilização da organização sindical, a rotatividade também dificulta a qualificação da mão-de-obra, tanto no nível da estrutura ocupacional das empresas, quanto do conjunto nacional da força de trabalho, pois, considerando o elevado custo da capacitação, as empresas dificilmente investem em *capital*

⁶⁹ Conforme já exposto no Capítulo Dois, a *International Motor Vehicle Programam – IMVP* constitui a investigação mundial mais extensa sobre a *produção enxuta* no subsetor automotivo. Foi implementada pelo *Center for Technology, Policy and Industrial Development* do *Massachusetts Institute of Technology – MIT*, coordenada por James P. Womack e, para a análise sobre a indústria automotiva brasileira, contou com a colaboração de J. R. Ferro.

⁷⁰ Para os autores, o Contrato Coletivo de Trabalho constituiu um importante instrumento para manutenção dos níveis de emprego nos países europeus, nos *Anos Dourados*, pois, a manutenção de um determinado estoque de postos de trabalho, com a garantia de rendimento mínimo, sempre foi negociada pelos sindicatos com as empresas (ver POCHMANN, 1999 e MATTOSO, 1995 e 1999).

variável para descartá-lo no momento seguinte. Por consistir o objeto central desta pesquisa, a questão da capacitação da força de trabalho será debatida no decorrer de todo o Capítulo Quatro, sendo que, por ora, limito-me aqui a apresentar a débil capacitação dos trabalhadores brasileiros enquanto mais um dos elementos constitutivos da reestruturação industrial no Brasil.

Constitui outro elemento desestruturante da indústria brasileira, a complexa estrutura hierárquica, com uma brutal diferenciação de cargos e salários. Conforme já debatido, o trabalho em equipe consolidado na indústria japonesa só foi possível pela diminuição significativa dos escalões hierárquicos, com a redução da distância entre a gerência e o chão-de-fábrica e uma relativa homogeneização dos rendimentos entre os escalões; a diminuição das desigualdades internas é fundamental para a consolidação de um espírito de corpo na empresa, pois, ao mesmo tempo em que minimiza a competição e os conflitos internos, atua como elemento motivador do engajamento dos trabalhadores, que identificam um nível de igualdade, justiça e reconhecimento.

Contrariamente ao *modelo japonês*, a amplitude do caráter retrógrado da reestruturação brasileira é latente no comportamento das companhias em perpetuar a estrutura ocupacional taylor-fordista, mantendo um número infundável de escalões hierárquicos e uma grande diferenciação rendimentos. Até poder-se-ia contra-argumentar que esta é a realidade presente em segmentos atrasados e pouco expressivos do parque fabril, mas, ao detectar tal comportamento na própria ponta dinâmica e moderna da indústria - o subsetor automotivo - a IMVP sinalizou que esta é uma prática usual e característica do mercado de trabalho brasileiro (FERRO, 2003: 329).

Ferro (idem) denuncia que a extrema estratificação da sociedade brasileira reproduz-se no ambiente da empresa, através da elevada estratificação ocupacional, ao afirmar que *o Brasil é um dos países de maior distância social (...) que reflete nas organizações industriais. A pesquisa (...) mostrou que os diferenciais de status da indústria brasileira são os mais altos do mundo* (FERRO, 1992: 329/330).

Também no plano da organização técnica do trabalho industrial o conservadorismo fez-se presente, pois, juntamente com a introdução da microeletrônica – contrariamente ao incremento da polivalência - houve o aprofundamento dos princípios tayloristas. Carvalho e Schmitz (1990) denunciaram este comportamento, principalmente, nas indústrias automotivas,

que estavam utilizando a microeletrônica para aprofundar a divisão parcelar e aumentar o ritmo do trabalho. Ainda em meados dos anos oitenta Salermo (1985) chamou a atenção para o conservadorismo das transformações, pois, em vez de implementarem o trabalho em grupo e multiquificado, as empresas estavam promovendo a padronização rotinizada do trabalho, com uma extrema parcelização das tarefas. Também Leite (1994a) chamou a atenção para o fato de as empresas não permitirem que os operadores fizessem a programação das máquinas, enquanto que a pesquisa implementada por Salermo (1991) constatou que, no universo pesquisado, nenhuma companhia permitia que seus operadores fizessem programação de máquinas-ferramenta.

Em resumo e como é possível observar pelo consenso entre os autores, esta fase da reestruturação industrial brasileira foi caracterizada pela resistência empresarial em pactuar um novo regime de relações de trabalho, mais democrático, distributivo e participativo. A inserção da tecnologia sem a contrapartida da utilização de um trabalho criativo – possibilitado pela descentralização das decisões, pela qualificação, polivalência e condições menos predatórias de uso de trabalho – pouco acrescentou ao desempenho geral do parque industrial brasileiro em termos de qualidade, produtividade e, conseqüentemente, de competitividade.

A observação da distorção dos fundamentos produtivos japoneses por parte das empresas brasileiras neste período levou os estudiosos a alcinharem algumas expressões, com a finalidade de denominar o conjunto final resultado das muitas particularidades assumidas. Constatando que o número de idiossincrasias descaracterizava totalmente a indústria brasileira em relação ao modelo originário de *produção flexível*, Salermo (1993: 148) argumenta que, no Brasil *o modelo deixa de ser japonês para tornar-se nissei*, enquanto que Posthuma (1990) fala em *brasilianização* das técnicas japonesas e Humphrey (1992) emprega o termo *just in time taylorizado* para referir-se à experiência brasileira.

Finalizando esta parte da análise, resgato aqui a afirmação de Ferro que, creio, é definidora para o entendimento desta fase da reestruturação industrial brasileira: *o insucesso maior na difusão da produção enxuta tem sido nos sistemas de relações de trabalho e nas políticas de Recursos Humanos* (FERRO, 1992: 328).

3.1.3. A ‘*epidemia*’ da competitividade.

Esta fase tem início nos primeiros anos da década de noventa, persistindo até meados do mesmo decênio e foi caracterizada pela mudança da atitude das empresas, que passaram a dedicar maiores esforços nas estratégias organizacionais e na adoção de novas formas, aparentemente, mais participativas de gestão da força de trabalho, com o objetivo de atingir um determinado grau de flexibilização da produção para o aumento da produtividade e da competitividade (LEITE, 2003: 79). Desencadeada pela abertura do espaço econômico brasileiro à competição internacional, a fase é definida por Leite (idem) como ‘*epidemia*’ da competitividade, em razão de no discurso ideológico de modernização produtiva das empresas preponderar a necessidade de competição no mercado internacional.

O ano de 1989 findou apresentando uma conjuntura que, a despeito das duas fases de reestruturação industrial anteriormente mencionadas e um ligeiro aumento das exportações, a economia brasileira ainda mantinha-se relativamente fechada ao mercado internacional, prevalecendo pesadas alíquotas de importação, grandes monopólios industriais privados – principalmente no subsetor automotivo - e o monopólio das empresas estatais nas áreas de energia, siderurgia e telecomunicações. Compõe ainda este cenário, o quadro político radicalizado pelo aumento da regulação das relações de trabalho imposto pela Constituição Federal - publicada no ano anterior - e a quase-eleição da esquerda, representada pela candidatura de Lula a presidente. De maneira que qualquer analista internacional mais desatento que a visse de fora, imaginaria que a economia brasileira estava imune à *ofensiva conservadora do capital*.

Mas, ao tomar posse, em 1990, o Presidente Collor, além de confiscar os ativos em poupança, conta-corrente e demais aplicações financeiras do conjunto da população para reduzir as pressões da demanda sobre a inflação, também declarou guerra às montadoras automotivas, chamando os automóveis nacionais de *carroças*, ao mesmo tempo em que prometeu investigar o cartel automobilístico que havia se conformado pela junção de duas grandes empresas multinacionais. Na sequência, reduziu as alíquotas para veículos automotores, provocando uma avalanche de importações, inclusive dos jurássicos *Ladas* russos e, enquanto medida concreta de fomento à política exportadora, lançou o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade – PBQP. Apesar do discurso governamental de

ruptura dos cartéis internos para a defesa dos interesses dos consumidores, na prática as atitudes continham a *lógica* neoliberal de abertura da economia brasileira para o mercado internacional.

Minimizando o susto que o confisco dos ativos havia provocado nos investidores internacionais, jamais a economia brasileira havia se submetido tão abertamente às exigências norte-americanas. Além do atendimento das pressões para a abertura do mercado interno, a submissão transbordou para o plano político, com a demarcação da reserva dos índios Yanomamis⁷¹, o fechamento do Poço da Serra do Cachimbo⁷² e a adoção de medidas para a desativação do complexo industrial-militar do Vale do Paraíba⁷³.

Entretanto, em uma atitude contraditória em relação à política de submissão internacional, em 26 de Março de 1991, o Governo brasileiro assinou o *Tratado de Assunção*, no qual, juntamente com a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, fundava o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL. Iniciou-se uma trajetória de integração comercial que se aprofundaria em 1994, com a assinatura do *Tratado de Ouro Preto*, que consolidaria definitivamente os

⁷¹ No subsolo das terras dos índios Yanomamis (no extremo norte do país) estão as maiores jazidas de urânio do planeta e a demarcação da reserva indígena constituía uma antiga pressão feita por Washington sobre Brasília. Especulações davam conta que a estratégia norte-americana para ocupação da Amazônia consistia em primeiro, forçar o reconhecimento do povo Yanomami enquanto nação e a demarcação do seu território; em segundo, insuflar a sua independência política e, em terceiro, ocupar o território a título de oferecer *ajuda humanitária* aos índios. Durante os trabalhos do Congresso Constituinte, havia se travado uma grande batalha para definir se o Brasil era ou não um Estado plurinacional, ou seja, com várias nacionalidades, sendo vencedora a tese de uma única nacionalidade, o que desagradara os norte-americanos. A atitude de Collor em demarcar uma área infinitamente maior do que a reivindicada por aquele povo, induz à idéia de que o presidente tenha cedido às pressões estadunidenses.

⁷² O Poço da Serra do Cachimbo, no Sul do Estado do Pará, estava pronto para testar a primeira bomba nuclear brasileira, cujo projeto vinha de franco desenvolvimento pelos militares. O projeto nuclear brasileiro era alvo de infinitas preocupações por parte de Washington e, ao fechar o Poço, Collor sinalizou aos norte-americanos sua interrupção.

⁷³ Desde os anos setenta os militares vinham desenvolvendo um vigoroso complexo industrial-militar localizado nos municípios do Vale do Paraíba, interior do Estado de São Paulo. Apesar de as pressões contrárias por parte de Washington, o complexo adquirira um razoável domínio tecnológico, estabelecendo um bom índice de nacionalização dos equipamentos das Forças Armadas brasileiras, assim como um elevado grau de competitividade internacional, exportando equipamentos para um grande número de países periféricos. Na primeira guerra contra os EUA, parte substancial dos equipamentos da artilharia e da infantaria iraquianas era de fabricação brasileira, especialmente, os eficientes lançadores de foguetes *Astros*. Através do corte das encomendas das Forças Armadas, Collor provocou uma crise no complexo e, posteriormente, sua desativação.

aspectos institucionais do Bloco e, em 1995, com a unificação aduaneira e a adoção da Tarifa Externa Comum – TEC entre os quatro membros.

No momento em que a ofensiva internacional pela abertura dos mercados periféricos se apresentava mais intensa, há que se reconhecer que a fundação do MERCOSUL constituiu uma importante estratégia para a preservação de alguma soberania das economias sul-americanas.

No plano das relações de trabalho, o governo tentou implementar uma mini-reforma da Constituição, com o intuito de inflexionar algumas das garantias trabalhistas conquistadas em 1988, tentativa que foi refutada pelo Congresso Nacional. Mas, a atitude de maior impacto negativo repousou sobre o confisco dos ativos, o que provocou uma brutal recessão, com uma grande debilitação do mercado interno. A recessão somada à abertura às importações compuseram o cenário macroeconômico que delineou a *‘epidemia’ de competitividade*.

Diferentemente das fases anteriores em que as inovações foram tímidas e flagrantemente conservadoras, na nova fase algumas estratégias sistêmicas foram implementadas, dando a impressão de uma reestruturação industrial mais vultosa e consistente. E entre as novas estratégias adotadas estavam: (i) a introdução de Programas de Qualidade Total; (ii) a diminuição e a simplificação da estrutura ocupacional das empresas; (iii) maior preocupação com a capacitação da força de trabalho; (iv) a preocupação com a diminuição dos conflitos e (v) a diminuição da rotatividade.

Para Leite (2003), num primeiro momento as mudanças sinalizavam (...) *o caráter mais amplo da modernização levada a efeito a partir de então, quando o processo passou a adquirir as características de uma verdadeira reestruturação produtiva* (LEITE, 2003: 79). No entanto, o caráter retrógrado das mudanças logo se evidenciou, quando a análise pormenorizada identificou a prevalência dos mesmos elementos conservadores que haviam caracterizado as fases anteriores, posto que (...) *o entusiasmo inicial parece não ter correspondido à realidade dos fatos* (idem: 80).

Com relação à capacitação para o trabalho, Leite (idem) chama atenção para a resistência das empresas, pois, a análise dos conteúdos demonstrava que a maior preocupação repousava muito mais sobre os programas motivacionais com o intuito de cooptar ideologicamente os trabalhadores aos ideais da empresa, do que capacitar para o trabalho produtivo em novos patamares. Para a autora, (...) *boa parte dos esforços empresariais*

direcionados ao treinamento destinava-se a programas comportamentais ou motivacionais, que se caracterizavam basicamente pela preocupação em despertar nos trabalhadores uma postura cooperativa em relação às estratégias gerenciais (...) (LEITE, 2003: 81). Além do aspecto doutrinador, a autora denuncia ainda a discriminação das mulheres nos programas de capacitação, em razão da priorização dos trabalhadores do sexo masculino.

No quesito diminuição dos conflitos, as empresas limitaram-se a cooptar ideologicamente, também, resguardando-se da fundação de um novo diálogo mais aberto à participação dos trabalhadores nos processo decisórios, assim como se omitiram em discutir um novo regime de remuneração que incorporasse a recuperação das perdas salariais acumuladas. Mas, há que registrar-se que o grande refluxo de conflitos – expresso pela sensível diminuição do número de greves - deveu-se muito mais à conjuntura recessiva e ao quadro de desemprego conjuntural e estrutural que se abateram sobre a economia a partir do Plano Collor.

Quanto à diminuição da rotatividade, é fato constatado a preocupação das empresas de ponta com a estabilidade dos trabalhadores qualificados e até algum esforço de investimento na ampliação da capacitação. Entretanto, há que se registrar também que tal comportamento foi acompanhado por processos de demissões em massa, em que os trabalhadores de menor qualificação foram dispensados em razão do ajuste produtivo e a reorganização do trabalho noutro patamar tecnológico mais avançado.

Portanto, a análise do comportamento das empresas demonstra não haver uma grande preocupação por parte do capital em investir em novas relações com o fator trabalho, objetivando uma mudança de atitude ou um espírito de corpo que pudesse alçar a reestruturação produtiva da indústria para algum grau de modernidade. Para Leite (idem),

(...) longe de uma difusão pelo conjunto do aparato produtivo de novas formas de gestão da força de trabalho que estariam revolucionando a cultura autoritária de administração de pessoal que sempre predominou no país, a realidade indicava que o autoritarismo se mantinha ainda vivo, sobretudo quando se considera o conjunto das empresas (LEITE, 2003: 83).

Entretanto, as medidas mais positivas nesta fase para as relações entre o capital e o trabalho, a meu modo de ver, não tiveram iniciativa nas empresas e sim no Estado. Ainda no Governo Collor, o Ministério do Trabalho criou o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, enquanto que a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia, sob a coordenação de Dorothéa Werneck criou, em 1992, a Câmara Setorial Automotiva. Com a cassação de Collor e a posse de Itamar Franco na Presidência da República ao final de do mesmo ano, o Estado brasileiro ensaiou uma regulamentação mais vultosa das relações trabalho, através da realização do Fórum Nacional de Debate sobre o Contrato Coletivo e Relações de Trabalho e da regulamentação da Lei da Participação dos Lucros e Resultados – PLR.

Encarado inicialmente como demagógico pela ala sindical sob a influência da CUT, o FAT se constituiria mais tarde num instrumento de grande repercussão para o debate sobre a qualificação da força de trabalho. Voltarei à análise do FAT no capítulo seguinte, quanto tratarei especificamente da questão da capacitação da mão-de-obra em face das novas exigências paradigmáticas; por ora, apenas registro aqui o advento da sua criação enquanto fato positivo, justamente, por expressar um momento de reflexão do Estado em relação à necessidade de elevação da qualidade da força de trabalho.

Outra experiência sinalizadora da possibilidade da modernização das relações de trabalho foi a Câmara Setorial Automotiva. Ao reunir-se com empresários e trabalhadores para a discussão de índices de produtividade, níveis salariais, emprego, reestruturação produtiva e carga tributária incidente sobre o subsetor automotivo, o Estado estabeleceu, ainda que de forma localizada, as condições objetivas para a construção de um arranjo *mesocorporativo* (ARBIX, 1996). Apesar da sua circunscrição em nível setorial, a experiência da Câmara demonstrou ser possível a construção de regulações localizadas para as relações de trabalho, de forma a combinar níveis de emprego, garantia de renda aos trabalhadores com a reorganização produtiva, tecnológica e organizacional.

Para Guimarães (1994), *as câmaras setoriais sinalizam a possibilidade de um novo modelo de gestão do Estado, baseado na negociação de políticas públicas, que rompa com a tradição autoritária e elitista do conservadorismo da sociedade brasileira (...)* (GUIMARÃES, 1994: 487/488). Dentre as inúmeras análises positivas, o caráter avançado das

Câmaras Setoriais⁷⁴ encontra definição nas palavras de Leite (2003), pois, para a autora, mais do que ganhos econômicos, o acordo sinalizou a possibilidade da fundação de uma nova contratualidade e de novas relações sociais:

(...) além dos resultados econômicos positivos que possibilitaram ao setor, seu aspecto mais importante foi, sem dúvida (...) a semente que elas trouxeram consigo de relações sociais mais modernas, de uma nova contratualidade, em resumo, de transformações nas relações de trabalho (LEITE, 2003: 97).

Por outro lado, a realização do Fórum Nacional de Debate sobre o Contrato Coletivo e Relações de Trabalho no Brasil, em 1993, por iniciativa do Ministério do Trabalho, traduziu a oportunidade para a real avaliação das posições defendidas pelas várias instituições representativas do empresariado e dos trabalhadores. As propostas apresentadas foram compiladas nos três núcleos distintos, a saber:

(i) a reforma global do sistema de relações de trabalho, defendida pela Central Única dos Trabalhadores - CUT, Força Sindical - FS, Pensamento Nacional das Bases Empresariais - PNBE e Sindicato Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores - Sinfavea, que propuseram a adoção do Contrato Coletivo de Trabalho - CCT como alternativa universal ao atual sistema de relações de trabalho;

(ii) a total desregulamentação das relações de trabalho, com a flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho, defendida pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - CIESP, Confederação Nacional da Indústria - CNI, Associação Brasileira de Recursos Humanos - ABRH e Federação Nacional dos Bancos - FENABAN, que propuseram o CCT como instrumento de valorização exclusiva das negociações coletivas e,

(iii) a reforma pontual das relações de trabalho, defendida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, Confederação Geral dos Trabalhadores - CGT, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI e Confederação Nacional dos

⁷⁴ Além da Câmara Setorial Automotiva, a autora também se refere à Câmara Regional do Grande ABC.

Trabalhadores no Comércio – CNTC entre outras instituições, que propuseram o CCT apenas como oportunidade de acrescentar institutos ao atual sistema, sem acabar com a CLT (SIQUEIRA NETO e OLIVEIRA, 1998).

Apesar de a enorme disparidade de interesses entre as instituições, o documento de conclusão do Fórum refletiu um razoável consenso em torno dos seguintes pontos: (i) a necessidade de negociação entre as partes sem a interferência compulsória de terceiros, inclusive no setor público; (ii) a necessidade de espaços para o exercício da negociação de formas alternativas e aplicação de normas sem a desregulamentação do direito; (iii) a importância da manutenção da competência da Justiça do Trabalho para julgamento dos dissídios coletivos de natureza jurídica; (iv) a urgência da adoção dos princípios da plena liberdade sindical e do direito de representação por local de trabalho, e (v) a necessidade de normas eficazes de cumprimento das regras acordadas entre as partes, com o necessário aparelhamento do Ministério do Trabalho no sentido de estimular e sustentar o efeito da livre-negociação e o compromisso com a aplicação do objetivo negociado (*idem*).

Completando a análise sobre o pacote de iniciativas estatais para modernização das relações de trabalho desta fase da reestruturação produtiva brasileira, em 1992 o Ministério do Trabalho elaborou os termos da Lei de Participação nos Lucros e Resultados - PLR, que passou a vigorar a partir de Dezembro de 1994.

Em resumo, a PLR possui os seguintes atributos: (i) as empresas podem distribuir lucros aos trabalhadores nas seguintes condições; (ii) a distribuição deve ocorrer de forma negociada entre as empresas e os trabalhadores, sendo que as companhias podem estabelecer, enquanto contrapartida, o engajamento do quadro funcional nas suas metas de qualidade e produtividade; (iii) as negociações devem ocorrer entre a empresa e uma comissão de empregados, eleita por eles; (iv) as comissões têm estabilidade no emprego; (v) as empresas podem deduzir do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ os valores pagos a título de PLR; (vi) as negociações abrangem o período anual, sendo que os repasses de lucros aos trabalhadores devem ser semestrais.

Entretanto, dado o grau de conservadorismo e de resistência das empresas, a PLR foi implementada de forma incompleta, pois a Lei não define como obrigatoriedade a distribuição de lucros, ficando optativo por parte das empresas fazê-lo ou não, além de relegar um papel

secundário aos sindicatos, ao não estipular a obrigatoriedade da sua participação nas negociações.

A bem da verdade, o conservadorismo do empresariado não se manifestou apenas na fase de elaboração, persistindo mesmo depois da entrada em vigor da Lei, pois, muitas empresas que adotaram a PLR, o fizeram com o intuito de fugir de parte dos encargos trabalhistas, arroxando os rendimentos regulares registrados em Carteira de Trabalho e compensando as perdas através dos rendimentos pagos a título de distribuição de lucros, não susceptíveis a encargos trabalhistas e dedutíveis do IRPJ. Por esta razão e por ter sido publicada no exato contexto do Plano Real, a PLR ganhou o rótulo (com alguma razão) de ser flexibilizadora dos salários.

Confirmando a tentativa empresarial de transformar a PLR em um instrumento flexibilizador dos rendimentos, a pesquisa do DIEESE (2000) constatou que a maior parte das empresas que optaram por distribuir lucros o fez com o intuito de diminuir a massa salarial. No mesmo sentido, a pesquisa de Carvalho Neto (1999: 345) identificou que PLR havia ocupado a maior preocupação na pauta das negociações coletivas nos anos noventa, em detrimento dos temas tradicionais como a reposição das perdas, a redução da jornada de trabalho e etc... Expressando a confusão estabelecida em torno do tema, o trabalho de Krein (2003) após categorizar a PLR como instrumento flexibilizador dos rendimentos, contraditoriamente admite que *por sua vez, os trabalhadores pretendem, além de apropriar-se de parte dos lucros ou resultados, ter acesso às informações econômicas das empresas, oportunidade para organização por local e trabalho e uma forma de intervenção no processo de reestruturação produtiva* (KREIN, 2003: 299).

Longe de desmerecer as pesquisas que comprovam a tentativa empresarial de substituição de salários e encargos por lucros distribuídos, o que pretendo aqui é evidenciar as possibilidades positivas que a Lei enseja e que não são perceptíveis pela maioria do movimento sindical. Apesar da pouca importância dada à Lei por parte dos sindicatos⁷⁵, há que se registrar que ela constitui um dispositivo coadjuvante de regulação sobre as relações de

⁷⁵ A título de fechamento do raciocínio sobre o pouco envolvimento sindical com a PLR, abro aqui uma forte possibilidade de que muitos líderes sindicais tenham se sentido ameaçados pelo poder atribuído às comissões de negociações constituídas nas empresas. De certa forma, isso remete à possibilidade da existência de um grau de conservadorismo sindical, idéia que retomarei mais adiante.

trabalho, restando corrigir as distorções citadas para que se transforme em um instrumento auxiliar de regulação; entre tais correções, creio, deveriam ser acrescentadas a obrigatoriedade das empresas distribuírem lucros e a exigência da participação dos sindicatos na composição e na fiscalização dos acordos.

E poderia constituir-se num instrumento auxiliar de regulação porque contém os instrumentos para: (i) possibilitar uma organização real e legalmente reconhecida por local de trabalho, inclusive com a garantia de emprego para as comissões; (ii) criar uma base descentralizada de representação que, a partir de uma formação política mais elaborada, poderia constituir-se em uma representação mais sólida por local de trabalho; (iii) ao possibilitar o surgimento e a consolidação de uma nova militância envolvida com as questões do direito dos trabalhadores no interior das empresas, instigar o surgimento de oposições sindicais dispostas a romper com o peleguismo e com o *emprego vitalício* das direções sindicais acomodadas e (iv) criar uma cultura de negociação, cujo aprofundamento poderia fundar as bases organizativas para a futura implantação do Contrato Coletivo de Trabalho.

Finalizando a análise desta fase, concluo que, nela, houve dois movimentos contraditórios entre si: um orquestrado pelo capital que, levado pela *epidemia da competitividade*, inclinou-se à busca da produtividade através da redução incondicional do custo do trabalho, sem, contudo, preocupar-se com o estabelecimento de relações menos conflitivas e mais participativas dos trabalhadores nos processos de produção e apropriação; o outro movimento - desencadeado pelo Estado, principalmente, após a crise institucional - foi caracterizado pela inédita tentativa de renovação consensual e pactuada das relações de trabalho. A experiência maior que resulta desta fase é que, a despeito do conservadorismo do empresariado brasileiro e das pressões internacionais para formatação de regimes flexíveis de relações de trabalho, a ação estatal, quando respaldada pelo diálogo, pode transpor muitos dos obstáculos que opõem capital e trabalho, transbordando para um arranjo minimamente satisfatório a ambos, embora não seja isto que está acontecendo na maior parte das empresas.

3.1.4. A busca da *modernização sistêmica*.

Apesar do seu caráter retrógrado para o desenvolvimento nacional sustentado, a abertura econômica implementada por Collor foi pontual, concretizada pelos vários decretos

reduzindo alíquotas em determinados subsetores, especialmente no automotivo e no de informática. Até então, excetuando-se os acordos aduaneiros contraídos na fundação do Mercosul, não havia se firmado novos protocolos internacionais com o intuito de redefinir-se uma nova participação brasileira no comércio internacional, constituindo uma internacionalização ainda limitada.

A necessidade de combate à cultura inflacionária constituiu o principal argumento para implantação do Plano Real em 1994, último ano do Governo de Itamar Franco. O estabelecimento de uma taxa de câmbio fixando a moeda nacional no mesmo patamar que o dólar norte-americano (âncora cambial) elevaria o poder de compra dos consumidores internos no mercado externo e o aprofundamento da abertura às importações facilitaria o acesso dos brasileiros aos bens e serviços internacionais. Traduzindo, a *lógica* do Plano Real era trazer o mercado internacional para competir dentro do espaço econômico nacional, forçando os cartéis internos a diminuir suas margens de lucro através do aumento da concorrência e, com efeito, manter a inflação sob controle.

De forma mais profunda que o Plano Collor, a retórica de controle da inflação e de defesa dos interesses dos consumidores contida no Plano Real enquadrava-se muito mais nas exigências de livre-comércio dos organismos internacionais. Tal submissão se revelaria em 1995 - primeiro ano do Governo Cardoso - quando na reunião do GATT que fundou a Organização Mundial do Comércio – OMC, o Brasil assinou todos os acordos que delineariam o espectro ideológico do *Consenso de Washington*, concretizando, assim, a plena internacionalização da economia brasileira.

Paralelamente, nos anos posteriores e já sob o discurso de que o Estado deveria concentrar-se no fornecimento dos serviços fundamentais como educação, saúde e segurança, o governo iniciou o processo de privatização do parque estatal, transferindo ao setor privado a quase totalidade das empresas fornecedoras de serviços de energia e a totalidade das indústrias de insumos agrícolas, siderurgia, aeronáutica e telecomunicações (BIONDI, 1999).

A explosão do desemprego estrutural e a diminuição do poder de compra do Real, a partir de 1995, levaram o Governo a tomar algumas iniciativas emergenciais, pois, o caráter desagregador das reformas tornava-se evidente; entre tais medidas estava o Programa de Geração de Empregos – PROGER que, contando com os recursos do FAT, tinha a pretensão de fomentar a expansão do emprego, através da abertura de linhas de crédito a pequenos

empreendedores. Entretanto, o PROGER já nasceu morto, principalmente, em razão da limitação dos recursos, que se mostraram incapazes de provocar um *efeito multiplicador* na economia.

A partir de então, a internacionalização deixou de ser pontual e passou a ser abrangente. Por outro lado, a supervalorização artificial da moeda, o controle inflacionário e a desregulamentação de alguns dos dispositivos que haviam caracterizado o Estado desenvolvimentista, compuseram um cenário favorável ao investimento externo, sendo que este contexto possibilitou que a reestruturação industrial brasileira entrasse para o seu quarto estágio.

Leite (2003) emprega o termo *modernização sistêmica* para denominar esta fase da renovação industrial, em razão da tentativa por parte das empresas de constituir um sistema produtivo completo nos moldes das modernas estruturas industriais do capitalismo avançado; dentre as inovações que a caracterizaram estão (i) o movimento de focalização e descentralização da produção, com a conformação das cadeias produtivas e (ii) a desconcentração industrial, através da conformação dos *greenfields*.

A focalização constitui uma das principais características do *modelo japonês*, assim como um dos seus principais instrumentos para a maximização dos fatores de produção. Consiste na especialização da empresa-mãe em produzir as partes de maior valor agregado do bem final, exteriorizando a produção dos demais componentes para as empresas menores, variando o grau tecnológico e o valor agregado de acordo com o porte ou a posição da empresa no interior da cadeia. O êxito da focalização reside muito mais no grau de aprofundamento do *just in time* externo, pois, a descentralização produtiva ocorre com a elevação dos fluxos de bens intermediários e de informações entre as empresas, sendo que o ajustamento do tempo de entrega faz-se necessário.

Os estudos têm detectado uma crescente preocupação por parte das empresas-mãe em estabelecer uma relação mais participativa com as fornecedoras da cadeia, principalmente, no que tange à transferência tecnológica e ao fornecimento de instrumentos para elevação da qualidade e capacitação nas normas ISO⁷⁶. Cardoso (2001) identificou esta tendência do setor

⁷⁶ A *International Organization Standardization* - ISO é uma a federação internacional dos organismos nacionais de normatização e, ao mesmo tempo, uma Organização Não-Governamental internacional. Foi criada, em 1947, com o objetivo de promover a padronização mundial das medidas e

automotivo, em que o aprofundamento dos níveis de cooperação, transferência tecnológica e padronização da logística têm possibilitado o deslocamento da produção de conjuntos de maior complexidade para as demais firmas da cadeia, enquanto que as empresas montadoras estão se especializando na montagem final. No mesmo sentido, os estudos de E. Leite (1996 e 1997), Abreu *et al* (2000) e Leite (2000) também constataram alguma tendência de disseminação das técnicas de produção.

Entretanto, Leite (2003) adverte para o aspecto desagregador das relações de trabalho que o movimento de focalização vem contraindo no Brasil: o trabalho em grupo, bem remunerado, formal, polivalente e multiquificado não é homogêneo ao longo da cadeia, preponderando, apenas, nas grandes montadoras, enquanto que nas firmas fornecedoras ainda persiste o trabalho com baixa remuneração, desqualificado, parcelizado, rotinizado e, em muitos casos, até informal⁷⁷.

Na verdade, no que se refere às condições de trabalho, há vários estudos que apontam, também na experiência brasileira, para um processo de deterioração, conforme se percorre a cadeia a montante, envolvendo a manutenção do trabalho repetitivo e desqualificado, aumento dos ritmos, intensificação do controle, perda de benefícios, diminuição dos níveis salariais, precarização do emprego, elevação de incidência de doenças profissionais, entre outros (LEITE, 2003: 88).

Especialmente em relação à qualidade da força de trabalho, embora seja detectável algum esforço por parte das grandes empresas em perseguir a qualidade via elevação da dos

da qualidade dos bens e serviços. Atualmente é composta por 132 países-membros, sendo que no Brasil é representada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. A ISO mantém níveis de certificação de qualidade para cada nicho de atividade (por exemplo, a ISO 9000 certifica o Sistema de Gestão da Qualidade), sendo que a reestruturação industrial brasileira também foi marcada pela corrida das empresas atrás das certificações.

⁷⁷ As categorias *trabalho formal e informal* referem-se, respectivamente, às modalidades de trabalho com e sem registro em Carteira Profissional e que estão ou não sob a proteção da legislação; entretanto, dada a complexificação do mercado brasileiro de trabalho, elas são insuficientes para explicar a miríade de outras formas de ocupações existentes. Assim, por ora utilizo-me destas categorias, sendo que mais adiante, quando analiso a desestruturação do mercado brasileiro de

investimentos em programas capacitacionais, tal comportamento não é perceptível nas demais empresas, sendo que a não-penetração de técnicas organizacionais mais eficazes e condições de trabalho mais favoráveis aos assalariados revelam o conservadorismo contido no discurso de modernidade.

Também não poderiam passar despercebido as disparidades de gênero contidas na focalização. Com a concentração do trabalho precarizado na base da cadeia, o trabalho feminino tem sido requisitado em maior escala que o masculino nestes escalões, sendo que a incidência de condições mais degradantes sobre as mulheres denuncia mais esta característica negativa e discriminatória do mercado de trabalho, que vem sendo acentuada.

O balanço geral da focalização produtiva no Brasil detecta a existência da mesma regra universal que a caracteriza – ainda que em menor grau - noutros sistemas industriais mais avançados, ou seja: (...) *com a tendência generalizada à subcontratação, o trabalho diminui na ponta virtuosa ao mesmo tempo em que se expande na ponta precária* (idem: 88). Entretanto, há que se ressaltar que, no Brasil, a regra é amplificada pelo tradicional conservadorismo brasileiro nas relações de trabalho.

Por outro lado, a desconcentração industrial, através da conformação dos *greenfields*, constitui outra característica desta fase da reestruturação brasileira.

Eu em seu célebre tratado sobre a formação econômica do Brasil, Furtado (1995) revelou como as diversas regiões brasileiras criaram laços de solidariedade econômica entre si, a partir do advento da industrialização. Antes da conformação da indústria, cada região correlacionava-se isoladamente com o mercado internacional, vendendo bens primários e comprando bens industrializados, não havendo, portanto, um sistema econômico nacional articulado. Com a industrialização do Sudeste, as demais regiões agro-exportadoras passaram a adquirir bens de consumo nacionais, gestando as condições primárias para a formação de um autêntico sistema econômico.

Entretanto, o autor alertou ainda para os riscos da concentração industrial, pois, com ela, as disparidades de renda e de padrões de consumo também se manifestavam e intensificavam em nível regional. Tal preocupação esteve presente na conformação do II PND,

trabalho, a título de melhor compreender a realidade ocupacional brasileira, recorro às categorias *segmento organizado e não-organizado*, introduzidos por Paulo Renato de Souza nos anos setenta.

em meados dos anos setenta, em que o Governo Geisel tentou em vão projetar a difusão industrial para outros Estados da federação.

A partir da aplicação do programa de políticas econômicas restritivas do Governo Cardoso, tem havido uma desconcentração industrial, através da consolidação dos *greenfields*. Os anos noventa presenciaram a instalação de inúmeras novas plantas, entre elas, as fábricas da: Volkswagen em Resende – RJ; Mercedes Benz em Lorena – SP e Juiz de Fora – MG; Ford em Camaçari - BA; Chrysler em São José dos Pinhais – PR; Honda em Sumaré – SP; Toyota em Indaiatuba – SP, Motorola em Juaguariuna - SP e Embraer em Gavião Peixoto – SP (esta última já no ano 2000), dentre outras tantas migrações.

Mas, diferentemente da idéia desenvolvimentista, a disseminação tem ocorrido como estratégia capitalista de redução dos custos do trabalho e isenção fiscal, pois, ao se instalarem em áreas de pouca tradição sindical, as empresas ficam livres da regulação de pisos salariais e demais condições de trabalho interpostas por sindicatos de forte capacidade organizativa com os do município de São Paulo, ABC Paulista, Vale do Paraíba e Campinas - SP⁷⁸.

Ao mesmo tempo, motivadas pela política de privatização do espaço público, as empresas *leiloam* o investimento, promovendo uma guerra fiscal entre os Estados e os municípios, sendo o vencedor aquele que oferecer a maior isenção tributária. O exemplo mais proeminente foi a disputa entre os estados do Rio Grande do Sul e da Bahia para receber a nova planta da Ford, no final dos anos noventa, vencendo o último Estado, justamente, por ter permitido uma brutal renúncia fiscal.

Acentua ainda o caráter preocupante, o fato de que tal movimento vem sendo implementado paralelamente ao imobilismo sindical, em que as centrais não conseguem reproduzir a experiência organizativa das regiões desenvolvidas para as mais remotas. O *Projeto Cajamar*, implementado pela CUT em meados dos anos oitenta, tinha a intenção de formar uma militância sindical para intervir em todo o Brasil, mas, entrou em declínio em meados da década de noventa, em razão do escasseamento do financiamento por parte dos sindicatos europeus. Com efeito, a estratégia de dispersão espacial compõe um quadro que,

⁷⁸ Embora os municípios de Sumaré, Indaiatuba e Jaguariúna componham a base territorial do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas – SP, aqui considerada como uma zona de forte tradição sindical, os investimentos da Honda, Toyota e Motorola respectivamente nos municípios citados só se concretizaram a partir do brutal enfraquecimento da instituição nos anos noventa.

neste momento, é largamente negativo para o trabalho, posto que a mobilidade do capital vem se sobrepondo ao seu imobilismo.

Ainda que o movimento de difusão dos *greenfields* contenha a interiorização do desenvolvimento, a disseminação do setor moderno da economia para os rincões mais atrasados e a diminuição das disparidades regionais, não se pode perder de vista o seu caráter desagregador das relações de trabalho, uma vez que o elemento preponderante nas decisões de investimento é a redução da massa salarial; portanto, a migração do capital ocorre com a depreciação do emprego e da renda nos velhos *brownfields* (LEITE, 2003: 89).

Por outro lado, no plano de ação do Estado para as relações de trabalho, esta fase de busca da *modernização sistêmica* também foi marcada pelo retrocesso em relação às tentativas anteriores de fomento à modernização pelo diálogo entre as partes, ao mesmo tempo em que adquiriu um viés extremamente privatista e desregulamentador, realçando o caráter neoliberal assumido pelo conjunto do aparelho estatal na esfera da política macroeconômica.

Sob a argumentação de que o Estado não poderia arcar com renúncia fiscal, o governo abandonou unilateralmente a Câmara Setorial Automotiva, que deixou de existir em 1994⁷⁹, com a ausência da regulação e a garantia da redução de tributos para os automóveis populares.

Para Mattoso e Baltar (1996) as Câmaras Setoriais sofreram severa conspiração contra sua afirmação, pois, a possibilidade de *politização das relações econômicas* assustou parte considerável do governo, da intelectualidade conservadora e do empresariado, que queriam uma transformação produtiva regida pelo mercado, ou seja, alicerçada na concorrência individual entre os agentes:

(...) as câmaras setoriais sofreram forte e crescente oposição de setores do governo (sobretudo da área econômica) e de parcelas mais conservadoras da academia e da sociedade. Para estes, (...) a ruptura com o passado dar-se-ia através da ação individual e da disputa entre os concorrentes e não

⁷⁹ Apesar de a Câmara Setorial ter sido extinta no último momento do Governo Itamar Franco, há que registrar-se que a decisão foi tomada no contexto em que a eleição de Fernando Henrique Cardoso já estava consumada, sendo que a sua equipe de transição já elaborava as bases da política econômica que lhe foi característica nos oito anos dos seus dois mandatos. Portanto, o fim da Câmara deve ser creditado ao Governo Cardoso.

pela coordenação democrática das decisões (MATTOSO e BALTAR, 1996: 10).

Quanto ao Fórum Nacional de Debate sobre o Contrato Coletivo e Relações de Trabalho no Brasil, em vez de acolher a síntese das suas propostas ou incentivar o aprofundamento do debate para atingir um núcleo maior de convergência, o Governo Cardoso optou por uma reforma pontual e desregulamentadora, que teve como principal objetivo a privatização das relações de trabalho.

Dentre as principais medidas privatizantes das relações de trabalho encontram-se: a MP nº 1053/95 que promoveu a desindexação dos salários, introduziu a livre-negociação nas datas-base e vetou a correção automática de salários vinculada a índices de preços; Portaria nº 865/95 que impediu a lavratura imediata do auto de infração pelo fiscal do trabalho, em situações em que cláusulas pactuadas em negociações coletivas estivessem em desacordo com a lei; Lei nº 9.601/98 que criou o contrato de trabalho por prazo determinado; Decreto nº 2.066/96 que limitou o número de dirigentes sindicais no Setor Público; Decreto nº 2.100/1996 que denunciou a Convenção 158 da OIT e deixou livre o caminho para demissões imotivadas; Lei nº 8.949/1994 que permitiu que as cooperativas de trabalhadores executem serviços para as empresas privadas; MP nº 1.709/98 que permitiu o trabalho em tempo parcial; MP nº 1.726/98 que possibilitou a interrupção temporária do contrato de trabalho; Portaria nº 02/1996 que possibilitou o contrato de trabalho temporário e a Emenda Constitucional nº 20/98 que abriu o caminho para aprovação de uma série de Leis Complementares para a reforma da Previdência Social, o que fez aumentar deliberadamente o tempo para aposentadoria, quando o vinculou ao tempo de contribuição (KREIN, 2003).

Tabela 3 - Principais medidas flexibilizadoras do trabalho no Governo Cardoso.

Tema	Iniciativas
Trabalho por tempo determinado; (Lei nº 9.601/1998)	* A essência está em desvincular o contrato por prazo determinado da natureza dos serviços prestados. * Muda os critérios da rescisão e reduz as contribuições sociais. * Cria o Banco de Horas.
Denúncia da Convenção 158 da OIT; (Decreto nº 2.100/1996)	* É ratificada e dez meses depois, denunciada pelo Governo Brasileiro; * Elimina mecanismo de inibição da demissão imotivada; * Reafirma a possibilidade de demissão sem justa causa.

Cooperativas profissionais ou de prestação de serviços; (Lei nº 8.949/1994)	* possibilita quês os trabalhadores se organizem em cooperativas de prestação de serviços e executem trabalho dentro de uma empresa, sem a caracterização de vínculo empregatício e, portanto, sem os direitos trabalhistas assegurados na legislação e na Convenção Coletiva.
Trabalho em tempo parcial; (MP nº 1.709/1998)	* Jornada de até 25h semanais; * O salário e os demais direitos trabalhistas estarão em conformidade com a duração da jornada de trabalho; * Não prevê a participação do sindicato na negociação.
Suspensão do contrato de trabalho; (MP nº 1.726/1998)	* Suspensão do contrato de trabalho por um período de dois a cinco meses, vinculada a um processo de qualificação profissional, desde que negociada entre as partes; * O trabalhador, caso seja demitido após o término da suspensão, tem o direito de receber as verbas rescisórias e uma multa de um salário.
Trabalho temporário; (Portaria nº 02/1996)	* Amplia a possibilidade de utilização da nº Lei 6.019/1974 de contrato temporário, generalizando a utilização do trabalho precário.
Setor Público: demissão; (Lei nº 9801/1999 e Lei Complementar nº 96/1999)	* Disciplina os limites das despesas com pessoal e estabelece o prazo de dois anos para as demissões por excesso de pessoal; * Regulamenta a demissão de servidores públicos estáveis por excesso de pessoal.
Contrato de aprendizagem; (Lei nº 10.097/2000)	* Permite a intermediação de mão-de-obra aprendiz.
Trabalho-estágio; (MP nº 2.164/1999 e Lei nº 6494/1977)	* Amplia a hipótese de utilização do estágio desvinculado da formação acadêmica e profissionalizante.

Fonte: Krein, 2003.

Entretanto, contrariado a retórica governamental, tais medidas flexibilizadoras revelaram-se absolutamente inócuas quanto ao objetivo contido em seu discurso, ou seja, a elevação da oferta de empregos, pois o desemprego continuou aumentando de forma exponencial nesta fase de *modernização sistêmica*. Para Krein (idem: 290), o pacote legal de desregulamentação do trabalho teve pouco efeito prático, principalmente, em razão do sistema de contratação já ser demasiadamente flexível, não havendo, portanto, muito mais a desregulamentar.

3.1.5. Do modelo japonês ao *jeitinho* brasileiro: um balanço da reestruturação.

A análise da reestruturação produtiva no Brasil confronta as certezas absolutas de Womack *et al*, Coriat e Kern e Schumann sobre a inexorabilidade da conformação de um modelo universal e padronizado de produção industrial. Confirmando as limitações da disseminação mundial das técnicas produtivas e das relações sociais japonesas, aquilo que se

tem denominado de *modelo japonês*, *produção enxuta*, *produção flexível*, *ohnismo* ou *toyotismo*, quando submetido à realidade brasileira, evidencia o seu caráter distorcido, particular, idiossincrásico e, principalmente, susceptível a novas recriações pela ação do espírito humano.

No Brasil, as dificuldades manifestadas por parte do capital em implementar um novo regime mais participativo de organização do trabalho têm provocado uma distorção do modelo original de *produção flexível*, fazendo com que o seu sistema industrial adquirira características muito particulares e, com efeito, justificadoras das expressões *modelo nissei* de Salermo e *brasilianizado* de Posthuma.

Se, por um lado, há uma virtude na não-absorção da totalidade das características mais negativas do *modelo japonês* – tais como a estrutura sindical focada nos ideais da empresa, o sistema de carreiras e a perda de centralidade da regulação estatal - por outro, também há o demérito da não-incorporação daquilo que ele tem de inovador, como o trabalho em equipe, polivalente e multiquificado. *A impressão que perpassa é que, no conjunto, o trabalho praticado sob o modelo nissei tem se mostrado muito mais predatório e desagregador do que praticado sob o, também, predatório e desagregador modelo japonês.*

Para Leite (2003) a experiência brasileira evidencia a não-existência de um determinismo econômico e político exigindo uma padronização mundial do sistema produtivo e de relações de trabalho, sendo que a ação dos grupos humanos organizados esculpirá uma nova síntese de relações sociais e produtivas:

(...) embora o quadro geral de desenvolvimento da acumulação capitalista nos coloque um conjunto de constrangimentos, ele não define inteiramente o caminho a ser seguido, havendo, portanto, um espaço importante para a atuação dos grupos sociais, o qual é fundamental na definição do nosso processo (LEITE, 2003: 18/19).

Na mesma linha, Druck (2002) aponta o *hibridismo* produtivo que resulta do choque do *modelo japonês* com a cultura e as relações sociais brasileiras, em que a renovação industrial

ocorre muito mais pela inserção tecnológica e pela terceirização das atividades produtivas do que pelo transplante do conjunto das práticas do modelo da Toyota.

Concordando com a conclusão de Leite, acrescento ainda que as características do sistema industrial e das relações de trabalho que despontam devem ser observadas enquanto tendências iniciais, não podendo ser aceitas enquanto rumos inexoráveis; pois, estando o capitalismo em pleno processo de transformação, as manifestações políticas de negação das mudanças - na forma como elas se apresentam - ainda não se produziram em sua plenitude, portanto, não sendo possível antecipar ou antever o desfecho do processo histórico.

3.1.6. O mito do *custo Brasil*.

O elemento preponderante no discurso empresarial para não-modernização positiva das relações de trabalho é o elevado custo do fator trabalho, que estaria rebaixando a capacidade de competição internacional dos bens e serviços brasileiros. Para a Confederação Nacional da Indústria – CNI e a Federação Nacional das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, compõem o chamado *custo Brasil*, além da carga tributária, principalmente, o elevado custo dos encargos sobre a contratação de mão-de-obra (CNI, 1999). Nas análises de viés conservador, (PASTORE, 1994) este custo, após a promulgação da constituição de 1988, estaria próximo dos 100% sobre os salários nominais, o que o colocaria entre os maiores do mundo.

Entretanto, observando a metodologia do cálculo empresarial, constata-se que ela está disforme das normas internacionais apropriadas à medição do custo do trabalho, propositadamente confundindo rendimentos monetários indiretos do trabalhador com encargos incidentes sobre os salários nominais.

De acordo com a metodologia recomendada pela OIT, só podem ser considerados encargos sociais, os recolhimentos compulsórios em folha de pagamento que não retornam monetariamente ao trabalhador, como a contribuição previdenciária, por exemplo. Os recolhimentos diferidos no tempo que retornam ao assalariado em forma monetária são considerados como parte constitutiva do seu rendimento indireto, como por exemplo, o décimo-terceiro salário, o adicional de 1/3 de férias, o Fundo de Garantia por Tempo de

Serviço e a multa de 40% sobre o saldo depositado do FGTS, para o caso de demissão sem justa causa (POCHMANN e SANTOS, 1998).

Assim, a elaboração do cálculo de acordo com a metodologia internacional revela que os encargos sociais incidentes sobre o total monetário recebido pelo trabalhador brasileiro estão em torno de 20,06%, portanto, dentro de um parâmetro internacional razoável e muito aquém dos 100% alardeados.

Por outro lado, a comparação internacional do custo monetário dos salários também revela a fragilidade do discurso sobre o *custo Brasil*. A Pesquisa do Morgan Stanley Research revelou que, em 1993, o custo médio dos salários-hora na indústria brasileira de transformação estava em torno de US\$2,68 (já computados todos os encargos incidentes), enquanto que na Alemanha estava em US\$24,87, nos EUA US\$16,40 e no Japão US\$16,91, (também já computados todos os encargos incidentes). Assim, os salários médios pagos no Brasil são infinitamente inferiores aos pagos nos países de capitalismo avançado, correspondendo a apenas 10,72% dos salários médios pagos na Alemanha; são inferiores aos salários pagos nos tigres asiáticos; e estão no mesmo patamar que os salários pagos nos países latino-americanos (POCHMANN e SANTOS, 1998).

Considerando que de 1993 até o presente momento o quadro não se alterou positivamente, tais dados revelam que a estratégia de obtenção de maior produtividade através da precarização das condições de trabalho e uso desgastante da força de trabalho atingiu seu limite, não tendo produzido resultados positivos no que se refere à pretensa inserção competitiva do Brasil nas relações internacionais de trocas, sendo que, diante do aprofundamento da crise interna, urge a necessidade de implementação de um novo modelo.

Portanto, é possível concluir que a razão da baixa inserção internacional dos bens e serviços brasileiros não pode ser atribuída aos salários praticados, muito menos aos custos dos encargos sobre eles contabilizados. O fato de o custo do trabalho encarecer o das mercadorias não passa de mito e, se existe mesmo o tal *custo Brasil*, ele deve repousar noutros custos ou condições incidentes sobre os demais fatores de produção.

3.1.7. A permanência das velhas personagens em cena.

Até aqui a análise concentrou suas atenções na dinâmica do capital enquanto agente ativo nas transformações que redesenham o mundo do trabalho e da produção. Mas, as mudanças estariam ocorrendo de forma estritamente unilateral? Qual o verdadeiro papel desempenhado pelo trabalho e sua representação no sentido de interferir nas mudanças a fim de produzir uma síntese menos ruínosa e predatória das relações de produção?

No primeiro capítulo, resgatei a frase de Sader (1995) - *quando novos personagens entraram em cena* - para realçar o quanto o surgimento do *Novo Sindicalismo* reacendeu expectativas alvissareiras na sociedade, naquela conjuntura de luta pela reposição das perdas salariais e pela redemocratização. Entretanto, a aplicação das políticas neoliberais e dos ajustes produtivos, a partir dos anos noventa, evidenciaram o caráter conservador do movimento sindical brasileiro.

É comum na produção acadêmica o estabelecimento de um maniqueísmo entre o bem e o mal, quando analisa a relação entre os sindicatos e as empresas, sem questionar a verdadeira representatividade sindical perante os trabalhadores; incluo neste rol a romântica análise de Sader (idem), entre muitas outras. Apesar de conter muita lógica, este viés analítico menospreza o real comportamento do movimento sindical, não enxergando suas deformações, limitações e até um determinado grau de conservadorismo em muitos aspectos.

Em síntese, os problemas de fundo que configuram o espírito conservador da estrutura sindical, não necessariamente pela ordem de grandeza, consistem em: (i) o acomodamento ao poder normativo da Justiça do Trabalho, que desincentiva o diálogo entre as partes; (ii) a estrutura confederativa (federações e confederações) que burocratiza a representação nas instâncias superiores, em detrimento do poder representativo real emanado das centrais; (iii) a unicidade sindical, em que o monopólio da representação nas bases territoriais impede a concorrência entre as forças de espectros ideológicos diferenciados e (iv) o atrelamento sindical ao Estado, através da manutenção das formas tradicionais de financiamento, principalmente do imposto sindical, o que assegura a entrada de recursos nas instituições, independentemente, da vontade associativa dos trabalhadores (OLIVEIRA, 1994).

O acomodamento ao poder normativo da Justiça do Trabalho tem sido um comportamento constante manifestado por boa parte dos sindicatos. Resignados ante as dificuldades de organização dos trabalhadores, as entidades limitam-se a estruturar os seus

departamentos jurídicos para travar batalhas na Justiça do Trabalho, em vez de fazer a disputa no plano político da mobilização dos trabalhadores ou da negociação. Tal comportamento, por um lado, afasta a idéia da mobilização enquanto instrumento de pressão para obtenção de ganhos e, por outro, dificulta o amadurecimento de uma cultura de diálogo e de negociação, um comportamento importantíssimo para a futura implantação do Contrato Coletivo de Trabalho.

A estrutura confederativa é um dos mais arcaicos elementos remanescentes da era getulista e foi desenhada para burocratizar e manter o controle do Estado sobre o movimento sindical. Pela lei, os sindicatos são organizados por ramo de atividade, sendo que cada ramo tem uma Federação no plano estadual e uma Confederação no federal, às quais os sindicatos são filiados e têm que contribuir financeiramente. A estrutura sempre funcionou como um cabide de empregos para pelegos de toda espécie, jamais contribuindo para a efetiva organização e unificação dos movimentos e das reivindicações. As próprias Centrais, ao se afirmarem, denunciaram o sistema confederativo, ao mesmo tempo em que desenharam as suas estruturas com instancias estaduais e federais a fim de preencher a inoperância da velha estrutura; entretanto, a ausência de pressões significativas por parte das lideranças sindicais pelo seu fim induz à idéia de que tenham se acomodado a ela.

Por outro lado, a unicidade sindical constitui outro dispositivo, em princípio, conservador. A exigência legal de um único sindicato por ramo de atividade em uma base territorial cria o monopólio da representação de uma força política, impedindo a concorrência das outras. No argumento dos defensores da unicidade, diz-se que a concorrência ocorre nas eleições sindicais, em que as oposições podem apresentar candidaturas, submetendo-se ao livre arbítrio dos trabalhadores. Entretanto, considerando-se que só os trabalhadores associados têm direito ao voto e que a taxa de sindicalização é baixíssima no Brasil, a rotatividade entre as forças políticas no comando dos sindicatos também é muito baixa, prevalecendo o monopólio.

E, finalmente, a manutenção do imposto sindical enquanto principal forma de financiamento constitui o aspecto mais desconcertante para o movimento. Instituído por Vargas para submeter os sindicatos ao Estado, o imposto é descontado anualmente de todos os assalariados formais e assegura a entrada de recursos nas instituições, independentemente, da

vontade associativa dos trabalhadores. A maior ilegitimidade do Imposto Sindical reside no fato de os trabalhadores serem obrigados a pagar imposto pelo legítimo direito universal à livre organização para defesa dos seus interesses; amplifica a ilegitimidade o fato de não ser permissível aos trabalhadores não-associados votar nas eleições sindicais, apesar de serem tributados compulsoriamente.

A este quadro de ilegitimidade da estrutura sindical, acrescento ainda a enorme debilidade dos sindicatos em organizar os desempregados para reivindicarem o emprego e o crescimento econômico. Arrisco-me a afirmar que o quadro geral de exclusão social é amplificado pela *exclusão de representação do trabalho*, implementada pelas instituições em relação aos desempregados e trabalhadores informais.

O ápice da redemocratização ocorreu com a publicação da Nova Constituição Federal em 1988; entretanto, apesar dos muitos avanços expressos pelo aprofundamento dos direitos trabalhistas, a Carta não eliminou a maioria dos dispositivos conservadores que caracterizam a estrutura sindical, sendo que a manutenção do espírito getulista contou, inclusive, com o voto dos congressistas ligados ao *Novo Sindicalismo* (DIAP, 1988).

Apesar da onda organizativa do final dos anos setenta e de toda a década de oitenta, a estrutura erigida sob o getulismo revelou, nos anos noventa, que a sua gênese permanecia quase intacta, ao explicitar a sua incapacidade em propor uma nova institucionalidade reguladora das relações de trabalho (CARDOSO, 1999). A experiência resultante sinaliza que o *Novo Sindicalismo* caracterizou apenas um breve momento da história, não se afirmando enquanto experiência positiva de modelo de organização para o futuro.

Com efeito, ainda que reconheça a existência de honrosas exceções de instituições representativas e, fundamentalmente, uma forte tendência do movimento social em se posicionar soberanamente pela democratização das relações de trabalho, a presente investigação trabalha com a perspectiva de que o trabalho está órfão de representação diante da *ofensiva conservadora*, sendo que a reestruturação produtiva ocorre unilateralmente pelo capital. Refiro-me aqui essencialmente à crise de liderança e de representação, sendo que isso não significa uma indisposição dos trabalhadores para o enfrentamento da questão. O movimento sindical é muito maior do que as suas lideranças e, com o aprofundamento das

contradições, certamente a crise será superada pelo surgimento de personagens genuinamente novas.

A implantação de um novo regime de relações de trabalho diferente do praticado pelo *modelo japonês*, mais democrático e, acima de tudo, capaz de sincronizar o novo paradigma produtivo com refundação do trabalho enriquecido noutra patamar tecnológico, exigiria uma estrutura sindical mais legítima e representativa. A experiência europeia demonstrou que a afirmação do Contrato Coletivo de Trabalho requer uma cultura de diálogo e de negociação, legitimada pela autorização soberana dos trabalhadores, sendo impossível construí-la sobre um poder ilegítimo derivado do monopólio da representação e exercido por *maçonarias sindicais*.

O alvorecer da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica e das modalidades pós-fordistas de produção explicitou que o conservadorismo brasileiro perpassa o capital, residindo também em parte considerável da representação do trabalho, ainda que em menor escala. *Embora travestidas de novas, as personagens revelaram-se apegadas às antigas práticas, insistindo em permanecer em cena, mesmo depois de descerradas as cortinas da produção em massa e do início do novo ato da produção flexível.*

3.2. A desestruturação do mercado de trabalho.

3.2.1. Desnacionalização e desindustrialização na América Latina.

O balanço da aplicação das políticas neoliberais na América Latina a partir dos anos oitenta e, com maior profundidade a partir dos noventa, indica nitidamente a interrupção do desenvolvimentismo enquanto estratégia particular do capitalismo periférico latino-americano para fuga do subdesenvolvimento. Com alguma variação de país para país, a década de oitenta foi marcada pela estagnação, enquanto que a de noventa pela oscilação do *stop and go*, com pequenos ciclos de crescimento e inflexão alternando entre si.

Na origem deste cenário, além da nova dinâmica do capitalismo mundial de redefinição conservadora da divisão internacional do trabalho, também está a crise da explosão da dívida externa, com a brutal elevação dos juros pós-fixados ao final dos anos setenta. Piora ainda este quadro o fato de todo o excedente gerado pela aceleração das exportações nos anos

oitenta ter sido canalizado para o pagamento dos credores internacionais, em nada contribuindo para a redução dos índices de pobreza.

Com a abertura ao comércio internacional a partir dos anos noventa e a invasão das importações e do capital internacional, houve a quebra de muitas cadeias produtivas nacionais – como é o exemplo do subsetor brasileiro de autopeças - e a sua substituição pelo capital estrangeiro reestruturado noutro patamar tecnológico e por métodos mais eficazes de produção industrial. Com efeito, a desindustrialização de países com estruturas industriais fragilizadas como a Argentina e o Chile, tornou-se uma realidade, enquanto que as indústrias mexicana e brasileira passaram por um processo de desnacionalização sem precedentes (POCHMANN, 1999).

Na *lógica* da nova divisão internacional do trabalho, implicitamente está contida a velha tese da especialização dos países periféricos nas suas vantagens comparativas, especialmente, na produção de bens primários. O que tem sido apresentado como coerência macroeconômica, evidencia-se como instrumento para o aprofundamento do monopólio das empresas multinacionais nos mercados latino-americanos, pois, a experiência tem revelado que *os sinais de modernização ocorrem simultaneamente à deterioração de parte significativa do parque produtivo e até da desestruturação de parte das cadeias produtivas* (POCHMANN, 1999: 56).

Apesar de não ter se desindustrializado, o Brasil padeceu com elevação substancial das importações nos anos noventa e os sucessivos saldos negativos na balança comercial, que lhe renderam severa asfixia para o pagamento dos juros da dívida externa; enquanto efeito, a elevação dos juros internos para atração do capital especulativo constituiu uma das principais estratégias de política econômica a fim de reunir uma massa de dólares, quando estes deixaram de entrar pelas exportações.

Não menos asfixiante, o processo de desnacionalização, principalmente dos ativos estatais, ao mesmo tempo em que fez explodir os preços dos serviços básicos, também exteriorizou a ponta nacional mais dinâmica de pesquisa e desenvolvimento⁸⁰.

⁸⁰ Tomo aqui como referência a afirmação de Fleury (1993) sobre o papel das empresas estatais na pesquisa e desenvolvimento; para o autor, mais do que as empresas nacionais privadas, as estatais tiveram grande preocupação com a captura tecnológica e, neste sentido, o processo de privatização teria inflexionado a tentativa de autonomia tecnológica.

Diferentemente da realidade asiática em que o desenvolvimento endógeno dos países tem sido perseguido através da coordenação estatal das políticas, estratégias e da articulação dos grupos privados, na América Latina, o balanço da aplicação dos fundamentos do *Consenso de Washington* na última década revelou a inflexão de todos os indicadores econômicos e sociais, sinalizando o caráter destruturante da economia, das sociedades e dos mercados de trabalho. Para Pochmann,

Diante do longo período de estagnação da renda per capita, da queda da participação relativa do produto industrial no PIB, das baixas taxas de investimento e da expansão das importações, principalmente dos bens de consumo, apoiada no endividamento externo, pode-se constatar o aprofundamento tanto das formas tradicionais de exclusão (subemprego, baixos rendimentos e informalidade) quanto das novas formas (desemprego aberto, ocupações atípicas e precarização das condições e relações de trabalho) (POCHMANN, 1999: 63).

Conforme apontado no capítulo anterior, o pequeno crescimento mundial a partir de 2002 beneficiou apenas as economias mais avançadas e alguns NICs, não se homogeneizando com a inclusão do conjunto da Periferia. De acordo com o mais recente relatório da OIT, a América Latina foi a área mais atingida pela estagnação, com a inflexão da produção e do emprego: *a America Latina y el Caribe fue la región más directamente afectada por la recesión económica mundial de 2001, en lo que se refiere tanto al aumento de la producción como la pérdida de empleos (...)* (OIT, 2004: 09).

As palavras mais indignadas com a histórica subordinação da América Latina partiram de Galeano (1982), ao afirmar que temos guardado um silêncio tão profundo que beira a estupidez. *A continuidade da subordinação latino-americana, agora amplificada em escala pela ofensiva conservadora do capital, até pode conviver com doses elevadas da estupidez das suas elites, mas não tem sido silenciosa como querem os algozes.*

3.2.2. Os sintomas da destruturação do mercado de trabalho.

Até o final da década de setenta, a dinâmica do mercado brasileiro de trabalho foi estruturante, com a incorporação dos desempregados, informais e trabalhadores por conta própria ao emprego formal e ao assalariamento.

Mesmo a despeito da inexistência de maiores instrumentos redistributivos, o estatuto do trabalho, aliado ao crescimento do PIB, possibilitou a queda da subutilização da força de trabalho, que declinou de 55,7% da PEA em 1940 para 34,1% em 1980. No mesmo interregno, o crescimento populacional registrou uma taxa média anual de 2,6%, enquanto o emprego formal cresceu 6,2%, sendo que para cada dez ocupações geradas, oito eram assalariadas e sete com registro em Carteira de Trabalho. (POCHMANN, 1999: 67/68).

Confirmando a tendência estruturante, os números indicam o fantástico crescimento do *segmento organizado*⁸¹ na composição geral das ocupações, que no mesmo período cresceu a uma taxa média anual de 4,9%, enquanto que o *não-organizado* cresceu, apenas, 3,9%. Comprovando o dinamismo que a industrialização desenvolvimentista e a CLT ensejaram, o balanço do final da década de oitenta contabilizou a indústria com responsável por 36,2% do total de ocupações, contra 30,2 em 1940, e o *segmento organizado* como responsável por 70,5% do total das ocupações no mesmo ano da verificação.

Para Pochmann (1999): *a dinâmica da industrialização, orientada pelas políticas macroeconômicas comprometidas com a expansão da produção nacional favoreceu continuamente o aumento do número das ocupações*. Entretanto, o autor é enfático ao afirmar que: *sem a institucionalização das relações de trabalho, rumo à construção do estatuto do trabalho, contudo, não estaria assegurada a mesma expansão dos empregos registrados e das ocupações nos segmentos organizados* (POCHMANN, 1999: 70).

⁸¹ Até aqui empreguei de forma simplificada as categorias *formal e informal* para referir-me à segmentação do mercado brasileiro de trabalho; justifico tal simplificação pelo fato de ter centrado a análise no desenvolvimento do capitalismo mundial, na terceira Revolução Industrial e Tecnológica e na reestruturação industrial brasileira. Entretanto, a compreensão detalhada do mercado brasileiro de trabalho requer a introdução de novos conceitos, o que faço a partir deste momento. As categorias *segmento organizado* e *não-organizado* foram adotadas por Paulo Renato de Souza nos anos setenta para melhor categorizar a segmentação ocupacional, após a constatação da insuficiência das categorias *formal e informal* em explicar o dualismo do mercado brasileiro de trabalho (SOUZA, 1979). Para Pochmann, *por setor organizado entende-se os postos de trabalho mais homogêneos, gerados por empresas tipicamente capitalistas, fundamentalmente, os empregos regulares assalariados. O segmento não-organizado compreende as formas de ocupações heterogêneas, cuja organização não assume a característica tipicamente capitalista, ou seja, peculiar das economias em estágio de subdesenvolvimento* (POCHMANN, 1999: 65/66).

O esgotamento do modelo brasileiro de desenvolvimentismo a partir da década de oitenta interrompeu o movimento de estruturação, sendo que a estagnação dos primeiros anos do decênio provocou uma brutal redução de postos de trabalho no primário, a estabilização no secundário e o inchaço de postos precários no terciário.

Apesar de a tendência desestruturante apresentar-se ameaçadora, a estratégia do programa exportador - implementada ao longo da década - impediu uma queda muito abrupta do nível total de emprego. E, mesmo com a interrupção da expansão do assalariamento da População Economicamente Ativa, não houve a inflexão do emprego assalariado, que continuou crescendo na mesma proporção que a PEA, ou seja, em média 2,8% ao ano durante a década (idem: 72).

Entretanto, a reorientação da política macroeconômica nos anos noventa, concretizada pela abertura econômica e as sucessivas fases de reestruturação industrial, iniciou o movimento de desestruturação do mercado brasileiro de trabalho, com o declínio do nível de emprego e demais indicadores.

No período 1989 a 1995, houve a inflexão dos seguintes indicadores: em cada dez ocupações geradas, apenas duas eram assalariadas, enquanto que oito não; a participação dos assalariados na composição da PEA caiu 64% em 1989 para 58,2% em 1995; a subutilização da força de trabalho cresceu de 32% em 1989 para 38% em 1995; a participação do *segmento organizado* na composição da PEA declinou de 67% em 1989 para 60% em 1995; o brutal crescimento do *segmento não-organizado* no terciário, representando nove postos de trabalho para cada dez gerados.

A observação indica que o desajustamento do mercado brasileiro de trabalho é uma realidade; além da elevação do desemprego, outros sintomas confirmam a tendência, especialmente, o desassalariamento de uma parcela expressiva da PEA e a expansão das ocupações no *segmento não-organizado*.

3.2.3. O retorno a um novo *putting out*.

Para Pochmann, na origem deste desajuste está na desarticulação do padrão virtuoso do período desenvolvimentista, em que: *o abandono do projeto de industrialização nacional e a adoção de políticas macroeconômicas de reinserção internacional e de enfraquecimento do estatuto do trabalho* (POCHMANN, idem: 78/9). A este comentário acrescento o ajuste

flexibilizante da indústria que vem ocorrendo, inclusive, com a eliminação de mão-de-obra, a precarização e a informalização das relações de trabalho ao longo das cadeias produtivas, conforme denuncia Leite (2003).

Ressalte-se ainda que a crescente utilização do *segmento não-organizado* vem conformando uma conjuntura em que a produção capitalista demanda cada vez mais de formas de ocupações não-capitalistas, sinalizando para a regressão a uma forma de produção muito parecida com o *putting out*⁸². (...) *pode-se notar o surgimento de novos relacionamentos diretos entre a unidade capitalista e as formas de ocupação não-capitalistas (trabalho irregular, parcial, a domicílio, novo putting out etc...)* (POCHMANN, 1999: 66).

Determinantemente, a situação do mercado brasileiro de trabalho contradiz a tese da virtuosidade da *produção flexível* - defendida por Womack *et al*, Coriat e outros – em que estaria produzindo o trabalho enriquecido. Da mesma maneira, contradiz os argumentos dos organismos internacionais - especialmente os da OMC - de que a internacionalização engendraria uma *onda de destruição criativa*, com o crescimento dos sistemas econômicos nacionais periféricos. Sua rápida e brutal desestruturação indica que o único enriquecimento perceptível é o do capital, enquanto que a destruição do trabalho manifesta-se em proporções brutais e alarmantes.

3.2.4. Desemprego: o maior sintoma da desestruturação do mercado de trabalho.

O desemprego que assolou a sociedade brasileira nos anos oitenta ainda podia ser categorizado como conjuntural, pois, derivava da conjuntura recessiva engendrada pela crise do esgotamento do modelo de desenvolvimento. Até então, em seus horizontes, os

⁸² O *putting out* foi uma das características do artesanato dos primórdios da acumulação primitiva de capitais; portanto, uma forma de produção não-capitalista. A produção artesanal de mercadorias era realizada no campo e vendida pelos comerciantes nos mercados urbanos, sendo que a descentralização, o trabalho domiciliar e, principalmente, a inexistência de vínculos contratuais entre os produtores e os compradores de mercadorias compunham suas características mais salientes (ver BARBOSA DE OLIVEIRA, 1985 e PRONI, 1997).

desempregados ainda podiam vislumbrar expectativas de rever a Carteira Profissional assinada com um novo contrato de trabalho.

Há uma infinidade de argumentos de que a inflexão do número de postos de trabalho poderia ser contida em níveis minimamente aceitáveis, corrigindo-se os rumos da economia através de (i) a renegociação da dívida em condições menos usurpantes; (ii) redesenho de um outro projeto de desenvolvimento; (iii) repactuação de uma nova agenda de entendimentos entre o capital e o trabalho e (iv) inserção internacional controlada e menos lesiva aos interesses nacionais (FURTADO, 1992; DEDECCA, 1996; MATTOSO e BALTAR, 1996; POCHMANN, 1999).

Entretanto, a partir da abertura desregrada à concorrência internacional e do aprofundamento da reestruturação industrial, nos anos noventa, o desemprego adquiriu características estruturais, pois, passou a derivar do próprio modelo econômico seguido. A partir de então, as expectativas ficaram obscuras para os desempregados, ao constatarem a instalação da *arquitetura do caos*⁸³ no mercado de trabalho.

O balanço do final da década de noventa, realizado pelo DIEESE juntamente com a Fundação SEADE, indicava que mais da metade da força de trabalho ocupada nas grandes cidades estava na informalidade: *mais de 50% dos ocupados brasileiros das grandes cidades se encontravam em algum tipo de informalidade, grande parte sem registro e garantias mínimas de saúde, aposentadoria, seguro-desemprego [e] FGTS* (MATTOSO, 1999: 16).

A situação mais alarmante advinha do segmento formal, pois, o *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED*⁸⁴ contabilizou entre 1990 até Maio de 1999 o fechamento de 3,3 milhões de empregos formais, sendo que, destes, 1,8 milhão foi extinto no Governo Cardoso (idem: 18).

Para o autor (idem: 19/20), as razões do desemprego no interregno extrapolaram os limites da iniciativa privada, invadindo também a esfera estatal, pois, a política do Estado mínimo, delineou a diminuição da força de trabalho da União, Estados e municípios. No

⁸³ A expressão é de Mattoso (ver MATTOSO, 1999).

⁸⁴ O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED é um sistema de dados mantido pelo Ministério do Trabalho. Através da contabilização dos dados da Relação Anual das Informações Sociais – RAIS (obrigatoriamente emitida mensalmente pelas empresas), o CAGED monitora a variação mensal do emprego formal, retratando-a com absoluta fidelidade.

Governo Collor houve a dispensa ilegal de mais de cem mil funcionários públicos federais. No Governo Cardoso, além da aprovação da *Lei de Responsabilidade Fiscal*⁸⁵, a não-abertura de novos concursos para substituição dos aposentados reduziu drasticamente o funcionalismo da Administração Direta, enquanto que as privatizações eliminaram parte substancial da força de trabalho da Administração Indireta.

Em resumo, o balanço da década já sinalizava que a conjunção do ajuste industrial flexibilizador, somado à internacionalização desregrada estavam provocando a explosão das taxas de desemprego e, com efeito, a desestruturação do mercado de trabalho.

Apesar da proposta de geração de dez milhões de novos postos de trabalho em quatro anos sem romper com a política econômica, o Governo Lula não conseguiu reverter a tendência desestruturante e, como previsível, a manutenção dos mesmos eixos programáticos dos anos noventa, a partir do ano 2003, em nada alterou o quadro de desemprego.

A última verificação da Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED⁸⁶ nas seis regiões metropolitanas, em Julho de 2005, constatou o seguinte quadro de desemprego: Belo Horizonte, 17,7%; Distrito Federal, 19,1%; Porto Alegre, 14,5%; Recife, 22,8; Salvador, 24,9% e São Paulo, 17,5%⁸⁷. Mas, considerando que a medição de Julho de 2005 é incapaz de delinear o quadro geral do ano todo, considerarei os dados de 2004, a fim de comparar a

⁸⁵ O maior instrumento para diminuição ou limitação do crescimento do emprego público tem sido a *Lei de Responsabilidade Fiscal* que, aprovada no segundo Governo Cardoso, limitou o gasto da União, Estados e municípios com a folha de pagamento até um determinado percentual (diferenciado para os três níveis) da arrecadação.

⁸⁶ A Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED é realizada pelo DIEESE em parceria com a Fundação SEADE em seis regiões metropolitanas: São Paulo, Salvador, Recife, Distrito Federal, Belo Horizonte e Porto Alegre. Sua metodologia difere da adotada pela Pesquisa Mensal do Emprego – PME, do IBGE, pelo fato de levar em consideração muitas das particularidades do mercado brasileiro de trabalho, como por exemplo, as dimensões da População em Idade Ativa -PIA e da População Economicamente Ativa – PEA, assim como um prazo mais dilatado para categorização do *desemprego oculto pelo desalento*, dentre outras. Por exemplo, a PED considera os adolescentes entre 11 e 15 anos como componentes da PIA e da PEA, enquanto que a PME só considera os indivíduos acima de 16 anos. Por tais motivos metodológicos explicam-se as divergências existentes entre ambas sobre os números do desemprego no Brasil.

⁸⁷ Os percentuais de desemprego são considerados em relação à PEA.

variação do desemprego entre os Governos Lula e Fernando Henrique Cardoso (ver Tabelas 4 e 5 adiante).

Comparando as taxas de desemprego de 2002 (último ano do Governo Cardoso) com as de 2004 (segundo ano do Governo Lula), pretendo demonstrar que a política econômica não tem produzido o *espetáculo do crescimento* como prometido, sendo que a pouca variação atesta que a continuidade da mesma política econômica restritiva de Cardoso, diferentemente daquilo que tem sido dito pelo atual Governo, não tem produzido resultados significativos quanto à elevação dos postos de trabalho.

Segundo a PED, a variação do desemprego entre os anos 2002 e 2004 é expressa nos seguintes números: em Belo Horizonte, a taxa de desemprego total caiu em 1,1% no interregno; no Distrito Federal caiu em, apenas, 0,2%; em Porto Alegre, caiu 0,8%; em Recife, houve um aumento do desemprego de 2,5% ; em Salvador, caiu em 2,4% e em São Paulo, também diminuiu em 1,5%.

Excetuando-se o aumento do desemprego em 2,4% na Região Metropolitana de Recife, a insignificante queda nas outras sete regiões atesta a pretensão aqui manifestada de desconstrução do argumento oficial. Considerando ainda que o ano de 2002 foi muito atípico, com a elevação da inflação e inflexão do investimento em razão do *risco Lula*, explicitado em plena campanha eleitoral, o desemprego também foi ligeiramente acima do verificado em 2001. Assim, a comparação entre os anos 2001 e 2004 revela que, com pouquíssima variação, o desemprego no Governo Lula permanece praticamente nos mesmos patamares que o do Governo Cardoso.

A não-variação significativa - efetivamente aferida pela PED - denuncia que os dez milhões de novos postos de trabalho prometidos jamais incrementaram o mercado de trabalho; e mais, denuncia ainda que os atuais números atuais são alarmantes, em razão de os desempregados não possuírem maiores salvaguardas de renda, sendo que o salário-desemprego só abrange os demitidos do emprego formal, dura apenas seis meses e possui um valor muito limitado.

Tabela 4 - Pesquisa de Emprego e Desemprego nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Distrito Federal e Porto Alegre. (percentuais em relação à PEA; T = total; H = Homens e M = Mulheres).

Período	Regiões Metropolitanas e Distrito Federal								
	Belo Horizonte			Distrito Federal			Porto Alegre		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
1998	15,9	13,7	18,7	19,7	17,4	22,1	15,9	13,7	18,6
1999	17,9	14,9	20,4	22,1	19,2	25,2	19,0	16,7	21,9
2000	17,8	16,1	19,9	20,2	17,7	22,9	16,6	14,2	19,6
2001	18,3	16,2	20,8	20,5	17,6	23,6	14,9	12,3	18,2
2002	18,1	15,7	20,8	20,7	18,0	23,6	15,3	13,1	17,9
2003	20,0	17,1	23,3	22,9	20,2	25,7	16,7	13,9	20,0
2004	19,3	16,8	21,9	20,9	17,8	24,0	15,9	13,1	19,1
Jul/2005	17,0	14,0	20,5	19,1	16,1	22,2	14,5	12,0	17,6

Fonte: DIEESE.

Tabela 5 - Pesquisa de Emprego e Desemprego nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador e São Paulo. (percentuais em relação à PEA; T = Total; H = Homens e M = Mulheres).

Período	Regiões Metropolitanas								
	Recife			Salvador			São Paulo		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
1998	21,6	19,0	24,9	24,9	22,9	27,1	18,2	16,1	21,1
1999	22,1	19,6	25,2	27,7	25,8	29,3	19,3	17,3	21,7
2000	20,7	18,2	23,9	26,6	24,1	29,3	17,6	15,0	20,9
2001	21,1	17,8	25,3	27,5	25,0	30,2	17,6	14,9	20,8
2002	20,3	17,6	23,6	27,3	24,9	29,9	19,0	16,4	22,2
2003	23,2	20,0	27,0	28,0	26,1	30,1	19,9	17,2	23,1
2004	23,1	20,3	26,5	25,5	23,2	28,0	18,7	16,3	21,5
Jul/2005	22,8	19,5	26,8	24,9	22,0	28,0	17,5	14,9	20,5

Fonte: DIEESE.

A situação adquire tons mais críticos quando se constata que o desemprego e a precarização não atingem a PEA de forma homogênea, pois, desde o início da década de noventa, a depreciação das relações de trabalho vem incidindo muito mais sobre as mulheres, os negros e, especialmente, os jovens. Nas seis regiões metropolitanas verificadas, a PED, constatou que, no conjunto, 50% do total de desempregados são negros. Ironicamente, a segregação é mais latente nas regiões de grande concentração de população afro-descendente, sendo que a proporção de desemprego entre negros e não-negros situa-se em 23,0% para os primeiros contra uma taxa de 19,1% para os segundos na Região Metropolitana de Recife,

enquanto que na Região de Salvador os números indicam 25,7% contra 17,7% respectivamente (DIEESE: 2005c).

Atenção especial merece a situação dos jovens ingressantes no mercado de trabalho. Contrariando a crença comum de que os trabalhadores acima de quarenta anos têm perdido o emprego pela substituição por jovens com remuneração inferior, a PED 2004 revelou que o segmento juvenil tem sido o mais afetado pela *arquitetura do caos* que se transformou o mercado de trabalho: *os jovens em idade legal⁸⁸ de trabalho tornam-se um dos segmentos mais frágeis na disputa em meio ao elevado excedente de mão-de-obra* (DIEESE, 2005b: 2).

Apesar de os jovens representarem 25,7% da *PEA com mais de 16 anos*⁸⁹ das seis regiões metropolitanas pesquisadas, em 2004 seus desempregados compunham o dobro da taxa de desemprego verificada no mesmo segmento (idem: 3 e 6).

No cerne do desemprego juvenil identifica-se a relutância das empresas em alocarem recursos para a capacitação profissional dos aprendizes, preferindo contratar mão-de-obra inteiramente apta a produzir; mas a principal razão consiste na ausência de crescimento econômico sistemático e prolongado capaz de absorver o crescimento demográfico. Para o DIEESE,

O baixo crescimento da atividade econômica brasileira nos últimos anos tem efeito importante ao limitar o ritmo da geração de emprego, penalizando todos os trabalhadores. Para os jovens as dificuldades são ainda maiores, pois diante desse quadro de escassez de oportunidades de emprego, essa parcela da população sente-se em desvantagem na disputa por um posto de

⁸⁸ Para a OIT, o segmento juvenil compreende a faixa dos 15 aos 24 anos; entretanto, a PED 2004 observou apenas os jovens em idade legal para participar do mercado de trabalho, considerando o limite mínimo de 16 anos previsto na legislação brasileira, o que redundou na reclassificação da categoria *jovens* para a faixa dos 16 aos 24. A título de evitar confusões, alerto que, embora os adolescentes entre 11 e 15 anos compoñham a PIA e a PEA e sejam considerados para efeitos do cálculo do desemprego realizados pela PED, a pesquisa refere-se especificamente ao segmento *jovens*, que corresponde a faixa dos 16 aos 24 anos.

⁸⁹ Para o DIEESE-SEADE, a categoria *PEA com mais de 16 anos* é empregada apenas para identificar o segmento legalmente apto para o mercado de trabalho, ou seja, basicamente o mesmo segmento que o IBGE considera como PEA. Conforme abordado anteriormente, a concepção de PEA do DIEESE-SEADE é muito mais ampla, abrangendo também os adolescentes entre 11 e 15 anos;

trabalho, pela menor experiência que apresenta. (...) A manutenção das elevadas taxas de desemprego na faixa etária de 16 a 24 anos (...) evidencia a incapacidade dos mercados de trabalho metropolitanos em absorver a expansão da oferta de força de trabalho deste segmento populacional (idem: 7).

Após uma década e meia de aplicação de políticas neoliberais e constatada a sua falácia em relação à geração de emprego e melhoria das condições dos empregados, esgotou-se o argumento de que a abertura econômica e a flexibilização das relações de trabalho engendrariam um ciclo virtuoso de crescimento do emprego e dos rendimentos. Verificou-se, então, uma mudança na retórica empresarial e governamental: além do discurso de que existem jazidas de empregos e o que falta é mão-de-obra qualificada para preenchê-los, recentemente inúmeros neologismos apareceram enquanto estratégia para responsabilizar os próprios trabalhadores pela sua condição de desempregado; entre eles, a palavra *empregabilidade*.

Durante os oito anos do Governo Cardoso, a terminologia ganhou sinônimo de modernidade, passando a ocupar o discurso governamental, o sistema capacitacional e o sistema de intermediação de mão-de-obra. O termo enseja a idéia de que o sujeito é o único responsável pela conquista de emprego e, portanto, deve reunir uma série de requisitos apazíveis ao mercado; e dentre as qualidades consideradas como apazíveis, está o conjunto de comportamentos que Harvey (1998) denominou *cultura yuppie*. Este argumento, além de induzir a uma crescente individualização da sociedade, também desonera o Estado da responsabilidade de geração de novos postos de trabalho, desencumbindo-o de uma das suas atribuições mais nobres.

A elevação das taxas de desemprego e sua manutenção em patamares elevados por um período tão longo atestam que o desemprego estrutural consiste no maior sintoma da desestruturação do mercado brasileiro de trabalho, desestruturação esta que deriva da internacionalização submissa nas relações internacionais de trocas, do ajuste produtivo

nesta concepção, extraindo-se o segmento de 11 e 15 anos da PEA, obtêm-se a *PEA com mais de 16 anos*.

flexibilizante e predatório implementado unilateralmente pelas empresas e da *ofensiva conservadora* do capital sobre o mundo do trabalho.

3.3. Um novo balanço à luz da teoria cepalina.

No final do Capítulo Um, ao analisar a difusão capitalista na Periferia no segundo paradigma produtivo, resgatei a teoria cepalina no afã de definir a posição da indústria e da economia brasileiras no capitalismo mundial e da divisão internacional do trabalho. Recolhi as definições de Prebisch (1970) sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento, ao mesmo tempo em que acatei a conclusão de Furtado (1992) de que a economia brasileira era subdesenvolvida, porém, *modernizada* pela assimilação de algum progresso tecnológico do seu parque industrial incompleto, periférico e de baixa produtividade.

Para os autores, a *modernização* não constitui um meio caminho, mas a antítese do desenvolvimento, pois, significa que a sociedade desviou-se da emancipação tecnológica e da homogeneização dos rendimentos e dos padrões de consumo entre as classes, contentando-se com alguma elevação do progresso técnico apenas para atender ao padrão de consumo das elites. Para Furtado (idem), a tentativa das elites de buscarem a industrialização *modernizante* crendo perseguir o desenvolvimento, constitui a *armadilha histórica* que caracteriza o processo brasileiro de industrialização.

Também concluí o Capítulo Dois expondo um breve resumo da *ofensiva conservadora do capital* desencadeada ao final do Século XX, argumentando que a reestruturação produtiva brasileira seria analisada no contexto da nova divisão internacional do trabalho, arquitetada pelo *capital reestruturado* com a nova agenda macroeconômica e os novos fundamentos da *produção flexível* da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica.

E no presente capítulo, apresentei as fases da reestruturação industrial brasileira, enfatizando o seu desencadeamento e a sua evolução a partir das exigências do mercado internacional, exigências manifestadas pelas pressões por parte do capital e dos organismos internacionais para ajustes nas funções características e no tamanho do Estado, assim como para a abertura incondicional do mercado interno e a desregulamentação do mercado de trabalho; também apresentei os efeitos que a ofensiva do capital tem produzido no sistema de

relações de trabalho, especialmente, a desestruturação do mercado de trabalho que ocorre pela crescente utilização de modalidades precárias de ocupação.

Na revisita à evolução do capitalismo mundial procurei evidenciar o nível de susceptibilidades das economias nacionais periféricas, especialmente a brasileira, ao jogo de interesses que campeiam nas relações de troca da divisão internacional do trabalho e sem ela, creio, não teria instrumentos analíticos para a reflexão que faço a seguir.

Embora com outras palavras e interrogando sobre um momento diferente, refaço aqui as perguntas a seguir, perseguindo os mesmos objetivos das perguntas feitas ao final do primeiro capítulo: (i) a partir da reestruturação produtiva aqui analisada e da nova agenda econômica neoliberal, que indicativos sinalizariam que o Brasil está a caminho do desenvolvimento? (ii) como categorizar precisamente os níveis de produtividade e competitividade da nova indústria brasileira que despontam do ajuste produtivo flexibilizante e da Terceira Revolução Industrial Tecnológica? (iii) em que grau e medida a reestruturação produtiva trouxe avanços no sentido de elevar os níveis internos de emprego, renda e consumo, assim como democratizar o mercado de trabalho? A conclusão a que a análise desenvolvida no presente capítulo conduz é que:

Em relação ao desenvolvimento endógeno e sustentado, a internacionalização com a imposição da abertura abrupta e desregulada do mercado interno, inflexão do papel desenvolvimentista do Estado e desregulamentação das relações e do mercado de trabalho, têm provocado, pela ordem, a desnacionalização da economia, a perda da centralidade estatal na articulação de políticas de desenvolvimento, a exteriorização das decisões de investimento e a inflexão dos níveis de emprego, renda e consumo.

Pelo lado da emancipação tecnológica e competitiva da indústria nacional, excetuando os subsetores aeronáutico, siderúrgico e automotivo - mesmo assim, este último majoritariamente predominado pelo capital internacional - o Brasil continua sendo um exportador de bens primários, semi-industrializados e de baixo coeficiente agregado. A indústria brasileira ainda não possui domínio tecnológico nas áreas de ponta como informática, novos materiais, espacial, farmacêutica e robótica, assim como também não domina a produção de bens de capital, recorrendo às importações destes ativos para a sua parca modernização produtiva; mais do que perpetuar, a incapacidade de reprodução interna dos meios de produção - num momento de renovação do *cluster* técnico-científico e

distanciamento tecnológico entre os países, acentua o seu caráter incompleto, periférico e *modernizado*.

E finalmente, no que se refere à elevação dos níveis internos de emprego, renda e consumo, conforme remetem as análises de Mattoso e Baltar (1996), Mattoso (1999), Pochmann (1999) e DIEESE (2005a), a redução do número de postos de trabalho - que ocorre pelo ajuste produtivo e pela estagnação macroeconômica - acarretam diretamente a diminuição dos rendimentos e do consumo. Por outro lado, a ampliação da terceirização produtiva com a precarização das condições de uso de força de trabalho tem aumentado a elitização de alguns poucos e a exclusão de muitos outros segmentos de trabalhadores, redundando em brutal segmentação, heterogeneização e complexificação da sociedade e do mercado de trabalho, justificando a expressão *novo putting out*.

Refletindo sobre o dinamismo dos NICs asiáticos - única zona do comércio mundial que marcha firme para escapar do subdesenvolvimento - Furtado (1992) chamou a atenção para o fato de que, lá, a *modernização* foi evitada, concluindo que a razão de tal dinamismo reside, fundamentalmente, no papel desempenhado pelos Estados nacionais na articulação de políticas de desenvolvimento e não-submissão às formulações econômicas do capital e dos organismos internacionais

A análise das transformações técnico-produtivas e das relações sociais de produção à luz da teoria cepalina, revela que não há o menor sinal de que a economia brasileira - subdesenvolvida, dependente e periférica - esteja se redefinindo positivamente na nova divisão internacional do trabalho. Pois, longe de perseguir o desenvolvimento endógeno, soberano e sustentado, a nova agenda imposta a partir meados dos anos noventa e mantida pelo atual governo revela-se a mesma e velha *modernização*, piorada pelo distanciamento tecnológico e pelo aprofundamento das desigualdades sociais.

Considerando que o desenvolvimento econômico, entre outros condicionantes, passa pelo domínio tecnológico e este, também entre outros requisitos, exige maior qualificação da força de trabalho a fim de manusear sistemas avançados de agregação de valor, a análise sobre a reestruturação industrial brasileira estaria incompleta se não investigasse como a capacitação do fator trabalho tem ocorrido mediante o quadro aqui apresentado de deterioração das relações de trabalho e uso desgastante da força de trabalho; a este objetivo dedicarei todo o próximo capítulo.

CAPÍTULO 4.

DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E QUALIFICAÇÃO: A DEGRADAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO CAPITALISMO BRASILEIRO INTERNACIONALIZADO.

Na concepção de ensino profissional, o futuro está num adequado balanceamento entre o impulso generalista e um novo pragmatismo. Nele, o Estado recupera a idéia de planejamento, principalmente como instrumento para reorientar e reforçar a educação geral e controlar a qualidade da educação que chega à população. Isso não apenas porque se coloca hoje de forma mais evidente a relação educação-economia, mas parafraseando Maria da Conceição Tavares, porque sempre esteve em pauta a relação entre educação- economia e felicidade.

Vanilda Paiva

As comemorações do Ano Novo de 2003 foram marcadas por um fato insólito na história brasileira: milhões de famílias almoçaram de olhos fixos nos aparelhos de televisão assistindo a posse do Presidente Lula e de todo o seu ministério.

Chamou especial atenção a posse do Ministro da Educação Cristovam Buarque e não é difícil supor que milhões de pais e educadores brasileiros estivessem atentos a um fato tão importante e esperado desde a redemocratização.

Após assinar o termo de posse, Buarque proferiu as suas primeiras palavras como autoridade máxima da educação, dirigindo-se ao também recém-empossado Ministro da Fazenda, dizendo para que Antonio Palocci ficasse tranqüilo, pois, ele (Buarque) jamais bateria às portas do seu ministério para reivindicar mais verbas para a educação.

Tais palavras devem ter provocado um profundo impacto negativo nos pais e educadores, pois, o ministro sinalizara que o novo governo continuaria tratando a educação brasileira não muito diferente da forma como os governos anteriores haviam feito. Mais do que isto, apontara que a política educacional continuaria sendo executada dentro das rígidas imposições fiscais do Banco Mundial, sem nenhum centavo a mais de investimento.

Entretanto, tendo ele próprio uma vida inteira dedicada à academia, conhecia profundamente os problemas da educação brasileira e, meses depois, quando a contradição

superou-lhe o medo, doendo fundo na consciência e trazendo-o à razão, Buarque tornou-se susceptível às reclamações dos reitores das depreciadas Universidades Federais. No choque de interesses, prevaleceu os dos poderosos e o Ministro foi demitido por telefone quando se encontrava em missão oficial em Portugal, há pouco mais de um ano no cargo.

O episódio sublinha como a educação brasileira sempre foi tratada, visão que não sofreu alterações significativas, nem mesmo no governo em cujo discurso pretendia-se transformá-la radicalmente, ou seja: educação não é um problema de financiamento público. E, como discorrerei ao longo deste capítulo, há uma estreita correlação a educação e a formação profissional, de certa forma, o fato também expõe o tratamento dispensado em relação à preparação da força de trabalho.

Neste capítulo, analiso como a desestruturação do mercado brasileiro de trabalho também se manifesta através da desqualificação da força de trabalho. A idéia central aqui defendida é que, apesar de a elevação do número de ingressantes no sistema formal de ensino e da mudança dos eixos programáticos da política de formação profissional, a precarização das relações de trabalho e o uso desgastante da força de trabalho, estão conduzindo à inflexão da capacidade produtiva da força de trabalho.

Na primeira parte, estabeleço um debate teórico sobre as necessidades educacionais e de qualificação profissional do novo paradigma, a fim subsidiar a argumentação central; para tal, emprego os argumentos de inúmeros pesquisadores, entre eles, Ferretti (1994), Hirata (1994) e Paiva (1995). Especialmente o trabalho de Paiva é de uma riqueza incomensurável, no sentido de sinalizar os caminhos que a pedagogia e a educação profissional devem trilhar para a sincronização com as novas demandas ensejadas pela revolução microeletrônica.

Na segunda parte, comparo as novas exigências com as políticas públicas brasileiras de educação e capacitação. Observo o conservadorismo da política educacional em razão das tendências de privatização das funções públicas do Estado, recuo do princípio da universalização, polarização entre educação geral e profissional e ingerência dos organismos internacionais. Na seqüência, investigo os antigos programas de formação profissional - entre eles o *Sistema S* e o PLANFOR, constatando a sua ineficiência mediante as demandas. E, no estudo sobre as políticas de implantação recente, discorro sobre o Programa Nacional de Qualificação – PNQ, concluindo sobre o seu confinamento entre as políticas restritivas. Finalizando a segunda parte, utilizo-me dos dados do Censo Demográfico de 2000 para

demonstrar como a desescolarização da população adulta sinaliza para a desqualificação da força de trabalho.

Encerro o capítulo concluindo que as políticas de educação e de formação profissional não têm cumprido os seus objetivos, em razão da timidez mediante as demandas e que a desestruturação do mercado brasileiro de trabalho, também se manifesta através da inflexão da capacidade da força de trabalho operar um sistema avançado de agregação de valor, sendo que este comportamento constitui mais um elemento sinalizador do descaminho da economia brasileira em relação ao desenvolvimento econômico e social.

4.1. Desenvolvimento, trabalho e qualificação.

4.1.1. Da parcelização à reintegração das tarefas: um debate teórico sobre o fim da divisão do trabalho.

Dentre os inúmeros debates desencadeados pelo surgimento das modalidades pós-fordistas de produção, sobressai-se o da revalorização e do re-enriquecimento do trabalho e do próprio fim da divisão do trabalho, que estariam ocorrendo pela reunificação das tarefas, possibilitada pelo incremento da tecnologia microeletrônica e os métodos de produção originários da Toyota. Neste debate, o novo paradigma sinalizaria para o fim da tendência de desqualificação da força de trabalho, consolidando gradativamente um neo-artesanato, refundado noutro patamar pela tecnologia, por métodos mais eficazes e pela elevação da qualificação dos trabalhadores.

Um comportamento determinante na produção capitalista sempre foi a diminuição dos custos como forma de maximização da produtividade e, no modelo taylor-fordista, os ganhos estiveram assentados na redução dos custos unitários, através da produção rígida de grandes lotes de itens padronizados. Para tal, o modelo empregava a especialização do trabalhador, a parcelização das tarefas, a divisão entre trabalho manual e intelectual e a rigidez dos postos de trabalho. Deste modo, a sua operacionalização pode abster-se de um grau muito elevado de escolarização da força de trabalho, pois, o modelo reservou as tarefas de planejamento e gestão da produção aos escalões superiores, cabendo aos escalões de chão-de-fábrica, as tarefas simples, rotineiras e repetitivas, em que o nível de escolarização era desprezível.

Ao contrário do taylor-fordismo, a *produção flexível* busca a obtenção dos ganhos através da diversificação da produção, sem elevação dos custos unitários, desprezando a importância dos ganhos de escala. Utiliza ferramental com elevado nível de automação microeletrônica de programação flexível, em que a diversificação é atingida através da constante reprogramação e realimentação dos sistemas informatizados, controladores e planejadores da produção. Segundo os seus apologistas, o modelo exigiria do conjunto da força de trabalho: (i) profundos conhecimentos de programação dos sistemas; (ii) multifuncionalidade para a operação de vários equipamentos e a realização de um grande número de tarefas; (iii) ativa participação nos processos decisórios de gestão e planejamento; (iv) identificação e resolução dos problemas surgidos ao longo do processo e (v) dinâmica pessoal para o trabalho em equipe.

Enquanto na produção de massa o ritmo do trabalho especializado era ditado pela rigidez das tarefas permissíveis pela máquina, na *produção flexível* o trabalhador exerce maior autonomia, já que lhe seria facultativo intervir, alterar e influenciar no ritmo e nas condições do processo. Pelo grau de complexidade, a operacionalização desse novo sistema exigiria uma força de trabalho altamente escolarizada e qualificada, com pequena distinção entre os escalões superiores e inferiores, tendendo para eliminação da distinção entre trabalho manual e intelectual.

Em especial, o reagrupamento das tarefas estaria exigindo um comportamento multifuncional dos trabalhadores, sendo que esta característica sinalizaria o fim da divisão do trabalho. Inúmeros autores compartilham deste otimismo, entre eles, Womack *et al* (1992), Kurtz (1992), Coriat (1994), Piore e Sabel (1994), Saviani (1994) e Kern e Schumann (1998). Para não ser muito extenso, exporei apenas os argumentos de Womack *et al* (1992) e de Kern e Schumann; ao final, também exporei a posição de Paiva (1995) que, apesar de não ser tão otimista quanto estes autores, também acredita na tendência de reunificação das tarefas.

Na glorificação que fazem da empresa japonesa, Womack *et al* (idem), vêem abertamente a reunificação das tarefas promovida pelo *modelo japonês*, argumentando ainda que tal fato, em boa parte, repousa sobre a qualificação da força de trabalho empregada; tal qualificação, segundo os autores, só é possível em razão da característica do sistema educacional japonês de formar generalistas. Ainda neste raciocínio, criticam os modelos educacionais do Ocidente, que valorizariam as habilidades isoladas e individuais, fazendo com

que os trabalhadores ocidentais raramente consigam enxergar em paralelo. Para os pesquisadores do MIT, a comunhão das tarefas no *modelo japonês* ocorre em razão da característica generalista do trabalhador nipônico e da sua capacidade para o trabalho em equipe.

Entretanto, o sistema de produção enxuta necessita de generalistas, dedicados a aprender várias habilidades e aplicá-las num ambiente de equipe (WOMACK et al, 1992: 241).

Ainda no mesmo raciocínio, Kern e Schumann (idem) sustentam que, quanto mais se adota concepções de produto e a generalização de artigos de qualidade e de alta complexidade, quanto mais os novos conceitos de produção exigem o emprego de alta tecnologia, mais se exige em termos de utilização do trabalho recomposto por tarefas totalizadoras, assim como o emprego mais amplo de qualificação.

Por ello hablamos, en relación con los sectores clave industriales, del possible fin de la division del trabajo y de la (re) profesionalización del trabajo de producción. (...) los nuevos conceptos de producción representan por ahora, al menos de forma enbrionaria, un progreso social; (KERN e SCHUMANN, idem: 368).

Quase que na mesma direção, entretanto, tomando a devida cautela em não afirmar o fim da divisão do trabalho, nem a virtuosidade do *modelo japonês* e da *produção enxuta*, Paiva (1995) argumenta que a tese de Bravermann (1975) sobre a inexorável desqualificação da força de trabalho está sepultada pelo fato de os novos sistemas produtivos acenarem para a reunificação das tarefas e, conseqüentemente, demandarem outras exigências mais elevadas de qualificação.

A reintegração das tarefas ocorre num mundo produtivo em que cada vez mais exige-se independência e iniciativa na aprendizagem e na operação, em

que se faz necessário ingressar num novo tipo de raciocínio lógico (PAIVA, 1995: 80).

Entretanto, outras análises sobre os sistemas produtivos dos países periféricos e até mesmo de determinados segmentos dos países avançados revelam excesso de entusiasmo contido nas teses do fim da divisão do trabalho, pois, expõem a desvalorização, o empobrecimento e a diminuição substancial do trabalho, ocasionados pela emergência do novo paradigma; entre tais análises, destaco as de Leite (2003), Hirata (1994, Ferretti (1994 e 1997) e Carvalho (1994).

Em seu estudo sobre a reestruturação produtiva da indústria automotiva brasileira, Leite (idem) detectou o empobrecimento do trabalho ao longo das cadeias produtivas, provocado pela estratégia conservadora das grandes empresas montadoras de obter maior produtividade, empurrando a precarização das condições de trabalho e o uso de trabalho pouco qualificado para as empresas menores da base da cadeia.

Vale notar, entretanto, que havia grande diferença entre os vários níveis da cadeia, com uma nítida tendência à precarização do trabalho e à diminuição dos requisitos de qualificação à medida que se caminhava para o final da cadeia (...) (LEITE, 2003: 127).

Isso demonstra que, na realidade brasileira, o trabalho pouco qualificado não está deixando de existir e, sim, simplesmente varrido da ponta virtuosa para a precária. De maneira que, o olhar para o topo das cadeias, ou seja, para as empresas montadoras, vê um determinado nível de reintegração de tarefas, com o emprego de mão-de-obra melhor remunerada e mais qualificada; mas ao seu final, ainda permanece o emprego de trabalho rotinizado, parcelizado, precarizado, de baixa qualificação e, em muitos casos, até informal. Pior ainda, a pesquisa de Leite revelou que a deterioração das condições de trabalho recai mais sobre as mulheres e negros, constituindo estes os segmentos da força de trabalho mais demandados na ponta precária.

Ora, se isto ocorre no subsetor automotivo, um dos mais dinâmicos, o que dizer dos demais subsetores pouco intensivos em capital? A pesquisa revela que, a depender da indústria

brasileira, a tese do fim da divisão do trabalho é uma teoria desprovida de maiores fundamentos.

No mesmo sentido, Hirata (1994) também minimiza o tamanho das transformações dos sistemas produtivos, alegando que a tendência de coexistência entre o novo e o velho, evidencia as limitações do desenvolvimento de relações virtuosas, como pregam os apologistas do fim da divisão do trabalho.

As teses sobre os novos paradigmas de organização industrial e sobre a requalificação dos operadores como consequência da introdução de novas tecnologias são fortemente questionáveis se introduzirmos, na análise, a divisão sexual e a divisão internacional do trabalho. A coexistência de novas figuras produtivas e do fordismo, que é uma realidade mesmo em países de capitalismo avançado (...) é ainda mais verdadeira em países ditos do 'Terceiro Mundo', onde as formas tayloristas de produção e de organização do trabalho ainda são amplamente dominantes. Não se pode afirmar que no Brasil já se deu a dupla ruptura com a ideologia do taylorismo na empresa e com o modelo taylorista ao nível da teoria (...) (HIRATA, 1994: 134).

Em certo sentido, o novo paradigma tem reconduzido à utilização de trabalho enriquecido com um nível muito maior de reintegração das tarefas; entretanto isso ocorre apenas em alguns poucos segmentos de produção alocados nos subsetores mais dinâmicos. O trabalho rotinizado, parcelizado, precarizado e desqualificado ainda prevalece em muitos ramos produtivos, até mesmo do capitalismo avançado, não sendo possível afirmar categoricamente que esteja ocorrendo uma total reintegração das tarefas.

E, considerando a afirmação de Leite (2003), já mencionada do Capítulo Três, de que *com a tendência generalizada à subcontratação, o trabalho diminui na ponta virtuosa, ao mesmo tempo em que se expande na ponta precária* (LEITE, 2003: 88), a redução das bases do emprego nos segmentos mais modernos, refuta a tese do fim da divisão do trabalho.

Portanto, considero que os argumentos sobre o fim da divisão do trabalho estão no mesmo nível ufanista e descolado da realidade que as teses sobre a *globalização*, o *mercado global* e a *sociedade pós-moderna*, criticadas por Hirst e Thompson (1998), às quais também

teci críticas ao final do Capítulo Dois. Toda a argumentação até aqui desenvolvida expõe a ameaça à civilização nascida do trabalho que a ofensiva capitalista representa, através da implementação de uma reestruturação produtiva poupadora de *trabalho vivo* e da tentativa de destruição das garantias sociais. O que é destrutivo não é edificante e a argumentação de Castel (2003) demonstra bem o iminente risco que a sociedade do trabalho corre neste momento.

4.1.2. Qualificação e *competências*: uma breve apresentação dos conceitos.

No Capítulo Dois, afirmei que este trabalho tenderia a realçar o caráter ideológico das transformações - que não encontra justificativa no desenvolvimento das forças produtivas - sem necessariamente desprezar as pressões que a aceleração do progresso técnico exerce sobre as esferas políticas e sociais. Confirmando esta tendência, mesmo considerando as limitações da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica e o caráter ideológico da ofensiva do capital, não há como negar que as transformações ocorridas nos processos de trabalho foram possibilitadas pelo avanço da tecnologia de base microeletrônica e pela aplicação de métodos flexíveis de organização do trabalho.

Por um lado, o olhar sobre as sociedades européias revela que, através do instrumento da regulação, até agora ainda foi possível operar sistemas avançados de agregação de valor, sem a contrapartida da desestruturação dos mercados de trabalho. Entretanto, analisando o conjunto do desenvolvimento capitalista, há que se reconhecer que as mudanças na organização da produção e do trabalho são inexoráveis, contendo mais características negativas.

Ainda que o enriquecimento do trabalho esteja ocorrendo de forma limitada e extensiva a alguns poucos segmentos de trabalhadores, a emergência do novo paradigma, com novas exigências operativas para a força de trabalho remete à interrogação sobre qual é o tipo de qualificação ideal para a força de trabalho. A seguir, apresento o debate a respeito de como o conceito de qualificação tem sido superado pelo de *competências*, ao mesmo tempo em que discorro sobre as dimensões ideológicas neles contidas; para tal, utilizo-me essencialmente da contribuição de Hirata (1994), a qual considero suficiente para prosseguir no debate sobre a desqualificação da força de trabalho brasileira.

Para a autora (idem), o conceito de qualificação contém uma multidimensão que extrapola a simples capacidade operativa da força de trabalho, adentrando a própria questão ideológica do conflito de classes. O conceito subdivide-se em três dimensões a saber: (i) *a qualificação do emprego*, entendida como a definição do posto de trabalho, que serve de base para a classificação das profissões; (ii) *a qualificação do trabalhador*, que considera as qualificações sociais e tácitas e (iii) *a qualificação enquanto uma relação social* que, ao valorizar o trabalho enquanto o fator de produção detentor do saber produtivo, o potencializa no conflito com o capital.

Com a emergência das modalidades pós-fordistas de produção, a sociologia francesa introduziu o conceito de *competências* em meados dos anos oitenta. Nele, a idéia de relação social que define o conceito de qualificação está ausente, sendo que a sua introdução pressupõe uma crise dos postos de trabalho e a reclassificação das relações profissionais. Aplica-se aos sistemas produtivos pós-fordistas e implica no envolvimento dos trabalhadores no trabalho em equipe, nas estratégias da empresa no engajamento do espírito de competitividade.

Empregando a frase definidora de P. Rolle, Hirata (idem) diz que, *às exigências do posto de trabalho se sucede 'um estado instável da distribuição das tarefas' onde a colaboração, o engajamento e a mobilidade passam a ser as qualidades dominantes. (...) Quanto menos os empregos são estáveis e mais caracterizados por objetivos gerais, mais as qualificações são substituídas por 'saber ser'* (HIRATA, 1994: 133).

Para Hirata, as teorias sobre a virtuosidade da *produção enxuta* foram construídas sobre a visão idílica do arquétipo *operário prudhoniano*, o que contrasta com a realidade das características que os sistemas produtivos vêm assumindo, ou seja, o novo e o velho complementam-se e o trabalho taylor-fordista, *muitas vezes e sem grande preocupação com a qualidade, vai coexistir com algumas ilhas de modernidade e sofisticação tecnológica e organizacional* (HIRATA, 1994: 134).

A principal contribuição de Hirata para o entendimento do modelo de *competências* é que ele contém uma dimensão ideológica, interessante ao capital para a cooptação dos trabalhadores, não refletindo com precisão as reais demandas por qualificação de mão-de-obra, derivadas da inserção tecnológica e de novos métodos produtivos. A esta idéia acrescento ainda que, preocupados com o engajamento dos trabalhadores com os ideais da empresa e com

a instalação de um regime de competição entre eles, nem mesmo o empresários têm a exata dimensão do tipo de qualificação que o novo paradigma requer.

Ora, nos capítulos anteriores, analisei a evolução do capitalismo brasileiro, em especial as deformações do seu mercado de trabalho, enfatizando os muitos equívocos cometidos que acarretaram no desvio do desenvolvimento auto-sustentado. E neste capítulo, pretendo evidenciar como a desqualificação da força de trabalho brasileira manifesta-se de forma mais acentuada em relação a outros sistemas produtivos mais avançados, constituindo mais um elemento responsável pelo distanciamento econômico, tecnológico e social.

Para tal, é necessário o estabelecimento de referenciais mais sólidos do conceito de qualificação, sendo que o conceito de *competências*, pelo fato de ensejar uma dimensão ideológica conservadora do capital, não contempla o objetivo aqui perseguido. Com este objetivo, recorro aos debates estabelecidos por Vanilda Paiva e Ruy Quadros Carvalho, os quais exponho no tópico seguinte.

4.1.3. Da transformação do regime fabril à nova politecnia.

Conforme exposto, parece verídico que o trabalho enriquecido e multiquificado é cada vez mais restrito a um núcleo pequeno de trabalhadores qualificados, localizados nos subsetores mais dinâmicos, aprofundando a segmentação nos mercados de trabalho. Entretanto, também é verdade que uma das variáveis mais importantes do desenvolvimento é a capacidade de os sistemas econômicos produzirem bens de alto coeficiente agregado, o que demanda o domínio tecnológico e a capacidade operativa da força de trabalho. Não existe um único sistema econômico desenvolvido que não possua determinado domínio sobre a ciência e a tecnologia em determinadas áreas ou setores, assim como não há sistemas subdesenvolvidos com grande domínio tecnológico⁹⁰. Portanto, há uma estreita correlação entre o domínio tecnológico e o desenvolvimento econômico.

⁹⁰ A este respeito, há que se registrar uma situação curiosa: a da Rússia. Apesar de ser uma economia industrializada e possuir um fantástico domínio em muitas áreas como a aeronáutica, energética, espacial, médica e militar, o país detém um PIB inferior ao brasileiro e baixos padrões de consumo. Entretanto, credito este fenômeno ao fato de aquele espaço econômico ainda sofrer os efeitos da transição do sistema de dirigismo estatal para o de mercado, o que explicaria estes baixos padrões. Caso a política de captura de novos mercados seja exitosa - com a sua maior participação nas relações

Confirmando esta relação, citei no capítulo anterior a argumentação de Fleury (1993), que credita boa parte do sucesso da economia japonesa à priorização da captura de ciência e tecnologia e ao incremento da capacitação tecnológica da força de trabalho, estabelecidos a partir da elaboração do planejamento estatal e da coordenação dos grupos empresariais neste caminho. Na mesma linha e citando as conclusões de Prebisch, Furtado (1992) também evoca a importância que a captura de sistemas tecnológicos sofisticados representa para o desenvolvimento, ao afirmar que:

(...) o subdesenvolvimento procede da limitação do progresso técnico às atividades exportadoras de produtos primários, 'dando origem a estruturas sociais heterogêneas, nas quais grande parte da população não tem acesso aos benefícios do desenvolvimento' (FURTADO, 1992: 62).

Ainda na mesma direção, Carvalho (1994) argumenta que uma das características mais proeminentes da mudança estrutural do capitalismo atual é a aceleração do progresso técnico, em que a geração de riqueza demanda cada vez mais o conhecimento científico e tecnológico.

Para o autor, um indicativo do esforço dispendido pelo capitalismo avançado é o investimento em Pesquisa e Desenvolvimento - P&D proporcional ao Produto Nacional Bruto - PNB, sendo que esta relação enseja uma diferença fundamental entre os países centrais e os periféricos. E, para realçar tais diferenças, cita os números do investimento em P&D no grupo dos sete países mais industrializados – G7, que cresceram de 2% para 2,7% de meados dos anos setenta até meados dos oitenta. Com o mesmo intuito, também revela as inversões dos Estados Unidos e do Japão, que superaram os 3% ao final do mesmo interregno. E vai além, argumentando que um dos principais fatores do êxito dos países asiáticos é o esforço tecnológico, que se manifesta pelos pesados investimentos em P&D, citando o exemplo da Coreia do Sul, que saltou de um patamar de 0,6% em 1980 para 1,6% em 1985.

E, para evidenciar ainda mais a relação desenvolvimento econômico-domínio tecnológico, cita os dados do Brasil, em que os números estagnaram em 0,6% a partir da crise de esgotamento do modelo, nos anos oitenta, explicando a baixa capacidade de agregação de

internacionais de trocas – e concatenadas com políticas redistributivas internas, o país poderá elevar a qualidade de vida. Determinantemente, a Rússia está longe do modelo típico de subdesenvolvimento.

valor da indústria brasileira. Conforme já mencionado, este investimento pode ser bem menor no presente momento, pois, considerando a afirmação de Fleury (1993) de que a ponta dinâmica da P&D brasileiros repousava sobre as empresas estatais, o processo de privatizações pode ter dilacerado ainda mais estes acanhados números.

Analizando as implicações da aceleração do progresso técnico nos processos de trabalho das economias desenvolvidas, Carvalho conclui que três comportamentos merecem destaque: (i) o crescimento da participação da inovação tecnológica no valor agregado da produção industrial; (ii) o incremento da automação impactando os processos de trabalho, inclusive com a exigência de um outro tipo de conhecimento produtivo e (iii) a co-participação dos novos métodos de trabalho nas transformações dos processos industriais.

Portanto, especialmente o primeiro comportamento evidencia a relação entre o domínio tecnológico e o desenvolvimento econômico, sendo que, no capitalismo avançado, muitas empresas já estão extraindo a maior fatia do faturamento da produção de inovações tecnológicas, ao invés da produção de bens. Entretanto, o autor alerta para o fato de a inovação tecnológica não ocorrer tão somente nos laboratórios de P&D, mas também no chão-de-fábrica e, neste sentido, a qualificação da força de trabalho adquire muito mais importância.

Diferentemente das muitas abordagens que afirmam a inexorabilidade do crescente enriquecimento do trabalho, Carvalho é cauteloso, sinalizando que, apesar de o incremento tecnológico e dos novos métodos impactarem os processos industriais, tendendo a exigir mais qualificação da força de trabalho, a inserção de trabalho enriquecido ainda é uma escolha a ser feita dependendo do contexto tecnológico e social.

A questão das novas qualificações exigidas pela aceleração do progresso técnico é complexa e bastante dependente dos contextos tecnológico e social (...) novas tarefas podem ser reagrupadas de diferentes maneiras, umas favorecendo mais um enriquecimento geral dos conteúdos dos postos de trabalho e outras favorecendo a polarização entre trabalhos mais e menos qualificados. A escolha entre estas alternativas é, primordialmente, gerencial, portanto, uma escolha social (CARVALHO, 1994: 102/103).

E, ainda mais reservado ante as teses da elevação geral da qualificação da força de trabalho dos países desenvolvidos, recomenda cautela aos novos investigadores, pois, as transformações dos regimes fabris do capitalismo avançado ainda são meramente experimentais, não havendo nada mais de sólido que ateste a existência de um modelo industrial dominante.

No entanto, a cautela recomenda evitar uma conclusão apressada a respeito de uma tendência geral ao aumento do nível de qualificação dos trabalhadores industriais diretos das economias mais avançadas. (...) As mudanças que as empresas estão introduzindo na organização do trabalho são, na maior parte dos casos, experimentais, sendo que a diversidade de situações não parece indicar que haja um 'modelo' dominante (idem: 103).

Porém, para os efeitos da presente investigação, Carvalho é enfático ao afirmar que há uma perceptível mudança nas exigências por qualificação, em razão do incremento tecnológico e dos métodos organizacionais. Estas mudanças podem ser resumidas na perda da importância das habilidades manuais em favor das cognitivas e comportamentais; e, enquanto habilidades cognitivas e comportamentais, define: (i) os novos conhecimentos práticos e teóricos. (ii) a capacidade de abstração, decisão e comunicação e (iii) a qualidade relacionada à atenção, responsabilidade e o interesse pelo trabalho (idem: 103). Entretanto, faz a ressalva de que trabalho mais abstrato nem sempre significa trabalho mais qualificado.

Quanto à escolarização, afirma ainda que as mudanças na exigência do nível de qualificação impactam diretamente o perfil das estruturas ocupacionais das empresas, através da tendência de aumento geral da escolarização da força de trabalho.

As mudanças nas exigências de qualificação tendem a afetar a estrutura ocupacional também no que se refere ao grau de escolaridade formal. Nas economias industriais mais avançadas parece haver uma clara tendência para o aumento do grau de escolaridade da força de trabalho, dentro e fora da fábrica (CARVALHO, 1994: 104, 105).

Tais afirmações parecem sensatas e razoáveis, mas quais seriam exatamente estes *novos conhecimentos teóricos e práticos*? Como é que se faz para dotar os indivíduos de capacidade de abstração, decisão e comunicação? Como preparar o trabalhador para ter atenção, responsabilidade e interesse pelo trabalho? Ainda que os regimes fabris do capitalismo central estejam operando experimentalmente como afirma Carvalho, há que se reconhecer que eles ensinam um fantástico distanciamento em termos de produtividade, quando comparados aos dos países ditos *em desenvolvimento*.

Ou seja, basicamente interrogo aqui sobre qual é o tipo de formação ideal para se preparar uma força de trabalho para operar um sistema produtivo tecnologicamente avançado, com as novas tecnologias e métodos organizacionais mais eficazes. Diante da radicalidade das transformações nos processos de trabalho, talvez não haja mesmo respostas tão precisas quanto requerem as interrogações, restando se contentar com as sinalizações das tendências, apenas.

Entretanto, dentre a miríade de bons trabalhos que analisam as novas necessidades de qualificação da mão-de-obra, as teses de Paiva (1995) parecem ser as que mais respondem às perguntas formuladas. Para a autora, as novas tecnologias interferem de maneira profunda nos processos de trabalho e na vida moderna, fazendo demandar outro tipo diametralmente oposto de qualificação da força de trabalho, ao mesmo tempo em que reconduzem a educação e a qualificação profissional ao centro do debate. *Já não resta qualquer dúvida sobre a elevação tendencial da qualificação. (...) Estamos, pois, perante movimentos que – apesar das contradições específicas – apontam para a elevação do nível médio de conhecimento da população* (PAIVA: 1995: 75).

E, confirmando o argumento aqui defendido sobre a correlação entre o domínio tecnológico e desenvolvimento econômico, afirma não ser possível a uma economia lançar-se nas relações internacionais de trocas com a esperança de obtenção de algum êxito, sem um determinado domínio sobre a microeletrônica, entre outras virtudes e uma boa capacidade produtiva da força de trabalho. (...) *afirma-se hoje que nenhum país com baixos níveis de qualificação geral média pode pretender inserir-se em boas condições no cenário internacional* (idem: 76).

Ainda segundo a autora, o padrão educacional do segundo pós-guerra evoluiu, no capitalismo avançado, tendo por base as demandas por qualificação do taylor-fordismo. Nele,

a centralidade repousava no mérito da profissão certificada pelo diploma e não no conhecimento efetivo do indivíduo e, neste sentido, reproduziu um nível de cartorialismo, estratificação social e pouca homogeneização de oportunidades, uma vez que, ao valorizar os títulos, valorizava a excelência das instituições que os emitiam, dificultando assim a mobilidade social. A qualificação formal era tomada como necessária, mas de fato apenas reproduzia a estratificação das classes.

Entretanto, quando a revolução educacional dos *Anos Dourados* universalizava o ensino formal às massas, ao final dos anos setenta, foi surpreendida pelo processo de racionalização de base microeletrônica, que imprimiu uma nova demanda por qualificação, que deixou de lado a centralidade do diploma e introduziu a meritocracia.

O novo paradigma trouxe um grau de complexificação para o trabalho, uma vez que o indivíduo passou a lidar com uma infinidade de informações, às quais tem que dar respostas rápidas e precisas. Além da operação de múltiplos equipamentos, exige-se uma maior compreensão da totalidade do processo de trabalho, que, por si, também demanda outros conhecimentos científicos, tecnológicos e organizacionais.

Para Paiva, o novo universo produtivo não consegue funcionar adequadamente sem uma mistura equilibrada de automação flexível e intervenção humana, qualificada para interagir, corrigindo as suas disfunções, sendo que, neste aspecto, repousa a demanda por uma nova qualificação.

Sem uma mistura adequada entre máquinas automáticas e trabalhadores, entre comando microeletrônico e capacidade de intervenção humana, o mundo não funciona eficientemente. (...) Demanda-se um controle que depende mais da habilidade e do conhecimento humanos, do domínio completo e eficaz das máquinas, e da lógica dos programas, o que supõe uma aprendizagem constante (PAIVA, 1995: 81).

Se o nível de interação homem-máquina possui tamanha profundidade a ponto de os sistemas não funcionarem sem a eficiente intervenção humana, interrogo sobre quais são as potencialidades exigidas dos indivíduos nos sistemas tecnológicos avançados, assim como qual é o modelo educacional ou de qualificação ideal para se adquiri-las.

À pergunta, a autora responde que somente um determinado padrão de raciocínio abstrato pode sincronizar com as novas necessidades produtivas e que este não pode ser adquirido por processos educacionais tradicionais, voltados para formar especialistas e sim por processos educacionais avançados, de sólida base universalista, em que o aprendizando é submetido a um amplo campo de disciplinas, que vai desde as humanidades até às ciências, passando por avançados conhecimentos de informática e línguas; ou seja, o modelo educacional demandado pelo novo paradigma é uma *nova politecnia*. Apesar de extensa, creio ser interessante fazer a citação, que considero definidora:

As virtudes intelectuais esperadas como resultado do sistema educacional concentram-se sobre uma elevada capacidade de abstração, de concentração e de exatidão (...) Enfatiza-se a importância do pensamento conceptual abstrato como fundamento da ampliação das possibilidades de percepção e de raciocínio, de manipulação mental de modelos, de compreensão de tendências e de processos globais e da aquisição de competências de longo prazo (...) Supõe-se um novo tipo de formação intelectual que facilita a percepção do contexto no qual o conhecimento hoje se aplica. Espera-se da qualificação intelectual de natureza geral e abstrata que seja ela a base para os conhecimentos específicos, mas que também constitua a base da competência que se prova em atividades concretas crescentemente complexas (...) sobre aquela âncora será possível difundir a polivalência e as novas habilidades cognitivas necessárias à reintegração das tarefas em novo patamar (...) Neste sentido estamos diante de uma recolocação da politecnia, sem as conotações ideológicas que caracterizaram o conceito até o momento (PAIVA, 1995: 82 e 83).

A análise de Paiva diferencia-se das demais pelo fato de entrar no debate sobre o modelo educacional ideal ensejado a partir da revolução microeletrônica. Entretanto, creio, a sua maior contribuição - e a que mais diferencia a sua posição em relação às demais - é a argumentação de que as novas demandas educacionais e de qualificação não são exclusivamente oriundas da produção, advindo também do consumo.

Juntamente com uma miríade de pesquisadores, Ferretti (1997) alertara quanto aos cuidados a serem tomados para que as políticas de qualificação não caminhassem a reboque das necessidades produtivas e reguladas pelas demandas do mercado. Para o autor, colocada nesta perspectiva, a qualificação perderia a sua dimensão social e sucumbiria aos interesses do capital, porque:

*Esta visão que identifica os interesses da produção aos da educação geral é equivocada porque os interesses em jogo não são da mesma natureza (...)
Uma educação que se coloque nessa perspectiva assume um forte viés instrumental, ainda que se justifique, para além da instrumentalidade, pela cidadania (FERRETTI, 1997: 31).*

Paiva (idem) dá a entender que as preocupações ensejadas na argumentação de Ferretti estão, em algum nível, propensas a superação. Para a autora, tão importante quanto a qualificação para o trabalho é a qualificação para o consumo, não havendo uma clara distinção entre ambas; este raciocínio parte da constatação de que a complexidade ensejada pela revolução microeletrônica transbordou o ambiente fabril, invadindo e complexificando todas as esferas da vida moderna. A penetração da automação microeletrônica no setor de serviços⁹¹ e nos lares⁹², também contribui para a demanda de um novo tipo de conhecimento, uma vez que os níveis de interação homem-máquina passaram a ser de emprego generalizado e não mais exclusivos dos ambientes fabris.

A generalização tendencial da presença das máquinas no cotidiano, seja nos lares, seja nos espaços públicos, foi acompanhada da complexificação em sua utilização em face de alternativas e escolhas que devem ser feitas frente à máquina (PAIVA, 1995: 77). (...) A velocidade que constatamos nas

⁹¹ A invasão da microeletrônica no setor de serviços vem exigindo crescentemente maior interação homem-máquina também no consumo, sendo que os exemplos mais notórios são os sistemas de auto-atendimento.

⁹² Ressalto a rápida difusão do computador e do acesso à Internet que, a partir de meados dos anos noventa, vem provocando uma mudança nos hábitos e na cultura brasileiros.

máquinas e na comunicação reflete-se no cotidiano de maneira dramática
(idem: 78).

Este argumento remete à interpretação que a radicalidade das transformações estaria pondo em cheque os conceitos usuais de *qualificação profissional* e fundando a idéia de uma nova *qualificação politécnica* que, possibilitada por um outro modelo educacional universalista e politécnico, forneceria a potencialidade básica – raciocínio lógico - para a adaptação do indivíduo às necessidades da vida moderna, sem necessariamente fazer muita distinção entre qualificação para o trabalho e para o consumo ou para a vida. *A importância da compreensão lógica e da iniciativa requer uma educação em que o conhecimento profissional é adjetivo* (idem: 88).

Se verídico como parece sê-lo, o argumento induz à idéia de que a nova educação politécnica demandaria um longo tempo de escolarização, em que a construção de alicerces sólidos de cognição se iniciaria ainda em tenra idade, na primeira infância, para a futura edificação dos demais saberes, na adolescência e na idade adulta; e mais, também remete à idéia de que a longa temporalidade requerida de preparação demandaria o retardamento da entrada dos jovens para o mercado de trabalho. Confirmando este raciocínio, Paiva argumenta que:

Cresceu aquilo que o antecede e o embasa. (...) As mudanças ocorridas (...) vêm provocado uma contínua expansão da socialização pré-profissional (...) acompanhada de uma ampla consolidação do modelo de socialização liberal apoiada sobre uma generalização tendencial do modelo de adolescência burguesa. As conseqüências de tal consolidação e de tal modelo não são irrelevantes para a formação profissional. As expectativas geradas por um modelo de socialização adolescente burguesa supõe que a profissionalização ocorra mais tarde, o que é compatível com as demandas de formação geral
(idem: 88).

Este raciocínio também sinaliza que, do ponto de vista das políticas públicas educacionais, há a necessidade de uma maior mobilização do Estado, municiado de uma visão

transformadora dos conceitos que as orientaram, até então, ou seja: já não basta perseguir a universalização da educação, com a sua extensão às massas, mas também é necessária a completa revisão dos seus conteúdos programáticos. Ao raciocínio aqui posto, a autora esclarece que:

Neste momento, em que nos vemos perante o renascimento da economia da educação e um regresso mitigado a muitas idéias inspiradas no planejamento educacional, estas questões precisam ser colocadas (...) (idem:72) *O regresso ao planejamento da educação não visa hoje, prioritariamente, metas quantitativas, mas a capacidade de conceber estratégias de eficiência que conduzam à aprendizagem efetiva (...)* (idem: 74).

A reunião de idéias, que à primeira vista poderiam parecer desconexas entre si, teve o propósito de consubstanciar as conclusões que faço a seguir e que servirão de base para o debate sobre a desqualificação da força de trabalho brasileira. Pelo que foi debatido neste tópico, concluo que:

(i) apesar de a incerteza quanto ao re-enriquecimento do trabalho empregado nos sistemas produtivos avançados, não há dúvida de que ele se apresenta enquanto tendência possível de concretização num horizonte futuro, ainda que dependa de escolhas sociais a serem feitas, como argumenta Carvalho (1994). E, neste sentido, a utopia deveria ser perseguida pelas sociedades dispostas a democratizarem os seus mercados de trabalho e a fomentar a libertação dos espíritos em relação aos flagelos da reprodução da vida material. A denúncia feita por Leite (2003) do empobrecimento do trabalho na cadeia do subsetor automotivo evidencia que a escolha brasileira é conservadora, antidemocrática e predatória da força de trabalho, devendo ser revista, sob pena do distanciamento econômico e tecnológico do Brasil em relação às economias avançadas e do tensionamento das relações sociais.

(ii) também não resta dúvida quanto à existência de uma estreita correlação entre o domínio tecnológico e o desenvolvimento econômico e, especialmente, a centralidade ocupada pela qualidade da força de trabalho, entre outros condicionantes, no manuseio de sistemas avançados de agregação de valor. Apesar de não constituírem as únicas variáveis do

desenvolvimento, as políticas de educação e de qualificação são importantes instrumentos para o domínio tecnológico e, conseqüentemente, a inserção mais soberana de um sistema econômico no comércio internacional. As sociedades que não investirem pesadamente em P&D, educação e qualificação geral do trabalho, certamente sucumbirão mediante a aceleração do progresso técnico. Conforme apontado no início do Capítulo Dois, a grande fronteira tecnológica a ser transposta neste momento é a superação das velhas fontes energéticas e as sociedades que conseguirem saltar este obstáculo serão mais soberanas e menos dependentes no Século XXI.

(iii) a crise do taylor-fordismo arrastou consigo os velhos sistemas educacionais e de qualificação profissional sobre ele erigidos, ao expor as suas limitações em só conseguir qualificar homens e mulheres para um mundo que não mais existe. A revolução da microeletrônica – com a elevação exponencial da velocidade, do número de informações e de decisões a serem tomadas - requer um novo padrão cibernético, o que implica na transformação dos modelos educacionais tradicionais e a consolidação do universalismo politécnico, cujo principal objeto é a potencialização das pessoas em termos de desprendimento cognitivo. Até mais importante do que a transposição das velhas fontes energéticas, a revolução dos sistemas educacionais apresenta-se enquanto necessidade inadiável.

Portanto, apresentado o quadro geral das tendências e novas necessidades, passo ao debate seguinte, em que analiso a degradação da força de trabalho, que ocorre no contexto geral de desestruturação do mercado brasileiro de trabalho. Em especial, discorro como as políticas educacional e de formação de mão-de-obra têm sido acanhadamente desenvolvidas no quadro geral de degradação da força de trabalho, mediante tantos, novos e tamanhos desafios e demandas.

4.2. A degradação da força de trabalho no capitalismo brasileiro internacionalizado.

4.2.1. Política educacional: focalização, privatização e polarização curricular.

O sistema educacional brasileiro reproduziu o modelo de apropriação excludente e concentrador de renda que tanto caracterizou a sociedade. Desde a época imperial até a reforma de 1971, o sistema esteve discriminatoriamente bipartido entre educação geral para os ricos bem-nascidos - direcionada à preparação para o ensino superior - e educação profissional para os pobres e deserdados - direcionada a formar mão-de-obra para preenchimento de posições subalternas e de baixa remuneração no mercado de trabalho.

Invariavelmente, a escassez de renda que atinge boa parte das famílias sempre provocou o abandono da escola, precocemente, pelas crianças e adolescentes, por um lado, para ingressarem no mercado de trabalho e, por outro, em razão do sentimento de fracasso, derivado do fraco desempenho escolar que a pobreza imprime.

Para Fogaça e Salm (1992), a reforma do ensino, implementada em 1971 através da Lei 5692/71, objetivou sintonizar os currículos escolares com o programa de desenvolvimento industrial do Governo Militar. Entretanto, o conteúdo apresentado foi a tentativa de profissionalização compulsória já no ensino de segundo grau, através da disseminação dos cursos técnicos. Esta tentativa fracassou, segundo os autores, principalmente, pelo fato do mercado de trabalho não possuir demanda para um volume tão significativo de técnicos. Assim, até o final dos anos setenta, a educação para o trabalho foi considerada como questão secundária, desvinculada das políticas educacionais e contemplando um conteúdo pedagógico muito mais característico do adestramento que educacional propriamente dito.

Com a abertura internacional e o sobressalto diante da constatação da baixa competitividade, o Governo Cardoso tomou medidas imediatistas e desligadas da análise mais profunda da realidade. Tais medidas se resumiram na implementação do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - PLANFOR⁹³ e na reforma do ensino, através da Nova Lei de Diretrizes de Bases da Educação - LDB⁹⁴.

A reforma do ensino proposta na Nova LDB contém o estigma de aprofundar a polarização entre educação geral e profissional, pois, separou o ensino médio do técnico e

⁹³ Discorrerei sobre o PLANFOR no tópico seguinte.

⁹⁴ O caráter conservador da Nova LDB tem sido indevidamente creditado ao antropólogo Darcy Ribeiro, na época da sua elaboração (1995) Senador da República pelo Partido Democrático Trabalhista - PDT. A bem da verdade, Darcy preparou um texto-base relativamente avançado que,

flexibilizou 25% do conteúdo curricular do já fragilizado ensino médio, permitindo o preenchimento da lacuna por *conteúdos técnicos facultativos*. Com tais medidas, a Lei esvaziou ainda mais a formação geral, universalista e politécnica requerida, ao mesmo tempo em que reduziu os padrões medianos até então alcançados pelos cursos técnicos (FOGAÇA, 1997).

Do ponto de vista pedagógico, como largamente discorrido no tópico anterior pela bela exposição de Vanilda Paiva, o impacto da revolução microeletrônica tem demandado um novo modelo educacional totalizante, universalista e politécnico, capaz de fornecer ao aprendizando, não apenas ferramentas mentais para a execução de tarefas práticas e imediatas, mas, acima de tudo, potenciais cognitivos para que ele reflita, interaja e opte mediante o mosaico de novas e complexas situações e opções, postas cotidianamente.

A fragmentação do conhecimento em ilhas de disciplinas desconexas entre si, como proposto na Nova LDB, não mais atende às novas necessidades. O divórcio entre as ditas humanidades e as tecnicidades, entre a formação técnica e a propedêutica está em decadência, quando se pretende consubstanciar uma base intelectual sólida nas crianças e nos adolescentes.

Isto porque, na idade adulta, a título de exemplo, um engenheiro de *software* que, além de dominar a linguagem avançada de *Java*, também tenha lido *Os sonetos* de Shakespeare; a médica especializada no desenvolvimento das células-tronco que tenha se apaixonado pelo debate sobre a moral em *Vidas* de Plutarco e o professor de história que, a título de curiosidade, tenha se inteirado sobre a *teoria da relatividade* de Einstein, têm entre si a virtude de disporem de um estoque de conhecimentos que lhes será útil enquanto referencial de mundo mediante as situações inusitadas, para as quais não encontrarão respostas nos *manuals* das ciências e das disciplinas fragmentadas. Isso sem falar da vasta contribuição das artes e das humanidades na formação geral do intelecto e do caráter, da cultura e da cidadania, da ética e da moral.

Por outro lado, apesar do explícito conservadorismo, a reforma trouxe três aspectos importantes: (i) a obrigatoriedade (para a União, Estados e municípios) do gasto de um determinado percentual (diferenciados entre os três níveis de governo) da arrecadação, o que obriga os governantes nos três níveis a investirem em educação; (ii) a criação do Fundo de

depois, foi totalmente desfigurado pelo MTE-SEMTEC, na gestão de Renato de Souza e aprovado pelo

Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental – FUNDEF, através do qual a União se compromete a repassar recursos aos municípios pobres, cuja arrecadação é insuficiente para o atendimento das demandas do ensino fundamental e (iii) a obrigatoriedade do ensino fundamental.

Entretanto, dentre todas as críticas tecidas à LDB e à política educacional edificadas a partir de 1995, a mais relevante é o seu viés privatista, explícito na tendência de redução das bases de financiamento do ensino. Apesar de a imposição de obrigações para o gasto de um percentual da arrecadação para a União, Estados e municípios, o que os propositores e executores da reforma do ensino não esclareceram é: quanto tais obrigações representam de investimento nas políticas educacionais em relação ao PIB? A narrativa do episódio vivenciado pelo Ministro Cristovam Buarque, na abertura deste capítulo, teve o propósito de iniciar o debate justamente pelo cerne do problema da educação brasileira, ou seja, o seu financiamento.

Confirmando a explanação realizada no Capítulo Dois sobre como a *ofensiva conservadora do capital* se utiliza dos organismos internacionais para a imposição de políticas econômicas restritivas ao desenvolvimento dos países periféricos, Tommasi, Warde e Haddad (2000) vão além, relatando como as políticas do Banco Mundial são empregadas nos sistemas educacionais periféricos, a fim de garantir os cofres cheios do FMI e do *Clube de Paris*.

Para os autores, a principal recomendação do Banco Mundial aos países periféricos se inscreve na *lógica* geral de boa parte dos demais organismos internacionais; nela, a perseguição do superávit fiscal - executado pela elevação da carga tributária, acompanhada pela diminuição do gasto público com as políticas sociais - contraditoriamente, aparece ao lado de recomendações para a eliminação da pobreza e do analfabetismo.

Como o atendimento às políticas públicas implica no aumento dos investimentos sociais, o Banco recomenda aos países para que deixem de lado a universalização, substituindo-a pela focalização nos segmentos sociais extremamente necessitados. Nesta *lógica* insana, o que está em jogo é a formação de superávit para que os países endividados possam *honrar* anualmente os compromissos com os credores internacionais. Para Warde e Haddad (2000):

O caráter estratégico do Banco Mundial, bem como o alcance estrutural das políticas educacionais em curso, devem ocupar nossas atenções e alimentar nossa preocupações. Já não desconhecemos o fato de que o Brasil, nos últimos anos, tem sido forçado a se alinhar com o chamado processo de globalização, e, por conseqüência, vem sofrendo as seqüelas sociais do ajuste do Estado aos interesses do pequeno mundo dos donos do capital. Uma vez estabilizada a moeda, empenham-se os governantes nas reformas que visam produzir as condições necessárias à nova fase de reprodução do capital monopolista, dentre as quais, sobrepõem-se as que afetam as funções reguladoras do Estado sobre o mercado, ao mesmo tempo [em] que são reduzidas ou anuladas as suas obrigações sociais, confirmando a tendência cada vez mais nítida de esvaziamento dos Estados nacionais nos processos de desenvolvimento (WARDE e HADDAD, 2000: 10).

O problema central da focalização é a renúncia a muitos dos direitos universais que ainda não foram estendidos à cidadania nas sociedades periféricas e a eliminação de muitos outros já conquistados; portanto, apesar de o discurso em favor dos miseráveis, ela enseja uma regressão em relação aos princípios fundamentais do bem-estar social. A constatação da ineficácia da focalização mediante tamanha demanda por políticas públicas nos países pobres, levou Coraggio e Corullón (2000) a argumentarem que: *neste contexto, questionamos a tão pretendida eficiência da focalização na pobreza e sustentamos a necessidade de um outro enfoque do desenvolvimento (CORAGGIO e CORRULÓN, 2000, 77).*

Inscritas como alvo prioritário na mira do Banco Mundial para o corte dos investimentos, as políticas educacionais sofreram forte revés no Brasil e na América Latina a partir de meados dos anos noventa e a reforma educacional brasileira, em 1995, serviu a este propósito.

A queda dos níveis de qualidade dos sistemas públicos estaduais, que se iniciara desde o esgotamento do modelo econômico brasileiro no início dos anos oitenta, acentuou-se significativamente nos noventa, provocando a revoada, ao sistema privado, dos últimos segmentos da classe média que ainda se utilizavam da educação pública e gratuita. Concomitantemente, a liberalização geral do ensino privado, principalmente nos níveis médio

e superior, objetivou repassar o ônus da educação aos próprios segmentos médios, desonerando o gasto do Estado brasileiro.

E, a título de demagogia para com os segmentos pobres que reclamavam mais vagas no ensino superior gratuito, o mesmo governo que implementou a reforma privatista criou o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES⁹⁵ com a finalidade de financiar os seus estudos em instituições privadas.

A brutal transferência de responsabilidades educacionais ao setor privado ensejava um risco latente: o descontrole sobre a qualidade geral da educação. A este risco a gestão de Paulo Renato de Souza frente ao MEC respondeu com a criação do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM para controlar a qualidade do ensino médio e, ao mesmo tempo, com o Exame Nacional de Cursos – ENC (provão) a fim de medir a qualidade do ensino superior. A crítica que se faz aos dois expedientes é que eles não certificam a real qualidade da educação implementada pelas instituições privadas e públicas e que, na verdade, constituem instrumentos para a legitimação das políticas restritivas impostas sobre o sistema educacional.

Ironicamente, a Nova LDB foi editada exatamente no momento em que a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – PNAD de 1995 do IBGE apurava o brutal déficit educacional brasileiro, cujos números explicitavam: uma taxa de analfabetismo em torno de 12,3% da população acima de dez anos, o que equivalia a 20 milhões de pessoas; 30 milhões de jovens e adultos subeducados; de cada 100 alunos que ingressavam no primeiro grau, apenas 25 se inscreviam no segundo e apenas 19% da população acima de dez anos possuíam o segundo grau completo (MEC, INEP e IBGE, 2003).

Em síntese, a reforma educacional do Governo Cardoso atendeu ao pé da letra as recomendações do Banco Mundial; nela, é possível identificar as seguintes características: (i) desconexão com o princípio da universalidade; (ii) sincronismo com o princípio da focalização nos segmentos mais pobres; (iii) forte viés privatista, pois, transferiu boa parte das

⁹⁵ O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES é uma linha de crédito mantida pela Caixa Econômica Federal - CEF e destinada aos estudantes de menor poder aquisitivo, matriculados nas instituições privadas. Durante o curso, a CEF repassa às instituições de ensino até 70% do valor da mensalidade, sendo que o estudante arca com o restante. O saldo acumulado pago pela CEF só é cobrado do estudante após um ano da sua formatura, com juros baixos. Portanto, o FIES não é um sistema de financiamento público no espírito da universalização e sim da focalização e, como os recursos são emprestados aos estudantes, também não se inscreve no perfil típico de investimento público em educação.

responsabilidades ao setor privado; (iv) incapacidade em controlar a qualidade da educação que chega às massas e (v) está na contramão das necessidades educacionais ensejadas pela revolução microeletrônica, pelo desenvolvimento econômico e social e pela homogeneização das oportunidades.

Apesar de o discurso forte em favor do resgate da qualidade, da centralização de prioridades e da universalização da educação brasileira, nestes três anos o Governo Lula não conseguiu implementar uma ruptura para com a estrutura privatista configurada nos oito anos do Governo Cardoso.

Além da reviravolta nos discursos, as maiores novidades do Governo Lula consistiram na criação do Programa Universidade para Todos – PRÓUNI⁹⁶ e no tímido retorno do investimento nas Universidades Federais, com a criação de nove outras instituições.

Efetivamente implantado em 2005, o PRÓUNI enseja em sua retórica permitir o acesso dos brasileiros de menor renda ao ensino superior, independentemente de público ou privado. Segundo os dados do Próprio MEC, neste mesmo ano o Programa concedeu 112.000 bolsas integrais e parciais a estudantes pobres, contrastando com as 122.000 novas vagas disponibilizadas pelo conjunto das Universidades Federais, sendo que para os próximos quatro anos é estimada a oferta de aproximadamente 400.000 novas vagas. Para o MEC, *é o maior número de vagas criadas na educação superior em apenas um ano.* (MEC, 2005).

Ora, se é possível investir em novas vagas no sistema privado, por que não criá-las no público? Se a União arca com os custos da inserção de um número maior de estudantes no ensino superior privado através do repasse de recursos às instituições, qual a diferenciação de custos entre as escolas privadas e as públicas que justificaria a inversão de prioridades? E mesmo existindo tal diferenciação, haveria justificativas para tal? Se as recomendações do Banco Mundial vão no sentido do corte nos investimentos, a elevação dos gastos pelo PRÓUNI não estaria na sua contramão?

Na verdade, a política de perseguição ao superávit fiscal nunca foi tão eficiente, quando observada do ponto de vista do Banco Mundial e a não-elevação substancial dos

⁹⁶ Diferentemente do FIES, o PRÓUNI é um sistema de financiamento em que o Estado arca com os custos do ensino dos estudantes pobres nas instituições privadas. A seleção dos beneficiários é feita através das notas obtidas no ENEM e nos vestibulares das instituições e da análise meritocrática das condições sócio-econômicas dos beneficiários. Portanto, o PRÓUNI é um programa inscrito nos princípios da focalização e da não-universalização.

investimentos em políticas públicas, inclusive nas educacionais, é uma realidade. Contraditoriamente à retórica governamental de que o PRÓUNI veio para atender às necessidades de inclusão dos pobres ao ensino superior, o entusiasmo dos empresários da educação em relação a ele fez levantar uma miríade de suspeitas.

Em 2003, o sistema privado de educação superior já operava com aproximadamente 40% de inadimplência e a privatização iniciada por Paulo Renato de Souza estava seriamente ameaçada pela escassez de renda generalizada na sociedade; desmascarava-se a tese da capacidade do mercado em fornecer e gerenciar uma educação acessível ao grande público. Ainda no mesmo ano, uma caravana de empresários do sistema privado marchou sobre Brasília, exigindo das autoridades uma solução para a crise instalada. Coincidência ou não, as tensões vivenciadas pelo Ministro Cristovam Buarque datam do mesmo período e a sua demissão ocorreu alguns meses mais tarde, no início de 2004; neste mesmo ano o projeto do PRÓUNI tramitou no Legislativo, passando a vigorar em 2005⁹⁷.

Transcorridos mais de três anos do Governo Lula, este quadro não sofreu profundas alterações a ponto de desfigurá-lo, sendo que, a prevalecê-lo, a ocorrência de uma revolução educacional não está colocada no campo das probabilidades, pois, tanto a Nova LDB, quanto o modelo educacional montado no Governo Cardoso obedecem, em primeira instância, às orientações impostas pelo Banco Mundial. Tais imposições, ao reduzirem o Estado a mero executor de políticas econômicas restritivas, chocam-se com as aspirações nacionais de desenvolvimento auto-sustentado, em especial com as aspirações de uma política educacional qualificante da força de trabalho, edificante da cidadania e homogeneizadora das oportunidades.

A conclusão é que o sistema educacional brasileiro ainda não conseguiu cumprir o ideal de educação geral, pública e gratuita defendido pela Revolução Francesa. Tal quadro implica no despreparo da força de trabalho diante dos desafios impostos pela nova conjuntura internacional, sendo que sua prevalência pode fazer com que a economia brasileira tenda ao fracasso na perseguição de melhores níveis de produtividade e competitividade.

⁹⁷ Testemunhei pessoalmente os comentários do mantenedor de uma grande instituição privada, com cerca de 30 faculdades espalhadas pelos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás; para o empresário, o PRÓUNI *é um negócio da China; o Governo salvou a nossa pele*.

4.2.2. Política de formação profissional: uma *lógica do peixe no anzol*.

Diferentemente dos países desenvolvidos - em que o ensino profissionalizante ocorreu dentro de critérios orientados pelas necessidades produtivas e controladas socialmente, no Brasil, segundo Fogaça (1997) ele ocorreu muito mais por critérios políticos, em que era necessário oferecer-se alguma atividade para que os filhos dos pobres se desviassem dos caminhos da delinquência.

A criação do *Sistema S* (SENAI e SENAC) no Governo Vargas, estabeleceu um marco diferencial no tratamento da qualificação profissional, uma vez que teve seu grau de importância e sua relativa eficiência na preparação da força de trabalho para a implantação do departamento de bens de consumo duráveis. Entretanto, o *Sistema S* foi implementado sem a necessária ruptura com o maniqueísmo entre educação geral e profissional, sendo que até 1971 esteve vinculado ao Ministério do Trabalho, ao invés do Ministério da Educação. Outra crítica que se faz é que, sendo um sistema público de capacitação para o trabalho, financiado a partir de tributação feita pelo Estado, sua gestão não poderia ser unilateral a cargo do capital como ocorre, devendo ser descentralizada e tripartite, com a participação também do Estado e das representações de trabalhadores.

Juntamente com o *Sistema S*, a criação das Escolas Técnicas Federais também teve um importante papel na capacitação geral da força de trabalho brasileira para o paradigma taylorfordista. Para Ferretti (1997) as Escolas Técnicas foram verdadeiros centros de excelência, porém, tiveram a sua qualidade inflexionada com a reforma ensejada pela Lei 5.692/71 do Governo Militar.

Entretanto, com a revolução tecnológica e gerencial, o *Sistema* não conseguiu transpor-se tecnologicamente, saltando em direção às novas exigências de qualificação de mão-de-obra, nem tornar-se mais participativo e descentralizado, com menor influência do empresariado e maior participação dos trabalhadores⁹⁸. Não obstante, não se pode perder de vista a sua eficiência no paradigma anterior, assim como a sua fantástica estrutura espalhada pelo território nacional; por tais razões, a sua reestruturação administrativa, política e pedagógica,

⁹⁸ Recentemente o *Sistema S* incorporou a participação do trabalho em suas instâncias dirigentes; entretanto, dado o baixo percentual desta representação, o controle ainda permanece monopólico em mãos do capital.

juntamente com a manutenção das suas fontes de financiamento, o resgatariam para mais próximo das novas demandas ensejadas.

Concomitantemente à abertura plena da economia ao mercado internacional e à fase que Leite (2003) denominou *modernização sistêmica* da reestruturação industrial brasileira, em meados dos anos noventa, o Governo Cardoso constatou as novas demandas por qualificação de mão-de-obra, solicitando uma nova política. E, confirmando o estilo fragmental daquele Governo, os Ministérios da Educação e do Trabalho lançaram-se separadamente à elaboração de um novo projeto de formação profissional.

No início de 1995, a Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional – SEFOR do Ministério do Trabalho promoveu um fórum de debate com a participação de representantes do empresariado, trabalhadores e de especialistas em educação e formação profissional das universidades. A síntese do fórum foi expressa no documento *Questões críticas da educação brasileira* (MTb/SEFOR, 1995), o qual balizaria a proposição do Ministério para a nova política de formação profissional.

Para a SEFOR, a preocupação central era *recolocar a questão da educação profissional na pauta da construção de um modelo de desenvolvimento e da própria modernização das relações capital-trabalho* (idem: 05); e tal preocupação ficava nítida nos seguintes marcos: (i) a correlação e o estreitamento dos vínculos entre a educação básica e o ensino profissionalizante; (ii) a definição do público-alvo a ser privilegiado e (iii) a co-responsabilização entre o Estado, o capital e o trabalho na definição e na gestão da política de formação profissional.

Paralelamente, o Ministério da Educação e da Cultura – MEC também elaborou as bases para a política de formação profissional, através da sua Secretaria de Educação Média e Tecnológica – SEMTEC. A proposta de reforma do sistema capacitacional aparecia juntamente com a da reforma da educação, que definiu o espectro da Nova LDB. Nela, podia-se ver claramente o viés neoliberal, em que:

A dupla preocupação – definição da identidade do ensino médio e otimização da relação custo-benefício – direcionou o processo de reorientação desse nível do ensino básico que culminou com a proposta,

tanto de sua flexibilização, quanto da separação entre a formação acadêmica e formação profissional (FERRETTI, 1995: 16).

Portanto, estabeleceu-se um nítido confronto de idéias e de eixos programáticos entre as duas proposições, sendo que a preponderância do conservadorismo no conjunto daquele Governo fez com que as teses do MEC-SEMTEC fossem vitoriosas. O resultado foi, por um lado, a elaboração da Nova LBB, na qual a política educacional adquiriu o viés privatista, segmentalmente focalizante, submisso às imposições do Banco Mundial e desagregador entre educação geral e profissional e, por outro, a implantação da política conservadora de formação profissional, através da criação do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR.

O PLANFOR foi estruturado e implantado em 1995, no bojo do pacote de medidas liberalizantes da economia e privatizadoras do espaço público do Governo Cardoso, o que explica o seu caráter de focalização segmental e desconexão com as políticas públicas, tendo como principal fonte de financiamento os recursos do FAT.

Dentre os seus mecanismos principais encontravam-se os Planos Estaduais de Qualificação – PEQs e as Parcerias Nacionais e Regionais – PARCs. Entre 1995 e 2001, envolveu em programas de qualificação cerca de 15,3 milhões de trabalhadores, sendo 153 mil no primeiro ano e 4 milhões no último. No mesmo interregno, os recursos cresceram de 28 milhões aplicados em 1995 para 493 milhões investidos em 2001. Ainda no mesmo intervalo, a carga horária média dos cursos declinou de 150h no primeiro ano para 60h no último, o que indica o seu caráter demagógico em ampliar o número de qualificandos em detrimento da qualidade (MTE, 2003: 18).

O PLANFOR possuía a ambiciosa meta de requalificar 20% da PEA até o ano 2000; entretanto, a pergunta jamais respondida pelas autoridades do Governo Cardoso é: que tipo de qualificação seria implementada com recursos tão minguados, prazos tão exíguos e conteúdos pedagógicos tão mesquinhos? O Programa já nasceu morto, pois, toda a sua arquitetura deu-se no contexto de subordinação internacional, de desprezo com a possibilidade do desenvolvimento endógeno e da flexibilização e desagregação das relações de trabalho.

Com a posse do Governo Lula, em 2003, os eixos da política de formação profissional mudariam substancialmente, pelo menos ao nível das proposições. Apesar de o caráter

restritivo da política econômica, o tom de opção pelo desenvolvimento com equidade, contraditoriamente aparecia em muitas das proposições governamentais, especialmente no Plano Plurianual - PPA elaborado em 2003 para o interregno 2004-07. Para o Governo, o PPA deveria perseguir três objetivos: (i) a inclusão social e a redução das desigualdades sociais; (ii) o crescimento com a geração de emprego, trabalho e renda e (iii) a promoção e a expansão da cidadania e o fortalecimento da democracia (MTE, 2003).

Especialmente, a questão do desenvolvimento econômico com a inclusão social aparecia em primeiro plano, pois, os objetivos concentravam-se em:

Coloca-se, com outra ênfase, o desenvolvimento econômico e social, a geração de trabalho e renda e a redistribuição da renda como objetos do planejamento público. Reorienta o modelo de desenvolvimento do país, centrando-o na estratégia de crescimento pela expansão do mercado de consumo de massa e na incorporação progressiva das famílias ao mercado consumidor (...), conduzindo o país a uma nova inserção internacional, por meio da adoção de uma nova postura diplomática, do fortalecimento da competitividade exportadora e uma estratégia de substituição das importações e apostando na formação dos trabalhadores/as e nas atividades nacionais de inovação (MTE, idem: 17).

A partir das linhas centrais de políticas públicas do PPA, o Ministério do Trabalho e do Emprego – MTE elaborou os termos da sua Política Pública de Qualificação que, segundo ele, *está desafiada a assumir nova perspectiva frente às diretrizes do Plano Plurianual - 2004-07 (...) destinado a promover profundas transformações estruturais na sociedade brasileira (idem: 17).*

No diagnóstico que fez das demandas conjunturais e da política pretérita de qualificação profissional, o MTE chegou à conclusão de que ocorrera a falência do PLANFOR, em face das muitas denúncias de desvios de recursos e da sua ineficácia perante as necessidades e desafios. Para o Ministério, *ao final dos dois quadriênios de vigência do PLANFOR, 1995-98 e 2000-2002, tornou-se evidente a necessidade de mudanças profundas, após o seu intenso desgaste institucional (idem: 18).*

O desvio de recursos havia chegado a tal ponto que o Tribunal de Contas da União - TCU sugeriu a adoção de novos mecanismos de controle, a fim de coibir o descaminho de dinheiro público. A descentralização descontrolada havia criado uma rede criminosa, com a participação de sindicatos de pequeno porte, que capturavam os recursos do FAT sem implementarem qualificação alguma.

Por outro lado, os novos gestores do MTE também constataram a baixa eficácia do PLANFOR, pelo fato de as políticas serem pedagogicamente inconsistentes e desarticuladas das demais políticas de educação e de geração de emprego e renda. Para o MTE, estas deformações consistiam em: (i) pouca integração entre a política pública de qualificação profissional e as demais políticas públicas de trabalho e renda (seguro desemprego, crédito popular, intermediação de mão-de-obra, produção e informações sobre o mercado de trabalho e etc.); (ii) desarticulação desta em relação à política de educação; (iii) fragilidade das Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho; (iv) baixo grau de institucionalidade da rede nacional, em que o MTE possuía um papel restrito a estabelecer as orientações gerais, tendo que recorrer a convênios com instituições terceiras para a implementação dos cursos (v) ênfase nos cursos de curta duração, voltados ao estabelecimento de *habilidades específicas*, comprometendo, assim, a educação de caráter mais integral; (vi) grandes debilidades no sistema de planejamento, monitoramento e avaliação (idem: 18).

O balanço final conclui que o PLANFOR continha deformações insuperáveis que o descredenciavam enquanto programa-chave da nova política pública de formação de mão-de-obra, sendo necessária a adoção de um outro. E, a partir de tal constatação, foi criado, em 2003, o Plano Nacional de Qualificação – PNQ, que passou a vigorar em 2004. O novo programa foi proposto levando-se em conta seis dimensões sob as quais a qualificação deveria ser edificada: política, ética, conceitual, institucional, pedagógica e operacional.

Dimensão política: leva em conta a qualificação profissional como direito da cidadania, política pública, espaço de negociação coletiva e, fundamentalmente, parte constitutiva de uma política de desenvolvimento sustentável.

Dimensão ética: persegue os princípios da transparência e da probidade na gestão dos recursos públicos, incorporando as recomendações da Secretaria Federal de Controle - SFC, do Tribunal de Contas da União – TCU e da Corregedoria Geral da União – CGU.

Dimensão conceitual: incorpora ao conceito de qualificação as noções de educação integral; formas solidárias de participação social e gestão pública; fortalecimento dos atores locais; qualificação profissional e social; o desenvolvimento local; a efetividade social; a qualidade pedagógica e o reconhecimento dos saberes produzidos pelos trabalhadores.

Dimensão pedagógica: persegue a elevação da carga horária média dos cursos; a padronização da nomenclatura dos cursos; a articulação prioritária com a educação básica (nos níveis fundamental, médio e de educação de jovens e adultos); as exigências para que as instituições contratadas elaborem Planos Territoriais e Projetos Especiais de formulação e implementação de projetos pedagógicos; garantia de investimento na formação de gestores e formadores; constituição de laboratórios para a medição da eficácia e proposição de melhorias; desenvolvimento de sistemas de certificação e orientação profissional e apoio à elaboração de um censo da educação profissional pelo IBGE.

Dimensão institucional: persegue a integração das políticas públicas de emprego, trabalho e renda entre si e destas com as políticas públicas de educação e desenvolvimento, dentre outras; atribui um papel mais estratégico ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT e às Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho, que passam a ser agentes ativos do processo, através da autonomia para o fomento do desenvolvimento local; incorpora as Delegacias Regionais do Trabalho – DRTs enquanto representantes do MTE nos Estados; articula a qualificação profissional ao nível internacional, com a elaboração de intercâmbios com o Mercosul e com a África.

Dimensão operacional: adota o planejamento *como ponto de partida e de chegada na elaboração dos planos e projetos* (MTE, 2004: 21); cria um sistema integrado de acompanhamento, avaliação e monitoramento dos egressos do PNQ em todos os seus níveis de realização; adota critérios mais equânimes para a distribuição dos recursos do FAT entre os Planos Territoriais e os Projetos Especiais e etc.

Na mesma direção, o planejamento estratégico do PNQ para o interregno 2003-07 foi elaborado tendo como base a perseguição a quatro diretrizes: (i) o desenvolvimento político-conceitual; (ii) a articulação institucional; (iii) a efetividade social e política e (iv) a qualidade pedagógica. A título de evitar extensões desnecessárias, realço aqui os itens i e ii, que considero definidores:

O desenvolvimento político-conceitual: propõe-se a consolidar uma política pública de qualificação enquanto um processo de construção social, reconhecendo os conflitos de interesse, ao mesmo tempo em que fomentando o debate a fim de superá-lo em rumo à construção de um contrato social.

Articulação institucional: pressupõe a implementação da política de qualificação profissional enquanto componente de um arranjo institucional envolvendo: (a) a construção de um sistema público de trabalho, emprego e renda, através da integração das políticas de qualificação e as demais políticas de geração de emprego e renda; (b) integração do sistema público de trabalho, emprego e renda com as políticas de desenvolvimento nos níveis nacional, estadual, regional e local; (c) a integração, em uma única rede nacional de educação profissional, das políticas públicas de qualificação profissional e de educação, apontando para a superação do divórcio entre a educação profissional, técnica e tecnológica e a básica (níveis fundamental e médio), objetivando possibilitar a efetiva qualificação da PEA, (d) a consolidação de uma rede nacional de formação profissional composta por instituições públicas e privadas, com destaque para as proposições dos atores locais; (e) a construção de um novo contrato social; (f) a constituição de Centros Públicos de Geração de Emprego e de Renda com a finalidade de articular a política nacional com o desenvolvimento local e (g) a articulação institucional da política nacional de qualificação com o Mercosul, a África e a OIT (MTE, 2003: 28 e 29).

A análise do seu conteúdo não deixa dúvida quanto ao caráter inovador do PNQ em relação ao PLANFOR, sendo que a substancialidade das mudanças é perceptível em quatro eixos a saber: (i) o aperfeiçoamento dos sistemas de gerenciamento dos recursos e de aferição dos resultados; (ii) a articulação com as demais políticas públicas de geração de emprego e renda e (iii) a articulação com a idéia de desenvolvimento econômico e social e (iv) a tentativa de articulação da política de qualificação profissional com a educacional.

A articulação da política de formação profissional com as demais políticas públicas de geração de emprego e renda, ao conectar-se à lógica do crescimento, tenderia a eliminar o caráter de *empregabilidade* que caracterizou o PLANFOR.

No mesmo sentido edificante, a proposta de integração entre educação geral e profissional sinaliza para a implementação da formação universalista e politécnica requerida

pela transformação paradigmática e pela emergência da cultura *cyber*, como bem demonstrou Paiva (1995), eliminando o caráter imediatista do Plano antecessor.

A bem da verdade, tal nível de preocupações faz jus à índole e à história do então Ministro do Trabalho e do Emprego Ricardo Berzoini⁹⁹, que soube bem recrutar um grupo de intelectuais, técnicos e pesquisadores para trabalhar nos postos-chave da Secretaria de Formação Profissional – SEFOR. Entretanto, o grande gargalo do PNQ consiste na desarticulação, em nível governamental, entre a política de formação profissional e as políticas econômica e educacional, realmente implementadas. Apesar de o diagnóstico correto em relação à crise do mercado de trabalho e da clareza das proposições do MTE-SEFOR, a iniciativa não encontra ressonância no conjunto do Governo.

Conforme exaustivamente exposto, a política econômica coordenada pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central - BACEN está na contramão do crescimento e do desenvolvimento sustentado, sendo que a opção por superávits primários elevados, juros altos, restrição do investimento e pagamento incondicional dos serviços da dívida externa aniquilam a formação do *efeito multiplicador*, debilitando as possibilidades de crescimento do emprego e da renda.

Também perversamente contraditória é a política educacional brasileira e a exposição do tópico anterior teve o propósito de demonstrar o quanto o MEC é susceptível às recomendações dos organismos internacionais, especialmente as do BIRD. A imposição de restrições ao investimento, a privatização do ensino, a exigência de focalização nos segmentos mais pobres e a ruptura entre educação geral e profissional tornam a política educacional incompatível com as proposições do PNQ.

No balanço geral, apesar de a seriedade e a consistência do MTE-SEFOR na elaboração de uma política pública vultosa e articulada de formação profissional, não se pode perder de vista a dimensão de que ela constitui uma ilha de progressismo em meio a um conjunto governamental que não conseguiu conduzir o aparelho do Estado a uma ruptura em

⁹⁹ Tendo a sua origem no movimento sindical emergente em 1978, Berzoini conhece os problemas do mercado brasileiro de trabalho, sendo que a elaboração do PNQ assim o atesta. Diferentemente do comportamento médio predominante no *Novo Sindicalismo* em relação ao acomodamento à estrutura corporativa, ele, quando dirigente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, recorreu à Justiça do Trabalho nos anos noventa a fim de impedir o desconto compulsório do Imposto Sindical dos trabalhadores, obtendo sucesso.

relação aos fundamentos conservadores anteriores. Com efeito, ausência de educação de boa qualidade enquanto base sólida para a construção dos saberes e a escassez de crescimento do emprego e da renda ainda continuam provocando a degradação do mercado de trabalho e da força de trabalho brasileiros.

Referindo-se à baixa qualidade da força de trabalho latino-americana em razão das debilidades dos sistemas públicos de ensino, principalmente do médio, a CEPAL (1994) advertiu que este problema tem impactado negativamente, ao sobrecarregar as agências de formação profissional, que têm que compensar as deficiências. Para a CEPAL:

A carência de habilidades de ordem geral, de atitudes gerais e específicas que se dão por supostas e impedem ou, pelo menos, freiam a capacidade de adaptação dos trabalhadores e o uso mais eficiente das tecnologias introduzidas (...) o que leva a empresa a não absorver todas as possibilidades que lhe oferecem suas opções tecnológicas ou se tornar incapaz de responder às demandas do mercado (CEPAL, 1994: 18).

Objetivando diagnosticar as deficiências do sistema de formação profissional brasileiro, Ferretti (1997) o comparou com os de alguns países desenvolvidos; ao analisar as políticas de qualificação predominantes no capitalismo avançado, o autor encontrou cinco características básicas comuns: (i) a exigência de níveis mais elevados de escolarização antecedendo a formação profissional; (ii) a diversificação do número de agências responsáveis pela implementação da qualificação; (iii) o privilégio à capacitação em alternância, nos países em que ela é implementada pelo próprio sistema escolar formal; (iv) interação escola-empresa, de forma que parte da capacitação ocorra no ambiente empresarial e (v) complementaridade entre a formação inicial e a continuada (FERRETTI, 1997).

Com relação à exigência de níveis de escolarização, Ferretti cita o exemplo da OCDE, em que há a necessidade média de oito a nove anos de escolarização antes da formação profissional e da entrada dos jovens para o mercado de trabalho. A prioridade à alternância significa que a capacitação não é exclusividade da escola, mas também das empresas, sendo que os educandos alternam a recepção dos saberes entre ambas. Quanto à formação

continuada, Ferreti argumenta que ela é largamente difundida na Europa Ocidental, onde os sistemas educacionais são universalizados e constitui uma estratégia dos países para constante atualização do conhecimento da força de trabalho, mediante a velocidade da aceleração tecnológica (idem: 13).

Em síntese, há diferenças fundamentais entre os sistemas educacionais e de formação profissional do capitalismo avançado e os brasileiros, sendo que as experiências exitosas não podem ser menosprezadas quando se pretende capacitar a força de trabalho tendo em vistas aspirações mais elevadas, como a perseguição ao desenvolvimento.

Se o conjunto do Governo tem dado as costas às proposições do MTE-SEFOR ao mesmo tempo em que sepultou o PLANFOR - como concluiu a análise aqui desenvolvida – então, qual seria a visão do Governo para formação de mão-de-obra? Talvez a maior ação governamental em termos de política de formação profissional tenha escapado à percepção de boa parte dos pesquisadores.

Como visto anteriormente, a atual gestão do MEC manteve os mesmos eixos programáticos da administração Paulo Renato de Souza, excetuando-se as poucas inovações que consistiram na criação do PRÓUNI e no tímido investimento nas Universidades Federais.

Apesar de a Nova LDB prever a fiscalização do MEC sobre a qualidade da educação implementada pelas instituições privadas, a política de Estado mínimo tem reduzido drasticamente os quadros funcionais da União, sendo que o Ministério carece de uma burocracia eficiente a fim de exercer um monitoramento rígido.

Com efeito, os principais instrumentos de controle da qualidade da educação consistem no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e no Exame Nacional de Cursos - ENC (*provão*). No entanto, há uma miríade de críticas quanto à eficiência dos dois dispositivos em aferir a qualidade da educação, sendo que elas derivam de setores especializados, como os técnicos das universidades públicas e, principalmente, da representação estudantil, a União Nacional dos Estudantes – UNE¹⁰⁰.

Confirmando as críticas, a ineficiência do ENEM e do *provão* tem sido verificada pelas instituições de representação profissional, principalmente, aquelas com prerrogativa de

¹⁰⁰ Há que se registrar o comportamento estranho da União Nacional dos Estudantes – UNE, que nos oito anos do Governo Cardoso criticou veementemente o *provão*, recomendando o seu boicote aos estudantes, mas tem se mantido reservada no atual Governo.

certificar a entrada ou a permanência dos profissionais no mercado de trabalho, como os Conselhos Regionais da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB e os Conselhos Regionais de Medicina – CRMs; o caso mais estarrecedor consiste no *gap* entre o número de formados nos cursos de Ciências Jurídicas e o de advogados efetivamente aprovados no exame da OAB.

A título de exemplificação, no conjunto, os cursos de Ciências Jurídicas têm formados excelentes candidatos aos concursos de escrivães do Judiciário; os de engenharia, exímios caixas de banco; os de economia, bons técnicos em contabilidade e medicina, razoáveis representantes de laboratórios farmacêuticos.

Em 1997 Ferretti já chamava a atenção para a degradação do ensino superior, que ocorria em razão da redução dos investimentos daquele nível em favor do ensino básico. Alegava o autor que, diferentemente do argumento governamental, a inflexão da qualidade no terceiro grau também traria efeitos negativos para a própria educação básica, pois, sendo aquela instância educacional a responsável pela formação dos novos educadores, a sua degradação acarretaria no rebaixamento geral da qualidade dos novos profissionais da educação (FERRETTI, 1997).

A brutal expansão do sistema privado de educação superior, sem a contrapartida do controle da sua qualidade, vem consolidando um quadro em que o ensino de terceiro grau se aproxima da tradicional formação profissional característica da era taylor-fordista, inclusive, com o aprofundamento da polarização entre a formação geral e a profissional, assim como a fragmentação do conhecimento em ilhas de disciplinas desconexas entre si¹⁰¹.

E, como o próprio MEC promete elevar o número de bolsas de estudos para 400.000 nos próximos quatro anos (MEC, 2005), o PRÓUNI pode vir a se constituir no maior programa brasileiro de formação profissional, ainda que a sua nomenclatura, o empresariado da educação e o Governo não o admitam.

Em resumo, a pouca atenção dispensada ao PNQ, a continuidade do monopólio do capital sobre o *Sistema S* e a sua incapacidade em atualizar-se tecnologicamente, o confinamento pedagógico da educação técnica e tecnológica e a tendência de regressão da

¹⁰¹ Registre-se que com a diferença de a qualificação, agora, centrar-se mais na formação de mão-de-obra para o setor de serviços, após a reconversão do eixo da acumulação, com a perda da centralidade da indústria.

educação superior ao nível profissionalizante tradicional, compõem um cenário que sinaliza a não-existência de um modelo predominante de educação para o trabalho, apesar de a seriedade e a tentativa das proposições do MTE-SEFOR em se afirmarem enquanto tal.

Quando se soma a este quadro a debilidade da política educacional - em que a polarização entre educação geral e profissional co-habita com a restrição dos investimentos, a ingerência internacional e a privatização do espaço público – evidencia-se a displicência do conjunto do Estado brasileiro em preparar a força de trabalho para os desafios do Século XXI. À esta displicência, relembro parte das palavras de Paiva (1995), empregadas logo na abertura deste capítulo, nas quais a autora adverte que:

Na concepção de ensino profissional, o futuro está num adequado balanceamento entre o impulso generalista e um novo pragmatismo. Nele, o Estado recupera a idéia de planejamento, principalmente como instrumento para reorientar e reforçar a educação geral e controlar a qualidade da educação que chega à população (PAIVA, 1995: 92).

A atitude governamental em relação à educação e à formação profissional lembra o provérbio chinês, que diz que os indivíduos dotados de razão não podem ter o mesmo comportamento que o peixe quando fogado pelo anzol: instintivamente, o peixe sabe que precisa fazer algo para sair da situação desvantajosa, mas a falta de razão não lhe permite refletir sobre tal e ele se debate, apenas. A única diferença é que o peixe frustra exclusivamente a si próprio.

4.2.3. As novas ocupações e a reestruturação da CBO.

A Classificação Brasileira de Ocupações - CBO foi elaborada em 1977, em razão da necessidade de se estabelecer uma parametrização das ocupações para os controles estatísticos governamentais do mercado de trabalho. Sua implantação foi resultado do estabelecimento de um convênio entre o Estado brasileiro e a ONU, através a Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Desde a sua publicação, a CBO passou por várias atualizações pontuais, porém, sem ser alterada na sua estrutura e metodologia. Entretanto, em 1988 a OIT publicou uma nova metodologia internacional (editada em espanhol como CIUO 88, em inglês ISCO 88 e em francês CITP 88), alterando, assim, os critérios de agregação das ocupações.

Apesar de o Brasil já ter parametrizado a sua estrutura de ocupações, dada a sua defasagem, o mercado e até mesmo IBGE trabalhavam com categorias divergentes para a classificação das ocupações. O não-emprego da padronização da CBO dificultava a comparação entre os usuários de diferentes fontes de informações produzidas no Brasil, com o agravante de dificultar a comparação dessas estatísticas com as geradas em outros países.

Paralelamente, o impacto da readequação produtiva sobre estrutura ocupacional brasileira, a partir do início dos anos noventa – com o surgimento de uma miríade de novas ocupações e o aprofundamento da precarização das relações de trabalho – aliada à elevação da exigência de escolarização, evidenciaram o envelhecimento da CBO, requerindo a sua atualização como forma de se ter parâmetros mais confiáveis para a totalização dos dados do mercado de trabalho.

Em 1994, o Governo brasileiro instituiu a Comissão Nacional de Classificações - CONCLA, um organismo interministerial com o objetivo de rever e unificar as classificações ocupacionais usadas no mercado de trabalho. A partir daí, iniciou-se um trabalho conjunto entre MTE e o IBGE no sentido de construir uma classificação uniforme e sincronizada com as novas demandas.

A fim de facilitar a execução de um projeto tão grande, a Divisão de Classificação Brasileira de Ocupações - DCBO do MTE decidiu modularizar a construção da nova classificação.

O primeiro módulo foi construído em trabalho cooperativo entre a DCBO e o Departamento de Emprego e Rendimento - DEREN do IBGE, que resultou na publicação, em 1996, da tábua de conversão que permitiu a comparação entre a classificação IBGE e a da CBO. A tábua de conversão compatibilizou apenas os títulos, sem, contudo modificar os critérios de agregação dos grupos ocupacionais.

O segundo módulo foi constituído pela elaboração e validação da estrutura, já com a alteração de conceitos de agregação, utilizando-se o modelo CIUO 88 com algumas

adaptações. Este trabalho foi desenvolvido pelo MTE e o IBGE com apoio de consultoria contratada para este fim.

A partir de uma estrutura como ponto de partida, iniciou-se o terceiro módulo, que incluiu a escolha de um modelo de descrição e a organização de uma rede de parceiros da sociedade para a construção da classificação descritiva. A descrição-piloto foi feita pelo SENAI do Rio de Janeiro, em 1999. Entre 2000 e 2001, foram qualificados facilitadores de novos conveniados do MTE, como a FIPE da Universidade de São Paulo – USP, a FUNCAMP da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e a FUNDEP da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, sendo que os trabalhos foram concluídos em agosto de 2002. Além das instituições conveniadas, o MTE também contou com os serviços de uma consultoria nacional e outra canadense, sendo que na fase de definição da nomenclatura, o Ministério requisitou a participação de um técnico da OIT.

Uma grande inovação do processo descritivo em relação à CBO anterior foi a sua descentralização, com a participação do trabalho, pois, cada família ocupacional foi descrita por um grupo de oito a doze trabalhadores da área, em oficina de trabalho com duração de três dias, sendo dois dias de descrição e um dia de revisão, por outro comitê, também formado por trabalhadores¹⁰². Outra inovação foi a montagem de uma rede de informações organizada em banco de dados - apoiada por um conjunto de instituições conveniadas - que é atualizada constantemente, através do incremento de novos dados, sob a coordenação do MTE.

Para se chegar à conclusão a respeito das novas ocupações, a equipe de trabalho, em princípio, teve que recorrer à elaboração de definições sobre os principais conceitos empregados na construção da estrutura ocupacional; entre estas definições estavam:

(i) Ocupação é um conceito sintético não natural, artificialmente construído pelos analistas ocupacionais. O que existe no mundo concreto são as atividades exercidas pelo cidadão em um emprego ou outro tipo de relação de trabalho (autônomo, por exemplo). Ocupação é a agregação de empregos ou situações de trabalho similares quanto às atividades realizadas. (ii) O título ocupacional, em uma classificação, surge da agregação de situações

similares de emprego e/ou trabalho. (iii) Emprego ou situação de trabalho: definido como um conjunto de atividades desempenhadas por uma pessoa, com ou sem vínculo empregatício. (iv) Competências mobilizadas para o desempenho das atividades do emprego ou trabalho. O conceito de competência tem duas dimensões: o nível de competência é função da complexidade, amplitude e responsabilidade das atividades desenvolvidas no emprego ou outro tipo de relação de trabalho; (...) o domínio (ou especialização) da competência relaciona-se às características do contexto do trabalho como área de conhecimento, função, atividade econômica, processo produtivo, equipamentos, bens produzidos que identificarão o tipo de profissão ou ocupação. (v) A nova estrutura proposta agrega os empregos por habilidades cognitivas comuns exigidas no exercício de um campo de trabalho mais elástico, composto por um conjunto de empregos similares que vai se constituir em um campo profissional do domínio. A unidade de observação é o emprego, dentro de um conjunto de empregos mais amplo (campo profissional), onde o ocupante terá mais facilidade em se movimentar (MTE, 2006).

As pressões da transformação paradigmática como provocadoras da reestruturação da CBO ficam evidentes na definição geral do próprio MTE, quando afirma que a lupa das mudanças repousou sobre a complexidade e a amplitude dos novos empregos, em detrimento da velha categorização por postos de trabalho:

Assim, ao invés de se colocar a lupa de observação sobre os postos de trabalho, agregando-os por similaridades de tarefas, (...) amplia o campo de observação, privilegiando a amplitude dos empregos e sua complexidade, campo este que será objeto da mobilidade dos trabalhadores, em detrimento do detalhe da tarefa do posto (idem).

¹⁰² Em razão do conservadorismo do Governo Cardoso para com as questões do trabalho, suponho que a descentralização, com a participação dos trabalhadores, tenha sido uma exigência dos especialistas das universidades que participaram do processo de revisão da CBO.

A nova composição da CBO foi concluída em 2002, sendo que, nela, são perceptíveis os avanços em termos de adoção de instrumentos mais eficazes para a detecção da heterogeneização e da complexificação do mercado brasileiro de trabalho. Comparando-se os dados da última revisão, em 1994, com os de 2002, observa-se os seguintes avanços: os Grandes Grupos de Ocupações saltaram de 8 para 10; os Subgrupos Principais cresceram de 0 para 47; os Subgrupos cresceram de 86 para 192; Os Grupos de Base ou Famílias Ocupacionais aumentaram de 353 para 596 e o total de ocupações foi expandido de 2.356 para 2.422 ao término da revisão (idem).

Ainda que a desestruturação do mercado brasileiro de trabalho tenha se aprofundado ao longo dos anos noventa e a partir de 2000, não se pode perder de vista que a revisão da CBO constituiu um importante instrumento para a aferição sistemática da sua desagregação, ao mesmo tempo em que denunciá-la.

4.2.4. A inflexão da qualificação e a degradação da força de trabalho.

A desestruturação do mercado brasileiro de trabalho apresentou-se ameaçadora a partir do início dos anos noventa, no primeiro momento da internacionalização, tornando-se mais acentuada em meados do mesmo decênio, quando a abertura do espaço econômico brasileiro ao internacional completou-se e a reestruturação produtiva da indústria tornou-se sistêmica.

Conforme já exposto, Pochmann (1999) considera que a desestruturação é fruto da desarticulação do ciclo virtuoso do padrão desenvolvimentista - em que o projeto de desenvolvimento foi substituído pelas políticas de inserção internacional subordinada - juntamente como o enfraquecimento do estatuto do trabalho, implementado pela *ofensiva conservadora do capital reestruturado*¹⁰³. Neste contexto, a utilização do trabalho informal e do *segmento não-organizado* tem feito a produção capitalista demandar crescentemente modalidades não-capitalistas de ocupação, dando a impressão do retorno a um novo *putting out*.

Ainda no afã de realçar esta tendência, relembro aqui a pesquisa de Leite (2003), na qual denuncia a inflexão das relações e da qualidade do trabalho ao longo das cadeias

¹⁰³ Relembro que a expressão é de Mattoso (1995).

produtivas no subsetor automotivo, confirmando a degradação do trabalho e o escasseamento de relações virtuosas até mesmo no núcleo dinâmico da indústria brasileira. Ainda em 2004 a autora já alertava para a degradação do trabalho em função dos ajustes produtivos (idem, 2004,a,b)

Referindo-se ao rebaixamento geral das relações de trabalho, mas principalmente ao desleixo empresarial para com a qualificação dos trabalhadores, Ferretti (1997) também alertou para o caráter predatório que estas vinham assumindo, afirmando que:

No caso brasileiro (...) dever ser considerado, com cuidado, o papel que, historicamente, a maior parte dos empresários vem desempenhando nas relações de trabalho. Infelizmente, a tendência predominante tem sido a predatória. Os mentores e os adeptos dos novos paradigmas produtivos negam enfaticamente tal prática em seus discursos embora a realidade se encarregue de desmenti-los (FERRETTI, 1997: 06).

Na mesma direção que Ferretti, Carvalho (1994) também chamou a atenção para a degradação força de trabalho empregada na indústria, que vinha ocorrendo através da estratégia empresarial de obter maior competitividade pelo uso intenso e desgastante de mão-de-obra barata, desqualificada e descartável, invés do investimento em tecnologia e na capacitação dos recursos humanos. Para o autor:

A meu modo de ver, talvez a conclusão mais importante que daí se pode tirar é que o nosso ‘atraso’ no que diz respeito ao perfil da força de trabalho industrial e ao uso que dela se faz no Brasil, não pode ser dissociado da própria fragilidade tecnológica da industrial brasileira. (...). São fenômenos gêmeos, originários de anos de prática de uma industrialização que privilegiou (...) se valer da mão-de-obra barata e descartável [do que] construir uma capacitação tecnológica estruturada sobre os recursos humanos e organizações qualificadas (...) (CARVALHO, 1994: 122).

Confirmando todas as afirmações anteriores, a pesquisa de Cardoso (2000) é definidora, pelo fato de, não apenas detectar, mas contabilizar a *queima* de mão-de-obra

qualificada na indústria brasileira, ao mesmo tempo em que mapeia as dificuldades de reintegração dos demitidos. Em seu exaustivo estudo sobre as trajetórias ocupacionais, o autor - diferentemente da maioria dos estudos preocupados com os números de demissões - analisa minuciosamente a trajetória dos segmentos ocupacionais demitidos em busca de um novo emprego, contabilizando as suas chances de retorno a uma vaga virtuosa em relação à sua qualificação, tempo de serviço anterior, experiência e escolaridade.

Utilizando-se da base de dados da RAIS-migra dispostas no CAGED e adotando o índice de Qualidade de Emprego Formal – IQEF a fim de medir a qualidade dos empregos conseguidos pelos desempregados da indústria brasileira reinseridos no mercado de trabalho, o autor preocupou-se em responder à seguinte pergunta: *como determinado grupamento de trabalhadores é afetado pelas mudanças no mercado de trabalho, e o que explica a sobrevivência no emprego por parte de alguns e a perda do emprego por parte de outros?* (CARDOSO, 2000: 154).

O estudo revelou que no período 1990-92, o mercado brasileiro de trabalho vivenciou uma anarquia generalizada, com a inflexão de todos os indicadores, em razão da abertura implementada pelo Plano Collor. A crise provocou um fenômeno inédito até então na indústria brasileira: o descolamento da curva de produção física em relação à curva de ocupados na produção industrial, com o primeiro indicador subindo exponencialmente em relação ao decréscimo do segundo.

Entretanto, com a economia refeita do primeiro impacto, a partir de 1993-94, começou a se consubstanciar um novo padrão de demissão e de contratação de mão-de-obra, à medida que a reestruturação industrial adquiria um caráter mais sistêmico. Neste novo perfil, ficou evidente a *queima* de mão-de-obra qualificada com base no paradigma anterior, a partir do momento em que a reestruturação se instrumentalizava da microeletrônica e dos novos métodos de produção. Com efeito, a curva de produção física passou a crescer muito mais, enquanto que a de ocupados na produção industrial entrou em queda livre.

Em 1994 o tempo médio no último emprego do total dos demitidos na indústria brasileira saltou para 191,37 meses, contra os 28,22 do ano anterior. Isto dá uma idéia do caráter profundo da reestruturação, pois o corte de mão-de-obra passou a atingir segmentos produtivos com um elevado grau de estabilidade e de qualificação. A *queima* de mão-de-obra neste segmento ocupacional continuou alta nos anos posteriores, sendo que no ano de 1995

contabilizou-se uma média de 184,27 meses de permanência no último emprego e, em 1996, 177,40 meses (CARDOSO, 2000: 163).

Contrastando com a dispensa de trabalhadores com elevado tempo de permanência no emprego anterior - e por conseguinte, qualificados - a análise sobre as chances do total de demitidos da indústria migrar bem de um emprego a outro revelou que a escolaridade aparecia como o quesito mais importante para que um desempregado conseguisse se reposicionar noutra vaga no setor industrial, preservado ou elevando a qualidade do emprego anterior. Em 1993, esta possibilidade era de 10,54%, saltando para 31,37 no ano seguinte, 34,39% em 1996 e 36,29% em 1997 (idem: 171).

Ainda confirmando a preferência por escolaridade em detrimento da qualificação, a análise da situação dos demitidos da indústria de material de transportes do Estado de São Paulo revelou que: (i) as chances de os demitidos com segundo grau completo se reposicionarem bem em outro emprego saltaram de 25,21% em 1993 para 48,23% no ano seguinte e 66,97% e 46,98% em 1996 e 1997, respectivamente; (ii) a chance dos demitidos com terceiro grau completo aumentaram de 33,71% em 1993 para 105,59% no ano seguinte, mantendo-se elevada acima da casa dos 100% nos anos posteriores; (iii) as chances dos demitidos com apenas o ensino fundamental se mantiveram estáveis na casa dos 24% e 25% entre 1994 e 1997.

Se os números nacionais são preocupantes, a situação de *queima* de força de trabalho tornou-se assustadora quando se analisa isoladamente o setor automotivo. Confirmando a denúncia de Leite (2003) sobre a inserção de mão-de-obra pouco qualificada ao longo das cadeias, Cardoso demonstrou como os trabalhadores qualificados com base no paradigma anterior têm sido barrados em sua tentativa de reinserção no setor.

Em 1993, o tempo médio de permanência no último emprego para os demitidos do setor automotivo era de 66,20 meses, saltando para 268,25 meses no ano seguinte, 275,36 meses em 1995 e 283,39 meses em 1996. Para Cardoso, estes números evidenciam a liderança do setor automotivo no processo de *queima* de mão-de-obra qualificada: *assim como no caso da indústria de transformação, pois o segmento automobilístico vem expulsando de suas hostes trabalhadores com mais experiência no emprego do que aqueles demitidos antes do aprofundamento da reestruturação* (CARDOSO, 2000: 177).

Segundo o autor, na origem do trágico cenário vivenciado pelo setor automotivo estão o aprofundamento da reengenharia industrial – em que a reestruturação ganhou uma forma sistêmica, disseminando os ajustes ao longo das cadeias – e o fim da Câmara Setorial (ao final de 1994), em que a interrupção do acordo tripartite levou ao abandono da cláusula de garantia de níveis de emprego por parte das grandes montadoras.

Em resumo, a pesquisa detectou um processo de dispensa generalizada de mão-de-obra qualificada no paradigma taylor-fordista, sendo que esta dificilmente consegue se reinserir nas novas ocupações oferecidas pela indústria reestruturada com base nas novas tecnologias e novos métodos organizacionais. Entre 1994 e 1997, do total de demitidos da indústria brasileira, apenas 38% conseguiam se reposicionar noutro emprego com qualidade idêntica ou superior ao anterior, sendo que estes percentuais caem assustadoramente para a casa dos 17% no setor automotivo (idem: 197). Os trabalhadores não-inscritos nestes números constituem o contingente da força de trabalho setorial que passou pelo processo de sucateamento das suas qualificações e pela exclusão do setor formal e dos empregos com qualidade.

Além de quantificar a *queima* de mão-de-obra qualificada, a pesquisa de Cardoso também é inovadora pelo fato de apontar o deslocamento da centralidade da qualificação para a escolarização como determinante da renda dos trabalhadores. O autor é enfático ao demonstrar como o mercado de trabalho tem reagido no sentido de oferecer os melhores postos de trabalho aos mais escolarizados.

A detecção da preferência empresarial por trabalhadores mais escolarizados em detrimento dos mais qualificados, a partir da reestruturação sistêmica, além dos números citados anteriormente, também fica evidente nas palavras do autor, quando afirma que:

(...) é perfeitamente evidente também que, de 1994 em diante (e controlando-se os demais fatores), a escolaridade passa a ganhar relevância crescente na discriminação das oportunidades no mercado de trabalho, em especial em favor dos trabalhadores com curso superior completo (idem: 168).

Tal constatação remete às seguintes interrogações: quais são os motivos desta perversa escolha? Por quais razões as antigas qualificações não podem ser reconvertidas para o

atendimento das novas demandas produtivas? Qual é a *lógica* da opção preferencial por escolaridade?

Para Cardoso, na *lógica* empresarial, a qualificação da maior parte dos trabalhadores demitidos se assenta na velha especialização taylor-fordista com baixos níveis de escolarização, o que a torna incompatível com a multiquificação requerida pelo trabalho nas novas plantas industriais reestruturadas, sendo que a sua recapacitação com base nas novas habilidades exigiria pesados investimentos da parte do capital.

No mesmo raciocínio, os trabalhadores mais escolarizados - independentemente do grau de qualificação – são mais receptíveis aos novos conhecimentos, sendo que os custos da requalificação são mais reduzidos para este segmento, residindo neste aspecto a opção empresarial por força de trabalho mais escolarizada.

Ora, este argumento também reconduz a educação ao centro do debate sobre a qualificação profissional, encontrando respaldo nas teorias pedagógicas que analisam as novas demandas educacionais do paradigma emergente. A exposição da tese de Paiva (1995) serviu ao propósito aqui intencionado de estabelecer a correlação entre a educação e a formação profissional, assim como a não-existência de fronteiras muito delimitadas entre ambas. Ao afirmar que *cresceu aquilo que o antecede e o embasa* (idem: 88), a autora se refere à necessidade da educação básica e de boa qualidade para o posterior sobreposicionamento dos demais saberes, inclusive aqueles demandados pela nova estrutura produtiva. A tradução de *aquilo que o antecede e o embasa* deve ser entendida como educação de boa qualidade e de caráter intensivo, em que o aprendizando é submetido a um *mix* de conhecimentos, que lhe fornecerá as bases para a consubstanciação de um intelecto versátil e desespecializado.

Se isto é verídico, *chego à estarrecedora constatação de que a maioria da PEA brasileira neste momento é suscetível a passar pelo processo de ‘queima’ de mão-de-obra, isso em razão da sua elevada desescolarização.*

Pelo fato de os dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio - PNAD de 2005 ainda não estarem totalmente disponíveis, recorri ao Censo Demográfico de 2000, no afã de conferir os números da escolarização da população. As primeiras notas da PNAD 2005 apontam para alguma melhoria aqui e outra acolá, especialmente em relação à redução do analfabetismo e, como já mencionado anteriormente, expansão do ensino superior (privado). Independentemente da ausência de dados mais atualizados, certamente não houve uma

revolução educacional nestes cinco anos (entre 2000 e 2005), o que, de certa forma, assegura a atualidade dos dados anteriores para a constatação que fiz no parágrafo anterior à qual darei seqüência.

Também não encontrei nas publicações do IBGE nenhum dado sobre a escolarização da PEA, sendo que o que mais se aproximou do objetivo aqui perseguido de constatação da escolaridade da população produtiva é a tabela de *Níveis de escolarização concluídos – Pessoas com mais de 25 anos*¹⁰⁴. Nela, a desescolarização da população fica evidente, pelos seguintes números:

De um total de 85.464.452 pessoas acima de 25 anos de idade, 12.464.150 não completaram nenhum nível; 15.250.782 só cursaram entre a primeira e a terceira série do ensino fundamental; 26.168.785 só cursaram entre a quarta e a sétima série do ensino fundamental; apenas 10.974.667 completaram o nível fundamental, 13.963.821 concluíram o nível médio; somente 5.485.710 terminaram o nível superior e a ínfima parcela de 302.043 pessoas tinham mestrado ou doutorado (ver Tabela 6, adiante).

Estes dados não apenas são assustadores, mas também permitem chegar-se às seguintes conclusões:

(i) *A ‘queima’ de mão-de-obra é, pelo menos momentaneamente, inexorável, e os trabalhadores mais experientes e qualificados do paradigma taylor-fordista continuarão com muita dificuldade em se reinserir noutro emprego com a mesma qualidade que anterior.*

(ii) *As políticas de formação profissional estão sendo edificadas sobre a areia movediça, pois, ainda que haja seriedade e objetividade por parte do MTE-SEFOR na sua elaboração, a continuidade do conservadorismo na política educacional elimina ‘aquilo que o antecede e o embasa’, ou seja, uma sólida formação de base. A ausência de uma política de educação guiada pelo princípio da universalização e que leve em conta o gasto enquanto investimento e não custo, impede a qualificação de edificar-se em patamares superiores, como assim o requerem sistemas produtivos avançados.*

¹⁰⁴ Para o IBGE, a diferenciação entre a população acima de 25 e o segmento antecessor tem a pretensão de evidenciar o nível de desescolarização, uma vez que, para o MEC, a plena escolarização, com a conclusão do terceiro grau, em absolutas condições de normalidade deve ser atingida aos 24 anos.

(iii) *O empresariado não é o único responsável pela ‘queima’ de mão-de-obra; o Estado brasileiro também é seu cúmplice e, talvez, com um nível mais profundo de responsabilidade, pois, a negação de um princípio universal, como a educação, implica na negação de outro direito fundamental da cidadania, o emprego.*

(iv) *A desqualificação da força de trabalho é mais um dos aspectos da desestruturação do mercado brasileiro de trabalho, constituindo, talvez, sua característica mais sórdida, pois, a perda da utilidade da própria capacidade de trabalho, à primeira vista, parece ser mais ruínosa do que a perda do emprego e da proteção.*

(v) *A inflexão da qualidade da força de trabalho possui outra conseqüência tão perversa quanto a eliminação dos indivíduos do mercado de trabalho: a própria possibilidade do desenvolvimento fica mais distante, quando se diminui a capacidade de operacionalização de sistemas avançados de agregação de valor.*

(vi) *Boa parte da PEA brasileira está fadada a trabalhar em empregos de baixa elaboração intelectual (o que não justifica os pífios salários pagos no Brasil), isso em decorrência da ausência de um substrato educacional. Ainda que o Estado brasileiro se dispusesse a implementar um amplo programa educacional destinado à população acima de 25 anos, esbarraria nos seguintes problemas: (a) a baixa disponibilidade cognitiva da população adulta e (b) a baixa disponibilidade temporal da população adulta.*

A baixa disponibilidade cognitiva da população adulta: neste aspecto chamo a atenção para as dificuldades de ordem pedagógica para se implementar um substrato educacional em uma população tendendo ao envelhecimento e, para tal, retomo o argumento de Paiva (1995). A autora emprega o termo modelo de ‘adolescência burguesa’ para alertar o quanto a base educacional deve ser implementada nos indivíduos ainda em tenra idade, ocasião em que o intelecto está mais receptivo. Levando-se em conta todas as pressões econômicas, psicológicas e sociais que incidem sobre a população adulta, a receptividade ao conhecimento é reduzida, o que dificulta a disponibilização cognitiva deste segmento.

A baixa disponibilidade temporal da população adulta: a educação e a qualificação profissional que estão sendo implementadas no capitalismo avançado têm uma dimensão temporal que não estão sendo observados como experiência positiva pelas políticas públicas brasileiras. Isso quer dizer que educação e formação profissional são processos dilatados no tempo, em que a quantidade de tempo dedicada reflete na qualidade, entre outros quesitos.

Considerando que, no Brasil, a população adulta e subescolarizada já está inscrita no mercado de trabalho e levando-se em conta a elevação substancial na jornada de trabalho, em que o tempo médio semanal já ultrapassa em muito o tempo legal, detecta-se um sobreposicionamento da jornada de trabalho à de estudos, o que produz impactos negativos na escolarização e na formação para o trabalho.

Finalizando, ao quadro geral de precarização das condições de trabalho e uso desgastante da força de trabalho que se configura no Brasil, se soma a degradação da força de trabalho, que ocorre pela inflexão gradual da capacidade da PEA brasileira. As evidências sinalizam para o fato de que há uma efetiva depreciação da qualidade da mão-de-obra no que diz respeito à capacidade de manuseio de sistemas produtivos mais avançados.

Ainda que os avanços qualitativos alardeados pelos Governos Federal e Estaduais fossem verídicos, a velocidade da modernização tecnológica faria com que os hipotéticos avanços educacionais e de qualificação da força de trabalho estivessem defasados em relação às novas necessidades.

Os argumentos dos inúmeros estudiosos aqui apresentados não deixam dúvidas quanto a desestruturação do mercado brasileiro de trabalho. Da mesma forma, a pesquisa de Cardoso (2000) é definidora ao denunciar a *queima* de mão-de-obra qualificada na indústria; na mesma linha, procurei evidenciar que a desestruturação do mercado de trabalho também ocorre pela diminuição da capacidade operativa da força de trabalho brasileira, no que diz respeito ao manuseio de estruturas industriais avançadas e que a *queima* de força de trabalho se apresenta inexorável, em razão da elevada desescolarização da população adulta.

E, se é verdade que contra fatos não há argumentos, ainda resta às autoridades brasileiras reconhecerem que não os têm.

Tabela 6 - Níveis de escolarização concluídos – Pessoas com mais de 25 anos.

Grupos de idade (em anos)	Pessoas com mais de 25 anos ou mais de idade								
	TOTAL	Nível educacional concluído							
		Nenhum	Alfabetização de adultos	Fundamental incompleto		Fundamental	Médio	Superior	
				1ª. à 3ª. série	4ª. à 7ª. série			Graduação	Mestrado e doutorado
TOTAL	85.464.452	12.464.150	158.450	15.250.782	26.168.785	10.974.667	13.963.821	5.485.710	302.043
25 a 29	13.847.499	811.508	10.823	1.782.433	4.433.993	2.516.135	3.403.756	759.853	22.842
30 a 34	13.029.101	956.812	14.683	1.855.921	4.167.277	2.240.969	2.805.737	849.075	38.343
35 a 39	12.680.820	1.003.485	13.948	1.880.570	3.858.703	1.937.949	2.941.735	935.034	48.499
40 a 49	19.273.412	2.160.463	32.109	3.414.885	6.241.366	2.433.694	3.155.097	1.595.519	94.114
50 a 59	12.514.631	2.506.484	33.667	2.861.888	3.777.630	1.040.221	1.272.498	850.060	63.771
60 a 69	8.191.598	2.414.924	28.356	2.045.954	2.241.218	496.133	532.730	328.108	24.224
70 ou mais	6.347.390	2.611.083	24.870	1.409.131	1.452.598	309.568	302.269	168.061	10.250

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

CONCLUSÃO.

UM FAROL AO LONGE PARA UMA NAU À DERIVA.

O Brasil é econômica e politicamente pequeno no cenário internacional porque poucas vezes pensou grande o suficiente para assim ser. Os raros momentos em que a história pode contabilizar os atos enquanto tentativas de se pensar o futuro com equidade, desenvolvimento e redistribuição, ou foram sufocadas pela violência, ou desencadeadas por contextos autoritários, em que as aspirações de justiça social não foram levadas em conta.

Nunca teve um projeto de desenvolvimento que perseguisse, ao mesmo tempo, o progresso técnico com a elevação da produtividade e a extensão dos seus benefícios aos que deles precisavam. A história brasileira é a reprodução dos interesses dominantes e as elites tradicionais devem à cidadania brasileira a aposta no futuro que elas próprias nunca fizeram.

A conclusão extraída deste trabalho possibilita sustentar as afirmações acima, pois, além de demonstrar os descaminhos do processo brasileiro de desenvolvimento, também evidencia que neste momento há um conjunto de transformações conservadoras no capitalismo mundial, que impacta negativamente a sociedade brasileira, sendo que o país não possui uma alternativa própria e menos lesiva ao tecido social para o enfrentamento da crise do capitalismo mundial.

Há uma transformação paradigmática em curso em que o capitalismo, instrumentalizado com as novas tecnologias da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica e métodos flexíveis de produção, imprime profundas transformações nas relações sociais. E, da mesma forma como fizeram no passado, as elites têm desprezado os impactos que a reestruturação dos sistemas industriais provoca nos mercados de trabalho, através inflexão da renda, precarização das relações de trabalho e explosão do desemprego. A evolução das forças produtivas, sem a contrapartida da adoção de relações mais virtuosas de produção, ameaça a sociedade contemporânea com a possibilidade da implosão dos pilares que a sustentaram na segunda metade do Século XX.

A maior experiência positiva registrada na história do capitalismo é a invenção do instrumento da regulação sobre a acumulação de capital, que foi o responsável pelo arrefecimento das tensões entre as classes, ao mesmo tempo em que possibilitou o ciclo virtuoso do segundo pós-guerra. A tendência atual de abandono da regulação e retorno às leis

do mercado como reguladoras das funções da vida se apresenta enquanto ameaça de interrupção do próprio processo civilizatório.

Os principais instrumentos para a implementação do novo padrão de acumulação consistem na *ofensiva conservadora*, na qual o capital se lança à dilapidação das garantias historicamente conquistadas pelos trabalhadores e à adoção de novas modalidades flexíveis de produção. Em relação ao segundo instrumento, chego à conclusão de que o chamado *modelo japonês* é um sistema produtivo que se move pela lógica contábil dos agentes produtores, não vislumbrando a dimensão da produção enquanto uma relação social e, neste sentido, é reprodutor de novas tensões entre o capital e o trabalho.

Entretanto, apesar de as mudanças do capitalismo se apresentarem ameaçadoras para a ordem social mundial, concluo que muitos países têm tirado proveito delas, especialmente os asiáticos. A análise da forma como as sociedades orientais têm lidado com as transformações ensejadas pela internacionalização da economia e pela instrumentalização produtiva da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica sinalizam que a regulação e a centralidade do Estado na coordenação de políticas de desenvolvimento continuam firmes e, mais do isso, constituem a chave do seu sucesso. As economias asiáticas são, ao mesmo tempo, as mais dinâmicas e as que mais se afastaram dos dogmas do mercado livre e do Estado mínimo.

O Brasil tem incorporado erraticamente as transformações produtivas e as novas relações sociais por elas ensejadas. O *modelo japonês* aqui é desfigurado em razão do conservadorismo dos empresários brasileiros, que desprezam o que o tem de avançado, como o trabalho em equipe e multiquificado, absorvendo somente parte das suas características mais desagregadoras. A análise da reestruturação produtiva brasileira sinaliza que está se consubstanciando um outro modelo industrial muito particular, mas também mais desagregador das relações de trabalho. Os sintomas desta desagregação são perceptíveis na elevação do desemprego, precarização das relações de trabalho, desestruturação do mercado de trabalho, queda geral da renda dos assalariados e na desqualificação da força de trabalho.

Especialmente, a desqualificação da força de trabalho se apresenta enquanto ameaça real. Por um lado, pela *queima* de mão-de-obra qualificada, executada pela opção empresarial de obter produtividade através do emprego de trabalho pouco qualificado e de baixa remuneração; por outro, pela ausência de um projeto de desenvolvimento sustentado, pelas restrições de investimento no sistema educacional e pela debilidade da visão governamental

em implementar uma política de formação profissional sincronizada com as demandas produtivas e sociais.

Se, por um lado, a elevação substancial da qualidade da mão-de-obra ensejaria o risco do aumento da competição entre os trabalhadores, com a queda geral dos salários em razão de uma superoferta de força de trabalho qualificada, por outro, esta possibilidade pode ser eliminada ou minimizada com a elevação da atividade econômica e, conseqüentemente, expansão das bases do emprego e do assalariamento.

A educação geral e a qualificação profissional são direitos universais e inalienáveis e, por assim o serem, devem ser perseguidos pelas sociedades dispostas a democratizarem os seus mercados de trabalho. No pior dos cenários possíveis – ou seja, havendo o aumento da competição entre os trabalhadores e a redução dos salários em razão da grande oferta de mão-de-obra – mesmo assim a elevação geral da qualificação seria justificada pelo fato de constituir um instrumento para homogeneizar as oportunidades.

Diferentemente das sociedades asiáticas, a América Latina e, especialmente, o Brasil, adotaram incondicionalmente os novos fundamentos do *capital reestruturado*, abandonando os seus tímidos projetos de desenvolvimento, confirmando o argumento de que as elites tradicionais não têm um projeto de aposta no futuro.

A redemocratização política e a chegada das esquerdas ao poder vieram a comprovar que a democracia representativa, em si, não contém os instrumentos para impedir a deterioração do tecido social, quando desacompanhada de um projeto de assimilação do progresso tecnológico com equidade social. Comprovou-se ainda que as esquerdas brasileiras não possuem uma proposta clara e objetiva de desenvolvimento; isto porque, até o passado recente, elas estabeleceram como centralidade a questão da luta de classes, menosprezando o debate sobre o desenvolvimento e a democracia.

Se, por um lado, foi correto o posicionamento explícito no conflito de classes, tensionando o capital para a modernização da estrutura redistributiva, por outro, também foi errática a posição de não incorporar a perseguição do desenvolvimento sustentado, ainda que isso implicasse em muitos riscos, entre eles, o de estabelecer pactos com as elites reticentes em cumpri-los.

O esfacelamento econômico, político e moral do Leste Europeu desnorteou boa parte das esquerdas e a hegemonização do novo liberalismo fez com que as suas hostes sindicais

passasse à defensiva. Com efeito, a questão do desenvolvimento voltou à centralidade, substituindo o socialismo enquanto utopia possível nos seus horizontes. Porém, no diagnóstico que fazem da crise brasileira, as esquerdas jamais admitiram claramente que o subdesenvolvimento é um subproduto da *fratura estrutural entre Centro e Periferia* – como apontaram Prebisch e Furtado – sendo que o seu comportamento recente aproxima-se da idéia de *desenvolvimento associado*, defendida por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, ainda no final dos anos sessenta.

Obcecadas em reproduzir os perfis alheios, as esquerdas não fizeram a revolução socialista, muito menos consolidaram um projeto claro, objetivo e exeqüível de desenvolvimento, restando à sociedade sucumbir à ditadura econômica do mercado, em que este reina absoluto sobre um cenário em ruínas, inclusive de idéias e de sonhos.

A desestruturação do mercado brasileiro de trabalho, sem dúvida alguma, é um subproduto do conservadorismo do empresariado brasileiro e das elites tradicionais, que jamais se propuseram a contrair relações mais virtuosas com os seus subalternos; entretanto, a análise aqui desenvolvida conclui que tal desestruturação também decorre da ausência de um projeto de longo prazo, uma estratégia de desenvolvimento e da fundação de um novo contrato social. O fantástico desempenho das economias asiáticas certifica que ainda é possível o estabelecimento de estratégias alternativas, construindo caminhos próprios com um grau de redistribuição da riqueza social.

Para os marujos neófitos que, em pleno Terceiro Milênio, ainda insistem em navegar uma nau à deriva *com as cartas dos mares do século XIX*¹⁰⁵, a experiência asiática deveria representar um farol ao longe, sinalizando a existência de um porto mais seguro. Se isto é incontestável, ainda lhes falta, em primeiro lugar, reconhecê-lo e, em segundo, redirecionar o leme, inclusive, com o aprofundamento dos demais espaços da democracia, coisa que os asiáticos ainda estão a dever.

E, às elites empresariais vale lembrar que, dos cinco séculos de sua existência, durante quase quatro o Brasil funcionou com trabalho escravo. Isto sem que em momento algum elas se compadecessem dos dorsos retalhados pelo chicote. Talvez fosse demais esperar que desenvolvessem algum sentimento, passando a tratar os seus subalternos de forma um pouco

melhor que brutal; porém, como o improvável não é o impossível, talvez algum dia a razão venha a prevalecer sobre a estupidez.

E como a história ainda não terminou, ninguém pode estar seguro de quem será o último a rir ou chorar.

¹⁰⁵ A expressão é de Hobsbawn (1996), referindo-se à tentativa dos governos europeus em sair

da crise do entre-guerras, utilizando as políticas liberais.

REFERÊNCIAS.

- ABRAMO, L. *Questionando um mito: custos do trabalho de homens e mulheres*. Brasília; OIT, 2005.
- ABREU, A. et al. *Produção flexível e relações interfirmas: a indústria de autopeças em três regiões do Brasil*. In ABREU, A. (org) *Produção flexível e novas institucionalidades na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho*. Campinas: Unicamp, 1995.
- AOKI, M. *La estructuta de la economia japonesa*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- ARAÚJO, C.R.V. *História do pensamento econômico. Uma abordagem introdutória*. São Paulo: Atlas, 1995.
- ARBIX, G. *Uma aposta no futuro*. São Paulo: Scritta , 1996.
- BARBOSA DE OLIVEIRA, C.A. *O processo de industrialização: do capitalismo originário ao capitalismo atrasado*. Campinas: IE – Unicamp, 1985, (tese de doutorado).
- _____. *O contrato Coletivo e relações de trabalho no Brasil*. In BARBOSA DE OLIVEIRA, C.A. (org.). *O mundo do Trabalho. Crise e mudança ao final do século*. São Paulo; Scritta, 1994.
- BIONDI, A. *O Brasil privatizado*. São Paulo: Fundação Perseu Bramo, 1999.
- BELLUZZO, L.G.M. *O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados 'globalizados'*. In *Revista Economia e Sociedade* nº 4. Campinas: IE - Unicamp, 1995.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1975.
- CARDOSO. A. M. *Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal: a era Vargas acabou?* Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, 1999.

- _____. *Trabalhar: verbo transitivo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- _____. *A nova face da indústria automobilística brasileira*. In *Novos Estudos Cebrap n° 61*. São Paulo: Cebrap, 2001.
- CARR, E.H. *A Revolução Russa de Lênin a Stalin (1917-1929)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- CARNEIRO, R. *Crise, ajustamento e estagnação: a economia brasileira no período 1974-89*. In *Revista de Economia n° 2*. Campinas: IE – Unicamp, 1992
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- CARVALHO, R. Q. *Capacitação tecnológica, revalorização do trabalho e educação*. In FERRETTI, J.C et al. *Novas tecnologias, trabalho e educação*. Petrópolis: Vozes, 1994
- _____. e SCHMITZ, H. *O fordismo no Brasil*. In *Novos Estudos Cebrap n° 27*. São Paulo: Cebrap, 1990.
- CARVALHO NETO, A.M. *As negociações coletivas como expressão das relações de trabalho: um estudo do caso brasileiro de 1992 a 1998*. Belo Horizonte: Faculdade de Ciência Econômicas Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, 1999 (tese de doutorado).
- CEPAL. *Capacitación en America Latina: algunos desarrollos recientes, compoaraciones internacionales y sugerencias de politicas*. Santiago de Chile: 1994, mimeo.
- CLANDLER, A.D. *Estrategy and structure: chapter in the history in the American Industrial enterprises*. Cambridge: MIT Press, 1962
- CNI, Confederação Nacional da Indústria. *O futuro da indústria no Brasil e no Mundo. Desafios do Século XXI*. Brasília: CNI, 1999.
- CORAGGIO, J. L. e CORRULÓN, M. *Propostas do Banco Mundial para a educação: sentidooculto ou problemas de concepção?* In TOMMASI, L, WARDE, M.J. e HADDAD, S. *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 2000.
- CORIAT, B. *Pensar pelo avesso*. Rio de Janeiro: UFRJ/Revam, 1994.
- _____. *Ohno e a escola japonesa de gestão da produção. Um ponto de vista de conjunto*. In Hirata. H. (org.) *Sobre o ‘modelo’ japonês. Automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho*. São Paulo: Edusp, 1993.

- COSTA, M.C.C. Sociologia. Introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 1997.
- COUTINHO, L. *A terceira Revolução Industrial*. In *Revista Economia e Sociedade* nº 1. Campinas: IE - Unicamp, 1992.
- ____ e BELLUZZO, L.G.M. *Política: inflexões e crise 1974 a 1989*. In COUTINHO, L. & BELLUZZO, L.G.M. (orgs). *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- DAL ROSSO, S. *O debate sobre a redução da jornada de trabalho*. São Paulo: ABET, 1988.
- DEDECCA, C.S. *Racionalização econômica, emprego e relações de trabalho no Capitalismo avançado*. Campinas: Unicamp - IE, 1997, (tese de Livre-Docência).
- ____. *Desemprego e regulação no Brasil hoje*. In *Cadernos do Cesit* nº 20. Campinas: IE – Unicamp – CESIT, 1996.
- DIAP, Departamento Intersindical de Apoio Parlamentar. *Quem foi quem na Constituinte*. Brasília: DIAP, 1988.
- DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.
- ____. *Um balanço da Participação dos Trabalhadores nos Lucros e Resultados das Empresas - 1996 – 1999*. In *Boletim* nº 16. São Paulo: DIEESE, 2000.
- ____ (a) *Anuário dos trabalhadores 2005*. São Paulo: DIEESE, 2005.
- ____ (b). *Juventude: diversidades e desafios no mercado de trabalho metropolitano*. In *Estudos e Pesquisa* nº 211: São Paulo: DIEESE, 2005.
- ____ (c) *Boletim* nº 16. São Paulo: DIEESE, 2005.
- DRUCK, G. e BORGES, A. *Terceirização: um balanço da década*. In *Caderno CRH* nº 37. Salvador: CRH/UFBa, 2002.
- ENZENSBERGER, H.M. *O curto verão da anarquia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- FAUSTO, B. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1977.
- FERRETTI, J.C et tal. *Novas tecnologias, trabalho e educação*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- ____. *Formação profissional e reforma do ensino técnico no Brasil*. In *Revista Educação e Sociedade* nº 59. Campinas: Papirus, 1997.

- FERRO, J.R. *A produção enxuta no Brasil*. In WOMACK, et al. *A máquina que mudou o mundo*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- FLEURY, A. *Novas tecnologias, capacitação tecnológica e processo de trabalho*. *Comparações entre o modelo japonês e o brasileiro*. In Hirata. H. (org.) *Sobre o 'modelo' japonês. Automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho*. São Paulo: Edusp, 1993.
- FOGAÇA, A. *Educação profissional no Brasil: características e problemas*. In *Fórum Programa de capacitação em políticas de emprego, renda e formação profissional*. Campinas: Cesit/IE/Unicamp, mimeo, 1997.
- _____. & SALM, C. *Modernização industrial e recursos humanos*. In *Revista Economia e Sociedade nº1*. Campinas: IE/Unicamp, 1992.
- FOLHA SP (a) Jornal. *Se todos trabalhassem menos horas haveria mais emprego?* In *Caderno Especial O colapso do trabalho*. São Paulo: Folha de São Paulo, 01/05/1998.
- _____. (b). *O que está sendo feito para combater o desemprego?* In *Caderno Especial O colapso do trabalho*. São Paulo: Folha de São Paulo, 01/05/1998.
- _____. (c) *Qual o perfil do trabalhador empregado no futuro?* In *Caderno Especial O colapso do trabalho*. São Paulo: Folha de São Paulo, 01/05/1998.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1995.
- _____. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- GONICK, L. *Introdução ilustrada à computação, com muito humor*. São Paulo: Harper & Row, 1984.
- GUIMARÃES, C.M.C.B. *1964 Estado e economia: a nova relação*. Campinas: IE – Unicamp, tese de doutorado, 1990.
- GUIMARÃES, I.G.R. *A experiência das Câmaras Setoriais*. In BARBOSA DE OLIVEIRA, C.A. (org). *O mundo do Trabalho. Crise e mudança ao final do século*. São Paulo: Scitta, 1994.
- KEYNES, J.M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1992.
- KERN, H. e SCHUMANN, M. *El fin de la división del trabajo. Racionalización de la producción idustrial, situación actual, determinación de las tendencias*. Madri: Ministério de Trabajo y Seguridad Social, 1988.

- KREIN, D.J. *Balanço da reforma trabalhista no Governo FHC*. In PRONI, M.W. e HENRIQUE, W. *Trabalho, mercado e sociedade*. Campinas, IE – Unicamp, 2003.
- KURZ, R. *O colapso do emprego*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.
- LEITE, M.P (a). *O futuro do trabalho. Novas tecnologias e subjetividade operária*. São Paulo: Scritta, 1994.
- _____. (b). *Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão da mão-de-obra*. In BARBOSA DE OLIVEIRA, C. A. (org). *O mundo do Trabalho. Crise e mudança ao final do século*. São Paulo; Scitta, 1994.
- _____. *Reestruturação produtiva e sindicatos: o paradoxo da modernidade*. In LEITE, M.P. (org) *O trabalho em movimento. Reestruturação produtiva e sindicatos no Brasil*. Campinas: Papirus, 1987.
- _____. *Trabalho qualificado na indústria automobilística: novas tendências, velhos problemas*. In ABREU, A. (org) *Produção flexível e novas institucionalidades na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- _____. *Trabalho e sociedade em transformação. Mudanças produtivas e atores sociais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1998.
- HIRATA, H. (org.) *Sobre o “modelo” japonês. Automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho*. São Paulo: Edusp, 1993.
- _____. *Da polarização das qualificações ao modelo da competência*. In FERRETTI, J.C et tal. *Novas tecnologias, trabalho e educação*. Petrópolis: Vozes, 1994
- _____. *Apresentação à edição brasileira*. In HIRATA, H. e MARUANI, M. *Fronteiras da desigualdade. Homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Senac, 2003.
- _____ e KERGOAT, D. *A divisão sexual do trabalho revisitada*. In HIRATA, H. e MARUANI, M. *Fronteiras da desigualdade. Homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Senac, 2003.
- HIRST, P. e THOMPSON, G. *Globalização em questão: a economia mundial e as possibilidades de governabilidade*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- HOBSBAWM, E.J. *A era dos extremos: o breve século XX*. Rio de Janeiro: Civilização

- Brasileira, 1996.
- HOFFMANN, M. P. e BRANDÃO, S.M.C. *Medição de emprego: recomendações da OIT e práticas nacionais*. In *Cadernos do Cesit nº 22*. Campinas: IE – Unicamp – CESIT, 1996.
- HUMPHREY, J. *Fazendo o ‘milagre’. Controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- WARDE, M. J. e HADDAD, S. *Apresentação*. In TOMMASI, L, WARDE, M.J. e HADDAD, S. *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 2000.
- WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1967.
- WEFFORT, F. *Origens do sindicalismo populista no Brasil. A conjuntura do após-guerra*. In Estudos do CEBRAP nº4. São Paulo: CEBRAP, 1978.
- WENECK VIANNA (a), L.M. *Liberalismo e sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- WERNECK VIANNA (b), M.L. *Política versus economia: notas (menos pessimistas) sobre a globalização e o Estado do Bem-Estar Social*. In GERSHMAN, S. & WERNECK VIANNA, M.L. *A miragem da pós-modernidade. Democracia e políticas sociais no contexto da globalização*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.
- WOODS, S. *Toyotismo e/ou japonização*. In HIRATA, H. *Sobre o ‘modelo’ japonês. Automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho*. São Paulo: Edusp, 1993.
- WOMACK, J.P. et al. *A máquina que mudou o mundo*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- MARX, K. *O Capital. Crítica da economia política*. Livro 1, vol. 1. *O processo de Produção do capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. *Para crítica da economia política*. In Marx. *Manuscritos econômicos filosóficos e outros textos escolhidos*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Vitor Civita, 1995.
- MARUANI, M. *Introdução*. In HIRATA, H. e MARUANI, M. *Fronteiras da desigualdade. Homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Senac, 2003.
- MATTOSO, J. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995.
- _____. *O Brasil desempregado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 1999.
- _____ e BALTAR, P.E. A. *Transformações estruturais e emprego nos anos 90*. In *Cadernos do Cesit nº 21*. Campinas: IE – Unicamp – CESIT, 1996.

- MEC – Ministerio da Educação e da Cultura. *ProUni, o programa*. In www.prouni-inscricao.mec.gov.br/prouni/Oprograma.shtm (em 22/2005).
- _____. INEP e IBGE *Indicadores da educação brasileira*. In www.inep.gov.br (em 02/2003).
- MEDEIROS, R.P. *Ciência e Imprensa. A fusão a frio nos jornais brasileiros*. São Paulo: ECA/USP. Dissertação de mestrado, 1999.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO – MTb/ SEFOR. *Questões críticas da educação brasileira*. MTb/SEFOR, Brasília: 1995.
- _____. CBO – *Classificação Brasileira de Ocupações*. In www.mtecbo.gov.br/informação (em 18/01/06).
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO – MTE. *Plano Nacional de Qualificação – PNQ 2003 – 2007*. Brasília: MTE, 2003.
- MIGLIORI, Jorge. *Introdução ao Planejamento Econômico*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- NORONHA, E. G. *Greves e estratégias sindicais no Brasil*. In BARBOSA DE OLIVEIRA, C.A. (org.). *O mundo do Trabalho. Crise e mudança ao final do século*. São Paulo: Scritta, 1994.
- OIT. *Tendencias mundiales del empleo*. Ginebra: OIT - Oficina Internacional del Trabajo, 2004.
- OLIVEIRA, M.A. *Avanços e limites do sindicalismo brasileiro recente*. In BARBOSA DE OLIVEIRA, C.A. (org.). *O mundo do Trabalho. Crise e mudança ao final do século*. São Paulo: Scritta, 1994.
- PAIVA, V. *Inovação tecnologia e qualificação*. In *Revista Educação e Sociedade* nº 50. Campinas: Papirus, 1995.
- PARANHOS, A. *O Roubo da fala. Origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1997.
- PAULANI, L. *Modernidade e discurso econômico*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- PIORE, M. e SABEL, C. *The second division industrial divide: possibilities for prosperity*. New Iork: Basic Books, 1994.
- POCHMANN, M. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Contexto, 1999.
- _____. e SANTOS, A.L. *Encargos sociais no Brasil: uma nova abordagem metodológica e seus resultados*. In *Cadernos do Cesit* nº 26. Campinas: IE – Unicamp – CESIT, 1998.

- POLANYI, K. *A grande transformação. As origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000).
- POSTHUMA, A. *Japanese production techniques in brazilian automobile components firm: a best practice model basis for adaptation*. Conferência *On The Organization And Control Of The Labor Process*. Birmingham, Aston University.
- PREBSCH, R. *Keynes. Uma introdução*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- _____. *Transformación e desarrollo: la gran tarea de la America Latina*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1970.
- PRONI, M.W. *História do capitalismo: uma visão panorâmica*. In *Cadernos do Cesit nº 25*. Campinas: IE – Unicamp – CESIT, 1997.
- RABELO, F. *Automação, estrutura industrial e gestão da mão-de-obra: o caso da Introdução das máquinas-ferramentas com comando numérico na indústria metal-mecânica*. Campinas: IE – Unicamp. Dissertação de mestrado, 1997.
- RIFKIN, J. *A era do acesso. A transição de mercados convencionais para networks e o nascimento de uma nova economia*. São Paulo: Makron Books, 2001.
- _____. *E economia do hidrogênio*. São Paulo: Makron Books Books, 2003.
- SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- SALERMO, M. *Produção, trabalho e participação: CCQ e kamban numa nova imigração japonesa*. In FLEURY, M.T.L. e FISCHER, R.M. (orgs) *Processo e relações de trabalho no Brasil*. São Paulo: Atlas, 1985.
- _____. *Modelo japonês, trabalho brasileiro*. In HIRATA, H. *Sobre o 'modelo' japonês. Automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho*. São Paulo: Edusp, 1993.
- _____. *Flexibilidade, organização e trabalho operatório: elementos para análise da produção na indústria*. São Paulo: Tese de doutorado, Poli/USP, 1991.
- SANTOS, W.G. *Razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- SCHUMPETER, J.A. *Teoria do desenvolvimento econômico*. In *Coleção Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- SOUZA, J. *A modernização seletiva*. Brasília, UnB, 2000.
- SOUZA, P.R. *Emprego, salários e pobreza*. São Paulo: Hucitec/Funcamp, 1979.
- SILVA, C.R.L. & SINCLAYR, L. *Economia e Mercados*. São Paulo: Saraiva, 1992.

- SIQUEIRA NETO, J.F e OLIVEIRA, M.A. *As negociações coletivas no contexto do Plano Real*. Campinas, IE-UNICAMP, 1998, mimeo.
- TAPIA, J. e ARAÚJO, A .M.C. *Representação de interesses e reestruturação produtiva: Para onde vai o corporativismo?* In *São Paulo em perspectiva*. Abril/Junho , São Paulo, 1994 .
- TAVARES, M.C. *Ajuste e reestruturação nos países centrais: a modernização conservadora*. In *Revista Economia e Sociedade nº1*. Campinas: IE - Unicamp, 1992.
- _____ e ASSIS, J.C. *O grande salto para o caos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- TOFLER, A. *A terceira onda. A morte do industrialismo e o nascimento de uma nova civilização*. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- TOMMASI, L, WARDE, M.J. e HADDAD, S. *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 2000.
- ZAFIRIAN, P. *Introdução da Primeira Parte: Os atrativos do modelo japonês e sua relatividade*. In Hirata. H. (org.) *Sobre o 'modelo' japonês. Automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho*. São Paulo: Edusp, 1993.